

2 Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2014, às nove horas, no plenário da
3 Casa de Direitos Humanos – Sede do CEAS/MG realizou-se a centésima
4 octogésima sétima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo vice-
5 presidente Sr. Sérgio Sampaio, onde estavam presentes os seguintes
6 conselheiros titulares: Sérgio Sampaio Bezerra – Fed. Das APAES/MG, Tanit
7 Jorge Sarsur –SEPLAG, Geisiane Lima Soares – Caritas Brasileiras, Shirley
8 Aparecida Moreira da Silva – CMAS/Sarzedo, Júlio Cesar de Oliveira Brum –
9 IMSNS, Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, Ronaldo Gonçalves de Oliveira
10 – CMAS/JF, Edir Petrucelli Carayon Xavier – SEE, Maria Albanita Roberta de
11 Lima – SEDESE, Mila Magalhães Ribeiro – SEPLAG, Denise de Cássia Cunha –
12 CRESS, Anália Maria Ferreira, - COGEMAS, Luiza Costa Silva – SEDESE,
13 Fernanda Rodrigues Maia Mendes- SES, Adriana Rocha – SEAPA as
14 conselheiras Suplentes: Isabela de Vasconcelos Teixeira – SEDESE e Tereza
15 Cristina Damaso Gusmão-SEDESE.. Membros da Secretaria Executiva:
16 Consolação Cifani da Conceição, Elizabeth Chalita, Rosalice Tassar, Maria de
17 Paula, Vera Lúcia e Maria Luiza de Carvalho. O vice-presidente inicia a plenária:
18 SÉRGIO: Gostaria de cumprimentar os nossos convidados o Sr. Márlon S.
19 Resende, e Sérgio Rubião do Val do Consórcio Candonga, Ricardo F.R. Alves e
20 Mauricio.....da RBO Energia, o Sr. Mauricio que veio conhecer como é o
21 Funcionamento da nossa Plenária – Lesiane Lima do centro de apoio a criança e
22 adolescentes do ministério Público - CAOSMP que a partir de hoje
23 acompanhara as nossas plenária se Maria Tereza Diniz Carneiro - CPE
24 Participações. Bem nós temos aqui três justificativas de faltas: a Guilhermina
25 Torga da SEF, por estar coordenando um evento ontem e hoje, Hérmellis do
26 CMAS de São Francisco de Paula pela comemoração do dia da cidade, Rodrigo
27 dos Santos França – ASSPROM que se encontra de férias. Bem a primeira coisa
28 é que a gente precisa dar posse a alguns conselheiros... não chegaram ainda
29 ?Então vou dar posse só... Agora, a apreciação das atas das Plenárias 185ª e
30 186ª, segundo a secretaria executiva ninguém enviou nenhuma observação,
31 alguém tem alguma observação a fazer? Sobre as atas que foram enviadas pra
32 gente? Não? Então as atas estão aprovadas? Então temos que dar posse aos
33 novos conselheiros da SEDESE, são quatro conselheiros, só tem uma
34 conselheira aqui, então a gente tem que dar posse aqui representando a
35 Secretaria do Trabalho e desenvolvimento Social – SEDESE, para o mandato de
36 2011/2015 a primeira titular, Maria Albanita Roberta de Lima, então declaro
37 empossada a nova conselheira.(palmas) a segunda titular é a Luiza Costa da
38 Silva, a primeira suplente é Isabela de Vasconcelos Teixeira e a segunda
39 suplente, Teresa Cristina Damaso Gusmão que serão empossados quando
40 chegarem. Esta faltando também à indicação da SEAPA e a da SEE que ainda
41 não saiu a publicação e que serão publicados e na próxima plenária tomarão
42 posse. O outro ponto é a apreciação da pauta e inclusão de pontos ou informes.
43 Alguém tem alguma observação sobre isso quer incluir algum informe alguma
44 questão na pauta? Você tem um informe? Quer incluir? JÚLIO: bom dia
45 senhores conselheiros e demais pessoas presentes, no dia 11 e 12 estive
46 representando a minha entidade no primeiro Encontro Nacional de Nivelamento
47 das Entidades de Assessoramento em São Paulo. ANÁLIA: quero incluir na
48 pauta informe sobre o co-financiamento do Estado do repasse das parcelas
49 referentes ao ano de 2013. ROBERTA: eu quero só inversão de pauta, eu quero
50 subir a proposta de prestação de contas pra manhã tendo em vista que na outra
51 plenária não foi aprovado por que não tinha quórum. TANIT: Bom dia a todos, eu
52 queria incluir um informe sobre uma capacitação que está acontecendo e que se
53 chama, “Caminhos do cuidado” são para os agentes comunitários de saúde em

54 saúde mental, álcool e drogas, e se possível solicitar também, que eu faça a
55 relatoria do meu processo agora de manhã. SÉRGIO: Bem, mais algum informe,
56 mais alguma coisa, questão referente à pauta? Então a gente pode passar para
57 o outro ponto que é a recomposição da Mesa Diretora, como vocês sabem a
58 gente vai precisar recompor a presidência da mesa que é de um representante
59 do governo, porque a nossa presidente Maria Juanita, ela saiu e também vamos
60 ter uma recomposição minha do vice-presidente porque eu estou saindo esta é a
61 minha última reunião, então eu sugeriria dez minutinhos para que o governo se
62 reúna, a sociedade Civil se reúna pra gente definir isso e recompor essa Mesa,
63 pode ser? SÉRGIO: bem então vamos anunciar a nova Mesa Diretora, gostaria
64 de passar para os representantes do governo para eles colocarem qual foi à
65 resolução. ROBERTA: nós conversamos fizemos todos os pros e contra e a
66 indicação fosse que eu assumisse a presidência nesse momento no lugar da
67 Juanita, SÉRGIO: e a coordenação de orçamento? ROBERTA: Coordenação de
68 Comissão? A gente não discutiu indicação de coordenação. SÉRGIO: ok, nós da
69 Sociedade Civil também nos reunimos e avaliamos quem seria o nome, até pela
70 sua história no conselho, a gente tá indicando o Volney como vice-presidente do
71 conselho, e é isso, acho que agora é chamar essa nova mesa diretora né os
72 aplausos para a nova mesa diretora (palmas)ROBERTA: eu queria primeiro
73 agradecer a confiança né, dos meus pares aqui do governo queria também
74 agradecer a todo esse colegiado e pedir com muita humildade o apoio de todos
75 vocês e a ajuda porque a gente sabe que não é algo tão simples né? E esse ano
76 é um ano difícil pra nós né? Por que é um ano que ele vem, o seu calendário já
77 reduzido por causa da questão política então a gente tem uma série de coisas, a
78 copa, a gente tem uma série de funções e de questões que nós planejamos no
79 ano passado que nós temos que colocar em pauta esse ano e com esses dois
80 senários que são desafiadores e eu coloco que nesse momento eu só consigo,
81 só vou conseguir conduzir isso aqui né seja, nós temos em março uma nova
82 recondução da mesa porque termina em março mas mesmo esse mês só como
83 presidência eu quero colocar para os senhores, é que eu vou precisar muito do
84 apoio de vocês e vou precisar muito do apoio inclusive na participação das
85 comissões porque a gente está com sérios problemas na participação das
86 comissões, eu falo isso por mim mesmo porque eu era da comissão de Política e
87 sempre me ausentando por motivo de trabalho, mas eu queria pedir um esforço
88 nesse aspecto porque parte do trabalho, a grande parte do trabalho do plenário
89 depende das comissões né? Que as comissões é que pautam os assuntos e
90 pautam as deliberações aqui a ser tomadas, então eu quero pedir, começar
91 pedindo esse apoio nessa questão da comissão para a plenária de março a
92 gente tentar fazer um esforço de fechar nossas agendas pra gente cumprir os
93 trabalhos do conselho. Eu queria antes de dar posse, passar para o meu vice-
94 presidente aqui. VOLNEY: Bom gente da mesma forma eu agradeço a confiança
95 depositada pela sociedade Civil na indicação do meu nome né, continuarei
96 empenhado da mesma forma que sempre estive empenhado junto a esse
97 conselho, agradecer também todo apoio que o corpo técnico do CEAS sempre
98 da, a todo esse conselho sabe Consolação, acho de extrema importância para
99 que os trabalhos possam ser realizados e conduzidos , acho que sem vocês
100 esse conselho não funcionaria de forma alguma então muito obrigado e conto
101 com o apoio e colaboração de todos, tanto dos conselheiros da Sociedade Civil
102 quanto dos Governamentais, muito obrigado. ROBERTA: Então nós vamos
103 agora é dar posse a conselheira Titular Luiza Costa, que é da SEDESE, Luiza é
104 assistente social, fez um trabalho conosco lá na Subsecretaria de Projetos
105 Especiais no Porta a Porta, também já foi da Subsecretaria de Assistência
106 Social, então tem uma experiência vasta nessa área aí, e a Tereza, que não
107 veio, mas vai vim na parte da tarde para tomar posse, e a Isabela também, a

108 Isabela não veio? Não chegou? Alguém aí do apoio podia ligar para Isabela para
109 mim para saber o que está acontecendo? Então palmas para Luiza (palmas) Eu
110 queria justificar a ausência do Marcos da FETAEMG, tendo em vista já uma
111 reunião na FETAEMG, inclusive eles estão lá disputando eleição né? Nesse
112 exato momento também. Nós paramos na pauta onde Sérgio, me ajuda aí.
113 SÉRGIO: nos Informes. ROBERTA: Então nós temos acréscimo de dois
114 Informes, do Júlio e da Tânit que entra nessa questão, não é isso? Eu vou
115 começar com os informes de monitoramento de Candonga, você fala Volney ou
116 eu falo, pode falar? De Candonga nós recebemos o Relatório Final do ano, do
117 Consórcio, a equipe técnica analisou antes de passar para o grupo de
118 monitoramento e passou todo relatório por e-mail pra toda a equipe de
119 monitoramento e nós pedimos algumas questões complementares, nós nos
120 reunimos no dia 19. No dia 19 que chegou o que nós pedimos para
121 complementar o relatório que ainda estava faltando, a gente tinha algumas
122 dúvida no relatório, mas o mais importante, assim, de modo geral a gente diria
123 que 80% das ações foram cumpridas, algumas a gente ainda está checando e
124 agora a gente já tem marcado para março uma visita in loco, março ou em abril a
125 gente vai tá fazendo uma visita in loco pra checar as evidências encaminhadas
126 no relatório, pra aí sim vir para a plenária, então não foi possível vir par a essa
127 plenária e possivelmente não será pra plenária de março, tendo em vista que
128 quando as evidências chegarem que nós pedimos que foi no dia que a gente se
129 reuniu, a gente está programando a viagem do grupo pra checar as evidência in
130 loco, provavelmente na plenária de abril, ele estará aqui para ser julgado da
131 aprovação ou não do cumprimento do PAS, ok? Se os meus colegas do grupo
132 de monitoramento quiserem complementar alguma coisa... Outro informe, Júlio,
133 JÚLIO: Bom dia a todos, nos dias 11 e 12 desse mês estive representando
134 minha entidade em São Paulo no Encontro Nacional de Nivelamento de
135 Entidade de e Assessoramento que Teve com objetivo com a presença das
136 entidades várias regiões do Brasil clarear um pouco sobre a questão do
137 assessoramento tendo em vista que muitos conselhos não estão reconhecendo
138 estas atividades né. Muitas entidades que desenvolvem só atividades de
139 assessoramento estão com dificuldade de inscrever as entidades no conselho.
140 Então de lá saiu um documento que provavelmente vão chegar a todos os
141 conselhos falando um pouco dessa atividade dessas entidades de
142 assessoramento, então poder né porque o encontro de entidade que
143 aconteceu... Mas haverá outro encontro agora vai acontecer um no sul e outro
144 também no nordeste exatamente para estar divulgando, pra está clareando mais
145 tendo em vista o que as normativas falam né da Política de assistência social
146 referente a assessoramento, mas muitos conselhos ainda tem dificuldades
147 estiveram presente lá a vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência e
148 de outros conselheiros Nacionais também e vários representantes de entidades.
149 Então, foi um encontro muito produtivo que provavelmente vai chegar até esse
150 conselho o que for decidido lá. ROBERTA: Tânit TÂNIT: Então bom dia de novo,
151 o informe que eu gostaria de trazer é do curso “Caminhos do Cuidado” que é
152 uma proposição do Ministério da Saúde que serão capacitados todos os agentes
153 comunitários de saúde de Minas Gerais, nós temos mais de quatro mil equipes
154 de saúde da família, então os quatro mil agentes serão capacitado, também
155 alguns técnicos de enfermagem na questão de saúde mental álcool e drogas,
156 então é um avanço pra Minas Gerais nós estamos fazendo parte desse processo
157 são posto a semana toda tivemos capacitação dos 260 Tutores que vão atuar
158 nesse processo, o curso é todo presencial o tutor foi selecionado por região o
159 tutor que conhece a região que está perto do serviço. Então, eu vou embora à
160 tarde porque estarei no encerramento da capacitação, mas nós vamos começar
161 um marco muito grande um avanço porque nós vamos estar habilitando, eles já

162 fazem ... os agentes de saúde já entende a questão de álcool e droga e nós
163 vamos criar um fluxo rede de verdade onde vai ter atendimento do usuário de
164 álcool e droga, não só no especializado nos CAPS como também na atenção
165 primária a saúde então esse informe de 4.000 pessoas capacitadas em de
166 Minas Gerais. São os agentes comunitários de Saúde, Capacitação em Saúde
167 Mental, Álcool e Droga. ROBERTA: Eu queria dar um outro informe aqui que eu
168 esqueci, de colocar na pauta, é que o plano de serviço, do co-financiamento das
169 ações da área de assistência do estado já está aberto , então o plano de serviço
170 já foi pro ar e é muito importante que este conselho nos ajude a divulgar porque
171 o ano passado nós tivemos dificuldades nós atrasamos de colocar o plano no ar
172 agora é importante que os senhores nos ajude a divulgar para os municípios
173 preencher o plano de serviços pra gente começar a liberar o co-financiamento
174 2014 do Piso..., inclusive do piso Mineiro porque tem os outros serviços também
175 que são financiados pelo plano de serviço inclusive o Piso Mineiro. Nós temos
176 duas resoluções que foram aprovadas ad referendum em... me parece que é
177 duas não? Enfim! Em dezembro por questões que a gente tinha que cumprir
178 prazo por determinadas questões que eu vou explicar aqui que eu estou
179 trazendo pra esta plenária endossar. A primeira é do Capacita SUAS que esteve
180 aqui toda a discussão do capacita SUAS no final de 2012, se não me falha a
181 memória na época da Nívia ainda, ela trouxe a proposta do capacita SUAS que
182 é uma proposta do governo federal que está passando recursos para os estados
183 e tem toda uma capacitação arrojada para os municípios que entra todos os
184 atores da política de assistência Social do Sistema Único, esta capacitação ela é
185 feita muito nos moldes que ele está fazendo no PRONATEC porque eu estou
186 dizendo nos moldes?, Ele credencia as instituições, habilita as instituições para
187 capacitação, ou seja, ele repassa o recurso para o estado, mas o estado não
188 tem autonomia para fazer uma seleção pra capacitar a não ser dentro daqueles
189 credenciados pelo governo federal, que são instituições superiores, então elas
190 cadastram no governo federal habilitam no governo federal que passa o recurso
191 para o estado que licita dentro daquelas credenciadas e aquela que ganhar
192 executa a capacitação nos moldes e toda diretriz do governo federal em cima do
193 Sistema Único. Do ponto de vista dos cursos que são oferecidos dentro do
194 SUAS a seleção é do estado ele dá um rol de cursos que possam ser escolhido
195 e o estado faz a programação daquilo que possa ser discutido, me parece ,não
196 tenho certeza , que esta seleção foi feita na época da Nívia e não sei se a
197 discussão teve aqui, teve na CIB para fazer esta seleção , eu não tenho certeza,
198 mas enfim foi selecionado para o primeiro curso agora , um “Painel Geral do
199 SUAS” e depois o segundo curso, que vai ser dos “Indicadores do Sistema Único
200 de Assistência Social” então são dois cursos que estão previstos a priori agora
201 que eu vou soltar o calendário, só que isso foi definido, ai o governo federal
202 começou com todo tramite depositou o dinheiro e nós ficamos o ano passado o
203 ano inteiro, 2013 tentando licitar para poder executar e no dia 27 de dezembro
204 nós conseguimos colocar no pregão, aí teve recurso a Isabela , aí queria de
205 parabenizá-la porque a Isabela, isso só saiu porque ela sentou do lado do setor
206 de compras e foi orientando e 7 horas da noite tinha encerrado o pregão, a
207 UFMG ganhou o pregão aí tivemos que fazer o contrato no dia 28 e mandar isso
208 tudo para Brasília pra gente poder começar a executar agora. Dia 25 de
209 fevereiro, é semana que vem, começa o curso ‘Capacita SUAS’. Este primeiro
210 molde é para ... aí tem todo um desenho da...que são selecionados, é
211 importante saber que os selecionados são os gestores municipais de
212 Assistência Social, Coordenadores de CRAS, a proposta da grade é muito boa,
213 nós tivemos em Brasília para fazer um alinhamento inclusive com a UFMG, e
214 uma coisa que eu gostei muito foi a proposta da discussão de gestão financeira
215 e orçamentária que será pauta de um dos cursos nossos ainda para este ano, a

216 gente vai fazer um esforço pra trazer pra cá este curso de gestão financeira,
217 estão com material muito bom, para ser discutido com os municípios nesse
218 grande desafio para ajudar os municípios a gastar o dinheiro que muitas vezes
219 ficam em conta e eles não conseguem ...A UFMG não tem Escola de Serviço
220 Social, é a PUC que tem .Olha a nossa ex-presidente chegando, eu vou ter que
221 dar uma paradinha aqui pra gente receber a nossa ex (palmas)JUANITA: então!
222 Eu vim aqui só para me despedir de vocês, mesmo porque a nossa troca foi
223 tempestiva, né? A minha saída do CEAS idem, e agora eu estou em outra
224 Política pública e não tive oportunidade de falar até logo de agradecer o apoio
225 que vocês sempre me deram aqui quando eu estava e pra falar que eu estou em
226 outro lugar mas ainda sou da política de assistência, né? Sempre que este
227 conselho precisar ,que vocês precisarem eu estou lá no Direitos Humanos, estou
228 agora no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, era só
229 pra isso que eu vim falar até logo e vamos nos ver em outros espaços, Fiquem
230 bem ai com a nova presidente viu?(palmas)ROBERTA: Juanita, eu queria te
231 agradecer e queria te dizer o seguinte, que pra nós você sabe que é uma
232 dobradinha né? Eu fico muito satisfeita de saber que você esta no conselho
233 estadual da criança e do adolescente ,porque a gente sabe que o grande desafio
234 para integrar a politica muitas vezes ela passam por essas relações afetivas as
235 vezes.. você consegue integrar não pela institucionalidade mas pelas relações
236 afetivas, eu tenho certeza que a gente vai conseguir no mínimo fazer uma
237 plenária em conjunto, obrigada viu Juanita! SÉRGIO: Qual é a escola da UFMG
238 que vai fazer a capacitação? ROBERTA: Lá não é Escola, lá isso vai como
239 Projeto de Extensão SÉRGIO: mas de que curso ROBERTA: é política Social.
240 ISABELA: posso falar? É do departamento de Ciências Política é um Núcleo que
241 chama Público que está ligado ao curso de gestão Pública UFMG. ROBERTA na
242 verdade não é... Quem pegou para coordenar é esse núcleo que ela falou que
243 tem a ver com essa temática, agora os professores são de mercado tá? Eles não
244 são os professores necessariamente só professor da UFMG, ele pode buscar
245 professor fora, inclusive tem dois professores que vão dar aula agora que são da
246 prefeitura de Belo Horizonte que estão na pratica isso foi em consenso com a
247 UFMG pra não colocar só teórico e mesclar um pouco com os que estão na
248 gestão e que estão na prática.. DENISE? É importante até a gente esclarecer
249 assim que não são os cursos de serviço social necessariamente que estão
250 Habilitados para... de políticas públicas porque acaba que passa por essa
251 confusão mesmo, e as vezes muito pelo contrário e que bom que a UFMG além
252 de ter este norral, essa possibilidade de buscar no mercado vai enriquecer
253 muito mais essa capacitação. ROBERTA: A gente entende que do ponto de vista
254 das que estavam credenciadas ter a chancela desse curso com a UFMG, para o
255 SUAS é importante, a certificação pela UFMG é importante para nós, assim
256 como se fosse com a PUC que também é uma universidade respeitada não
257 quero desrespeitar as demais, eu falo assim, que são universidades históricas e
258 de referência nessa área. Isto posto com essa confusão toda que nós tivemos
259 que soltar o pregão a gente teve que soltar também uma resolução ad referendo
260 inclusive foi a Juanita que assinou, aprovando todo esse processo que era
261 exigido pra gente mandar pro governo federal. Eu estou aqui com a resolução
262 que vou ler para que os senhores: A presidente do Conselho do Estadual de
263 Assistência Social de Mina Gerais-CEAS/MG, no uso das atribuições que lhe
264 foram conferidas pela lei federal nº 8.742/93, de 07 de dezembro de 1993, pelo
265 art. 13 da lei estadual nº 12.262/06, de 23 de julho de 1996 e pelo art. 21 do
266 Regimento interno do CEAS e considerando a resolução de CNAS nº 24 de 27
267 de setembro de 2013, Resolve ad referendum: Art. 1º Aprovar a adesão do
268 órgão gestor estadual, Secretaria de estado de Desenvolvimento Social –
269 SEDESE, ao Programa Nacional de Capacitação do SUAS - Capacita SUAS do

270 Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Art. 2º esta resolução
271 entra em vigor na data de sua publicação. 26 de dezembro de 2013. ISABELA:
272 Esse foi o termo de adesão pra gente receber os recursos referentes ao
273 exercício de 2013 né de acordo com essa resolução do CNAS que está aí, a
274 gente tinha que ter o contrato assinado com a instituição de ensino superior e
275 fazer o termo de aceite até o dia 27 e nesse sufoco todo que a Roberta colocou,
276 a gente conseguiu e é por isso que teve que ser ad referendum pra gente não
277 perder o recuso. ROBERTA é um pouco confuso, gente, porque assim a priori eu
278 até do ponto de vista democrático toparia trazer aqui pra discutir pra desvendar
279 porque isso aí no meu entendimento está equivocado, que você veja bem, nós
280 estamos fazendo adesão de 2013 pra 2014, o que eu estava fazendo contrato
281 de 2012 pra 2013 então eles condicionam assim você faz a adesão e me
282 mandem o contrato caso contrário eu não mando o dinheiro de umas coisas que
283 são de períodos diferentes mas enfim para não prejudicar porque se nós
284 optássemos por uma discussão mais democrática mais republicana nós iríamos
285 perder isso aí e quem ia perder era o trabalhador do SUAS, aí a gente resolveu
286 obedecer e vamos lá fazer um ad referendum e manda ver , mas deixando bem
287 claro que no meu entendimento esta tudo equivocado isso aí tá porque o
288 contrato que eu mandei é pra execução do aceite que foi feito lá na época da
289 Nívia, este aceite que está se fazendo ainda vai chegar dinheiro tá? Só pra
290 deixar claro, pra saber o que nós estamos aprovando aqui, que é um pouco
291 equivocado no meu entendimento este aspecto aí. Mas tá em debate, para os
292 senhores e para a aprovação ou não aprovação, se for o caso o ad referendum.
293 DENISE: Eu tenho uma dúvida só, com relação aos critérios de vagas e
294 participação, nós vamos discutir em outro momento pra frente? ROBERTA:
295 nessa adesão aí sim, desses que nós estamos executando já foi fechado, por
296 isso que estou falando, essa adesão aí essa ainda vai vir provavelmente deram
297 indicativa pra 4.000 vagas 4.500 vagas e a gente vai trazer aqui pra discutir e
298 pra montar inclusive as propostas de custo. ISABELA: Este termo de aceite foi
299 feito para o recebimento do recurso na época a gente pactuar as metas, Minas
300 pactuou o total de vagas possíveis na época que era de 2.250, como tiveram
301 outros estados no Brasil que não realizaram o aceite, o governo federal está
302 fazendo uma redistribuição e aí a gente está com esse numero aí bem
303 audacioso que a gente ainda vai discutir o que é viável quais os cursos que a
304 gente vai né realizar com este recurso novo, isso tudo não está fechado ainda.
305 ROBERTA: Veja bem, isso que você colocou é importante porque eu até
306 Isabela, a gente colocar como ponto de pauta talvez pra março ,a gente começar
307 essa discussão pelo seguinte isso que a Isabela colocou é muito importante nós
308 havíamos proposto 2.500 vagas que é a capacidade que nós temos de
309 operacionalizar, eles nos deram 4.500 vagas, agora, só para senhores
310 entenderem o que significa isso, por exemplo desses 2000 vagas que nós
311 vamos ter que capacitar agora, eles me deram 1.600.000,00 o curso está
312 ficando em três milhões e tanto, o estado está entrando com um milhão a mais,
313 porque? Do ponto de vista, como é curso, você tem que pagar hospedagem, por
314 que o município não vem, não é? Se você marca. são três... por exemplo nós
315 vamos mandar a grade pra cá aliás já era pra ter vindo, eu não sei nem se já
316 veio a grade, pra cá , do Capacita SUAS. Do capacita SUAS agora. ISABELA: O
317 calendário eu acredito que não, tem que enviar ainda. Calma gente, vai mandar
318 a grade pra cá com os dias, por exemplo, em março nós vamos ter curso,
319 Fevereiro , março, abril, então por exemplo tem semana que ele vão ficar a
320 semana inteira entendeu?. E aí para o gestor vocês vão ver que não é algo tão
321 simples assim da gente executar e nós estamos com essa dificuldade, o primeiro
322 curso nosso nós tivemos que transportar pra Vespasiano porque os hotéis que a
323 gente tinha não tinha condições da gente de qual? Daqui pra frente eu estou

324 com este problema, porque enquanto não passar a Copa os hotéis vão lá pra
325 cima entendeu? Ainda tem isso que a gente vai discutir, a nossa capacidade pra
326 dar conta dos quatro mil e tanto, o recurso que eles mandam não dá, pros quatro
327 mil e tanto, então nós vamos discutir isso na CIB. Agora Isabela, por favor, me
328 mande pra cá , igual a gente mandou com ofício meu pra cá , mandar tudo
329 direitinho pra eles serem informados porque se não não tem jeito da
330 gente...RONALDO :Eu só gostaria de entender o que a Isabela coloca que
331 houve uma redistribuição, você coloca que inicialmente seria para 2.500 vagas e
332 me parece que conseguimos 4.500 e eu não entendi quando esse recurso de
333 um milhão e meio se ele é pra 2.500 e com essa redistribuição não foi
334 redistribuído o recurso proporcional ao numero de vagas. ISABELA: Foi, foi sim,
335 o recurso também teve um aumento, mas ele ainda não é suficiente pra executar
336 o curso todo pra essas 4.000 vagas 4.500 vagas, ainda mais tendo a experiência
337 desse curso que a gente está executando com recurso de 2012, para
338 hospedagem, alimentação todos esses cursos que a Roberta colocou eles vão
339 muito além dos recursos repassados pelo governo federal. ROBERTA: Ronaldo,
340 ,RONALDO: Entendi eu queria saber se é possível o valor do recurso que de
341 1.500 pra quanto ele passou com o aumento de numero de vagas. ROBERTA:
342 Deixa eu só clarear porque exatamente isso Isabela, eu preciso para a plenária
343 que vem o seguinte; Ronaldo eu te dou toda razão , eu custei a esse negocio de
344 2012 e 2013, a primeira coisa que tem que ficar clara aqui é que nós não
345 recebemos recursos ainda para os 4.000 não tá? Dos 4.000 ainda vai vir aí, este
346 aceite é para 4.000, o que recebi foi para os 2.500 tá? Das vagas para 2.500,
347 recebi 1.600.000,00 no início de 2013, então nós ficamos tentando
348 operacionalizar isso o ano inteiro e não conseguimos, aí chegando no final do
349 ano que a gente conseguiu fazer a licitação, então o que nós estamos gastando
350 agora é de 2013 que foi depositado para vagas de 2.500, esse aceite que eles
351 nos obrigou a mandar em dezembro vai vir o recurso para 4000 vagas tá , que
352 eles estão aumentando o valor também, não sabemos quanto e não sabemos
353 também se o estado vai aceitar as 4.000 vagas, isto ainda está em discussão
354 que nós vamos discutir com a CIT. Agora o que eu preciso para vocês
355 entenderem, eu preciso que traga isso na planilha pra dizer assim: 2013 é isso
356 e nós já estamos capacitando, é UFMG. Para 2014, que eles vão depositar isso
357 pra 1.000 vagas eu ainda tenho que fazer outro contrato que necessariamente
358 não vai ser a UFMG, não sei se vai ser UFMG, eu tenho que licitar de novo, mais
359 um pacote de cursos entendeu? Ou seja, com esse contrato com a UFMG eu
360 vou com o curso até outubro entendeu? Nessa resenha de toda semana, de
361 quinze em quinze dias tem curso tá? Com municípios variados mas, e gestores ,
362 coordenadores de CRAS, de CRES, a gente vai entrar mesmo tecnicamente na
363 discussão da política com os municípios ok? TÂNIT: Roberta, eu só queria
364 entender uma coisa, como a gente vai dar o aceite né, fazer adesão das 4.000
365 vagas né, para que venha recursos posterior relativo a isso, caso o recurso por
366 algum motivo não venha a gente dando o aceite o estado vai arcar com essa
367 diferença e vai capacitar os 4.000 alunos? E outra coisa, a carga horária do
368 curso só pra gente saber. ROBERTA: Veja bem vocês estão dando o aceite de
369 adesão ao “Capacita SUAS” por enquanto ali não tem numero não, ali, veja bem,
370 o que está aprovado aqui, ‘Aprova a adesão do órgão gestor para o Programa
371 Nacional do “Capacita SUAS”. As demais discussões administrativas que nós
372 vamos fazer na CIT e do ponto de vista de execução ou não, nós vamos trazer
373 aqui a proposta que nós conseguimos executar e nos vamos com essa
374 discussão com o conselho e a CIB, é que nós vamos levar pro governo federal,
375 nós vamos dizer, olha, no estado de Minas Gerais entendemos que, tanto a CIB
376 quanto o conselho estadual e o gestor entendeu que a nossa capacidade é de X
377 e ou Y e nós vamos fazer dessa e dessa forma, entendeu? Ali nós estamos

378 apenas a adesão ao programa tá? Nós fizemos adesão ao Programa em 2012
379 para 2013, agora 2014 para 2015 ou 2013 para 2014, essa confusão que eles
380 arrumam. JÚLIO: seria só uma dúvida, quanto ao Ad referendum, não teria que
381 passar pela Mesa Diretora? O ad referendum ou pode ser a própria presidente?
382 CONSOLAÇÃO: Pelo Regimento Interno, tá na competência do presidente
383 quando não é possível reunir nem a mesa diretora nem o conselho em plenária
384 fazer o Ad Referendum e agora a plenária aprovando a gente solta uma nova
385 resolução que dispõe exclusivamente sobre a aprovação dessa resolução.
386 ROBERTA: Mais alguma dúvida? Em votação, Pela aprovação? Aprovado a
387 resolução, aí depois faz outra resolução não é isso? Bom, a outra resolução que
388 a gente tá trazendo aqui, ela não é de ad referendum é uma proposta para
389 aprovação que é o seguinte, nós temos uma emenda parlamentar de um
390 deputado federal e a emenda parlamentar federal, só pra lembrar os
391 conselheiros vem no mesmo desenho da emenda estadual ou ela vem ora por
392 comissão ou ela vem individual por deputado e aquele recurso uma vez
393 colocado no orçamento, com aquele poder discricionário, ele não pode mudar
394 tá? Então aqui não tá para mudar a emenda, é para aprovar ou não a emenda,
395 por que emenda a gente não pode mudar, se ele disser lá , é 1.000.000,00 para
396 um município tal o máximo que a gente pode fazer é desaprovar, agora, não
397 pode dizer assim, libera mas é para o município A,B, C e D porque ela é
398 carimbada tá gente? Só lembrando esse aspecto, então a emenda é o seguinte,
399 o objeto da emenda é, estruturação da rede de serviços de proteção social
400 especial, aquisição de veículo, aquisição de vinte e três veículos para equipar o
401 serviço socioassistenciais executados nos municípios pela rede socioassistencial
402 privada do sistema único, ou seja, não é para o município tá , os veículos são
403 para as entidades socioassistenciais que ira possibilitas as secretarias
404 municipais, as entidades da rede privada uma melhor oferta no serviço, nós
405 estamos dizendo para a secretaria por que uma vez a rede revitalizada e
406 potencializada isso reflete na gestão municipal ok? O valor da emenda de
407 500.000,00, é do Ministério de Desenvolvimento Social e uma vez aprovado o
408 estado tem contra partida de 50.000,00 por que essa emenda é de execução,
409 embora ela seja para as entidades, o governo federal agora, de uns bons anos
410 para cá, ele repassa para execução direta então o estado vai ter que comprar e
411 distribuir os carros para entidades porque ele não pode passar. DENISE: nesse
412 documento ele não faz indicação? ROBERTA: quem? O deputado? DENISE: É.
413 ROBERTA: Indica, claro, é igualzinho a emenda daqui , a emenda daqui, é dele
414 tá, o deputado é Vitor Penido, a emenda é dele, é ele que indica as entidades,
415 tanto faz federal quanto estadual . por isso, que eu falei a emenda , ela é
416 carimbada. O que a gente acha importante é que são vinte e três veículos para
417 entidades socioassistenciais. Quanto a questão de indicar ou não aí é um poder
418 discricionário que está escrito lá na emenda. DENISE na verdade é isso eu
419 queria só ter acesso às entidades. ROBERTA: o que a gente vê é a questão da
420 possibilidade da gente tá fortalecendo as entidades sempre tem uma negociação
421 principalmente por parte da contra partida, a gente acaba ajustando com eles ,
422 algumas... é por que aí não fica só sem por cento com ele também não porque
423 a gente e acaba abrindo um lequezinho maior tá? Mais alguma dúvida gente em
424 relação ...SHIRLEY:A minha dúvida é a seguinte: as implicações legais disso,
425 porque se a gente está falando de uma política pública , parte-se do princípio de
426 que o direito é de todos, se tem algumas instituições que recebem, as outra
427 podem questionar, como que fica isso? ROBERTA: vou responder, é, Entidade
428 tem a informação de que a emenda é isso, emenda, se você conseguiu você
429 recebe, essa discussão não é igual uma discussão do recurso público que tem
430 que ser compartilhado, esse recurso é de emenda, então emenda, tanto o
431 deputado quanto a entidade, quanto o município que é pleiteado com aquela

432 emenda eles nem questionam sobre isso, se eles perguntam você fala, oh! Isso
433 foi emenda do deputado, por que eles também correm atrás, a mesma relação, a
434 entidade corre atrás, por exemplo, essas entidades elas correram atrás dele
435 para ele fazer uma emenda pra colocar pra comprar carro isso você pode ter
436 certeza, se você perguntar se ele é equitativo ..eu diria que .não, mas isso do
437 ponto de vista legal isso tá super iper assegurado não tem problema nenhum.
438 SHIRLEY: E mais uma questão, no caso a questão, seria uma fiscalização, não
439 sei, garantir que esses carros são utilizados da maneira que prevê alguma coisa
440 dessa natureza? ROBERTA: tem todo.. Por que passa por... você plota o carro
441 ,você tem um termo de doação, a entidade quando ela recebe , vou te dizer
442 aqui, ela faz muito mais bem uso do que qualquer outra perspectiva isso aí pra
443 nós não é o problema, inclusive quem tem que fazer a fiscalização é o próprio
444 poder municipal, entendeu ? Por exemplo, a APAE recebe um carro desse.
445 Quem tem que fiscalizar? ,o Asilo recebe um carro desse entendeu? Não é
446 quem está concedendo, claro que quem tá concedendo também, ...você
447 concede com todo rigor da legislação mas a fiscalização , ela está no município
448 inclusive com o conselho municipal. E ele é plotado geralmente, ele já sai
449 plotado. TÂNIT: Só a título de esclarecimento, porque a saúde tem muita
450 experiência com emenda parlamentar, a gente tem essa vivência de muito
451 tempo, o deputado tem um poder discricionário, pode escolher inclusive qual
452 secretaria que ele vai alocar cada emenda, isso é muito poder do deputado para
453 decidir junto com a base, as questões dele lá , os recursos do ministério
454 inclusive agente está recebendo agora na secretaria da saúde, uma emenda de
455 um deputado que é recurso do ministério da justiça que vai ser executado na
456 saúde, então ele tem essa liberdade de fazer esses arranjo, com previsão legal
457 tudo direitinho, só lembrando que, esse ano é ano eleitoral, a entidade para
458 receber a doação e qualquer recurso , tem um prazo muito curto, essas
459 emendas desse ano nós vamos ter um tempo muito curto para executa. JÚLIO:
460 É só reforçar aquilo que a Tânit já falou, esse ano é ano eleitoral, é como uma
461 coisa normal acontecer por outro lado não vem o nome dessas entidades que
462 vão receber depois que ele vai decidir para onde que vai...SÉRGIO: Eu acho
463 que é assim , fortalecimento da política né e das entidades, acho que são
464 veículos deve estar precisando, cabe ao município de fato fiscalizar né, essas
465 entidades e ter o controle sobre essa rede social privada ,não é ?ROBERTA: Eu
466 até imagino o seguinte, que é como o Sérgio está colocando, aqui a comissão
467 de apoio para os conselhos deve ser pauta dele discutir isso nos conselhos as
468 fiscalizações inclusive das entidades e do vínculo SUAS gente, isso é o vínculo
469 SUAS, quer dizer se você sabe da estrutura da entidade agora ela recebe um
470 carro mesmo sendo de emenda é dinheiro público e essa fiscalização aí nós não
471 temos nenhum problema nelas. SÉRGIO: Aquilo que a Roberta falou, hoje de,
472 por exemplo, antigamente não era assim, hoje as entidades recebem o carro
473 parece que...o carro é do estado na verdade você plota o negocio do tamanho...
474 o nome dela nem aparece mais, coisa do tamanho do mundo do estado e do
475 governo federal, então é assim. Tá bem claro que é dinheiro público ali.
476 ROBERTA: você publiciza. Ronaldo. RONALDO: Está sendo um grande
477 aprendizado aprendi agora sobre o poder discricionário do deputado né? Que
478 cabe a ele unicamente a destinação quando a emenda é do deputado, desse ou
479 daquele e eu só não consegui entender duas coisas, o porque de aprovação já
480 que ele tem esse poder discricionário de uma aprovação de uma resolução
481 através do conselho estadual e outra coisa quando foi colocado pela presidente
482 que isso pode ser negociado e qual é essa forma de negociação junto com esse
483 deputado uma vez que tem uma contra partida de 50.000,00 do estado
484 .ROBERTA: a contra partida , ela é obrigatória, qualquer convênio que faço com
485 qualquer pessoa , o estado tem que dar contrapartida o município tem que da

486 contrapartida, qualquer convênio ele requer contrapartida. Quando eu disse
487 possibilidade de negociação por que dependendo do deputado, para liberar
488 inclusive a emenda por que inclusive para liberar pelo governo federal, gente
489 que as vezes você aprova aqui e empenha, e eles não soltam, isso é muito
490 comum, então eles entram em todo um processo de negociação, não, beleza
491 libera pra tanto que eu libero tanto, mas se você me indica tanto, isso é do
492 mundo deles de negociação, político, político tá? SÉRGIO: Agora não vai ter
493 mais isso por causa do orçamento impositivo né Roberta? ROBERTA: Bem,
494 essa é uma pergunta, a outra é sobre o quê? TÂNIT: porque que a gente tem
495 que votar? Ah! Veja bem essa questão de votar isso foi um pleito inclusive dos
496 movimentos e dos conselhos por que antigamente Ronaldo, Saía emenda
497 simplesmente assim esse conselho não sabia nem que existia, não sabia nem
498 que estava recebendo nem pra quem ia, entendeu, por exemplo, hoje nós
499 conseguimos minimamente, regular algumas questões, primeiro, ela pra sair,
500 tem que sair dentro daquilo que é objeto daquela pasta porque antigamente era
501 tão esquizofrênico essa questão de emendas que era assim eles mandavam pra
502 SEDESE, a SEDESE era alvo disso por exemplo ah! Compra dez ambulâncias
503 pra coisa ponha lá na SEDESE. A SEDESE não mexe com ambulância,
504 mandava para a saúde entendeu que era essa esquizofrenia, ele achavam que
505 tudo para pobre podia por na SEDESE, podia por lá no desenvolvimento social
506 no governo federal e liberava, o deputado tinha autonomia de negociar valor e
507 onde ele quisesse por e geralmente ele punha onde era mais fácil sair. Aí nós
508 começamos a regular isso, regular principalmente na assistência de dizer que ok
509 ele pode até ter o poder de carimbar, mas ele tem que ter aprovação ou não dos
510 conselhos porque é uma forma da gente inclusive tomar conhecimento e da
511 gente também trabalhar com os deputados que eles coloquem emenda na área
512 da assistência, porque isso para nós é bom. Para além do orçamento, ter
513 emenda na área da assistência, isso não é ruim não uai! Por que, nós não
514 queremos que as entidades fiquem fortalecidas? Queremos. Nós não queremos
515 que os municípios fiquem fortalecidos? Porque a emenda já existe, lá, ela é
516 constitucional isso não é lei não isso é constitucional, tá lá, agora, se a gente no
517 movimento não puxar essas emendas pra nós esse orçamento vai pra outra
518 área, vai pra cultura, vai pra saúde, vai pra não sei o que por que lá eles
519 querem. Eles não têm esse preconceito que nós da assistência há algum tempo
520 tínhamos, nós tínhamos esse preconceito de falar não queremos, porque nós
521 queremos participar, conclusão na hora que a gente ia precisar dos deputado
522 eles falavam, ora, mas vocês também, o que que vocês querem, na hora de
523 vocês negociarem comigo das minhas emendas, vocês não querem porque
524 vocês acham que tem que ser equitativo, vocês acham... ok! Agora, do poder
525 que esta lá, constitucional tá lá. Aí começou uma racha entre a questão política
526 e nós do movimento da assistência, aí o que a gente fez? Gente, beleza vamos
527 regular vamos falar, oh deputado pode fazer a emenda, mas tá aqui um cardápio
528 que a gente tá sugerindo pro senhor, põe emenda no CRAS, põe emenda não
529 sei o que.. foi assim que a gente começou ganhar também financiamento na
530 área da assistência via emenda tá? RONALDO: desculpa, eu só não consegui
531 entender né esse cardápio, uma vez que ele não é apresentado não foi aqui
532 entendo que uma parte da esquizofrenia ela continua com esse poder
533 discricionário dos deputados, a gente aprova mas eu, desculpa, não consegui
534 ver a força de negociação desse conselho em aprovar a emenda.
535 CONSOLAÇÃO: é só somando a isso que a Roberta falou, o recurso de emenda
536 ela tá, essa emenda vai tá alocada aonde? Ela está alocada no fundo nacional,
537 se é fundo de assistência cai na regra a regra de o conselho aprovar é por isso
538 que a gente tem que aprovar também para essa execução tá então é obrigatório
539 nenhum recurso da assistência pode sair sem essas aprovações e aí quando faz

540 essa emenda que ela fala de cardápio, a emenda entra dentro do orçamento na
541 peça orçamentária dentro do fundo e aí como é recurso novo não é? Novo
542 assim, é um recurso carimbado, recurso que pressupõe para utilização ação e
543 aprovação pelo conselho tá? Por isso que a gente... ROBERTA: agora, só pra
544 clarear eu acho que pra além da questão legal, que eu acho que a gente,
545 conselheiro tem que... primeiro que foi o movimento que pediu pra por lá no
546 fundo tá? Porque antigamente não era, antigamente, isso era no gabinete do
547 ministro no gabinete do secretário, era no caixa único então estar no fundo foi
548 um pleito nosso, então assim dentro do... para além da questão legal porque,
549 estar lá foi um pedido nosso ,falou então beleza você quer sair então vai ter que
550 por no fundo porque no fundo ela vem pra essa discussão aí a gente tem
551 condição de fazer todo esse debate, embora nossa autonomia ela é restrita
552 nesse aspecto .SÉRGIO: a titulo de esclarecimento, Ronaldo, eu acho que o
553 cardápio é a política de assistência social é aquilo que a Roberta falou, porque
554 ela usou a palavra cardápio , mas é aquilo, cê vai comprar ambulância com
555 emenda do fundo de assistência social? não. É por que isso não é uma função
556 da assistência social então eu acho que a regulação da gente é nesse sentido
557 ne de você ter um modelo um desenho de política onde as emendas dos
558 deputados acho até que inclusive é um exercício de entendimento pros
559 deputados porque eles também as vezes eles não conhecem as políticas né
560 dizer o seguinte você pode ter emenda mas isso existe uma política, que é uma
561 política de estado de assistência social e suas emendas devem estar compatível
562 com esse desenho né ?assim eu acho que é isso que... esse é o
563 cardápio...ROBERTA: esse é o cardápio, o governo federal Ronaldo,
564 RONALDO: só entendo que deveria ser apresentar e negociado com esse
565 deputado, passando para ele a credibilidade desse conselho e ele o conselho
566 por estar no fundo poder ter uma maior participação nesse encaminhamento né.
567 ROBERTA: isso a ele não faz não viu Ronaldo, isso é correto, mas isso ele não
568 faz não porque ai ele vai deixar de ser deputado e vai ser gestor aqui, entendeu
569 porque ele quando a gente negocia, e você está colocando uma questão que é
570 importante Ronaldo, que é o seguinte, essa negociação inclusive o próprio
571 conselho, faz quando a gente vai discutir o orçamento, na Assembleia
572 Legislativa aqui a gente negocia por exemplo com o presidente da comissão
573 popular pra colocar emenda para nós, entendeu quer dizer não tem nada de
574 questão nisso ai, agora se a gente quiser esse nível democrático ele vai deixar
575 de ser deputado, vai falar assim gente olha aqui eu não estou aqui por exemplo
576 pra falar assim eu vou pegar 1.000.000,00 vou colocar pra vocês discutir e eu
577 tenho minhas bases que eu preciso trabalhar !Isso aí gente, entendeu? Aí
578 também nós vamos discutir o mundo da utopia, agora o mais importante que a
579 gente avançou e quando eu digo de cardápio por exemplo o governo federal fez
580 uma cartilha “Cartilha de Orientações para Emendas Parlamentar” você pode
581 procurar no site do governo federal que você acha e especificamente no MDS
582 “Como alocar suas Emendas” ai ele coloca para o CRAS, para o CREAS você
583 pode investimento nisso, ele tem realmente um cardápio o MDS tem um
584 cardápio que ele oferece para os deputados , e o gestor do MDS vai lá no
585 congresso e faz a negociação, fala assim, você quer colocar emenda? Então tá
586 aqui, tá aqui o que vocês podem emendar ?e é por isso que cai essas emendas
587 para nós aqui .podem ter certeza, isso é emenda federal e volto a insistir
588 emenda federal, ao cair aqui para fazer o convênio nós temos que colocar 50%
589 de contra partida né e 10% 50 não, é 10% ,de contra partida que é 50.000,00
590 né? Para poder com esse essa destinação aí de comprar veículo pras entidades
591 esse é o discriptor dessa emenda Ok? Mais alguma coisa. RONALDO: gostaria
592 de agradecer me sinto contemplado é porque eu trago um exemplo de Juiz de
593 Fora semana passada um vereador através de emenda, ele fez uma doação no

594 valor de 50.000,00 para o fundo especial do conselho dos Direitos da Criança e
595 do Adolescente e cabe, eu sei que é diferente da assistência social, porque o
596 gestor do fundo é o próprio conselho e achei muito bacana quando ele acreditou
597 nos critérios do conselho e o conselho poder destinar para as entidades de
598 acordo com a hierarquização e prioridade das ações voltada as crianças e
599 adolescentes. Muito obrigado. ROBERTA: Mais alguém inscrito gente? TÂNIT:
600 eu só queria falar um pouquinho pra vocês que eu considero um avanço, estar
601 discutindo essas questões aqui no conselho porque eu vou até verificar no
602 Conselho Estadual de Saúde se as emendas são discutidas lá porque eu acho
603 que ainda não são vou até verificar isso, não tou me recordando disso não, pra
604 mim está sendo uma surpresa o CEAS ta abordando essa questão eu acho que
605 é um avanço para a nossa política aqui de assistência social E só uma outra
606 coisa gente, como coordenadora Estadual de Saúde mental escutar
607 esquizofrenia, esquizofrênico muitas vezes me dói um pouco o ouvido porque
608 nossos pacientes já carregam muito esse estigma então eu só queria pedir
609 cuidado aí nos termos por favor, só isso obrigada ROBERTA: agente não pode
610 falar isso não, não pode não TÂNIT poder pode é porque existe muita coisa
611 pejorativa que os pacientes carregam .ROBERTA: Bom em votação a proposta
612 de emenda do deputado Vitor Penido. Aprovado. Agora nós vamos para onde?
613 Recomposição da Comissão de Ética, é nós tivemos a saída do conselheiro
614 Wiliam e da conselheira Andrea, e eu queria passar para o meu vice-presidente
615 aqui, porque ele compõe a comissão de ética, para ele conduzir VOLNEY: essa
616 recomposição é da sociedade civil e do governo, escolher !Exato! ROBERTA: a
617 escolham é aqui, é isso? ANÁLIA: ... dentro da ação. Só fazer um comentário.
618 Ali, na questão do trabalhador, para a gente lembrar que temos uma NOBSUAS-
619 RH e a resolução nº 17 define os trabalhadores prioritários. Então, muitas vezes,
620 a gente esquece e a assistência social fica achando que vai fazer política pública
621 de assistência social com psicólogas e assistentes sociais e esquece os outros.
622 Administrador, pedagogo, sociólogo, economista doméstico, etc., que está lá.
623 CONSOLAÇÃO: a secretária executiva sabe da resolução, né?! E a gente fez a
624 busca de que é, por exemplo, os sociólogos não têm conselho, têm sindicato.
625 Inclusive, a gente está pesquisando e parece que não está ativo. Então, assim,
626 as outras categorias a gente tá atento a isso, conselheira Anália, e a gente só
627 não pôs tudo que está aqui, logicamente todas as entidades, que nem assim
628 caberia. Mais na primeira divulgação a gente segue toda essa normativa que
629 está posta por definição para quem é. A identificação de cada um.
630 Administrador, o conselho dele entrou em contato que ele nem sabe muito. Tem
631 dos contadores. Tem diversos mesmo. Agora, ali, foi só algumas entidades. A
632 gente não está esgotando todo esse leque. Continuando, a apresentação, então,
633 da habilitação à gente daria um prazo a mais de um (1) mês, até o dia 28. O
634 processo de escolha, seguido de posse seria em uma plenária de conselho, a
635 plenária de junho, como estava previsto. A gente põe processo de escolha
636 seguido de posse, porque como é a pessoa que vai estar aqui, né?! Um modelo
637 diferente como está posta na resolução, ela imediatamente se for eleita pelo
638 conselho em si, ela já toma posse, já começa, para não atrapalhar esse
639 funcionamento, pra otimizar o funcionamento, em verdade. A próxima, a
640 proposta ainda da secretaria executiva de alterar na nossa resolução, porque ela
641 seguiu os critérios propostos na Conferência que o conselho municipal ele
642 apresentasse uma resolução, que foi escolhido na União de Conselhos para
643 representar aquela União pra disputar uma vaga no conselho. Então, isso
644 estamos vendo que é um dificultador. Já estamos recebendo e-mails de vários
645 conselhos que estão interessados, mas uma vez que as URCMAS não estão se
646 reunindo eles não têm como apresentar essa documentação. Então a proposta
647 também é somar, é desvincular os conselhos das URCMAS no sentido de ter

648 essa ata. E a outra questão é colocar a prioridade nas regiões que ainda não
649 estão aqui representadas no conselho. E as estratégias de mobilização a gente
650 tem: encaminhamento de correspondência às entidades listadas, o contato
651 direto, por telefone, de recebimento e incentivo nesses contatos. A tentativa de
652 identificar mais entidades, a gente está buscando isso. Inclusive, também, a
653 secretaria vai formalizar depois a SEDESE em relação ao cadastro, porque no
654 site a gente também não conseguiu ter acesso a todas que poderia ter essa
655 especificidade é de ser de estadual. A Anália até falou isso ontem mais aí a
656 gente foi ver que o banco que a gente tinha tem algumas falhas nesse sentido e
657 também estamos buscando junto ao Nacional que tem o cadastro de todas as
658 entidades de Minas Gerais. É a publicização no site da SEDESE. No site do
659 CEAS já tinha, mais a gente vai colocar também no site da SEDESE. E
660 solicitação aos demais conselhos da Casa de Direitos Humanos, que também a
661 gente fez isso, né, mais foi é... encaminhando toda a documentação, direitos
662 humanos e o escritório, que divulgue esse processo. Tanto é que nós
663 identificamos as entidades também de assistência social, da criança e do
664 adolescente e do idoso através... da pessoa com deficiência também através
665 desses outros conselhos da Casa. Tá?! ANÁLIA: bom, é... só reforçar aqui essa
666 colocação que a Consolação fez sobre as URCMAS, que realmente essa é uma
667 realidade que estamos vivendo, né?! No ano passado, a Juanita convocou uma
668 reunião com as URCMAS que eram doze (12), né Consolação, e compareceram
669 oito mais várias não estão em funcionamento. Então, isso é assim se nós
670 continuarmos com esse critério nós vamos inviabilizar o processo perante a
671 representação do representante do conselho. Então, é reforçar isso, tá?! Sendo
672 membro da comissão de apoio aos conselhos, né?! Então, a gente tá assim bem
673 inteirado desse assunto. ROBERTA: bom, eu só queria que acrescentasse essa
674 sugestão que eu falei, porque vista a apresentação ela não está na
675 apresentação, então, a minha colocação, naquela primeira lâmina, só queria que
676 acrescentasse a sugestão da mobilização também partir pelos conselheiros
677 estaduais. Visto esta lista para ampliar, endosso o que a Anália falou e
678 ampliassem esse pré-julgamento se está funcionando ou não, porque o que a
679 gente vai divulgar é a possibilidade para candidatar, porque depois do processo
680 na hora de candidatar você vai ver se preenche o requisito ou não. Porque se a
681 gente também começar a fazer seleção e limpar antes do cara se inscrever nós
682 não vamos conseguir. A minha proposta é que a gente amplie a divulgação ao
683 máximo que a gente puder e é para isso que é formado uma comissão pra saber
684 se ele enquadra no critério ou não, gente. Porque também se a gente começar a
685 fazer critério antes de mobilizar nós vamos ficar com um universo pequeno cujo
686 esse universo pode não comparecer que é isso que está acontecendo. Né?!
687 Então, é a gente trabalhar também com essa possibilidade de cada conselheiro
688 que aqui representa uma cadeira ele também trabalhar com seus pares e com
689 sua cadeira a possibilidade de buscar essa suplência aí. E da sociedade civil
690 mais uma vez a preocupação porque vocês estão sem paridade. Vocês estão
691 com um titular, então é muito preocupante, que vocês corram atrás e ajudem a
692 trabalhar esse processo de trazer mais alguém para o conselho pra gente
693 conseguir ter, inclusive, ter a paridade no conselho. Ok? Aí, queria pedir,
694 Consolação, por favor, mande inclusive, a informação pra todos os conselheiros
695 do processo que os conselheiros ao divulgarem também eles precisam saber
696 quando que escreve, que dia, entendeu?! Qual a documentação que tem que
697 mandar e/ou então qualquer dúvida pra ligar pra cá para eles se orientarem.
698 CONSOLAÇÃO: vai sair uma nova resolução, tá?! Na semana que vem eu já
699 passo isso para a senhora e já passo para a mesa para todo mundo também.
700 Tá?! Que com essas alterações daqui que foram apresentadas. ROBERTA:
701 então, prorrogado e com esse processo todo aí pra vê se a gente consegue

702 mobilizar. E aí é só pra gente refletir, em março a gente tenta recompor as
703 comissões e ainda sim o que tiver quando a gente cumprir com essa parte do
704 conselho como um todo a gente volta para poder trabalhar também os demais
705 na comissão. Ok? De todo o conselheiro novo que chegar. Bom, nós temos aqui
706 um convite de reunião trimestral do CNAS que vai acontecer em Brasília, dia 13
707 de março da qual o Conselho Nacional está liberando duas vagas para o
708 Conselho Estadual, um da sociedade civil e um do governo. Lembrando que o
709 CNAS está custeando as despesas dos dois conselheiros para irem e a gente
710 precisa deliberar aqui quais os conselheiros que vão representar esse conselho
711 e pra gente se organizar e mandar toda a documentação para eles liberarem a
712 disponibilização de recurso financeiro e hospedagem para os conselheiros que
713 vão participar. Está aberta a discussão da participação do conselho estadual lá
714 em Brasília dia 13 e 14. Quem se candidata? São duas vagas: um do governo e
715 um da sociedade civil. ISABELA: bom, eu me candidato como representante do
716 governo. ROBERTA: a turma aí do governo, tudo bem? (vozes ao fundo) Então,
717 vão representar o CEAS a Isabela e o Volney. Distribuição de processo: PCH
718 Rio Manso, município de Itajubá, avaliação do PAS com vistas para o
719 conselheiro Marcos Vinícius – FETAEMG. Não está. Então, nós vamos ter que
720 recompor isso aí. Quem é o próximo da lista? (vozes ao fundo) Só para os
721 conselheiros que estão chegando, gente, que não têm informação. Nós temos
722 relatoria de processo de usina hidrelétrica e tem uma lista de conselheiros e vão
723 por ordem. Então, o sorteio cada mês conforme a entrada de processo a gente
724 vai pegando o conselheiro da vez para relatar. O da FETAEMG não está
725 presente. A minha sugestão é que passe para o próximo, porque a gente não
726 sabe o que quê aconteceu e pode o empreendimento ficar prejudicado por
727 causa disso, né?! E quem é o próximo, sem ser o Sérgio, porque também já
728 anunciou que vai debandar. Anália. Então, a relatoria vai para a Anália. E,
729 geralmente, a relatoria, você pega o processo naquele mês e relata no mês
730 seguinte. Então, você nunca relata no mesmo mês. Bom, nós temos aqui
731 apresentação de relatoria de processo. A Tânit pediu para apresentar o dela,
732 porque ... estaria para a parte da tarde, mas nós estamos um uma agenda boa
733 aí dá para a gente puxar tranquilamente. Tá?! Aí a gente podia falar a relatoria
734 da Tânit e depois o da Edir, aproveitando, porque a Edir não está se sentindo
735 bem. Mais mesmo ela estando aqui a Rosa relata e a gente te dá suporte
736 também. TÂNIT: então vamos fazer a relatoria da CGH Floresta, município de
737 Liberdade e Carvalhos. Relatório de implantação do Plano de Assistência Social
738 da CGH Floresta. Primeiro o empreendimento, gente, ele veio para o CEAS com
739 o nome CGH Barulho, porque o empreendimento é no Ribeirão Barulho mais por
740 uma questão que já tinha um outro empreendimento com esse nome, não é isso
741 Rosa? Eles propuseram, então, a mudança de nome para CGH Floresta. Então,
742 eles notificaram o CEAS com um memorando pedindo alteração do nome que
743 passou a chamar, então, CGH Floresta. Nós estamos analisando então o
744 relatório do Plano de assistência social. Em outubro de 2013, então, foi
745 protocolado esse relatório final de acompanhamento das atividades desse plano
746 de assistência para avaliação das ações que estão sendo desenvolvidas na
747 área. A Central Geradora Hidrelétrica – CGH Floresta é um empreendimento
748 pequeno. Foi instalada no curso do ribeirão Barulho, nos municípios de Carvalho
749 e Liberdade, com potência instalada prevista para gerar 850 kW. Com previsão
750 de execução das obras de 09 meses. Iria contratar de aproximadamente 58
751 pessoas da região como mão-de-obra do empreendimento. A Rosalice, que é
752 nossa técnica aqui do conselho visitou então o local no dia 27 a 29 de novembro
753 de 2013 e como o empreendimento é pequeno a gente identificou que 05 (cinco)
754 propriedades rurais que seriam atingidas e dessas eram somente 03 (três)
755 proprietários. E da mesma família, alguns deles. Tem dois que são irmãos.

756 Então, como são só 05 (cinco) propriedades, sendo 02 a margem esquerda e 03
757 a margem direita do ribeirão. Como não tinha ninguém morando na região. Não
758 tinha criança em idade escolar, então, foi um empreendimento tranquilo de
759 negociação. Foram feitas negociações de maneira rápida e tranquila. As
760 indenizações aconteceram, depois até por vontade de um dos proprietários ele
761 vendeu uma parte da terra para o empreendimento, mas fora da negociação, da
762 indenização. Ele teve a proposta, ele quis vender de maneira muito tranquila,
763 então, a gente pode concluir eles contrataram a mão de obra prevista né?!
764 Como era 58 prevista e são dois municípios, Liberdade e Carvalho, eles
765 contrataram do município de Liberdade 30 pessoas. Como eu já falei, não tinha
766 ninguém residindo no local, então, era mais a questão da criação de gado de
767 leite. Então, não tivemos grandes problemas com esse empreendimento o plano
768 foi cumprido na íntegra. Então, sem ressalvas. Eu vou pela aprovação do Plano
769 de Assistência Social desse empreendimento. Mais alguma coisa Rosa que você
770 queira acrescentar. É isso mesmo. ROBERTA: Bom, em discussão. DENISE: só
771 para esclarecer. Você colocou bem. Situou que o empreendimento é pequeno,
772 mas não teve impacto nenhuma em relação à vida dessas pessoas? TÂNIT: não
773 tinha ninguém que morava nas propriedades. DENISE: tinha propriedade mais
774 não tinha morador. Ahh, eu não me atentei a isso. TÂNIT: então, era só uma
775 pastagem para gado de leite. Não tinha nenhum morador. DENISE: Ok. TÂNIT:
776 e a negociação foi bem tranquila por isso. ROBERTA: mais alguma pergunta,
777 gente? Em votação. Agora lembrando que quando é PCH não tem que ser
778 verbal tá?! TÂNIT: a votação? ROBERTA: É individual. É nominal. ANÁLIA: pela
779 aprovação, com a relatora. SÉRGIO: pela aprovação, com a relatora. EDIR: pela
780 aprovação, com a relatora. RONALDO: pela aprovação, com a relatora. MILA:
781 pela aprovação. LUIZA: pela aprovação. DENISE: pela aprovação. GEISIANE:
782 pela aprovação, com a relatora. SHIRLEY: pela aprovação. JÚLIO: pela
783 aprovação. VOLNEY: pela aprovação. ROBERTA: com a relatora, pela
784 aprovação. Bom, eu tinha dito da relatoria de mais um processo mais eu lembrei
785 que a gente pediu para trocar a pauta para a questão da Prestação de Contas. E
786 eu quero chamar a Mila que é da coordenação da comissão de orçamento e
787 finança para apresentar a comissão dela e de preferência, começar pela
788 Prestação de Contas do 3º Trimestre. Eu preciso saber da secretaria executiva
789 se tem quórum. Tem? Ok, pode continuar. MILA: eu não sei se vai precisar
790 passar pela prestação de contas de novo. Eu acho que não, né?! ROBERTA: eu
791 acho que deve passar, porque nós temos conselheiros novos. MILA: Tá. Bom,
792 então, vamos iniciar a apresentação da Prestação de Contas do 3º trimestre que
793 ela não foi votada na última plenária, porque não tinha quórum, então, a gente
794 vai passar aqui só para os novos conselheiros. A primeira ação foi “A
795 qualificação de recursos humanos para a gestão do SUAS”, no 3º trimestre, teve
796 uma execução física de 61,87% e a execução orçamentária de 21,14%. Na
797 Fonte 10 a gente teve despesas com viagens e na Fonte 56 despesas com
798 viagens, Telepresencial, lanche e pronto-pagamento. O detalhamento já foi
799 apresentado em novembro, então, eu acho que não justifica a gente ficar
800 entrando nesse mérito. Na segunda ação de Operacionalização do Conselho a
801 gente teve uma execução financeira 51,40% acumulada com o total de 58,67%.
802 Na Fonte 10 foram executadas despesas com viagens, material para a
803 conferência, lanche, transcrição de fita. Na Fonte 29, diárias de viagem,
804 principalmente do processo Candonga e na Fonte 56 despesas com viagem,
805 transcrição de fita e material para a conferência. Na terceira ação, do Co-
806 financiamento de serviços e benefícios para os município na execução da
807 Proteção Social Básica teve uma execução física de 19,22% e a execução
808 orçamentária correspondente a 19,22% com acumulado de 58, 6% no 3º
809 trimestre. Na quarta ação de Co-Financiamento de Municípios na Execução de

810 Proteção Especial, teve uma execução física de 100%, execução orçamentária
811 22,26%, execução financeira 22,34%, acumulado de 60,55%. Na ação do Piso,
812 no 3º trimestre teve uma execução orçamentária de apenas 0,02% e um
813 acumulado de 50% no ano. Na sexta ação – Gestão, Monitoramento e Avaliação
814 do SUAS, execução física de 100%, execução orçamentária de 91,58% e a
815 financeira de 16% com acumulado de 94,04%. Nas ações do IGD-SUAS e do
816 IGD-E, no total foi R\$ 2.367.881,80 para despesas realizadas no Telepresencial
817 e o valor de R\$ 1.483.989,52 para as ações de Telepresencial, material de
818 escritório, viagem, pagamento de estagiário, passagem aérea, material das
819 conferências, Locaflex, lanche e um depósito no valor de R\$ 7.107,00 para
820 acerto de prestação de contas de viagem. Bom, o indicativo da comissão de
821 orçamento era de aprovação e ela se manteve em nossa reunião de ontem
822 também. ROBERTA: eu só queria lembrar para os demais conselheiros,
823 principalmente os conselheiros que estão chegando, o seguinte: só foi dado um
824 painel. É claro que foi rápido, mas essa Prestação de Contas é do 3º trimestre,
825 ou seja, agosto, setembro e outubro. Ela foi motivo de discussão na comissão de
826 orçamento que aprofundou em todas as informações aí. Questionou, buscou
827 esclarecimento de dúvidas que estavam. Foram refeitos. Em novembro ela
828 estava ainda com algumas pendências para esclarecer e em dezembro não teve
829 quórum para votação, né?! Então, de tal feito porquê estamos passando ela
830 rápida, porque do ponto de vista do conselho ela só não foi aprovada porque
831 não teve quórum. Aí, eu quero colocar aqui que a comissão analisou e o
832 indicativo da comissão é pela aprovação. Em regime de votação. VOLNEY: Mila,
833 só me esclarece uma coisa. Na ação quatro, por favor. Pelo que eu ouvir, houve
834 100% do físico feito, com gasto de 22%, então, quer dizer como é essa lógica?
835 Se você faz 100% com 22%? O que está orçado, planejado, houve um erro
836 nesse planejamento? MILA: Volney, eu não me lembro como que foi a
837 apresentação das contas, porque já tem muito tempo. Você lembra o que foi
838 Isabela? ISABELA: a execução de 22% é dentro do trimestre. A gente tem um
839 acumulado de 60% até outubro, então é realmente o previsto. O acumulado é o
840 previsto e corresponde a execução total. VOLNEY: Ok, esclarecido. ROBERTA:
841 mais alguma dúvida? JÚLIO: tem mais. Tem o Ronaldo, eu estou inscrito. Tem
842 mais pessoas inscritas. ROBERTA: pois é, mais deixa só eu colocar aqui para
843 eu conduzir bem. Eu coloquei que foi aberta a discussão. Foram tiradas todas as
844 dúvidas na comissão. Só não veio para cá por questões de quórum. Aí, minha
845 pergunta é pra esse plenário, porque não tem problema não. Nós abrir a
846 discussão de toda a prestação de contas novamente? Ok. Não tem problema.
847 Só pra gente clarear. JÚLIO: é que eu não estava exatamente na outra plenária.
848 Quanto ao Piso Mineiro, só lembrando que eu nem questionei isso lá na
849 comissão de orçamento, porque eu não estava, então, considero correto a
850 decisão tomada por eles. Mais assim, só questiono a quantidade em três meses
851 de repasse que foi feito aos municípios. Todos os municípios de Minas, nesses
852 três meses, foram repassados um pouco mais de R\$ 10.000,00. Então, é muito
853 complicado a gente aprovar uma prestação de contas dessa forma. Tendo em
854 vista que compromete o serviço do município. Se o repasse é continuado e na
855 verdade não aconteceu. Então, esse é o meu questionamento. ROBERTA:
856 espera aí, vamos nos organizar aqui para irmos respondendo senão perdemos o
857 time da discussão. A primeira questão eu realmente não entendi o seu
858 questionamento. Não entendi. Quando você fala que gastou 10 mil no Piso,
859 sinceramente, eu não entendi. JÚLIO: os três meses. ROBERTA: nos três
860 meses foram repassados 10 mil? ISABELA: Foi. O que quê aconteceu. A gente
861 já discutiu isso bastante, né?! No final do ano passado mais não tem problema,
862 a gente esclarece novamente. Foi colocado aqui a questão do cenário de
863 restrição orçamentário e financeira do Estado. E foi explicado por que foi feito o

864 repasse só de 10 mil naquele trimestre. Então, de fato, realmente, só foi 10 mil
865 que era o dinheiro que a gente tinha de saldo mais até o final do ano que a
866 gente vai apresentar na próxima plenária a gente conseguiu reverter essa
867 situação e fez a liquidação de todas as parcelas referentes ao exercício de 2013.
868 Assim, acho que a gente pode trazer de justificativa é realmente isso. Acho que
869 a Prestação de Contas ela também diz se a gente está fazendo a aplicação
870 correta dos recursos. A aplicação dos recursos foram feitas conforme previsão
871 no orçamento, conforme a destinação que foi definida aqui pelo o conselho. O
872 que a gente enfrentou foi um cenário, não foi só a Subsecretaria de Assistência
873 Social, não foi só o Fundo. Foi o Estado como um todo, realmente, que teve
874 essa restrição nesse período. RONALDO: eu me sinto até contemplado. Seria a
875 mesma dúvida do Júlio e me sinto contemplado com a explicação. E me chamou
876 realmente a atenção, o 0,02% de repasse é muito pouco. E no caso, presidente,
877 da condução, apesar de ter sido debruçado pela comissão mais ele vem para
878 aprovação, então, eu entendo que ainda cabe qualquer questionamento do
879 conselheiro aqui antes da aprovação e solicitação de qualquer tipo de
880 esclarecimento, né?! Para se sentir confortável pra esse tipo de votação.
881 Realmente, foi muito pouco e ele não aparece pra nós aqui. Parece-me que foi
882 corrigido no quarto trimestre. Não é isso? Foi contemplado e não aparece aqui.
883 ISABELA: Isso nós vamos trazer na próxima plenária que é a Prestação de
884 Contas referente ao 4º trimestre que vai trazer do ano todo. RONALDO: e a
885 pergunta seria essa: qual o fator dificultador, mas você já respondeu que foi
886 orçamento financeiro. Não é isso? Sinto-me contemplado. ROBERTA: só clarear
887 aqui, conselheiro Ronaldo. Quando eu coloco essa perspectiva é pra gente até
888 se fazer entender na plenária. Não estou aqui em hipótese alguma ressarcindo
889 nenhuma fala de ninguém é só pra condução, porque inclusive voltou ontem
890 para a comissão só para a gente compreender como é o fluxo da plenária
891 porque senão a gente também não consegue avançar na plenária e não
892 consegue trazer todos os trabalhos na plenária. Haja visto que, isso que eu
893 estou colocando, essa prestação de contas já era pra ser vencido uma vez que
894 ela não foi por causa de quórum. Ontem ela voltou na comissão, inclusive
895 conselheiros estavam na comissão. Discussão toda na comissão. Hoje também
896 está voltando. Eu não tenho problema nenhum se a plenária entender que tem
897 que discutir 200 vezes, para mim só pra gente pactuar o que está acontecendo.
898 Pra gente não perder a nossa pauta e como também aqui plenária é soberana
899 em dizer o que ela quer fazer. SÉRGIO: bem, gostaria de esclarecer aos
900 conselheiros que de fato isso foi discutido na comissão. Esse fato foi observado,
901 que uma coisa é a gente aprovar a prestação de conta outra coisa é a gente
902 observar que na verdade o valor executado foi pouco. A prestação de contas
903 está correta, não é?! Não tem o que se discutir. Agora, em nosso parecer,
904 inclusive, estava eu, Mila e não sei quem mais, no nosso parecer a gente coloca
905 a observação da parte de execução. Inclusive sinalizando que a gente entende
906 que quando o órgão de assistência social essa execução está abaixo do que a
907 gente entende como necessário. A questão do Piso Mineiro é um fato e isso foi
908 colocado pela comissão de orçamento. Isso é uma coisa. Acho que tem que
909 estar em nosso parecer e nós o colocamos. Agora a prestação de conta não tem
910 o que questionar, né?! O que a gente está questionando é o volume de
911 financeiro, tá?! MILA: é só para complementar. Realmente sim foi um contexto
912 que o Estado passou e que foi para todas as secretaria, inclusive, o próprio
913 conselho sofreu com isso, porque as diárias dos suplentes elas foram
914 suspensas. Acho que todo mundo lembra disso. Só os novos que não estavam
915 aqui. Então, a gente está esclarecendo isso e realmente no 4º trimestre isso foi
916 sanado e vai ser apresentado depois. Mais realmente a prestação de contas ela
917 não tem o que ser questionada, porque a aplicação de recurso foi toda correta. E

918 eu acho que é isso que a comissão de orçamento tem que observar também. A
919 gente colocou como um desafio. O repasso do Piso, inclusive outras ações que
920 também foram impactadas com essa restrição mais realmente a prestação de
921 contas ela estava muito correta. A aplicação dos recursos estava muito correta,
922 então não tem o porquê à prestação de contas não ser aprovada. (vozes ao
923 fundo) ROBERTA: tem mais alguém inscrito? Em regime de votação. Aprovada
924 a Prestação de Contas do 3º trimestre. A comissão de orçamento continua e
925 depois a Anália pediu ponte de pauta. Então fecha a comissão de orçamento.
926 Tem mais coisas? (vozes ao fundo) MILA: vocês preferem deixar para depois os
927 informes? ROBERTA: gente, veja bem. Só para não perder rumo da pauta. Eu
928 abri para a comissão de orçamento, então, nós vamos fechar a comissão de
929 orçamento. Depois eu volto se ainda der tempo, a gente voltar para as PCH's.
930 Só para fechar a comissão como um todo. MILA: bom, como informes, também
931 da comissão de orçamento. Pro nosso calendário, pra fevereiro, estava prevista
932 capacitação para os conselhos municipais a respeito dos instrumentos
933 orçamentários e como não teve como a gente planejar essas capacitações
934 presenciais, nós optamos por fazer um primeiro comunicado aos conselhos
935 mandando junto com o Ofício Circular um esclarecimento de alguns
936 instrumentos públicos de orçamento que são: a LOA, a LDO e o PPA, para eles
937 terem esse primeiro conhecimento para depois a gente tentar agendar essas
938 capacitações presenciais. O texto está aqui, se alguém quiser dar alguma
939 sugestão. É um pouco grande, então, não vou ler aqui. Mais vou passar caso
940 alguém queira dar alguma sugestão antes da gente encaminhar também, tá?!
941 (vozes ao fundo) Passou pela comissão ontem, fizemos a revisão do texto. Ele
942 está ok, a princípio. Mais se alguém quiser dar alguma sugestão, ele está aberto
943 a sugestões. ROBERTA: eu estou entendendo que o encaminhamento da
944 comissão é para? MILA: para os municípios, para os conselhos municipais.
945 ROBERTA: fazer o encaminhamento de uma redação para os municípios. MILA:
946 sobre os instrumentos de planejamento. ROBERTA: instrumentos de
947 planejamento. Orientação para instrumentos de planejamento. Não deveria
948 passar pela comissão de apoio? Vocês produziram tecnicamente o conteúdo.
949 MILA: sim. ROBERTA: Aí, a comissão de apoio estrategicamente tem como...
950 qual é a relação que ela tem e a estratégia que ela tem de acionar os conselhos
951 municipais. Mas, então, deveria passar para a comissão de apoio trabalhar essa
952 questão nos municípios. MILA: do envio? ROBERTA: é. Eu acho que é mais
953 correto do que vim direto para a comissão de orçamento. MILA: ok. Concordo
954 com a sugestão. (vozes ao fundo) ROBERTA: então você encaminha para a
955 comissão. MILA: tá. Você coloca aí para nós, por favor, Beth. Encaminhamento
956 para a comissão de apoio para verificar a melhor estratégia de encaminhamento
957 aos municípios. ROBERTA: exatamente. SÉRGIO: eu só queria lembrar que isso
958 é muito simples, tá?! Foi uma coisa muito simples. A Beth trouxe uma proposta,
959 muito simples, do que é ideal, o que é apropriar, o que é LOA. Muito simples. A
960 gente fez foi só uma revisão. Então, é um material muito básico. Não é nada...
961 Parece assim, nós fizemos um material... ROBERTA: aí eu queria, inclusive, por
962 isso que eu estou falando para passar para a comissão de apoio aos conselhos,
963 porque eu queria sugerir mais aí. Tem um site do Senado que eu vou me
964 comprometer de passar o site para a comissão de apoio. Ela vem com uma
965 proposta muito legal. É até muito lúdica para aprender ciclo orçamentário. Eu
966 nunca vi uma coisa tão bonitinha, que eu acho que a gente pode... vocês
967 acessarem isso e vê como a gente manda para os conselhos dentro disso que
968 vocês fizeram com muito carinho, com muito amor. E acrescenta essa
969 informação desse site do Senado, porque ele realmente é fantástico. É super
970 lúdico, super lúdico, para você aprender todo o ciclo orçamentário, entendeu?! E
971 ele vem com desenhos, muito bonitinho. Vale a pena acessar. Vale a pena

972 divulgar isso para os conselhos municipais, porque qualquer pessoa, ele tem um
973 linguajar muito simples para as pessoas entenderem o que é isso. SÉRGIO: eu
974 também gostaria de dizer que a gente optou por um texto muito repetitivo.
975 Entendendo que a repetição leva a aprendizagem. Com a observação, inclusive,
976 que eu fiz mais aí foi uma opção da Beth repetir, repetir, repetir. Repete muita
977 coisa, entendeu?! Então o texto ficou bem repetitivo. Então só pra gente
978 justificar, porque é o nome da gente, porque a gente estava na comissão, então
979 é bom... mais erro conceitual não tem não. ROBERTA: ok? Então, fica essas
980 duas sugestões que pode agregar. MILA: vocês acham que vale a pena passar
981 o orçamento, de 2014? (vozes ao fundo) Só as emendas? (vozes ao fundo) Tá.
982 (vozes ao fundo) Só colocando aqui no slide. (vozes ao fundo) Bom, a
983 Assembleia Legislativa no final do ano passado fez algumas emendas também
984 ao Orçamento do Fundo de Assistência Social e complementando os recursos
985 que o Estado está repassando. Então, para a ação de Gestão, Monitoramento e
986 Avaliação do SUAS Incluso foram aportados R\$ 50.000,00 para realização de
987 diagnóstico de demanda reprimida de público alvo adulto e para equipamento de
988 PSE para residências inclusivas. Foi criada uma nova ação chamada Co-
989 Financiamento de Serviços e Benefícios para Municípios na Execução de
990 Proteção Social Especial no valor de R\$ 900.000,00 para despesas de capital e
991 investimento para a Proteção Social Especial. Foi criada outra nova ação que é
992 a Estruturação da Rede de Assistência Social no valor de R\$ 500.000,00 que é
993 muito parecida com essa emenda parlamentar que veio do Governo Federal que
994 também é para estruturação só que não das entidades, mas estruturação dos
995 CRAS. Então, construção do CRAS e aquisição de veículos também mais
996 especificamente. E uma outra ação também que é Serviço de Proteção Social
997 Especial de Alta Complexidade, no valor de R\$ 700.000,00. Então o orçamento
998 do Fundo de Assistência Social agora passa a ser R\$ 76.346.426,00 com essas
999 emendas. Bom, é isso. ROBERTA: eu queria dar uma sugestão. É o seguinte:
1000 acho que os conselheiros, principalmente, os novos é importante conhecer a
1001 peça orçamentária do FEAS como um todo. Eu acho que a partir do momento
1002 em que foi publicado, queria pedir a secretaria executiva que ampliasse isso aí
1003 no sentido, principalmente, de passar, em vez de passar por e-mail, montasse
1004 uma pasta, por exemplo, dessa questão de orçamento, que inclusive o conselho
1005 tem que ficar atento no quê que vai precisar criteriar. Ficar atento para além da
1006 questão dos serviços, do financiamento de serviços. O quê tem para o Piso, o
1007 quê tem para os outros serviços, inclusive, foi uma demanda de toda a
1008 conferência. O co-financiamento do Estado para a Proteção Especial, para a
1009 questão de serviço regionalizado. Eu acho que o conselho precisa conhecer a
1010 peça como um todo, né?! Que assim até a discussão da prestação de contas, a
1011 avaliação de prestação de contas tem que está vinculada a isso. Então, se não
1012 conhece o orçamento, se não conhece... quer dizer, é preciso debruçar em cima
1013 disso. E, obviamente, em breve, nós estaremos trazendo para cá o critério de
1014 partilha desse ano de 2014. Então, já é importante que os senhores já vão
1015 balizando isso aí. Ok? MILA: posso fazer uma sugestão? Então eu sugiro para a
1016 comissão de orçamento na próxima plenária, no próximo mês, a gente fazer,
1017 então, um detalhamento desse orçamento para passar para todos os
1018 conselheiros. Para a gente detalhar, explicar o quê é, qual o objetivo de cada
1019 ação, qual é a fonte que está sendo utilizada de recursos e então a gente traz na
1020 próxima plenária. Pode ser? (vozes ao fundo) VOLNEY: terminou a comissão de
1021 orçamento? Então agora... ANÁLIA: antes de voltar com a CGH como está no
1022 mesmo... que é um assunto vinculado, né?! É a questão do co-financiamento. O
1023 ponto de pauta que eu quanto representante do Cogemas pedi para colocar para
1024 todos os conselhos sobre o co-financiamento do SUAS que é obrigatório nas
1025 três esferas de governo e temos as leis nas três esferas também que garante

1026 nas duas que temos um repasse fundo a fundo regular e automático. Então a
1027 situação do co-financiamento do Estado de Minas para os municípios ela... né?!
1028 Aproveitando a presença da Mila, porque eu e a Roberta, Juanita antes, já está
1029 assim bastante por dentro da nossa situação. É que os municípios receberam
1030 em 2013 do Piso Mineiro de Assistência Social apenas 6 parcelas. Então a
1031 gente vê aqui no conselho, comentários assim: “tem CRAS fechando”; mas
1032 como que o município vai garantir um serviço continuado sendo que o co-
1033 financiamento do Estado e tem muitos CRAS que são financiados pelo Estado,
1034 né?! Se nós não temos essa continuidade? O MDS, no ano passado, vez um
1035 reajuste de R\$ 1,80 por família referenciada, cada território pode ter até 5 mil
1036 famílias, 1500, 2500 ou 5000 famílias, o reajuste, então, foi de R\$ 1,80 para R\$
1037 2,40, ou seja, o co-financiamento passou de 9 mil para 12 mil para cada CRAS
1038 ou PAEF, como diz o Governo Federal. Então, é uma questão que eu estou
1039 colocando como o Estado está nessa situação. Então, são duas questões. Uma
1040 é como o Estado está pensando nessa garantia do recurso do ano passado e o
1041 outro se esse valor vai ser reajustado. Tem uma outra questão que é: nós
1042 recebemos do Piso Mineiro 6 parcelas, de outro serviço que não sei se todos
1043 são chamados de série histórica mais têm serviços que o município conseguiu
1044 há pouco tempo. O ano passado, dois anos atrás, por exemplo, família
1045 acolhedora, migrante, se nós vamos continuar com a ideia de que esse recurso
1046 esteja também levado para o montante do Piso Mineiro de Assistência Social ou
1047 a gente vai continuar recebendo separado. Isso para o gestor dificulta nossa
1048 execução no município, porque a gente passa a ter mais contas. A proposta é
1049 que a gente tenha depois da nova NOB apenas quatro contas do repasse do
1050 fundo nacional. Então, no Estado nós temos várias contas também sem
1051 necessidade disso, uma vez que quando nós damos o aceite, preenchemos o
1052 plano de serviço do Piso Mineiro já temos a possibilidade de transitar com os
1053 recursos dentro da Proteção Social Básica e Especial. Quem vai responder é a
1054 Isabela? ISABELA: então, eu posso? É que eu quero fazer primeiro só uma
1055 correção. Aí depois se a Mila quiser eu retomo e explico. Só uma correção,
1056 Anália. Por que não foram todos os municípios que receberam só 6 parcelas.
1057 Muito municípios, a maioria dos municípios receberam 8 parcelas. Alguns
1058 municípios receberam 7, alguns municípios receberam 6 por questões de
1059 preenchimento do SIM, do Sistema de Informação e Monitoramento. Como já foi
1060 discutido algumas vezes aqui no CEAS e na CIB a priorização do pagamento é
1061 para quem tem feito o preenchimento regular e está sempre adimplente em
1062 relação a questão do SIM. Então houve essa diferenciação mais a grande
1063 maioria dos municípios receberam 8 parcelas no pagamento final. Como eu falei
1064 antes, foram liquidadas as 12 parcelas, então elas estão em restos a pagar. A
1065 subsecretária Roberta já está fazendo a negociação com a Secretaria de
1066 Fazenda para liberação desses recursos e a gente poder repassar essas
1067 parcelas faltantes pra todos os municípios. Em relação ao reajuste, realmente
1068 houve esse reajuste do MDS e da nossa parte, do Estado de Minas Gerais,
1069 conforme estava previsto no PPAG, a gente também vai fazer o reajuste agora
1070 em 2014 para o valor por família cadastrada no CAD-Único, de R\$ 1,80 para R\$
1071 2,20. Então, os recursos de 2014 já vão vim nesse reajuste. Vai ter um aumento
1072 que é considerável. Ainda não é o tanto que a gente gostaria mais já é um
1073 auxílio maior. Em relação a série histórica, a gente até discutiu isso com a
1074 Roberta em relação das contas separadas por serviço, tanto da básica como da
1075 especial, e a proposta é que a gente faça abertura de contas por nível de
1076 proteção. Então, a gente vai abrir uma conta da proteção básica, uma conta para
1077 proteção especial e os recursos da série histórica no CNPJ do fundo. Então, a
1078 nossa intenção é fazer o repasse por blocos. No plano de serviço que está
1079 aberto, ainda constam as contas antigas, porque esse processo de abertura de

1080 contas demora um pouco infelizmente. Não é tão rápido como a gente gostaria.
1081 Mais assim que a gente tiver as contas abertas, iremos comunicar formalmente a
1082 todos os municípios e passar as orientações necessárias. Só outra notícia, em
1083 relação ao Piso Mineiro, outra novidade que temos é que vamos repassar o
1084 recurso nesse ano para contas vinculadas ao CNPJ dos fundos municipais.
1085 Então isso é uma adequação, um ajuste, um avanço para cumprirmos essas
1086 determinações para que o recurso fique alocado 100% dentro do fundo. Então,
1087 no plano de serviço, ainda vocês não vão conseguir visualizar, mas depois vocês
1088 vão quando o plano estiver finalizado e nos vamos encaminhar ofícios também
1089 para todos os municípios comunicando da nova conta. Então, os recursos de
1090 2014 já vão ser pagos nessa conta. Não são os 853 município, porque nem
1091 todos têm o CNPJ de fundo, todos os critérios certinhos ainda para que a gente
1092 possa fazer o repasse dessa forma. Esse levantamento foi feito pelo fundo
1093 nacional no ano passado. Então, pegamos essa licitação a partir do fundo. O
1094 fundo pediu uma serie de documentações para comprovar a existência dos
1095 fundos municipais, foi um trabalho bem criterioso, então, estamos utilizando essa
1096 informação do fundo nacional e foram 673 CNPJ de fundos que temos, então,
1097 673 municípios que começam a receber o Piso nessa conta, agora em 2014.
1098 ROBERTA: eu só queria acrescentar o seguinte: acho que de fato Anália quando
1099 você coloca da questão do atraso. De fato, tem um atraso sim das parcelas. Nós
1100 estamos fazendo toda essa engenharia para além de buscar esse pagamento,
1101 mais a engenharia maior que estamos fazendo é isso que a Isabela colocou da
1102 perspectiva da gente ordenar esse recurso ainda que pouco mais ordená-lo na
1103 perspectiva do fundo, inclusive dos fundos municipais, porque o que nós
1104 estamos apurando? Que não é novidade para este conselho. Quer dizer, nós
1105 temos um contingente de municípios significativos com saldo em conta. Isso
1106 para nós é uma discussão, por exemplo, no ano passado nós abrimos algumas
1107 contas. Não sei se foi no ano passado que abriu uma conta maciça. Foi. E aí a
1108 gente começa a deparar com algumas situações que é assim: primeiro, a
1109 quantidade de conta que não foram... que estava sendo colocado os recursos e
1110 fundos. Então, os conselhos municipais, não sei como eles estavam controlando
1111 isso, entendeu?! O que a gente conseguiu perceber e apurar de informação foi
1112 muito em cima do sistema do SIM nosso, que a gente apurava, e dentro do
1113 demonstrativo físico-financeiro que a gente ao prestar contas obrigam-se os
1114 municípios, por determinação legal, deve colocar os saldos. Aí começamos a
1115 trabalhar com um problema seríssimo do ponto de vista dos saldos que a gente
1116 percebe em conta. Por isso que eu falei daquele site do Senado e essa
1117 capacitação do Capacita SUAS falei que eu estou gostando muito, porque o
1118 conteúdo da gestão financeira está vindo muito boa, porque nós temos um
1119 problema muito sério nos municípios que é a questão do gasto do recurso. Os
1120 municípios não conseguem gastar o recurso. Ele gasta do município mais não
1121 consegue gastar o recurso que é transferido ora do governo federal, ora do
1122 governo estadual. Então, nós estamos com saldo em conta. Estamos com
1123 municípios com dificuldade em Prestação de contas e ainda que a lei me
1124 obriga... A lei me obriga a passar, regular e automático, todo o sistema
1125 operacional e administrativo ainda está e o do governo federal também está
1126 nessa condição, de você ter um monitoramento. Eu já falei isso aqui, para os
1127 conselheiros, volto a falar. Eu não tenho condições de pagar multa, do meu
1128 salário, do meu patrimônio. Eu não pago multa, porque vários secretários
1129 nacionais pagaram multa. Pagaram multa porque o TCU quando pega por
1130 amostragem para auditar ele vai lá, olha a conta e se tem saldo, ele fala: "serviço
1131 fechado" e vai repassando porque é isso que o governo federal vai fazendo, ele
1132 vai repassando. Por exemplo, o governo federal usou ... quero colocar aqui com
1133 muita clareza assim, que não justifica quando você coloca desse atraso acho

1134 que isso é pertinente a posição do conselho, a posição da CIB que já fez uma
1135 posição muito clara para nós em relação ao atraso. Agora é isso, dentro da
1136 perspectiva do atraso nós temos várias situações. E temos situações de
1137 municípios que receberam pouquíssimo que exatamente estão devendo
1138 demonstrativo de físico-financeiro de 2012, gente! E aí eu como ordenadora de
1139 despesa eu corro risco muito grande, porque o demonstrativo é a prestação de
1140 contas. Entendeu?! Eu não tenho conselho que aprova essas prestações de
1141 contas lá. Os conselhos não estão funcionando, os gestores não apresentam a
1142 prestação de contas nos conselhos. Você tem saldo em conta, aí nós estamos
1143 repassando, você tem serviço fechando, quer dizer ao fim ao cabo da discussão
1144 para o Tribunal de Contas e para os órgãos de controle interno o que fica é isso,
1145 se está repassando, se o serviço não está prestado ou devolve o dinheiro ou
1146 para de passar. Essa é a lógica do controle. Não existe outra lógica. Nós
1147 sabemos de todas as dificuldades do SUAS. E volto a dizer aqui que não
1148 justifica, principalmente, quando você coloca, por exemplo, a experiência do seu
1149 município. Você vai falar assim: “oh, Roberta, eu presto conta, eu preenchi o SIM
1150 e estou sem receber. O que você me diz?” Quando você coloca nessa situação
1151 nós vamos ter que dar uma resposta. Realmente está atrasado. Agora, nesse
1152 bojo, não é 100%. Nesse bojo, você tem um painel que é... você tem uma série
1153 de variáveis nessa discussão e que realmente é desviador para nós. Porque
1154 você pega, do ponto de vista do controle social, estamos vendo a fragilidade,
1155 que não funciona. Aí eles não conseguem gastar, fecha serviço, dinheiro em
1156 conta, você fala: “Uai”. Aí, o ordenador de despesa, ao fim a cabo, no final
1157 negocio, na hora da prestação de contas do Estado, são os ordenadores que
1158 são responsáveis. Então, vou ser muito sinceros com os senhores, embora
1159 conselheira, compreendendo todo o processo de implantação do SUAS, eu não
1160 me arrisco, por exemplo, ordenadora de despesa. A primeira coisa que eu
1161 cheguei quando eu assumi novamente eu falei: “ quero ver todos os
1162 demonstrativos”. A primeira campanha que eu fiz foi pelos demonstrativos físico-
1163 financeiros de prestação de contas. Porque eu tenho uma mínima garantia de
1164 que pelo menos ele passa no conselho lá. Agora, se está funcionando ou não,
1165 porque eu não tenho ferramentas quando me perguntam assim: “e, aí, cadê o
1166 monitoramento?” Eu ficou muito sem ferramentas. Agora volto a falar, não
1167 justifica nós termos parcelas atrasadas sim. Foi empenhado e liquidado, nós
1168 estamos correndo atrás para poder pagar. Agora é preciso que aqui e se for
1169 necessário a gente vem com maiores detalhes de municípios. A gente leva a
1170 lista de pendências, na CIB, no Cogemas. Eu já pedi para mandar para cá,
1171 porque aqui também tem que ter. Nós temos um representante na CIB, Sérgio,
1172 estava na CIB quando foi feita essa discussão. Temos um representante daqui
1173 do CEAS lá na CIB que a gente discuti, inclusive, essas pendências de gestão
1174 dos municípios que estão devendo. Agora eu preciso também do apoio e da
1175 compreensão de vocês nesse aspecto para a gente poder compreender do
1176 ponto de vista da fragilidade do SUAS nessa questão que estamos vivendo.
1177 ISABELA: eu queria só reforçar, fazer um comentário que eu sempre dou uma
1178 resposta muito técnica, certinha. Mais é infelizmente mesmo, viu Anália. Só para
1179 dizer que eu concordo com as palavras da Roberta. Infelizmente a gente tem
1180 feito um esforço interno de negociação, de correr atrás para resguardar a política
1181 de assistência social. Minimizar ao máximo essa questão da restrição
1182 orçamentário-financeira mais infelizmente a gente não conseguiu repassar todas
1183 as parcelas no exercício de 2013. Mais esforço, nesse sentido, estamos fazendo.
1184 Está em restos a pagar. (vozes ao fundo) MILA: bom, eu não tenho mais nada
1185 para complementar. Acho que a Isabela e a Roberta já responderam tudo que
1186 eu poderia responder e muito mais. (vozes ao fundo) DENISE: eu estava até
1187 cochichando aqui com a Isabela, se o Estado tem é... se a gente conseguiu

1188 apreender. Porque também essa realidade não é de hoje – dinheiro na conta e o
1189 município gastando dinheiro do recurso próprio – qual é a real dificuldade dos
1190 município em fazer essa gasto? Qual a origem do problema que não é de agora,
1191 né?! ROBERTA: tá. Então vou falar, porque eu, por exemplo, ... Aqui quem é
1192 gestor? Acho que são somente eu e a Anália. Por exemplo, eles têm dificuldade
1193 que começa básico assim, por exemplo, eles não trabalham com unidade
1194 orçamentária dentro da secretaria. Tem o fundo na lei, mas não tem uma
1195 unidade orçamentária da qual, isso é a maioria. Vou dizer para vocês, a maioria
1196 deles são assim. A assistência não consegue fazer planejamento e aqui entende
1197 o seguinte: como eles não conseguem fazer ainda um planejamento que é
1198 aquilo que a gente faz. Você monta um processo, manda empenhar, manda
1199 liquidar. Você faz planejamento de compras. Isso eles não conseguem fazer. A
1200 assistência ainda tem a estrutura administrativa na gestão para dar conta desse
1201 fluxo. Aí o que eles fazem? Eles fazem programação e mandam uma folha para
1202 pagar na contabilidade. Pago lanche, paga isso, paga aquilo. O contador passa
1203 de 15 em 15 dias. Entendeu?! Porque eu estou falando de uma realidade de
1204 70% dos municípios até 20 mil habitantes. Não estou falando de um município
1205 de 100 mil habitantes que tem uma secretaria com estrutura. Não. Eu estou
1206 falando 70% dos municípios tem um setor que chama de secretaria que tem
1207 duas pessoas para dar conta de todo o sistema único. Ele não consegue fazer.
1208 Ele não sabe o que é orçamento, não sabe o que é financeiro, não sabe separar
1209 orçamento de financeiro. Entendeu?! Então, do ponto de vista da estrutura que
1210 ele tem para tocar uma política pública é a pior estrutura na prefeitura. Sem
1211 contar com a maldita prática histórica que eles chamam. Então, essas são
1212 dificuldades, por exemplo, quando você faz uma discussão com eles para poder
1213 gastar o recurso, você fala: “Você tem tanto na conta. Vamos lá. O que você
1214 pode fazer.” E ainda é um dificultador, porque, por exemplo, eu tive uma
1215 discussão em Brasília, agora com a equipe do Fundo Nacional. Nem a equipe do
1216 fundo nacional besta na hora que a gente espreme. Vou colocar uma coisa
1217 prática aqui, por exemplo, você pega um município que tem 1 milhão de reais de
1218 saldo, que é o que nós temos. Cara tem lá 900 e tantos mil de saldo. Aí você
1219 fala com ele assim quem é o doido que dá para ele por escrito para falar com ele
1220 o que ele pode gastar. Eu não falo. O conselho nacional não fala. Por que a
1221 lógica fala assim: “mais se você diz que estava atendendo, porque você tem
1222 saldo?” Porque da questão fiscal, ninguém ousa falar isso, orientar e escrever
1223 isso. Porque se tiver alguma irregularidade naquela prestação de contas daquele
1224 município é quem orientou ou ele vai se apegar nisso. Aí, vai falar: “foi fulano.”
1225 Então, por escrito, ninguém dá. Começa por aí. Aí, você começa a discutir com
1226 ele as possibilidades. Você fazer a programação de um serviço com saldo
1227 também é doido, porque vai falar assim, “na hora que acabar o dinheiro o que eu
1228 faço?” Então, não pode abrir serviço, não pode expandir serviço com saldo. Se o
1229 saldo for no custeio, vai ter que gastar tudo de uma só vez. Entendeu?! Ou
1230 então, gastar sabendo disso. Falar assim: “você está gastando, conforme a
1231 programação, o planejamento, em outubro acaba.” Aí, você vai ter que trabalhar
1232 com seu orçamento normal, porque o saldo acabou. Então, é um dificultador
1233 enorme. Quando você senta para discutir o saldo e quando eles não conseguem
1234 ter a dimensão e eles também morrem de medo. Eles morrem de medo de
1235 gastar esse dinheiro, porque eles ficam esperando, se o contador fala assim: se
1236 não vier uma coisa por escrito você não gasta. O jurídico também fala, se vier
1237 você não gasta. Aí, vai juntando. Por exemplo, quando eu cheguei na SEDESE
1238 eu peguei case 2 milhões de saldo na conta da SEDESE. Que era saldo mesmo.
1239 Aí, tem de ser usado. Eu fiz uma proposta, trouxe para a CIB, trouxe para o
1240 conselho na época. O conselho na época aprovou e eu gastei. Falei: a
1241 determinação é que não vai juntar um saldo mais. A única clareza que eu tive foi

1242 de não estar pondo esse dinheiro no bolso. Amanhã o máximo que vai acontecer
1243 é eu ter de chamar outras pessoas para me ajudar a explicar isso aqui. E juntei
1244 toda essa documentação que está guardada comigo. Porque amanhã se tiver
1245 problema no processo eu tenho tudo guardado de como foi o processo para
1246 gastar. Agora, não é algo tão simples. Nós que somos gestores, temos que
1247 operacionalizar isso. Esse é o grande desafio, estruturar esses setores. (vozes
1248 ao fundo) JÚLIO: gostaria de compartilhar um pouco daquilo que a Anália falou
1249 sobre os repasses. O meu município também passou pela mesma situação. Em
1250 2012 foi repassado apenas em torno de 50% e o restante foi repassado em 2013
1251 em outra conta que acabou gerando uma confusão. Em 2013 também ainda não
1252 foi repassado o total segundo informação que eu tenho. Então, isso é um ponto
1253 que realmente dificulta já que não está sendo um repasse continuado. (vozes ao
1254 fundo) Manhumirim. É. E eu sei que eles estão com conta lá também. Estão com
1255 saldo em conta. (vozes ao fundo) Estão. Na verdade, é aquilo que você falou
1256 Roberta, é complicado a execução. A gestão, às vezes, muda e entra uma
1257 pessoa que não tem conhecimento e o que sai também não repassa. E o
1258 conselho não tem consciência de que deve fiscalizar isso como deveria. É sério.
1259 Na ponta a coisa está feia. E a outra questão é quando os municípios terão
1260 acesso ao Plano de Serviço de 2014. Tendo em vista que já foi até conversado
1261 aqui que para esse ano seria para o início do ano. ISABELA: Júlio, só para dar
1262 informação, bem pontual. Em relação ao plano de serviço já está liberado desde
1263 o dia 10. ROBERTA: eu acebei de dar essa informação aqui, que já estava
1264 liberado. Eu já dei esse informe aqui. ISABELA: já? ROBERTA: já. ISABELA: só
1265 pra reforçar. SHIRLEY: só uma observação. Foi oferecido uma capacitação, no
1266 ano passado, feito até na assembleia, a respeito da organização do orçamento,
1267 do PPA dos municípios que foi muito válida. Então, assim, eu participei, o
1268 município foi contemplado e nós começamos a lidar com essas questões que a
1269 Roberta falou. Então, a gente conseguiu, inclusive, organizar o orçamento do
1270 município. A dificuldade foi porque o contador realmente ele entendia que nós
1271 tínhamos que arcar com isso. Então, como ele participou da capacitação, ele
1272 entendeu que precisava nos dar uma base para conseguirmos começar esse
1273 planejamento e agora já temos uma ligação melhor entre a assistência e o setor
1274 do contador. Tanto que está sendo proposto para o próximo concurso que tenha
1275 um contador dentro da nossa secretaria. Então, eu acredito que essas iniciativas
1276 por parte da SEDESE dão um empurrão muito grande, porque nós técnicos, lá
1277 no município, nós vemos dificuldade, mas não vem de cima. O gestor não
1278 consegue perceber a demanda. Então, quando a SEDESE tem essa iniciativa,
1279 eles percebem a demanda e a coisa caminha. Só para comentar isso. SÉRGIO:
1280 bem, como eu sou municipalista, não poderia deixar de falar agora. Primeiro
1281 lugar porque isso tudo sobre o município é verdade. Mais também não acho que
1282 só tenha ingerência no município não. Na verdade, você tem um problema que
1283 vem desde o Governo Federal. Primeiro lugar, o dinheiro quando tem que vir,
1284 você tem que fazer projetos e planos com dois dias, né?! Começa por aí. Você já
1285 faz um negocio que não está bem feito. Isso acontece com as entidades
1286 também. Estou falando muito mais de entidade e, eu acho, que se aplica aos
1287 municípios. ROBERTA: você está falando de projeto também. SÉRGIO: também
1288 não. E mesmo... ROBERTA: isso já está regulado. SÉRGIO: ok. O serviço está
1289 regulado, mas mesmo assim, por exemplo, será que as instruções são passadas
1290 corretamente? Será que você tem os apoios do governo federal de como gastar
1291 corretamente? O que eu estou querendo dizer, na verdade, que isto é um
1292 problema do Estado brasileiro. Isso não é um problema só do município. É só
1293 isso que eu quero defender. Ok. No município nos temos uma questão de RH
1294 que é mais sério que o governo federal. Mais os tecnocratas a nível de governo
1295 federal também inventam um monte de coisa que é muito difícil você dar conta

1296 na ponta. A burocracia aumenta cada vez mais para receber o dinheiro, né?!
1297 Sobre, na verdade, a lógica de que com isso você vai ter um controle e você
1298 reduz a eficiência das políticas. Né?! Porque você tem uma burocracia cada vez
1299 maior e isso acontece nos municípios e acontece nas entidades. Para você gerir
1300 qualquer dinheiro hoje – e é isso que você colocou, Roberta – até porque você
1301 tem entendimentos diferentes. Então, por exemplo, os entendimentos do
1302 Ministério são uns, os entendimentos dos Tribunais de Contas são outros, o país
1303 vive isso hoje. Ninguém se sente seguro. Você pergunta a um advogado ele diz
1304 que é por aqui, pergunta a outro é por ali. Lógico que como você, os gestores lá
1305 na ponta também se sentem inseguros em gastar. Então, só queria trazer essa
1306 reflexão. Não justifica. Sei que tem problemas de eficiência nos municípios,
1307 mais, eu acho, que a eficiência no Estado como um todo. Não acho que a culpa
1308 é só dos municípios. Acho também que tem uma burocracia excessiva no
1309 governo federal que não traz controle e reduz a eficiência. As coisas quando
1310 vêm não são muito claras. Os próprios governos centrais não conseguem
1311 explicar para o município como é que tem que gastar, porque eles também se
1312 sentem inseguros. Então, também não tem como apoiar. Não sabem
1313 efetivamente dizer: “Não. Gastem com isso, que assim está certo.” Às vezes eles
1314 dão informação até por e-mail. Você faz as questões. Muda a pessoa no
1315 ministério, a outra pessoa já entende diferente e diz que você fez errado. Isso é
1316 um fato que está acontecendo. Então, só queria trazer essa reflexão que penso
1317 ser muito simplista também a gente colocar a culpa só na questão da
1318 desqualificação dos municípios. Acho que tem uma desqualificação do Estado
1319 brasileiro. Nessa questão de você executar bem e com eficiência os recursos
1320 públicos. É só essa reflexão. Acho que nada exime. Acho que está correto. O
1321 município tem problema de RH mesmo. O município de 20 mil habitantes, né?! E
1322 eu acho que aí acho que a regulação deveria ser diferente, porque a gente sabe
1323 a município de 20 mil habitantes é impossível e eu digo a você uma coisa, eu
1324 estou em um nível de formação no último nível e tem coisa que eu não consigo
1325 fazer. De exigência, porque você não consegue entender. Então, assim, não é
1326 só o RH desqualificado não. Mesmo aqueles qualificados também não
1327 conseguem entender. É só uma reflexão que eu acho isso importante, porque
1328 fica toda hora essa fala repetindo que os municípios são desqualificados, que o
1329 RH é desqualificado e como eu sou municipalista eu tinha que fazer essa defesa
1330 aqui. ROBERTA: eu queria só acrescentar aqui já que é a título de reflexão,
1331 Sérgio, que eu acho que é importante e como você mesmo colocou, é
1332 municipalista então seu lugar e sua lente será nesse aspecto. Aí eu queria dizer,
1333 primeiro, que aqui a gente não está colocando é culpando. Eu acho que a
1334 primeira coisa que a gente precisa tirar nesse debate é essa culpa. Agora é fato
1335 a informação. E como você disse, o Estado brasileiro como um todo. Agora, por
1336 um outro lado, nós vamos ter de dar conta disso, Sérgio, porque a gente quis
1337 que a política de assistência fosse uma política pública. E como política pública
1338 não tem jeito de sair fora disso não. Isso é um desavio. Política pública nós
1339 temos que trabalhar com o profissional. Política pública nós temos que seguir
1340 todas as regras legais. Todas as regras. Tem que ter competência para se
1341 estabelecer. Por que senão nós teremos que discutir no campo de filantropia, de
1342 ser voluntário. Então, assim, concordo com você acho que não é campo para
1343 discutir ou culpar ninguém. Agora, é fato, nós escrevemos em 88, a gente diz
1344 nós queremos a assistência como política pública, porque se não fosse assim a
1345 gente podia ter mantido a LBA com todos os critérios, com todos os convênios
1346 de projetos, com todas essas questões que estavam postas. Não. A gente disse,
1347 nós queremos diferente. Nós queremos uma política pública que tenha serviços
1348 continuados. Tipificamos os serviços. Tipificamos a profissionalização. Temos
1349 vários problemas estruturais, você colocou bem. Problemas estruturais da

1350 questão da vinculação com a entidade. A gente ainda não sabe como colocar
1351 essa discussão desses grandes parceiros dentro do SUAS. Nós não sabemos
1352 como vamos dar conta com esse pouco dinheiro que é passado para a política
1353 de assistência com aquilo que estamos querendo do ponto de vista profissional,
1354 do ponto de vista de estrutura física, dos equipamentos públicos que
1355 construímos. Nós não sabemos, porque são problemas estruturais. Você falou
1356 muito bem. Agora, é fato que, como Minas Gerais e o Brasil, 80% dos municípios
1357 vão até 20 mil habitantes. Esse tem um preço sério a pagar. Por que também
1358 não dá para discutir política pública do ponto de vista da regulação muito
1359 diferenciada, porque senão você não tem uma referência. Você não tem aquilo
1360 que você quer. Agora, precisamos sim e acho que estamos até muito ousado
1361 para o SUAS. Se pensarmos, por exemplo, que o SUS hoje depois de muitos
1362 anos que o SUS foi criar um programa que é o Mais Médico para poder dar
1363 conta de profissionais lá na ponta desses municípios. Não sei como vamos fazer
1364 no SUAS mais é fato que vamos ter que fazer. Por que a partir do momento que
1365 criamos uma lei de repasse fundo a fundo temos que criar toda a estrutura. Isso
1366 já foi criado, isso já foi orientado. Agora, nós temos o problema de recursos
1367 humanos. Eu acho que o Governo Federal com todos os desafios, ele melhorou
1368 sua estrutura que deixou de ser secretaria e passou a ser Ministério tem uma
1369 estrutura e tem todos os problemas que você colocou. Na Secretaria de Estado
1370 tínhamos uma superintendência passamos para uma subsecretaria. Melhoramos
1371 estrutura, fizemos concurso. Agora os municípios de porte 1 ainda tem essa
1372 dificuldade, porque os prefeitos não conseguem ainda fazer concurso público.
1373 Não tem ainda recurso, porque eles também estão sem recurso. Né?! Então
1374 esse também é um problema estrutural do SUAS. Agora se é um problema
1375 estrutural do SUAS é muito importante que a gente discuta do ponto de vista do
1376 conselho todos esses problemas, porque senão aquilo que você falou entra em
1377 uma questão de cobrança do Estado e por outro lado o Estado culpa o
1378 município. Eu acho que essa discussão tem de ser frisada. SÉRGIO: eu só
1379 queria trazer alguns dados que eu acho, primeiro, que passa pelo pacto
1380 federativo. Os municípios, na verdade, os municípios não conseguem contratar,
1381 os municípios brasileiros estão validos. Isso é um fato. Acho que devemos ter
1382 muita consciência disso. E outra coisa também, tem um dado interessante que é
1383 um artifício orçamentário que o governo Federal e do Estado usa e os
1384 municípios não têm. Que é chega no dia 30 transfere o dinheiro, executa o seu
1385 orçamento e a bomba fica no município. Isso é outro fato. (vozes ao fundo) Por
1386 exemplo, chega no final do ano, se você tem uma meta, o SUS faz isso, o
1387 Governo Federal faz isso, transfere para os estados. Você executa o seu
1388 orçamento e o dinheiro está no Estado, porque não dá tempo do Estado
1389 executar o dinheiro, porque o dinheiro foi transferido. Então, a nível de governo
1390 federal você executou o orçamento, você transferiu para o Estado. A mesma
1391 coisa os governos estaduais fazem com os municípios. Só que não dá mais
1392 tempo para você executar, porque é o município que executa o serviço. Isso é
1393 um artifício orçamentário clássico. Isso é antigo no Brasil. A Mila que trabalha
1394 com orçamento sabe disso e a Isabela deve saber disso também, que isso é
1395 uma prática. Chega no final do ano você está com uma meta de execução de
1396 orçamento baixa que o governo federal faz - "vamos transferir para o Estado". Aí,
1397 transfere todo o dinheiro para os Estados e a bomba fica no Estado, porque já
1398 são 30 de dezembro e não tem como executar. A mesma coisa os entes
1399 estaduais fazem com os municípios. Então o dinheiro fica todo no município.
1400 Esse é um artifício orçamentário usado classicamente no Brasil. Então, assim,
1401 só a título de curiosidade. Lógico, tudo que você disse está correto e eu
1402 concordo, mas é só para termos isso claro. ROBERTA: eu gostaria de dar mais
1403 uma informação, Sérgio. Colocar que nesse aspecto a gente até avançou do

1404 ponto de vista de orçamento o que não se executa se perde. Aquilo que você,
1405 por exemplo, para o ano seguinte quando você vai pensar na peça orçamentária
1406 eles cortam. O Estado de Minas, por exemplo, nessa lógica toda de
1407 acompanhamento de estruturador e principalmente o acompanhamento na
1408 Assembleia. Por que com o acompanhamento da Assembleia das políticas
1409 públicas, ela cobre em cima e acho que isso é uma das coisas que a gente mais
1410 avançou em Minas Gerais. Então essa lógica de que chega no final do ano joga
1411 tudo, pra você vê tanto é que não conseguimos jogar, que a gente deixou em
1412 restos a pagar, porque essa lógica ela é muito mais para projetos para serviço
1413 ela já tem uma lógica mais continuada. ISABELA: Concordo com a Roberta. Isso
1414 acontece mesmo como o Sérgio está colocando. SÉRGIO: acontece e muito. E
1415 no Governo Federal acontece muito, porque é justamente para não perder o
1416 corte que eles repassam. ISABELA: é. Isso acontece mesmo mais é como a
1417 Roberta está colocando na lógica de serviço a gente tenta não trabalhar dessa
1418 forma. No FEAS, por exemplo, a gente tenta não trabalhar dessa forma. Mais de
1419 fato isso ainda é recorrente. RONALDO: chamou minha atenção foi essa
1420 disparidade quando tem município com sobras de recurso e nós temos também
1421 municípios, pela fala da Isabela, dos 853, 673 municípios, portanto, 20% dos
1422 municípios não têm o fundo municipal de assistência social. É angustiante para
1423 mim... ISABELA: só um minutinho. Tem o fundo mais não tem constituído,
1424 cumprindo todos os critérios e operando da forma como deveria. RONALDO:
1425 então, na verdade, ele descumpra as normativas para atingir a consolidação de
1426 um sistema único de assistência Social. Muito bem colocado pela presidente,
1427 quando nós buscamos ser política pública estamos sujeitos a isto. Agora
1428 pergunto: qual é o papel do conselho, uma vez que não possui ferramentas para
1429 mensurar essa cobrança. Eu entendo que deveria ter um papel educativo para
1430 esses municípios se adequarem realmente a política pública que nós queremos.
1431 Eu não sei se seria através daqui do conselho estadual, pela comissão de apoio
1432 ao CMAS, mas para mim é angustiante ver a necessidade do usuário da
1433 assistência social e uma má gestão não aplicar na ponta o que ele deveria fazer
1434 com eficácia. Se falta capacitação, então, entendo que deveríamos levar essa
1435 capacitação para esses municípios. SHIRLEY: então, completando o que ele
1436 está dizendo e como eu tinha dito antes, a capacitação foi válida para essa
1437 questão do orçamento, essa questão do conselho também. Eu acredito que se
1438 ela vier a nível do Estado ela vai ajudar bastante. ROBERTA: é. O Estado tem
1439 toda uma proposta de capacitação que foi aprovado por esse conselho que eu
1440 vou pedir a Isabela, por favor, na próxima plenária trazer também a proposta de
1441 capacitação estadual, inclusive, não só o Capacita SUAS, mas toda a proposta
1442 de capacitação que foi aprovada pelo CEAS. Só para lembrá-los que já existe,
1443 que tem a proposta pronta, porque nós temos que planejar para o ano de 2014
1444 qual é a meta de capacitação. Seleccionamos os municípios pelas prioridades de
1445 demanda mais temos uma estratégia de tentar chegar nos 853 com capacitação.
1446 Agora eu faço um planejamento. Eu não tenho como obrigar que as pessoas
1447 vão. Entendeu?! Shirley, aproveitando nisso, vou só lembrar porque você fez
1448 uma demanda para o conselho de capacitação, isso está na pauta que depois
1449 vamos discutir. Tá?! Comissão de Orçamento terminou? Tem mais nada para
1450 aprovar? Então, vamos parar para almoçar e voltamos com a apresentação das
1451 PCH's e depois vamos para as comissões. Retornamos às 13 horas. ROBERTA:
1452 Os trabalhos da parte da tarde agora nos vamos encerra uma comissão de
1453 orçamento, agente vai volta relatoria dos processos de PCH. Tanit fez o dela,
1454 pela ordem agora é Shirley . Shirley vai relatar CGH Anjos do município
1455 Guaraciaba avaliação relatório final do PAS com vista LO com a conselheira
1456 Shirley. SHIRLEY: Em primeiro lugar como Roberta falou, e aprovação do PAS
1457 da CGH Anjos e no município de Guaraciaba foi feita uma diligencia no fim

1458 dezembro foi recebido o processo em 22 de Novembro de 2013 e data de
1459 entrega esta sendo hoje. E o feita diligencia em dezembro porque lendo a
1460 documentação referente ao processo eu percebi que a técnica que tinha feita a
1461 visita anterior relatou algumas situações que não estava bem definidas, uma
1462 delas seria a questão da capacitação que exigida pela Resolução 317/2010
1463 (artigo 6º, inciso 2º), que deve atingir pelo menos 20% a mais do que a mão de
1464 obra necessária, ampliando a perspectiva de emprego local”; isto não tinha sido
1465 totalmente fechado como que seria feito ,como avaliação do PAS , em reunião
1466 ocorrida em Guaraciaba no mês de Outubro/2013, não ocorreu. A atuação da
1467 Assistente Social e da Psicóloga, que são no caso alternativa para abertura de
1468 serviço previsto também na resolução acharam que não era necessário que
1469 não cabia e alternativa que encontraria era colocar essa assistência social e a
1470 psicóloga no CRAS contratada pela empresa no caso e no entanto não precisou
1471 criar o posto de atendimento e ficou combinado que cerca de depois de 3
1472 meses, elas estaria também prestando serviço no sentido de auxiliar nesta
1473 capacitação que seria oferecida este também não ficou fechado e nem bem
1474 definido por ocasião de controle apresentado no processo e então feita visita e
1475 feita uma reunião com a secretária de ação social do município , depois uma
1476 nova visita na CGH e não tinha grandes novidades e nenhuma questão tinha
1477 haver com isto , e sim vocês querem que ler corrido ou resumo ou que vocês
1478 preferem, pois é ler corrido mesmo. Análise de Resultado: De acordo com a
1479 Resolução 317/2010, artigo 4º, parágrafo IV, que cita: O PAS/BARRAGEM
1480 deverá apresentar estruturalmente os seguintes itens – projetos exigidos pelas
1481 características locais: (Re) ativação econômica e/ou geração de renda,
1482 elaborado com a participação do gestor de assistência social local,
1483 população atingida, CMAS e outros envolvidos;”, e segundo os
1484 esclarecimentos da Secretária municipal de Assistência Social, a senhora Dalva
1485 Barbosa, na reunião convocada para este fim com a presença do Conselho
1486 Municipal de Assistência Social de Guaraciaba, representantes municipais e a
1487 Conselheira estadual Shirley Moreira, no dia 26 de Dezembro de 2013, às
1488 14h30min, na sede da Secretaria, foram encontradas alternativas pelo município
1489 e pela empresa empreendedora para os pontos citados acima, que passam pela
1490 realização de cursos de capacitação em parceria com o SENAR, a prefeitura e a
1491 empresa empreendedora, além do acompanhamento a ser realizado pela
1492 assistente social e pela psicóloga, contratadas para este fim, durante o primeiro
1493 semestre de 2014, uma vez que os contratos das mesmas vencem em maio de
1494 2014 e, conforme o proposto, elas ficarão mais três meses (até agosto de 2014)
1495 para auxiliar na realização e acompanhamento das capacitações. Assim, na
1496 construção da proposta de trabalho, foram atingidos os objetivos propostos pelo
1497 PAS e de acordo com a resolução nº 317/2010, faltando ainda garantir o
1498 cumprimento dos mesmos objetivos no prazo estipulado, para avaliação da
1499 transformação social esperada. Fundamentação do parecer: Contexto do
1500 PAS/BARRAGEM - Os dados constantes neste relatório foram fundamentados
1501 no Relatório Técnico elaborado pela Técnica do CEAS/SEDESE, Rosalice
1502 Tassar, que acompanhou todo o processo, visitando a comunidade e mantendo
1503 discussões com todos os envolvidos, além dos dados levantados por ocasião da
1504 visita de sindicância realizada na cidade de Guaraciaba nos dias 26 e 27 de
1505 Dezembro de 2013, pela Conselheira estadual Shirley Moreira, ocasião em que
1506 houve uma reunião entre o CMAS, representantes municipais e a referida
1507 conselheira, e em seguida, nova visita á CGH Anjos, e nova entrevista com os
1508 representantes da área atingida pela reforma e reativação da CGH Anjos. O
1509 Plano de Assistência Social da Central Geradora Hidrelétrica – CGH Anjos, foi
1510 encaminhado ao CEAS em 30 de julho de 2010 para análise e deliberação. O
1511 mesmo foi aprovado em dezembro/2010, por meio da Resolução 349/2010.

1512 Conforme descrito no PAS, a CGH Anjos é a reativação da antiga usina
1513 desativada no Rio Bacalhau, que até 1970 supriu o município de Guaraciaba,
1514 que se situa a 3 km da sede do município, com potência instalada de 800 kW.
1515 Da antiga usina restaram o barramento e o canal de adução, que passariam por
1516 pequenas reformas, e seria implantada nova casa de força, câmara de carga e
1517 reconstruído o conduto forçado. O reservatório seria o mesmo da antiga usina,
1518 que está restrito à calha do rio, tendo aproximadamente 1.500m²; no
1519 reservatório, a velocidade de escoamento será a mesma do rio em seu fluxo
1520 normal. O Trecho da Vazão Reduzida será de 80 metros de comprimento, que
1521 está situado integralmente em terreno do empreendedor e não existiam outros
1522 usos para água nesse trecho. A área diretamente afetada era formada por uma
1523 propriedade já do empreendedor – Conecta Energia, e não houve famílias
1524 atingidas, conforme foi constado na primeira visita técnica do CEAS na região,
1525 em outubro de 2010. Estava previsto no PAS/Barragem de 2010, para a
1526 construção da obra (duração de 6 meses) a contratação de no máximo 30
1527 pessoas/trabalhadores locais (operadores de máquinas, mecânicos,
1528 encarregados, eletricitas, pedreiros, armadores, serventes, motoristas, vigias,
1529 auxiliares de serviço, cozinheiro e etc.). O cadastramento das pessoas
1530 interessadas em trabalhar na construção da usina, seria realizado na SMAS,
1531 cabendo ao CMAS à fiscalização e o monitoramento desta ação. Como não
1532 houve população atingida, não foi proposto o programa de negociação
1533 (conforme resolução CEAS nº 317/10), havendo sido propostos os seguintes
1534 programas e ações pelo PAS: a) Diagnóstico da área atingida (impactos sociais
1535 mencionados no PAS: Geração de expectativas na população (Elaboração e
1536 divulgação de boletim informativo; negociação/aquisição das terras necessárias
1537 para implantação do empreendimento; realização de visitas domiciliares e de
1538 reunião in loco com o público-alvo; publicação em jornal das etapas); Oferta de
1539 empregos/contratação de mão de obra (Contratação de mão de obra da própria
1540 região de Guaraciaba para trabalhar na obra ou no Posto de Atendimento Social,
1541 com 17 contratados locais, e apenas a mão de obra especializada de outros
1542 municípios vizinhos); Aumento do fluxo de veículos (Programa de segurança e
1543 alerta); Atração indireta de população (Contratação de mão de obra vinda da
1544 cidade do empreendedor (Xanxerê) para trabalhar na obra); Todos estes
1545 impactos sociais foram sanados com as ações referidas, conforme Relatório
1546 técnico (reunião ocorrida no dia 23/10/2013, com representantes do CMAS e da
1547 prefeitura de Guaraciaba, e técnica do CEAS Rosalice Tassar, ocasião em que
1548 os presentes confirmaram as informações sobre o desenvolvimento das ações .
1549 Destaca-se que os presentes declararam que o empreendimento, devido ao seu
1550 tamanho, não causou impactos negativos para a comunidade, ao contrário levou
1551 benefícios para a região. A representante do Sindicato Rural informou que os
1552 benefícios chegaram até a área rural; b) Quanto aos demais programas, foram
1553 apresentados: Programa de Comunicação Social; Programa de Segurança e
1554 Alerta; Programa de Ações junto a Comunidade e ao Poder Público Municipal
1555 (OBS. Estão incluídas neste Programa as ações de capacitação da mão de obra
1556 e ações de segurança da comunidade); Programa de Monitoramento
1557 Socioeconômico, como alternativa para o Programa de instalação do Posto de
1558 Atendimento Social; No PAS protocolado em 08/07/2010, não foi mencionado
1559 em nenhum momento a inclusão de alguma ação especificamente relacionada à
1560 área da assistência social. Concomitantemente, não foi incluída a implantação
1561 de um Posto de Atendimento Social. Todo o conteúdo do PAS enfocava o fato
1562 de não haver pessoas/famílias diretamente afetadas, ou seja, de não haver
1563 necessidade de negociação de terras e benfeitorias; Na reunião ocorrida no dia
1564 22/09/2010, entre o diretor da empresa construtora Com Energética
1565 Participações LTDA (Sr. José Pinto de Barros Neto), o representante da

1566 empresa de consultoria Conecta Energia (Sr. Luiz Antônio V. B. Rolla),
1567 Conselheiros do CMAS de Guaraciaba, a gestora municipal de assistência social
1568 (Sra. Raquel Barros Gonçalves) e a técnica do CEAS ,Rosalice Tassar, foi
1569 discutida a questão do Posto de Atendimento Social. Ficou acordado que o
1570 CMAS estaria encaminhando ao CEAS até o dia 08/10/10 um parecer sobre o
1571 Plano de Assistência Social, com indicativo de ação que substituísse a
1572 implantação do Posto de Atendimento Social, conforme consta na ata anexa; O
1573 Conselho Municipal em 04/10/2010, encaminhou um parecer sobre o Plano de
1574 Assistência Social – PAS da Central Geradora Hidrelétrica - CGH Anjos, a ser
1575 instalada nesse município. No referido parecer constou que o CMAS não
1576 aprovava o PAS “por julgar que não trará benefícios para a cidade devido ao
1577 impacto ambiental e os problemas Sociais que serão desencadeados, uma vez
1578 que estará muito próximo da cidade, não oferecendo segurança à população e
1579 podendo ter como consequência o desvio de estradas próximo à localidade”, e
1580 ainda ressaltam “que a população vem sofrendo com cheias decorrentes de
1581 outro empreendimento da mesma categoria, já existente na cidade”. ROBERTA:
1582 só um minutinho, Esse paragrafo, só pra gente chamar atenção quando fala
1583 conselho municipal não aprovou o PAS, só pra a gente ficar atenta naquilo que
1584 você perguntou. Em 26/10/2010, o CEAS encaminhou o OFÍCIO N. ° 262
1585 /CEAS/10, esclarecendo, dentre outros aspectos relacionados a processos de
1586 instalação de usinas no estado de Minas Gerais, que as autorizações das
1587 Licenças Ambientais são deliberadas pelo Conselho Estadual de Política
1588 Ambiental – COPAM. De acordo com a Lei Estadual 7.772/80, alterada pela Lei
1589 15.972/06, o licenciamento ambiental é o procedimento administrativo por meio
1590 do qual o poder público autoriza a instalação, ampliação, modificação e
1591 operação de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos
1592 ambientais. Ainda, solicitou que o CMAS indicasse as ações da assistência
1593 social, contidas no Plano de Assistência Social da CGH Anjos, que devessem
1594 ser alteradas ou complementadas, ou indicasse outras ações que o
1595 empreendedor pudesse realizar para fortalecer o atendimento ao público da
1596 assistência social local, que o CMAS de Guaraciaba julgasse necessárias, no
1597 prazo de 15 dias. Entretanto, o CMAS não se manifestou. A empresa
1598 empreendedora Com Energéticas Participações LTDA da CGH Anjos, em
1599 11/11/10, encaminhou como complementação ao PAS, proposta sobre o posto
1600 de atendimento social, onde constou que a empresa disponibilizaria 01 psicólogo
1601 social e 01 assistente social para trabalhar no CRAS de Guaraciaba, a partir do
1602 início das obras de reativação da usina, por um período de 12 meses. Conforme
1603 relatório Final protocolado em 29/08/2013 constatou-se que a equipe composta
1604 por um assistente social (Luciana Maria Moreira Reis) e uma psicóloga (Girlene
1605 Antunes Vieira da Silva) foi contratada e atuou no Centro de Referência de
1606 Assistência Social, endereço sede na Praça Conego Simas, s/nº, centro de
1607 Guaraciaba. O empreendedor equipou o CRAS com material de escritório,
1608 mesas, computadores, impressora, telefone. Os presentes na reunião do dia
1609 23/10/2013 informaram que a equipe contratada pelo empreendedor participou
1610 de todas as ações, como apoio ao CRAS, conforme foi acordado quando da
1611 aprovação do PAS. Avaliaram como positiva a parceria, e ainda indicaram que
1612 após a Licença de Operação que a equipe continue trabalhando por mais três
1613 meses, para elaborar uma proposta de curso, não realizado durante a
1614 contratação da mão de obra. Com relação ao Programa de Ações junto a
1615 Comunidade e ao Poder Público Municipal, que contempla inclusive as ações de
1616 capacitação da mão de obra, na reunião realizada no município em 22 de
1617 setembro de 2010 com o CMAS, ficou acordado que o empreendedor realizaria
1618 o curso de capacitação antes do início da obra, e que faria capacitação para um
1619 número maior de pessoas do que o previsto para a contratação da mão-de-obra.

1620 Porém, na reunião do dia 23/10/2013, ficou claro que, embora as pessoas
1621 previstas para contratação no município tenham sido empregadas, a
1622 capacitação para um número maior de pessoas na área de construção civil,
1623 conforme consta da Resolução 317/2010, que dispõe de 20% a mais das
1624 pessoas a serem contratadas, também garantida no PAS e reafirmada na
1625 reunião do dia 22/09/2010, não ocorreu por ocasião desta avaliação do PAS.
1626 Assim, de acordo com os esclarecimentos feitos pela Secretária municipal de
1627 Assistência Social, a senhora Dalva Barbosa, na reunião ocorrida na visita de
1628 sindicância da conselheira Shirley Moreira, realizada no dia 26 de Dezembro de
1629 2013, as alternativas encontradas pelo município e pela empresa
1630 empreendedora para os pontos citados (falta da capacitação ampliada e
1631 acompanhamento da equipe contratada para este fim) passa pela realização de
1632 cursos de capacitação pelo SENAR, sendo os cursos já realizados em parceria
1633 desta instituição com a prefeitura em 2013: produtor de derivados do leite,
1634 artesão em bordados a mão, costureiro, artesão em cerâmica, operador de
1635 máquinas e implementos agrícolas, piscicultor, preparados de doces e
1636 conservas e pedreiro, todos com duração média de um mês de curso, com 14
1637 vagas por turma, cujas inscrições eram abertas após o encerramento de cada
1638 turma conforme a demanda. Para o ano de 2014, somam-se a estes os cursos
1639 de cabeleireiro (média de 06 meses de duração), manicure & pedicure e
1640 depilador, estes com duração média também de um mês, e disponibilizando 14
1641 vagas por turma. Já em parceria direta com a empresa empreendedora, e
1642 levando em conta os cursos já existentes e a demanda levantada, será oferecido
1643 a partir de fevereiro de 2014 o curso de eletricista, com duração média de 3 a 4
1644 meses, divididas entre teoria e prática, e 20 vagas por turma. Ainda segundo a
1645 secretária, para acompanhar todos estes cursos e auxiliar no alcance da meta
1646 de transformação social proposta pelo PAS BARRAGEM e prevista na resolução
1647 nº 317/2010, (artigo 4º, incisos 5º, 6º e 7º), que prevê: Este é citação tem que ler,
1648 falando das minorias, classes econômicas: a equipe contratada pela empresa
1649 empreendedora (assistente social e psicóloga), cujo contrato foi assinado em
1650 maio de 2013, deverá tê-lo prorrogado por três meses, conforme proposto
1651 anteriormente, realizando um acompanhamento dos cursos de capacitação e
1652 seu alcance até agosto de 2014. A nova visita á CGH Anjos, assim como aos
1653 representantes da área atingida não geraram informações relevantes para o
1654 processo citado acima, a não ser a confirmação da implantação da nova casa de
1655 força, câmara de carga e reconstrução do conduto forçado. Assim, considera-se
1656 que as ações pendentes apresentaram uma proposta de realização, levando à
1657 possibilidade da aprovação do Relatório Final do PAS BARRAGEM da CGH
1658 Anjos. IV – Parecer conclusivo: Aprovar o Relatório Final do PAS/BARRAGEM
1659 da CGH Anjos, com o devido estabelecimento de prazos para as ações
1660 pendentes a serem realizadas em 2014 e respectivo monitoramento, por meio de
1661 relatórios bimestrais apresentados pela empresa empreendedora e pelo CMAS,
1662 ou por diligências, se necessárias. Sugere-se a criação de uma comissão de
1663 monitoramento, que deverá construir a metodologia de trabalho para o
1664 cumprimento de sua função e avaliação periódica pelo CEAS no exercício do
1665 controle social. ROBERTA: Em discursão. Primeiro eu queria de começar pelo
1666 aquele parêntese que, eu pedi esclarecimento em relação aquilo de que por um
1667 momento, PAS esteve no conselho municipal para aprovação , eu acho que
1668 esta havendo um equivoco nesse processo, sim ele coloca bem claro no
1669 paragrafo que ele não aprovou em relação questão de benefícios , se tivesse
1670 dito assim não aprovamos porque não e competência do conselho municipal,
1671 OK segundo o que esta escrito ,gostaria por favor que voltasse lá para ver que
1672 esta escrito. O que esta escrita lá que mandou um parecer dizendo que não
1673 aprovou por causa de questão de benefícios, o conselho municipal em 04/10/

1674 encaminhou um parecer sobre o plano municipal da central Hidrelétrica.... E no
1675 referido parecer é constou que o conselho municipal não aprova o PAS por
1676 julgar, por não tratar de benefícios para cidade, quer dizer ele entrou no mérito
1677 da questão, então minha primeira discursão é essa , não é conselho Municipal
1678 que aprova o PAS e sim o PAS è Aprovado aqui. A segunda questão que eu
1679 quero colocar, é a questão do parecer, volta lá no parecer. Do parecer quero
1680 fazer um colocação em relação a essa questão da agente criar grupo de
1681 monitoramento, porque esse encaminhamento for, todo relatório final aqui nos
1682 vamos ter criar grupo de monitoramento ou nos criamos uma metodologia que
1683 vai monitorar todos os relatórios e todos os planos que aqui entra, agora não
1684 pode ser por um específico, nesta situação que dizer, o relatório final veio para
1685 cá, foi para relatoria com assessoria com possibilidade de diligencia, agora eu
1686 compreendo, mas não podemos ficar criando grupos de monitoramento para
1687 ficar avaliando processo por processo, se nos vamos ter com grupos para
1688 avaliar, hoje mesmo no vamos relatar quatro processos, se todos quatros
1689 processos , imaginar de criar grupos de monitoramento , então nos vamos ter
1690 criar inclusive uma comissão de monitoramento especifica só pra “coisa” .Eu
1691 queria colocar essa duas questões antes da gente ir pra aprovação. ROSALICE
1692 TASSAR: Bom tarde, conselheiros, pra quem não me conhece só Rosa,
1693 assistente social, técnica que acompanha os processos de barragem, o que
1694 ocorreu na relatoria da conselheira que ela fez um resgate histórico deste 2010.
1695 Em 2010 relator foi Marcelo Armando , quando chegou esse parecer do
1696 conselho Municipal , foi encaminhado um ofício para eles, explicando que não
1697 era papel deles como você falou Roberta e que o processo de ambiental, do
1698 parecer dele deve ter falado que concordava com a licença ambiental,
1699 informamos que fizemos toda a explicação pro Conselho Municipal em 2010. E
1700 a conselheira foi colocando além do relatório final, ela foi colocando questões
1701 que era do PAS que foram discutidos na época da aprovação, não é
1702 conselheiro? Aprovação em 2010 do PAS, hoje para os conselheiros que são
1703 novatos, não esta discutindo o PAS esse PAS foi discutido em 2010, essas
1704 questões pra ter do Conselho Municipal que ele na época, que eu lembro muito
1705 bem ele apontava questão da área ambiental e o que município não teria lucro
1706 com esse empreendimento nos apontamos com ele o papel da área da
1707 assistência social e pedimos a ele já que já tinha visto que aquele PAS não
1708 contemplava e nos pedimos que ela apontasse as questões da assistência
1709 social e não houve resposta. Esse empreendimento gente ele é um
1710 empreendimento muito pequeno, eu até tirei algumas fotos de 2010 o que é a
1711 conselheira esteve lá também, o que é hoje eles construíram uma casa de força
1712 e mudaram a tubulação mais nada aconteceu em torno, não teve área atingida
1713 pelo contrario o único morador lá próximo falou que é até bom pra comunidade
1714 ter aquele empreendimento por que vai volta gerar energia numa usina que
1715 parou 1970 que não houve impacto mesmo em relação porque o impacto que
1716 deveria ter acontecido , aconteceu em 1960 quando foi construído essa
1717 barragem , hoje eles só alteram e construíram uma nova casa de força e
1718 mudaram a tubulação. ROBERTA: Então eu queria só da uma sugestão então
1719 Rosa se você pudesse ajudar inclusive os conselheiros novos que estão
1720 chegando ,é o seguinte dependendo da forma que nos trás a informação para
1721 o debate de plenária , agente vai suscitar essas as coisas ,uma vez que optou
1722 pela relatoria por entender que eles é explica de forma suscita o que esta
1723 acontecendo bem claro e a gente esta aberta as discursões , só todo mundo
1724 tem das duvidas agora se ele não trouxer de forma muito objetiva e clara , a
1725 gente compreende veja bem com certeza eu devo ter participado da discursão
1726 dessa plenária só que a gente não lembra da forma como foi colocado ali a
1727 gente tá entendendo que era algo que estava sendo discutido também nesse

1728 momento então sim qual quer a minha sugestão , por exemplo quando agente
1729 tiver trabalhando com relatório final , é igual nos fizemos com candonga lista as
1730 ações do plano porque todo o plano tem ação e as ações aprovadas pelo
1731 plano foram essas a cumprida foram essas . Porque todo relatório tem que
1732 trazer para nos essa clareza, porque o relatório é assim é se cumpriu ou não
1733 cumpriu este exato momento desse empreendimento se nos aprovarmos ou não
1734 aprovarmos disso depende a sua licença de operação. Então se isto não tiver
1735 claro pra gente aqui, agente retarda essa decisão, entendeu? Porque o PAS
1736 esteve aqui, então, se o PAS já foi aprovado ele teve a licença lá, ele se estalou
1737 foi momento da execução o relatório final executou as ações ou não! Ficam
1738 claro as ações do plano foram essas, executaram essas. E o relatório ele tem
1739 que ser muito suscito, porque ele não pode resgata processo que já foram
1740 vencidos nesta plenária, porque se não a gente não compreende e disso corre
1741 risco da gente ter um tempo de debate e as vezes corre um risco inclusive da
1742 gente deliberar de forma equivocada porque isto já aconteceu aqui nesta
1743 plenária , a gente já tomou decisões de aprovar ou não aprovar por
1744 informações que a gente não estava tem a certeza , não estava o que era o
1745 que estava exposto ali para agente compreender . Então quando você chama ali
1746 para questão da metodologia, eu acho um trabalho sim que a gente deve que
1747 subsidiar, principalmente para os conselheiros novos, com instrumentais que a
1748 gente possa poder subsidiar todo mundo na hora da apresentação da relatoria
1749 de é relatório final . Essas são ações que foram proposta e nos aprovamos e
1750 quais formam cumpridas se é um relatório ou uma apresentação para aprovação
1751 do PAS, basta dizer apresentou um plano com essas ações com tempo x para
1752 executar , a gente precisa ser mais objetivo, inclusive na hora de colocar isto
1753 em esplanada. Eu queria pedir muita ajuda da equipe para poder subsidiar os
1754 conselheiros nesta apresentação porque se não nos vamos corre risco de tomar
1755 decisões erradas. VOLNEY: Eu queria sugerir Rosa pra você que trabalha com
1756 processo de usina é que na relatoria dos processos, por exemplo, que foram em
1757 números de parágrafos. Que os parágrafos fossem numerados como nas peças
1758 jurídicas, porque isto é uma facilidade muito grande quando você for fazer as
1759 citações e informações então eu queria deixar essa colaboração para os demais,
1760 então isto facilita pra gente, pois aqui há inúmeros parágrafos então pra gente
1761 voltar no parágrafo tal, acho que facilita pra gente. ROSA: Só explicar, Volney ,
1762 essa relatoria quem faz são os conselheiros, eu não tenho acesso, á não ser
1763 que os conselheiros, solicite, comigo, ali do lado vamos rever tudo, o conselheiro
1764 ao meu lado eu posso corta alguma coisa, sem o conselheiro eu não posso
1765 porque isto é um documento de vocês. ROBERTA: A sugestão aqui, não e nem
1766 corta, ela ali ponta, a questão que devera construir uma metodologia eu já
1767 propus uma ferramenta simplificada, entendeu e nesta ferramenta a gente
1768 conseguiu visualizar e muito natural, que a conselheira é o primeiro relatório, que
1769 esta relatando e vou te dizer, mesmo, a gente, em outros casos, também temos
1770 essa confusões, viu conselheira pode ficar bastante a vontade. Mas é só pra
1771 gente porque a preocupação da mesa é que a gente leva uma votação às vezes
1772 primeiro a gente pode ficar horas debatendo e segundo pode levar uma votação
1773 equivocada às vezes pela forma como se apresenta a informação, tá, mais ali
1774 você deixou claro que precisa de metodologia e a metodologia é isto mesmo
1775 inclusive como a gente precisa apresentar essas informações. Cumpriu o plano,
1776 não cumpriu, quais informações que estava no plano, eu pra mim tem que ser
1777 bastante objetivo. A gente não pode ficar relatando inclusive processo, eu digo
1778 assim processo que já foram vivenciados e vencido por a gente tem que cumprir.
1779 SHIRLEY: Na verdade foi colocado isto, como uma forma de in formação porque
1780 como experiência de correr o risco como o processo ser antigo, eu já fiquei com
1781 receio de colocar as ações corridas e faltar informações das ações. Então foi

1782 neste sentido, mas eu acho que com o tempo eu pego o jeito. ROBERTA: Não
1783 claro mais algum coisa? Em votação, e lembrando que a votação agora tem que
1784 ser pelo microfone. DENISE: favorável à relatoria. GEISIANE: Com relatora.
1785 SHIRLEY: Só pergunta uma coisa antes de votar, no caso você sugeriu que não
1786 seja criada a comissão, então quanto se diz que é favorável com a relatoria o
1787 que esta faltando aqui. ROBERTA: Vota pela aprovação do relatório, depois
1788 essa questão depois a gente enriquece depois. Porque a gente esta votando
1789 aqui e o relatório dele, se a gente aprova o relatório dele, pelo que você relatou.
1790 Gente só pra gente entendimento dos conselheiros aqui esta todo mundo
1791 entendendo pelo relatório dela que foram cumpridas as ações, é isso que nos
1792 estamos votando, OK. SHIRLEY: CMAS Sarzedo, aprovado. JÚLIO: Pela
1793 aprovação. VOLNEY: Pela aprovação. ROBERTA: com relatoria. ANÁLIA,
1794 COGEMAS: Com relatoria. SERGIO, Federação da APAE, com relatoria.
1795 ADRIANA: relatoria. RONALDO, CMAS J.F, com relatoria. MILA: SEPLAG com
1796 relatora. ROBERTA: A Tereza não vota, ela não tomou posse, nos vamos da
1797 uma paradinha para dar posse a Tereza. Para ela começar a votar em condições
1798 de titular, a Tereza entra como suplente da Luiza, como a Luiza se ausentou do
1799 primeiro dia de mandato e a suplente já assumiu. Tereza seja bemvinda como
1800 conselheira neste momento como conselheira titular. Com direito a voto Ok.
1801 Agora você pode votar. Tereza Cristina: representando a SEDESE com relatoria.
1802 ROBERTA: segundo processo, chamar a Rosa para relatar o, processo da Edir,
1803 a conselheira, Edir esta passando mal, esteve conosco de manha, mas não
1804 estava se sentindo bem e teve de retorna. E a gente se comprometeu da Rosa
1805 relatar e a mesa apoiar na discursão aqui e pra que o empreendedor não ficasse
1806 prejudicado. ROSA: Fui eu que fiz a análise técnica, então eu vou ler
1807 exatamente o termo de relatoria da conselheira esta ok. Nome do
1808 Empreendimento: Central Geradora Hidrelétrica Posses. Nome do:
1809 Empreendedor: Grão Mogol Energia Ltda. O município envolvido Carvalhos,
1810 apreciação do PAS/ Barragem, não é apreciação, neste ponto eu posso alterar,
1811 aqui é comprovação de complementação do PAS barragem com vista de licença
1812 de operação, que é o relatório final. O Plano de Assistência Social da Central
1813 Geradora Hidrelétrica-CGH Posses foi encaminhado ao CEAS em 03/2012,
1814 sendo aprovado em 08/2012, por meio da, Res. 412/2012. A hidrelétrica foi
1815 implantada no Ribeirão Itapeva (ou das Posses) porque são dois nomes de rios,
1816 situado no município de Carvalhos, a 8 km da sede do município e próximo ao
1817 distrito de Posses. Na área diretamente afetada foram identificadas 3 (três)
1818 propriedades rurais, sendo 2(duas) delas à margem esquerda e 1(uma) à
1819 margem direita do Ribeirão Itapeva. A área atingida corresponde a 0,04ha, 3ha e
1820 18ha. Eu vou só da uma explicação as três propriedades teve uma área
1821 atingida, só pela área de preservação permanente, essa área de 18ha, e que
1822 uma senhora que mora em Aiuruoca e ela já estava com a propriedade pra
1823 vender mesmo ,para ser vendido entre os 08 filhos. Conversei com o filho dela
1824 ela vendeu mesmo, que área foi vendida totalmente, não porque o
1825 empreendedor atingiu a área , pois ela já estava a venda e como o
1826 empreendedor precisava área de preservação permanente ele comprou a área
1827 dela, já que área estava a venda mesmo, o impacto foi pequeno em relação ao
1828 empreendimento. A previsão era de gerar 95kw de potência, instalada com a
1829 duração de 7 meses e contratação de 55 pessoas trabalhando. O relatório final
1830 para comprovação da implantação do PAS foi protocolado no CEAS em
1831 21/10/2013 e sua complementação em 10/12/2013. O relatório final para
1832 comprovação da implantação do PAS foi protocolado no CEAS em 21/10/2013 e
1833 sua complementação em 10/12/2013. A técnica Rosalice, nos dias 27 e
1834 28/11/2013, realizou visitas aos proprietários das áreas negociadas. Entrevistou
1835 2(dois) proprietários. Em relatório da técnica foi informado que a negociação

1836 ocorreu com tranquilidade, não tendo pendências no cumprimento do acordo
1837 firmado com o empreendedor: indenização, permuta de terra e documentação.
1838 Os entrevistados declararam satisfeitos, não havendo alteração na rotina familiar
1839 no que se refere à moradia e renda. Quanto à negociação foi constatado que
1840 todas as áreas negociadas foram pagas. Os conselheiros municipais de
1841 Carvalho confirmaram a divulgação ocorrida nas escolas. Na realidade os
1842 conselheiros constataram todas as ações que o empreendedor realizou lá. Só
1843 pra constar CGH Posses e a floresta que foi apresentada de manhã de pela
1844 conselheira Tanit , elas foram construídas no mesmo período então a equipe do
1845 posto que atendeu posses atendeu também floresta porque era no mesmo no
1846 município e no mesmo período e na mesma região e também teve a mesma
1847 situação 0,05ha de atingido área preservação permanente. Toda a mão de obra
1848 para trabalhar na CGH Posses foi contratada no município de Carvalhos,
1849 somando 30 pessoas. Eu acrescentei na relatoria dela porque não tinha essa
1850 informação que o posto de atendimento social foi instalado em Carvalhos eles
1851 desenvolveram programas comunicação que são os obrigatórios negociações e
1852 segurança alerta. E o parecer da conselheira de aprovação do relatório final das
1853 ações da Assistência Social. ROBERTA: Em discursões. ROSA: O que
1854 obrigatório é o plano de segurança na comunidade, ele envolve também
1855 segurança alerta durante a obras , são aquelas placas de sinalização, quando
1856 tem alguma explosão ele tem que avisar, isto também faz parte do plano
1857 obrigatório ,de algum projeto obrigatório , da nossa resolução. ROBERTA:
1858 Alguma duvida? Em votação. SERGIO: Com relatora. ADRIANA: Com relatoria.
1859 RONALDO: Com relatoria. MILA: Com relatora. TEREZA Cristina: Com relatora.
1860 DENISE: Com relatora. GISIANE: Com relatora. SHIRLEY: Com relatora. JULIO:
1861 Com relatora. VOLNEY PSIND: Com relatora. ROBERTA SEDESE: Com
1862 relatora. ROBERTA: Vamos para o último. ANÁLIA COGEMAS: Com relatora.
1863 ROBERTA: Vamos para o ultimo processo de PCH, Conselheira Adriana
1864 relatora. Conselheira só uma pergunta, se você não estiver se sentido bem, a
1865 gente pede outra pessoa para relatar, está tranquila? ADRIANA: Não. Está
1866 tranquilo, eu me cuidei. Quero dizer, eu passei mal foi na madrugada.
1867 ROBERTA: Porque de manhã nos ficamos sabendo que você estava passando
1868 mal. ADRIANA: Não, mas eu vim por que estou dando conta. Tá? Está tranquilo.
1869 Então boa tarde a todos. Pedir desculpa a todos por não ter participado de
1870 manhã. Mas, realmente, foi um imprevisto na madrugada. Então, eu vou
1871 apresentar a relatoria do PAS, pra licença de implantação do PAS, que foi
1872 apresentado para apreciação pelo empreendedor CPE participações, para a
1873 PCH Fumaça. Aí você vai abaixando... Para eu ir achando e ver o que é? Que
1874 fica... Vamos lendo. Fica melhor. Então vamos entender o que está
1875 acontecendo. O plano de assistência social da PCH Fumaça, foi elaborado pela
1876 empresa, aí está que eu não pus lá em cima, Ambiente Mais Assessoria,
1877 contratada e coordenada pela CPE Participações LTDA; que é a empresa
1878 responsável pelo gerenciamento dos estudos ambientais e socioeconômicos,
1879 para a obtenção da licença previa, e de instalação do empreendimento. Fala do
1880 projeto e tal. Aí em baixo eu aponto um pouco a identificação do local da PCH.
1881 Vai ser implantada no rio Suaçuí grande, que fica na região de São Evangelista
1882 e Coluna. ROBERTA: No caso foi implantada né? Porque essa é licença de
1883 operação, ou vai ser? ADRIANA: Não! É de Instalação. ROBERTA: Essa licença
1884 é de aprovação de PAS? ADRIANA: É aprovação do projeto de PAS é de
1885 instalação. Aí é que eis a questão. Enfim... Bom, PCH Coluna. Só chamando a
1886 atenção que, na leitura do documento eu vi o seguinte: Houve um processo
1887 anterior, parece, em que haveria uma área de alagamento um pouco maior,
1888 houve uma adaptação. Isso, eu acho, que é uma coisa que mais pra frente a
1889 gente vai ver, acho que gerou alguns ruídos na comunidade. Quando eu fui

1890 avaliar os questionários, que foram utilizados pelo CEAS, pra avaliar o
1891 entendimento da comunidade do que estava acontecendo. Uma das coisas que
1892 me preocupou, foi que fica muito evidente assim: o não o entendimento o que
1893 esta acontecendo, a preocupação de que vai alagar um pouco mais... Existem
1894 alguns ruídos, que eu acho podem advir disso: De que havia uma discursão
1895 anterior, e essa discursão foi modificada, com a diminuição da área de
1896 alagamento. E, dai isto deixou algum resíduo no processo. Mas vamos lá...
1897 ROBERTA: Adriana, por isso que na proposta toda de instalação de uma
1898 hidrelétrica, uma das coisas que é exigida é o plano de comunicação. Né,
1899 porque o plano de comunicação, ele trabalha nesta perspectiva. De levar
1900 informação pra comunidade, daquilo que elas imaginam que acha que vai ser, e
1901 aquilo que realmente é. Quando se fala na instalação dentro do município, da
1902 muita confusão mesmo! Por isso é que, quando ao criar a lei, uma das coisas
1903 exigida, e obrigatória, é o plano de comunicação. ADRIANA: Extremamente
1904 importante. Agora, do papel pra execução de fato, e é disso que estou falando,
1905 às vezes, é complicado. Mais, enfim. O PAS apresenta como uma área
1906 indiretamente afetada... é outro ponto de preocupação minha aqui. Que foi o
1907 seguinte. Ele definiu, como área indiretamente atingida pela PCH, toda uma
1908 população do São Geraldo do Baguari, que é um distrito do município de São
1909 João do Evangelista onde vai ficar... que está na área da micro bacia. E ele cita,
1910 nesta descrição - vocês vão ver abaixo - com indicativo claro e destacado, de
1911 que: Na região há existência de duas comunidades quilombolas. Aí que... que é
1912 Varjão Furtuoso e Suaçuí Pitangueiras, que são devidamente reconhecidas pela
1913 Fundação Palmares. E, aí ele cita que estão distantes de São Geraldo Baguari,
1914 cerca de 30 km, e, portanto, sem influência dos reflexos causados pela
1915 implantação da PCH Fumaça. No entanto - este é o texto como está no PAS -
1916 No entanto, seguindo ali, cadê? ... No entanto, o empreendedor optou por inclui-
1917 las na área indiretamente atingida, ainda de forma a lhes garantir melhoria nas
1918 condições de vida. Eu chamo atenção do pessoal neste ponto também, porque é
1919 isso que pauta depois o ruído, lá embaixo na minha conclusão final. Então, quer
1920 dizer, ele cita a existência, diz que são comunidades reconhecidas pela
1921 Fundação Palmares; toma como parâmetro para a classificação, a definição de
1922 que elas não são atingidas, distancia... Mais aí, vale esclarecer para os
1923 conselheiros, que essa comunidade não tem seu limite definido ainda, e que isso
1924 é um processo que demora. Agora sim, o que grita, é o que ele explicita, ele
1925 verbaliza isto de uma forma indevida. Por exemplo, ele podia ter colocado que...
1926 As comunidades, ou o local de moradia dessas comunidades... Ele precisava ter
1927 caracterizado mais entendeu? O que é que definiu essa distância? Para não dar
1928 margem para problemas futuros. Digo até na hora de verificação de implantação
1929 do mesmo, do PAS. Aí vamos... Como área diretamente afetada, foi
1930 considerada as áreas que vão ficar diretamente afetadas pela inundação, mais
1931 APP, que somam 5 (cinco) estabelecimentos na influência direta. Sendo 4 (quatro)
1932 na margem direita, e...Enfim: Quanto à área diretamente afetada, nada
1933 me... chamou-me atenção na descrição não. Aí vamos... Os aspectos
1934 socioeconômicos apresentados no diagnóstico, para composição do PAS. Aí ele
1935 colocou que a área do distrito do município de São João do Baguari fica lotado a
1936 3 km de onde está prevista a implantação da barragem. Predomina agricultura
1937 de subsistência e a pecuária tradicional; sendo comum a comercialização da
1938 parte de produção, e tal. Cita que, a cachoeira da fumaça é um ponto turístico e
1939 de pesca importante. E que a população utiliza a jusante do rio, como fonte de
1940 renda, na exploração de areia e pesca. Ele apresenta, na hora de elaborar as
1941 propostas de ação dos projetos, aquela lista, né, dos impactos sociais positivos
1942 indicados pelo PAS. Aí, é outra coisa que me chama atenção: capacitação de
1943 mão de obra, criação de empregos direto e indireto, desenvolvimento local

1944 através do consumo direito da oferta local, a arrecadação de impostos devidos,
1945 que isto vai ser favorável ao desenvolvimento do município. Ressalto que eu
1946 conheço o município, e conheço a região, e ele apresenta dados do IBGE de
1947 que é um município estagnado, é um lugar que você acha ficou parado no
1948 tempo. Há anos não tem crescimento e é impressionante. Tem uma escola
1949 técnica ali na região, mas é um município mesmo, que vive em condições muito
1950 precárias. Eu não sabia da PCH, e não sabia da existência das comunidades
1951 quilombolas, pra falar a verdade. Apesar de tratar muito com esse assunto. Mais
1952 realmente é um lugar que demanda investimentos. Desenvolvimento local
1953 através do apoio institucional; aquisição de insumos pelo empreendimento;
1954 possível valorização, através do turismo, gerado pela formação do reservatório;
1955 e a estimulação da geração de negócio, e valorização imobiliária. Enfim... Acho
1956 que existe um pouco de exagero, às vezes, né! Ou, de coisas que não são muito
1957 mensuráveis. Mais está posto. Impactos sociais negativos indicados: Possível
1958 sobrecarga na utilização dos serviços públicos de educação, saúde, segurança
1959 pública. É isto que eu estou falando, são municípios muito pequenos e muito
1960 parados; então assim, você leva um montante de pessoas, e pensando numa
1961 chamativa pra turismo e tal. Então eles consideraram essa questão; e a questão
1962 do indicativo de perda de área produtiva, considerando os territórios que vão ser
1963 diretamente afetados; mais que aí, eles fazem uma proposta bacana de
1964 reacolocação, enfim, de compra; desse ponto não tem problema. Aí vamos aos
1965 projetos e programas, que foram apresentados para composição do PAS; que foi
1966 onde eu mais foquei a minha atenção. Compõe o PAS os seguintes projetos e
1967 programas: o projeto de comunicação, como a Roberta já falou. O projeto de
1968 negociação de terras e benfeitorias, que cabe às áreas diretamente afetadas. A
1969 Instalação de posto de atendimento social; a reativação econômica... aí vem: A
1970 reativação econômica e/ou geração de renda. Solto! A assistência técnica para
1971 atividades desenvolvidas no local – capacitação de mão de obra regional -
1972 Também achei muito solto. Segurança alimentar; reestruturação viária e garantia
1973 de acessibilidade. Isto é fato né, e é mensurável, e fácil de a gente conferir.
1974 Criação do complexo de lazer Prainha, também; segurança da comunidade;
1975 programa de educação patrimonial, história e cultura afro-brasileira, isto muito
1976 ligado ao fato das comunidades quilombolas; que lá em cima ele coloca como
1977 não atingidos, mais que serão atendidos. Ele considera isto com muita seriedade
1978 em todo documento. E um programa de fortalecimento territorial e cultural das
1979 comunidades quilombolas, com implantação de um processo de apicultura.
1980 Então, assim... Tudo muito bacana! Fica claro pra mim, nos documentos que eu
1981 analisei que todas essas conversas foram feitas de forma participativa em
1982 reuniões e em plenárias tá. Com a participação da comunidade, como um todo.
1983 E, que houve... Na elaboração eu fiquei muito preocupada com a forma com que
1984 eles se portavam, e tratavam das comunidades quilombolas, então eu fui até o
1985 INCRA, eu analisei os pedidos que o empreendedor enviou para o INCRA,
1986 pedindo informação sobre as comunidades; o parecer que o INCRA deu; e
1987 retomei, também, os documentos que as comunidades enviaram para o INCRA
1988 para sua consolidação. E discuti esse caso muito, com diversos grupos. Porque,
1989 na verdade, eu fiquei insatisfeita com a proposta. Adianto o seguinte. Aí vem
1990 então o meu parecer conclusivo. O que é que foi? Eu acho assim, houve uma
1991 seriedade tremenda; mais, em se tratando PAS... Eu fiz uma vez aqui, o relato...
1992 Esse outro, que era de aprovação das ações do PAS. E foi aprovado. Mas eu vi,
1993 eu senti uma dificuldade grande em assim... Você avalia uma questão, que você
1994 não tem umas coisas muito mensuráveis pra você dizer o que foi feito ou não. E
1995 muitas vezes eu já vi aqui alguns debates nesse sentido. Então eu acho que... O
1996 meu parecer né, apresenta o seguinte, que é... Foi um trabalho extremamente
1997 bem elaborado, e demonstra um compromisso imenso do empreendedor né!

1998 Em, realmente, aproveitar a situação para elaborar uma proposta, um programa,
1999 que ajude a comunidade; mais que ele tem alguns aspectos, que eu coloquei,
2000 que fragilizam o PAS. Entendeu? Aí eu não sei muito como que a gente lida com
2001 isto. Mas aí eu escrevi ali: O PAS elaborado pela CPE Participações visando, em
2002 acordo com Resolução tal do CEAS, nortear e regular a execução das ações de
2003 proteção social, voltadas a garantia de direitos, e de condições dignas para a
2004 população direta e/ou indiretamente atingida; e também, determinar a forma do
2005 seu monitoramento e avaliação – aí isto é que me preocupa... - Indica projetos,
2006 ações e objetivos relevantes e importantes, que foram construídos com as
2007 comunidades identificadas dentro da área diretamente afetada e da área
2008 indiretamente afetada, pelo empreendimento. No entanto, após sua análise e
2009 pesquisa, junto às entidades relacionadas com o contexto apresentado pelo
2010 empreendedor, como técnica responsável pela relatoria, eu apresento um
2011 parecer desfavorável à aprovação do que foi escrito. Destacando que, na
2012 resolução do CEAS né, visa que, os projetos têm que ser: a comunicação,
2013 visando a divulgação com foco nos atingido e de todas as ações do
2014 empreendimento, principalmente, as ações do posto de atendimento social,
2015 incluindo informações sobre a segurança local... Enfim, ele seguiu isto aí tudo.
2016 Eu descrevo quais são, coisa e tal. Mais é importante retomar que o PAS
2017 descreve um empenho para elaboração de propostas, que estão em acordo com
2018 o previsto né, que estão ali em cima, como obrigatório. Eu apresento esse
2019 parecer desfavorável, em razão de que as fragilidades explicitadas e
2020 identificadas no documento, comprometem, ao meu ver, aspectos básicos pro
2021 alcance do objeto final. Um: (falas ao fundo) comprometem o acompanhamento
2022 e a avaliação da execução do PAS, por falta de..., no que se coloca
2023 monitoramento..., falta de coisas, de indicadores mensuráveis e claros como
2024 monitoramento. Eu senti. (falas ao fundo)... E comprometem o que fica definido
2025 por ele, como população relacionada com a área indiretamente e ou diretamente
2026 atingida, né! (Falas ao fundo). Essa constatação contextualizada põe em risco;
2027 tende a invalidar, ao o meu ver, todo o empenho e esforço apresentado pelo
2028 empreendedor, para com a construção de propostas; que está sendo
2029 devidamente elaborada, de forma participativa, com este empreendedor atuando
2030 no sentido de contribuir com a população desses municípios, identificando com
2031 seriedade as suas necessidades sociais, e buscando meios adequados para sua
2032 superação. Esse parecer considera a importância de se validar todo esforço da
2033 etapa de planejamento, de forma preventiva. Continua... Há fragilidade, a meu
2034 ver, na indicação e descrição dos parâmetros pra monitoramento e avaliação
2035 das propostas e projetos. Tem um anexo que eu faço em que eu coloco alguns
2036 exemplos. Eu mandei por e-mail também, mais eu tenho ele aqui. Posso ditar
2037 para vocês. ROBERTA: Adriana, deixa só eu entender aqui. Por que de modo
2038 geral, os conselheiros estão um pouco... nós estamos um pouco perdidos nesta
2039 questão aí. Eu vou falar, inclusive por mim, o seguinte... ADRIANA: Tá então vai.
2040 ROBERTA: Primeiro é o seguinte, você esta apresentando o plano que foi... Nós
2041 estamos aqui para aprovar a proposta de um planejamento, que foi feito para
2042 instalação da usina naquele determinado município. ADRIANA: Sim. ROBERTA:
2043 Aí, a segunda questão seria isto: que ela apresenta um plano, o planejamento é
2044 isto... A situação é essa, e eu vou fazer isso. A segunda: a questão é essa, se
2045 você, como relatora, viu fragilidade no planejamento, não entendeu o
2046 planejamento. Primeira pergunta: qual foi a diligência feita? Porque, no processo
2047 de relatoria, tudo aquilo que você não entende, não compreende, ou acha que
2048 esta frágil; a gente direciona uma comunicação para o empreendedor, inclusive
2049 chama o empreendedor aqui; a gente manda, para mandar documentos
2050 complementares. Porque, essa análise agora, ela tem como primícias, primeiro,
2051 análise documental e depois, ainda sim, se não satisfeita, ate uma visita do

2052 conselheiro, para compreender o que é que ele está planejando, e qual é a
2053 realidade. Se está distante do que ele planejou, e aquilo que a gente viu, aí sim!
2054 Agente diz não ao plano, ao plano. Tendo em vista a distancia do que foi
2055 proposto e a realidade que esta lá. Agora, nós não podemos trabalhar. Por que é
2056 que eu estou colocando isto? Porque, até pra a gente poder ser mais objetiva e
2057 compreender isto. Porque, ao mesmo tempo, na sua fala, que você fala que toda
2058 discursão com a comunidade, que teve um esforço favorável, e que ele esta
2059 muito bem feito, ele não sei. Mais, como eu falei, não apresentou até um
2060 determinado momento, nenhum processo de diligência nisto ai. No meio da
2061 coisa você apresenta um desfavorável técnico! Não é técnico! É conselheiro!
2062 Porque aqui... Por que ele pode, por exemplo, colocar conceitos equivocados.
2063 Ele pode! Porque o empreendedor não é especialista em comunidade
2064 tradicional. Ele pode cometer os seus equívocos. ADRIANA: Sim. ROBERTA:
2065 Você mostrou claro que ele pediu ao INCRA algumas correspondências. Você
2066 mesmo colocou isso. Então assim, o que a gente precisa compreender é isto
2067 assim. O que foi planejado? O que você não entendeu? E qual foi o passo que
2068 você... se foi feito diligência? Por que se não foi feita a diligência, nós vamos ter
2069 que fazer, antes de aprovar aqui. E aí o passo é: se não for coisa... nós vamos
2070 ter que pedir vista ao processo, para pedir diligência, e complementar este
2071 processo! Para depois, sim, ele vir para votação, numa questão onde teve toda
2072 diligência! Porque, sem diligência, nós não podemos nem abrir discursão!
2073 Porque, o que vai sair de encaminhamento é: então, vamos mandar uma
2074 correspondência para o empreendedor procurando saber disso, disso e disso.
2075 ADRIANA: Ok. ROBERTA: Ok? ADRIANA: Bom. Então, assim! A parte que vem
2076 agora, na minha escrita, é que eu pontuo exatamente... Ali eu trago alguns
2077 exemplos, eu não trouxe para apresentar toda a tabela né, cópia e tabela, de
2078 todo processo né! Mais eu digo o seguinte: Ele apresenta... Eu não tive dúvidas
2079 quanto ao empreendimento! E as dúvidas que eu tive, eu sentei e conversei com
2080 a Rosa; eu liguei para o município, eu conversei com as conselheiras. Porque
2081 houve, no primeiro momento, um ímpeto meu, sim, de pedir diligência ao
2082 município... Mais depois que eu conversei com as conselheiras, e analisei
2083 melhor os dados; como muita coisa tinha à haver, provavelmente, com um
2084 equivoco mesmo, na tratativa dada por parte do empreendedor. Eu achei que.
2085 Eu ponderei que: a minha diligência em ir, nesta situação, ao município, poderia
2086 gerar um ruído maior. E que não ia ser favorável... ROBERTA: Você não
2087 precisava ir ao Município, pode pedir diligência documental... (Falas ao fundo).
2088 ADRIANA: É! Mais é! Isto é que eu estou falando. A questão é que as
2089 informações me foram dadas. Então as dúvidas foram dirimidas. Mas assim, eu
2090 cheguei a esse fato. Eu acho que é interessante ter uma diligência assim.
2091 Chamando o empreendedor, de repente, para uma conversa. E a gente termina
2092 por aqui. E aí... Este tratamento, mais devido né, com vistas, ou sei lá qual seria
2093 o procedimento. Eu não sei dizer bem. Eu acho que... Eu concordo com você
2094 plenamente! Mas aí para esclarecer essa questão, eu pontuo ali quais são essas
2095 questões e esses fatos. Por exemplo, no quadro... Antes de ir para leitura. No
2096 quadro em que ele apresenta impactos, quais as ações previstas, e quais são os
2097 critério de monitoramento. Os critérios apresentados, pra mim, são muito vagos,
2098 né! Aí eu trago exemplos... Aí você abre aí para mim Rosa? Eu coloquei alguns
2099 exemplos, mais eu não coloquei todos! Mas eu coloquei exemplos. (Fala ao
2100 fundo) Oi? Fragilidades. É. Então, por exemplo, amplia para mim. Fragilidades
2101 apresentadas na avaliação de impactos e ações mitigadoras. Aí, ele coloca ali,
2102 impacto negativo indicado: desarticulação da capacidade de produção de
2103 algumas das pessoas da área diretamente atingida. Aí, a ação prevista para
2104 minimizar ou erradicar tal impacto social: realização de curso de segurança
2105 alimentar, e orientação das famílias, em visita às propriedades contribuindo para

2106 uma vida mais saudável! Entendeu? É aí é que vai! Quando vira, e fala: Qual
2107 que é? Qual que vai ser o monitoramento? Ou qual que é o dado de
2108 monitoramento? Você não tem indicação! De quantas visitas? De qual
2109 conteúdo? Ou qualquer forma! Eu me colocando na situação de, mais tarde,
2110 avaliar se o PAS foi executado, ou não foi executado? Eu já me vi numa
2111 situação de dizer. E aí? Qual foi objetivo? ROBERTA: Vou fazer uma pergunta.
2112 Você se sente Tranquila com o processo de monitoramento do CEAS em
2113 relação ao PAS? Do CEAS? ADRIANA: como assim? Como é feito? ROBERTA:
2114 É, como é feito. ADRIANA: Sim, sinto. ROBERTA: Então é isto que vai te
2115 responder lá na frente! Se ele for aprovado ou não! ADRIANA: Não. É
2116 exatamente! Mas justamente! Eu acho que ele depende... (Voz simultânea) Ele é
2117 executado ou não, dentro do que esta escrito. (Voz simultânea). Do que é
2118 colocado. (Voz simultânea). Exatamente. Acho que facilita se você tiver um
2119 detalhamento. Enquanto gestora, também, quando apresento uma ação, dessa
2120 amplitude, eu me sinto forçada, eu sou forçada a apresentar. Se eu vou fazer
2121 um curso, uma capacitação uma melhoria; eu sou forçada, obrigada há indicar:
2122 quantas horas? ou com qual o conteúdo? ou enfim! Coisas mínimas, que me
2123 deem parâmetro de que eu efetivei, ou não! E às vezes... (Voz simultânea). Às
2124 vezes, é isso que eu estou falando! Às vezes, por conta de uma informação
2125 técnica mínima, você estraga um trabalho muito bem elaborado e muito bem
2126 discutido. (Falas ao fundo) A questão que eu coloquei foi esta. Então vão o
2127 outro. É... ali em baixo... têm outros, mas assim... Reativação econômica... Ô
2128 gente, me ajuda aqui... Reativação econômica e/ou geração de renda. (Voz
2129 simultânea). É o programa que ele apresenta. Revitalização econômica e
2130 geração de renda. Esse é o programa. Aí o objetivo que ele coloca: Criar novas
2131 oportunidades de geração de renda para população do São Geraldo do Baguari,
2132 as quais serão criadas a partir da qualificação profissional das pessoas, através
2133 de cursos profissionalizantes diversos, para a população do distrito de São
2134 Geraldo do Baguari, e quando houver vagas remanescentes e tal... ...visando o
2135 desenvolvimento de empreendedorismo, da sustentabilidade, e do
2136 desenvolvimento econômico! Entendeu então, assim, talvez a questão é de uma
2137 diligência. E de pedir... Por que essas coisas, eu acho, se elas não tem um
2138 indicador de monitoramento mais mensurável, eu acho que elas deixam
2139 margem para, no momento seguinte, a hora que for a validação da ação do
2140 PAS... você não ter com dizer se foi feito ou não.(Voz simultânea) ROBERTA:
2141 Adriana, principalmente esse item que você traz, Adriana, ele é mais que
2142 indicador do que você coloca. Na verdade, ele não apresenta qual é o programa.
2143 A pergunta é simples assim! É dizer assim: Quais são as ações? Liste quais são
2144 as ações, e o período... ADRIANA: Ele lista as ações. Ele só não lista Roberta,
2145 exatamente... A gente como gestor, quando a gente faz um projeto para pedir
2146 qualquer financiamento, ou qualquer outra coisa, a gente está acostumada. A
2147 gente coloca as ações, e na coluna de monitoramento e tal, a gente explicita
2148 isso de forma mais mensurável. (Voz simultâneas) ROBERTA: Por isto que eu
2149 estou insistindo neste aspecto. Eu acho que nós viemos com ele para a plenária
2150 sem ele está pronto. ADRIANA: Entendi. ROBERTA: Inclusive com essa
2151 possibilidade de dizer que é desfavorável. Por quê? Continuo insistindo, na
2152 minha fala desde o início... Quando eu estou falando diligência, não é in loco! Aí
2153 teria que ter uma correspondência para o empreendedor dizendo... ADRIANA:
2154 Sim eu entendi. ROBERTA: Enviar uma correspondência para o empreendedor
2155 dizendo quais são os cursos e a carga horária parara parará! E dar o prazo de
2156 20 dias para responder. Respondeu? Ai sim vem para plenária! Agente não tem
2157 nem condições. ADRIANA: Aí e então, eu não sei se eu encaminho essa
2158 diligência sem terminar de apresentar? Porque aí têm os dois pontos... Os dois
2159 pontos... Voltando lá Rosa no parecer... (Voz simultânea), eu só queria deixar

2160 claro quais são os dois pontos, e aí dividir com vocês o que eu acho.
2161 ROBERTA: Não. É questão regimental. Agora é questão regimental. Que é o
2162 seguinte: nós estamos empacados aqui, porque não adianta você apresentar se
2163 nós não vamos para votação... Entendeu? ADRIANA: Entendi. ROBERTA:
2164 Compreendeu? O que nos estamos entendendo? O processo não esta pronto
2165 para votação! Eu não posso nem abrir para discursão, porque vai ser achismo.
2166 ADRIANA: Ok, eu concordo. ROBERTA: Nós estamos com uma porção de
2167 dúvidas no plano, que precisa ser esclarecido pelo empreendedor, e esclarecido
2168 de forma institucional, não pode ser oral, entendeu! Pra depois sim, essas
2169 dúvidas sanadas, ou não sanadas, elas vem para cá para deliberação!
2170 Entendeu! A minha sugestão é que alguém peça vista a este processo, para
2171 poder trabalhar este processo com toda clareza; e depois ele volta para cá.
2172 GESIANE: Eu queria interferir. Gesiane da Cáritas. Inclusive a descrição da área
2173 indiretamente afetada, isso não fica claro. Então eu acho que sim, que é um
2174 projeto que eu gostaria de pedir vistas. Enfim nos temos que rever. (Voz
2175 Simultâneas) ROBERTA: Gente, só um minutinho agora, por questão
2176 regimental... Vou chamar por questão regimental tá: o processo veio para cá,
2177 porque eu não vou abrir para discussão? Ele esta faltando informações, ele esta
2178 faltando esclarecimento. Ele tem uma primeira análise, que a conselheira
2179 pontuou uma série de dúvidas e fragilidades. Ao pedir vista, a discussão encera!
2180 Por que... Aí sim, vocês duas podem sentar e conversar! E daí, você trás todos
2181 os procedimentos, apresenta para secretaria Executiva os encaminhamentos de
2182 ofícios que devam ser mandados, e se não for superado, você vem e chama,
2183 convoca para uma reunião; e quando ele estiver pronto; ele vem pra plenária
2184 para ser debatido. Não faz sentido debater este processo aqui, porque agente
2185 esta com pouca informação OK? ADRIANA: OK. ROBERTA: Não temos mais
2186 nem um ponto de relatoria, nós vamos, passar agora para comissão de políticas,
2187 nos vamos, volta agora o relato agora das comissões de política. Shirley ou
2188 Gesiane. GESIANE caritas: Reunimo-nos ontem e comissão de políticas estava
2189 presentes a técnica de referencia CEAS que é Adelmira, Shirley do CMAS
2190 Sarzedo e eu Gesiane da Cáritas. Bom nos tinha 11(Onze) pontos pra se
2191 discutir, então uma demanda grande e reforça o apelo da Roberta já feito com
2192 relação da participação dos conselheiros nas comissões, dado ai a importância
2193 dos pontos de pautas e das denúncias que tinham para ser analisado, bom nos
2194 fizemos a leitura e as sínteses das discussões dos pontos decisões 11
2195 (onze)ou 12 (doze) pontos que tinha para discutir e tenho vista que alguns a
2196 gente vai precisar de rever depois com mais tempo. Bom, o primeiro ponto lá na
2197 tela pra gente foi uma solicitação ao CEAS de orientação vindo do apoio a
2198 mulher, a criança e ao adolescente, instituição a ANCA ,em setembro de 2013,
2199 solicitando ao CEAS, setembro de 2013, solicitando a intervenção do CEAS,
2200 para solucionar o atraso com relação repasse do recurso a casa de passagem
2201 que possui convênio com o Governo de Minas e com a prefeitura de Teófilo
2202 Otoni, causando então problemas com relação execução do trabalho e
2203 pagamento de funcionários e em outros. A entidade informou que possui 6 (seis)
2204 serviços e um dele é a casa de passagem , que recebe recursos por meio de
2205 convênio com governo de Minas , repassados pela prefeitura ,e que ate
2206 setembro , data da solicitação, eles havia recebido somente 04 (quatro)
2207 parcelas sendo referencia a janeiro a abril ,essas quatro parcelas. Então foi
2208 deliberado por este conselho. Foi na comissão primeiro? Não foi na plenária do
2209 dia 20 dezembro deste conselho, que fosse encaminhado a SEDESE, um ofício
2210 solicitando informações, mais informações sobre este repasse. A SEDESE
2211 respondeu este ofício em 20 de dezembro de 2013 informando os valores do
2212 cofinanciamento repassado ao município de Teófilo Otoni e quantidades das
2213 parcelas pagas em 2013, pelo piso mineiro e enfim as parcelas, ele informaram

2214 então que as parcelas tinham sido executadas e repassadas 06 (seis) parcelas.
2215 Imigrante 10 (dez) parcelas, Casa de Passagem 10 (dez) parcelas, é isto
2216 mesmo? Isso, Serviço de Convivência 10 (dez) parcelas. Sugestão técnica:
2217 Informar à entidade sobre o repasse que o Governo de Minas fez ao município,
2218 esse repasse de 6 (seis) ou (dez)de 10 parcelas que foi repassado para o
2219 cofinanciamento do serviço de Casa de Passagem e solicitar informação sobre
2220 situação de recebimento da instituição pelo município. Ontem em discussão com
2221 da comissão de políticas, nos temos em vista toda essa demora setembro , nos
2222 fizemos ressaltamos também ,a questão que outubro foi mês de Conferencia
2223 e novembro não houve a plenária e nem reunião do Conselho . A gente fez com
2224 encaminhamento não para liberação dessa plenária, fazer então um ofício em
2225 resposta a entidade ANCA constando as informações recebidas pela SEDESE ,
2226 porque então essa Entidade esta sem e resposta e solicitar a essa entidade
2227 informação atuais com relação a este recebimento dessas parcelas pendente.
2228 Outra deliberação é solicitar da SEDESE informações atualizadas com relação a
2229 esses repasses. Hoje falou incluindo, tendo em vista os atrasos de 2013
2230 informações atualizadas de 2014, enfim. ROBERTA: Posso dar uma sugestão,
2231 acho que este tipo de correspondência, a gente vai ter que ficar mais atenta,
2232 porque Não da para seguir este fluxo de comissão não, porque isto vai ser bate
2233 e volta ser rapidinho porque se não ela perde efeito, por exemplo, perguntou em
2234 setembro , nos estamos , agora março, para poder informa para ela, isto não vai
2235 ter efeito nenhum essa informação. GESIANE: A instituição esta sem resposta.
2236 ROBERTA: A minha sugestão é que a gente fica atenta ao seguinte , quando
2237 muito a hora que começou o questionamento pela entidade, o procedimento que
2238 na SEDESE, a gente faz assim. O procedimento que a gente toma é assim da
2239 resposta pra a entidade, poderia ter sido mandado um correspondência para a
2240 entidade pra SEDESE nos informa mandar para o conselho municipal, para o
2241 conselho municipal ficar atento para poder agilizar. Porque neste período de
2242 tempo, porque ela ficou sem resposta nenhuma nem que A e nem que B, porque
2243 nos levamos de cinco a seis meses para poder apurar a informação para
2244 mandar pra ela . Porque que efeito vai fazer, então a minha sugestão que a
2245 gente, claro manda a ainda que resposta pra ela, ainda que tardia do que tem ,
2246 entendeu! Para com esse processo de pedir lá na SEDESE porque se não
2247 chega a maio, chega em junho nos estamos mando de novo, entendeu! E pedir
2248 é mandar para ela, a informação ainda que tardia e mandar para o conselho e
2249 ficar atenta ao conselho municipal. E uma vez informado para ela eu acho que
2250 encerra, pois ficar pedindo de 2014, pois a hora que nos informa para ela o de
2251 2014 é um ano depois, entendeu! E ficar atenta a toda demanda de informação
2252 o procedimento agente tem que informa o cara o que esta fazendo. GESIANE: A
2253 gente pensou nessas informações atualizadas como forma de compensar todo
2254 este atraso, pois a gente tinha que da este retorno para ele e para a instituição
2255 de setembro, então se ela não recebeu o 2013, agente não sabe como estar à
2256 situação, já que estamos. 2014. ROBERTA: 2014 nos não pagamos ninguém,
2257 então é manter informação de 2013. GESIANE: Então é manter informado de
2258 2013 para instituição, então esse encaminhamento que podemos deliberar.
2259 ROBERTA: É só lembra isto o plano de serviço foi aberto agora gente, então o
2260 de 2014 eles não receberão nada, e eles estão trabalhando com a parcela que
2261 receberam em dezembro. GESIANE: Então é isto o encaminhamento, OK.
2262 (Vozes Simultâneas) GESIANE: Sim ao CMAS. SHIELEY: o segundo ponto de
2263 pauta, foi a denúncia que os curso do PRONATEC em Santana de Pirapama
2264 são oferecidos a pessoas que não tem o perfil do beneficiário do CAD Único
2265 solicitando uma fiscalização no município, então , o recebimento do documento
2266 foi dia 17 de agosto de 2013 , a tratativa técnica e parecer , para apurar
2267 possíveis irregularidade na seleção do publico prioritário do PRONATEC do

2268 Santana do Pirapama. O CEAS enviou agosto de 2013 ofícios a SEDESE ao
2269 Conselho Municipal de Santana do Pirapama em 29 de outubro 2013, a
2270 SEDESE respondeu através do ofício nº 871 de 2013 que dos 123 alunos
2271 matriculados nos cursos do PRONATEC no município , 84 foram localizados no
2272 CAD Único e 39 alunos não estão em incluídos neste cadastro. Acrescenta que
2273 findado o prazo de matrícula estabelecida o prazo para o Ministério da
2274 Educação, as vaga existente são disponibilizadas para o publico interessado,
2275 mesmo que não tenha o perfil de baixa renda. Em resposta ao denunciante o
2276 CEAS enviou em 29 de novembro de 2013 o ofício nº 327/ CEAS/2013 com as
2277 informações apuradas pela SEDESE. Em 12/12/2013, foi recebido pelo CEAS
2278 ofícios Nº001 do CMAS de Santana do Pirapama informando que os dados
2279 apurados com números de demandas existente no município e de acordo com
2280 as normas de funcionamento pelo órgão responsável pela demandas foram
2281 concluídas que as denúncias não procede a lei 12.513/2011 que institui o
2282 PRONATEC ,no ART.2º define o público prioritário do PRONATEC, além de
2283 beneficiar programas federais e transferência de renda, inclui deste do ensino
2284 médio da rede pública e da educação de jovens e adultos, trabalhadores inclui
2285 agricultores e familiares, apicultores, extrativista pescadores, estudantes que
2286 tenha cursado ensino médio nas escolas da rede públicas ou instituição privadas
2287 nas condições de bolsista integral nos termos do regulamento. A será
2288 estimulado a participação das pessoas com deficiência povos indígenas,
2289 comunidade quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas
2290 socioeducativas, a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar
2291 beneficiaria de programas federais de transferência de renda, nos cursos
2292 oferecidos por intermédio da bolsa – formação. Nas informações prestadas tanto
2293 pela SEDESE quanto pelo CMAS não foram identificadas irregularidades nas
2294 matriculas do público prioritário para os cursos do PRONATEC, e nas
2295 normativas do PRONATEC e nas normativas do PRONATEC constam que
2296 outras pessoas pode inscrever além dos beneficiários de programas federais
2297 transferência de renda, como trabalhadores e estudantes. Sugestão Técnica:
2298 Esclarecer essa questão ao denunciante por meio de um ofício, A discursão foi
2299 que realmente de acordo com as normativas do Pronatec , a gente sabe que
2300 primeiro o público prioritário e que tem o CADÚnico , mais existe outra
2301 vulnerabilidades e que talvez não tenha fica muito claro , qual que é a
2302 vulnerabilidade para ser atendida neste caso , portanto a participação de outras
2303 pessoas nos cursos prioritário assim não a impedimento para que outras
2304 pessoas podem participa . E a maioria dos alunos matriculados dos cursos do
2305 Pronatec em Santana do Pirapama , estão escrito no CAD tanto a SEDESE
2306 quanto Conselho Municipal , responderam não houve irregularidade nas
2307 matriculas e a denunciante foi enviado um ofício 327/ CEAS/2013 em
2308 29/11/2013 então como resposta já foi dado a denunciante, a sugestão manda
2309 essa copia do e-mail enviado. ROBERTA: Esse e- mail é depois desta confusão
2310 toda. VOLNEY: Bom gente como os cursos do PRONATEC, eles destinam
2311 basicamente nos usuários da política da Assistência Social, eu acho que seria
2312 muito oportuno pra nós, que nos fizemos um convite a coordenação estadual do
2313 PRONATEC, pra vim falar um pouco, como esta sendo este produto programa
2314 no estado de Minas Gerais , porque eu tenho escutado muita coisas sobre
2315 PRONATEC. Confesso que eu estou no ar, porque a mídia tem falado sobre,
2316 PRONATEC eu também dei aula, dei curso no PRONATEC, eu estou vendo
2317 outar realidade, completamente diferente. Eu queria saber coordenação estadual
2318 do PRONATEC, tem pra dizer pra nós, Conselheiros Estaduais , até para nós
2319 situar um pouco mais sobre andamento, deste PRONATEC no estado de Minas
2320 Gerais , porque eu só tem a mídia dizer, a minha experiência que eu tive do
2321 outros colegas que a coisa também não é esta essas maravilhas não.

2322 SHIRLEY: Eu tenho com informação a realidade do meu município, lá nos
2323 trabalhamos sim! , no CAD prioritariamente e depois avalia outra venerabilidade.
2324 VOLNEY: Nós temos que pegar a realidade do estado, que a gente deliberasse
2325 fazer um convite para coordenação estadual para que na próxima plenária,
2326 concedesse um tempo para que ele explicasse, pra gente ver com é o repasse
2327 dos recursos, pra gente entender um pouco melhor. ROBERTA: Então vamos lá,
2328 eu acho que a primeira coisa que precisa saber é que não existe
2329 institucionalmente uma coordenação do PRONATEC, não existe. O que existe
2330 vocês sabe, o que é, o PRONATEC. O PRONATEC, hoje ele esta com toda
2331 capacitação e qualificação aquilo que era feito a qualificação esta na politica do
2332 trabalho para emprego e renda, ela tinha um eixo com a secretaria de trabalho, a
2333 subsecretaria estadual de trabalho e tinha todo eixo de trabalhar na execução da
2334 qualificação de um profissional no antigo SINE. Em toda aquela discursão do
2335 sistema do trabalho de emprego e renda, agora o que foi feito do PRONATEC,
2336 igual como pro jovem urbano, outros programas nacional que estão sendo
2337 elaborado e pensado cuja ponte é direito no município. O estado normalmente
2338 inclusive essa discursão e esse debate foi feito lá no governo federal, que o
2339 estado ele chamado executar o pesquisar mais no ponto de vista da
2340 coordenação para execução da política, essa plenária não vai ter como
2341 deliberar e ter resposta mais concreta , porque todo PRONATEC esta sendo
2342 coordenado e executado pelo governo federal, ele contrata as instituições ele
2343 deu as diretrizes, claro que tenha a ver com CADúnico , tem haver com tudo
2344 ,tem feito a articulação faz as articulações separadas no estado , ora articula
2345 com Assistência do CADúnico, ora articula com secretaria do trabalho , mais
2346 enfim o ponto de vista da discursão, para dizer assim, a coordenação estadual
2347 tem como dizer o que esta acontecendo , não existe coordenação estadual ,
2348 existe que estou dizendo articulações que são feitas , mais coordenação do
2349 PRONATEC ela esta todo na mão do governo federal , ditas as regras ,
2350 contrata as empresas . O governo e estado tem muito pouco autonomia nesta
2351 articulação, então assim é fato que nos temos programa com o PRONATEC,
2352 técnico como esta sendo colocado , a minha sugestão , inclusive que mande
2353 para o Conselho Nacional de Assistência Social, dizer que existe varias
2354 questionamento e várias duvidas em relação , até que nos gostaríamos de uma
2355 discursão no âmbito geral para poder , inclusive dados de quantos do
2356 CADúnico no âmbito de Minas Gerais estão dentro do PRONATEC . Eu acho
2357 que é caminho mais salutar a persegui. VOLNEY: Roberta, em relação a
2358 estadual que esta lotada dentro o da secretaria de estado da educação, o qual
2359 eu já falei com o coordenador, então você questiona pedagógicas , o posso te
2360 passar oi telefone , a coordenação estadual ou será que é a coordenação
2361 pedagógica ? Não é minha pergunta, então existe uma coordenação estadual do
2362 PRONATEC dentro da educação. ANÁLIA: Volney eu acho que faz sentido
2363 quando a Roberta quando a gente responder ao CNAS pelo seguinte o
2364 PRONATEC a gente sabe que a cofinanciamento de dezesseis ministério eles
2365 são muitos do trabalho da educação é assistência social saís recurso todo lado
2366 e que acontece , já teve uma audiência pública no estado de Minas Gerais o ano
2367 passado , no final do ano na assembleia , que foi pelo deputado André Quintão
2368 o estado não foi convidado para essa audiência , então aquela coisa da união
2369 de executa do estado presente . A ultima reunião do COGEMAS agora foi no dia
2370 07 foi com a presença de Margarida ,o pessoal do PRONATEC mesmo o que
2371 eles vem dizendo não aceite os custo que oferecendo pra vocês , aceite o que
2372 vocês tem em demanda .Agora eu quero falar do Conselho Nacional, pelo
2373 seguinte eles simplesmente jogaram o dinheiro nas nossas contas, eu recebe
2374 setenta mil reais, ele não falaram pra que não. Agora um encontro em São Paulo
2375 um encontro regional do COGEMAS , foi dito que não poderia comprar

2376 equipamentos , comprei! Equipei uma sala, ACESUAS dinheiro do ACESUAS
2377 para você executar o PRONATEC, eu recebi setenta mil, estou contratando
2378 pessoal, equipei sala. Eles agora depois de dois anos, vem dizer que não pode,
2379 então é assim, aquilo de colocar gente sabe de frente com fogo. Então eu acho
2380 que o Conselho Nacional eles tem realmente de saber os apuros que nos
2381 estamos para poder executa isto ai. E tem turma não fecha o mês, porque não
2382 todo mundo que esta lá querendo fazer curso, tem que ter outro público
2383 realmente. Tem o público prioritário e o quer fazer e os desejos de quem queira
2384 fazer. Inclusive quando chega para dar entrada no seguro desemprego, se tem
2385 um curso você tem que fazer o curso, mais eu não fazer o curso porque não é
2386 minha área, não é minha vocação. Então eu não quero isto, então você não
2387 pode entrar com o seus papeis do seguro desemprego, então é uns casamentos
2388 que não tem nem sentido é muita coisa. ROBERTA: então a sugestão se
2389 mantém para o encaminhamento para o conselho nacional, entendeu?
2390 Consolação, então seria uma correspondência para o Conselho Nacional
2391 questionando essa questão do PRONATEC, até que eu acho essa questão, que
2392 a Anália coloca do acesso do SUAS do PRONATEC e do repasse para os
2393 municípios. O que esta dita quer dizer quando ele fala que começou na
2394 educação e você tem PRONATEC na educação você tem no Brasil sem miséria
2395 e não sei quantos PRONATEC da vida , agora com certeza na frente eles vão
2396 entender que precisa chamar o estado , porque começa da confusão, o estado
2397 mais próximo para monitorar, eles começam a chamar o estado para arranjar,
2398 entendeu? DENISE - e muito nessa linha assim, ha tempos atrás a gente havia
2399 dito assim: a gente não dá conta dessa execução ai distribui esses recursos
2400 dessas formas sem uma finalidade, os programas e a lei que criou o
2401 PRONATEC disse que é para o publico prioritário, mais não é exclusivo , mais
2402 não terei uma denuncia , acabaria por sim só ele é aberto ele não tem
2403 exclusividade para publico prioritário, isto tudo vai ficando cada vez mais confuso
2404 e ai quando cai na conta da assistencial , que tem que executa ele tem sempre
2405 que usar com publico prioritário que é seu publico de atuação. ROBERTA: Então
2406 fica o encaminhamento para o conselho nacional. (vozes simultâneas)
2407 GESIANE: Ponto 03. ROBERTA: São quantos pontos? GESIANE: São dez.
2408 ponto três denuncia de trabalho infantil em pizzaria na cidade de Arceburgo, foi
2409 deliberado na plenária de 13/12/2013 apurar denuncia de trabalho infantil na
2410 cidade de Arceburgo, onde possivelmente , 05 (cinco) crianças ou adolescente
2411 trabalhariam diretamente nesta pizzaria chamada KUKA Fresca com venda de
2412 bebida e cigarros , inclusive a 'noite numa jornada de 18 horas , de trabalho que
2413 se estende até as 03:00h da manhã , para qual foi enviado o oficio ao conselho.
2414 O conselho estadual , manda o oficio para o CEDCA formalizando essa
2415 denuncia , solicitando apuração desta denuncia. O CEDCA já respondeu por
2416 meio do oficio 02/2014 que o caso foi encaminhado ao ministério publico para
2417 apurações e os resultados serão encaminhados a este conselho quando obtiver
2418 resposta. E ao CMAS de Arceburgo com, deliberação deste conselho foi enviado
2419 a denuncia para o Conselho municipal. Ainda estamos sem reposta do Conselho
2420 municipal. Na discursão agente tira com encaminhamento para gente repensar
2421 juntos na plenária. Até ondem não tinha nenhuma resposta, mais parece que
2422 hoje já tem. ROBERTA: Foi mandado oficio pra ele pra que? GESIANE: Para o
2423 CMAS? Para apurar a denúncia. ROBERTA: Mais não foi ele que mandou a
2424 denúncia? GESIANE: Mandou uma denúncia anônima, pra o conselho estadual,
2425 e deliberado na plenária de dezembro, que a gente enviasse essa denúncia pro
2426 CEDCA para ser apurada e também para o conselho municipal. Até então o
2427 conselho municipal não havia respondido, respondeu hoje. O CEDCA já fez a
2428 denúncia no ministério público. ROBERTA: Qual é a resposta? GESIANE:
2429 Vamos ver. Então o conselho municipal responde que a denuncia foi

2430 encaminhada para o conselho tutelar, para ser apurada, e agente deixa aqui
2431 como encaminhamento para podemos discutir juntos na plenária, e aguarda a
2432 resposta do CMAS, já temos, e apuração feita pelo conselho tutelar e também a
2433 resposta do ministério público, uma vez que o CEDCA já fez a denúncia para
2434 apuração. ROBERTA: Só uma questão aqui, a gente vai ter que, eu não sei
2435 estou muita incomodada, primeiro com essa coisa de encaminhar, encaminhar.
2436 E esse os pobrezinhos tiver trabalhando lá, se for um trabalho salubre já morreu
2437 ou esta doente até gente termina com os encaminhamentos nosso, a gente
2438 precisa fiar incomodada com isto pra sair do encaminhamento. Entendeu? Por
2439 exemplo, eu acho eu penso, a gente precisava urgentemente, a gestora
2440 municipal, por exemplo, nenhum momento, porque o conselho tutelar e
2441 atribuição legal dele, mais da gestora da assistencial social, também são!
2442 Entendeu! Nenhum momento a gente falou ai dona Maria o meninos estão
2443 trabalhando, tem trabalho infantil ai, entendeu! Assistência, nos não tem que da
2444 conta do trabalho infantil. O conselho tutelar, ir à delegacia regional do trabalho,
2445 a TRT, teria que sido eu acho que manda para todos os órgãos, isto é
2446 importante, agora alguém tem que fazer alguma coisa rápida e para de
2447 encaminhar, no meu entendimento é a gestora de assistência social. Igual Belo
2448 Horizonte, fica extremamente incomodado, vira e mexe faz campanha desses
2449 meninos que fazem o trabalho infantil, que fica nos bares. A secretaria municipal
2450 de assistência social, campanha de abordagem das pessoas na rua que dizer é
2451 preciso. ROBERTA: Os trabalhos da parte da tarde agora nos vamos encerra
2452 uma comissão de orçamento, agente vai volta relatoria dos processos de PCH.
2453 Tanit fez o dela, pela ordem agora é Shirley. Shirley vai relatar CGH Anjos do
2454 município Guaraciaba avaliação relatório final do PAS com vista LO com a
2455 conselheira Shirley. SHIRLEY: Em primeiro lugar como Roberta falou, e
2456 aprovação do PAS da CGH Anjos e no município de Guaraciaba foi feita uma
2457 diligencia no fim dezembro foi recebido o processo em 22 de Novembro de 2013
2458 e data de entrega esta sendo hoje. E o feita diligencia em dezembro porque
2459 lendo a documentação referente ao processo eu percebi que a técnica que tinha
2460 feita a visita anterior relatou algumas situações que não estava bem definidas,
2461 uma delas seria a questão da capacitação que exigida pela Resolução 317/2010
2462 (artigo 6º, inciso 2º), que deve atingir pelo menos 20% a mais do que a mão de
2463 obra necessária, ampliando a perspectiva de emprego local”; isto não tinha sido
2464 totalmente fechado como que seria feito ,como avaliação do PAS , em reunião
2465 ocorrida em Guaraciaba no mês de Outubro/2013, não ocorreu. A atuação da
2466 Assistente Social e da Psicóloga, que são no caso alternativa para abertura de
2467 serviço previsto também na resolução acharam que não era necessário que
2468 não cabia e alternativa que encontraria era colocar essa assistência social e a
2469 psicóloga no CRAS contratada pela empresa no caso e no entanto não precisou
2470 criar o posto de atendimento e ficou combinado que cerca de depois de 3
2471 meses, elas estaria também prestando serviço no sentindo de auxiliar nesta
2472 capacitação que seria oferecida este também não ficou fechado e nem bem
2473 definido por ocasião de controle apresentado no processo e então feita visita e
2474 feita uma reunião com a secretária de ação social do município , depois uma
2475 nova visita na CGH e não tinha grandes novidades e nenhuma questão tinha
2476 haver com isto , e sim vocês querem que ler corrido ou resumo ou que vocês
2477 preferem, pois é ler corrido mesmo. Analise de Resultado: De acordo com a
2478 Resolução 317/2010, artigo 4º, parágrafo IV, que cita: O PAS/BARRAGEM
2479 deverá apresentar estruturalmente os seguintes itens – projetos exigidos pelas
2480 características locais: (Re) ativação econômica e/ou geração de renda,
2481 elaborado com a participação do gestor de assistência social local,
2482 população atingida, CMAS e outros envolvidos;”, e segundo os
2483 esclarecimentos da Secretária municipal de Assistência Social, a senhora Dalva

2484 Barbosa, na reunião convocada para este fim com a presença do Conselho
2485 Municipal de Assistência Social de Guaraciaba, representantes municipais e a
2486 Conselheira estadual Shirley Moreira, no dia 26 de Dezembro de 2013, às
2487 14h30min, na sede da Secretaria, foram encontradas alternativas pelo município
2488 e pela empresa empreendedora para os pontos citados acima, que passam pela
2489 realização de cursos de capacitação em parceria com o SENAR, a prefeitura e a
2490 empresa empreendedora, além do acompanhamento a ser realizado pela
2491 assistente social e pela psicóloga, contratadas para este fim, durante o primeiro
2492 semestre de 2014, uma vez que os contratos das mesmas vencem em maio de
2493 2014 e, conforme o proposto, elas ficarão mais três meses (até agosto de 2014)
2494 para auxiliar na realização e acompanhamento das capacitações. Assim, na
2495 construção da proposta de trabalho, foram atingidos os objetivos propostos pelo
2496 PAS e de acordo com a resolução nº 317/2010, faltando ainda garantir o
2497 cumprimento dos mesmos objetivos no prazo estipulado, para avaliação da
2498 transformação social esperada. Fundamentação do parecer: Contexto do
2499 PAS/BARRAGEM - Os dados constantes neste relatório foram fundamentados
2500 no Relatório Técnico elaborado pela Técnica do CEAS/SEDESE, Rosalice
2501 Tassar, que acompanhou todo o processo, visitando a comunidade e mantendo
2502 discussões com todos os envolvidos, além dos dados levantados por ocasião da
2503 visita de sindicância realizada na cidade de Guaraciaba nos dias 26 e 27 de
2504 Dezembro de 2013, pela Conselheira estadual Shirley Moreira, ocasião em que
2505 houve uma reunião entre o CMAS, representantes municipais e a referida
2506 conselheira, e em seguida, nova visita à CGH Anjos, e nova entrevista com os
2507 representantes da área atingida pela reforma e reativação da CGH Anjos. O
2508 Plano de Assistência Social da Central Geradora Hidrelétrica – CGH Anjos, foi
2509 encaminhado ao CEAS em 30 de julho de 2010 para análise e deliberação. O
2510 mesmo foi aprovado em dezembro/2010, por meio da Resolução 349/2010.
2511 Conforme descrito no PAS, a CGH Anjos é a reativação da antiga usina
2512 desativada no Rio Bacalhau, que até 1970 supriu o município de Guaraciaba,
2513 que se situa a 3 km da sede do município, com potência instalada de 800 kW.
2514 Da antiga usina restaram o barramento e o canal de adução, que passariam por
2515 pequenas reformas, e seria implantada nova casa de força, câmara de carga e
2516 reconstruído o conduto forçado. O reservatório seria o mesmo da antiga usina,
2517 que está restrito à calha do rio, tendo aproximadamente 1.500m²; no
2518 reservatório, a velocidade de escoamento será a mesma do rio em seu fluxo
2519 normal. O Trecho da Vazão Reduzida será de 80 metros de comprimento, que
2520 está situado integralmente em terreno do empreendedor e não existiam outros
2521 usos para água nesse trecho. A área diretamente afetada era formada por uma
2522 propriedade já do empreendedor – Conecta Energia, e não houve famílias
2523 atingidas, conforme foi constado na primeira visita técnica do CEAS na região,
2524 em outubro de 2010. Estava previsto no PAS/Barragem de 2010, para a
2525 construção da obra (duração de 6 meses) a contratação de no máximo 30
2526 pessoas/trabalhadores locais (operadores de máquinas, mecânicos,
2527 encarregados, eletricitas, pedreiros, armadores, serventes, motoristas, vigias,
2528 auxiliares de serviço, cozinheiro e etc.). O cadastramento das pessoas
2529 interessadas em trabalhar na construção da usina, seria realizado na SMAS,
2530 cabendo ao CMAS à fiscalização e o monitoramento desta ação. Como não
2531 houve população atingida, não foi proposto o programa de negociação
2532 (conforme resolução CEAS nº 317/10), havendo sido propostos os seguintes
2533 programas e ações pelo PAS: a) Diagnóstico da área atingida (impactos sociais
2534 mencionados no PAS: Geração de expectativas na população (Elaboração e
2535 divulgação de boletim informativo; negociação/aquisição das terras necessárias
2536 para implantação do empreendimento; realização de visitas domiciliares e de
2537 reunião in loco com o público-alvo; publicação em jornal das etapas); Oferta de

2538 empregos/contratação de mão de obra (Contratação de mão de obra da própria
2539 região de Guaraciaba para trabalhar na obra ou no Posto de Atendimento Social,
2540 com 17 contratados locais, e apenas a mão de obra especializada de outros
2541 municípios vizinhos); Aumento do fluxo de veículos (Programa de segurança e
2542 alerta); Atração indireta de população (Contratação de mão de obra vinda da
2543 cidade do empreendedor (Xanxerê) para trabalhar na obra); Todos estes
2544 impactos sociais foram sanados com as ações referidas, conforme Relatório
2545 técnico (reunião ocorrida no dia 23/10/2013, com representantes do CMAS e da
2546 prefeitura de Guaraciaba, e técnica do CEAS Rosalice Tassar, ocasião em que
2547 os presentes confirmaram as informações sobre o desenvolvimento das ações.
2548 Destaca-se que os presentes declararam que o empreendimento, devido ao seu
2549 tamanho, não causou impactos negativos para a comunidade, ao contrário levou
2550 benefícios para a região. A representante do Sindicato Rural informou que os
2551 benefícios chegaram até a área rural; b) Quanto aos demais programas, foram
2552 apresentados: Programa de Comunicação Social; Programa de Segurança e
2553 Alerta; Programa de Ações junto a Comunidade e ao Poder Público Municipal
2554 (OBS. Estão incluídas neste Programa as ações de capacitação da mão de obra
2555 e ações de segurança da comunidade); Programa de Monitoramento
2556 Socioeconômico, como alternativa para o Programa de instalação do Posto de
2557 Atendimento Social; No PAS protocolado em 08/07/2010, não foi mencionado
2558 em nenhum momento a inclusão de alguma ação especificamente relacionada à
2559 área da assistência social. Concomitantemente, não foi incluída a implantação
2560 de um Posto de Atendimento Social. Todo o conteúdo do PAS enfocava o fato
2561 de não haver pessoas/famílias diretamente afetadas, ou seja, de não haver
2562 necessidade de negociação de terras e benfeitorias; Na reunião ocorrida no dia
2563 22/09/2010, entre o diretor da empresa construtora Com Energética
2564 Participações LTDA (Sr. José Pinto de Barros Neto), o representante da
2565 empresa de consultoria Conecta Energia (Sr. Luiz Antônio V. B. Rolla),
2566 Conselheiros do CMAS de Guaraciaba, a gestora municipal de assistência social
2567 (Sra. Raquel Barros Gonçalves) e a técnica do CEAS ,Rosalice Tassar, foi
2568 discutida a questão do Posto de Atendimento Social. Ficou acordado que o
2569 CMAS estaria encaminhando ao CEAS até o dia 08/10/10 um parecer sobre o
2570 Plano de Assistência Social, com indicativo de ação que substituisse a
2571 implantação do Posto de Atendimento Social, conforme consta na ata anexa; O
2572 Conselho Municipal em 04/10/2010, encaminhou um parecer sobre o Plano de
2573 Assistência Social – PAS da Central Geradora Hidrelétrica - CGH Anjos, a ser
2574 instalada nesse município. No referido parecer constou que o CMAS não
2575 aprovava o PAS “por julgar que não trará benefícios para a cidade devido ao
2576 impacto ambiental e os problemas Sociais que serão desencadeados, uma vez
2577 que estará muito próximo da cidade, não oferecendo segurança à população e
2578 podendo ter como consequência o desvio de estradas próximo à localidade”, e
2579 ainda ressaltam “que a população vem sofrendo com cheias decorrentes de
2580 outro empreendimento da mesma categoria, já existente na cidade”. ROBERTA:
2581 só um minutinho, Esse paragrafo, só pra gente chamar atenção quando fala
2582 conselho municipal não aprovou o PAS, só pra a gente ficar atenta naquilo que
2583 você perguntou. Em 26/10/2010, o CEAS encaminhou o OFÍCIO N. ° 262
2584 /CEAS/10, esclarecendo, dentre outros aspectos relacionados a processos de
2585 instalação de usinas no estado de Minas Gerais, que as autorizações das
2586 Licenças Ambientais são deliberadas pelo Conselho Estadual de Política
2587 Ambiental – COPAM. De acordo com a Lei Estadual 7.772/80, alterada pela Lei
2588 15.972/06, o licenciamento ambiental é o procedimento administrativo por meio
2589 do qual o poder público autoriza a instalação, ampliação, modificação e
2590 operação de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos
2591 ambientais. Ainda, solicitou que o CMAS indicasse as ações da assistência

2592 social, contidas no Plano de Assistência Social da CGH Anjos, que deveriam
2593 ser alteradas ou complementadas, ou indicasse outras ações que o
2594 empreendedor pudesse realizar para fortalecer o atendimento ao público da
2595 assistência social local, que o CMAS de Guaraciaba julgasse necessárias, no
2596 prazo de 15 dias. Entretanto, o CMAS não se manifestou. A empresa
2597 empreendedora Com Energéticas Participações LTDA da CGH Anjos, em
2598 11/11/10, encaminhou como complementação ao PAS, proposta sobre o posto
2599 de atendimento social, onde constou que a empresa disponibilizaria 01 psicólogo
2600 social e 01 assistente social para trabalhar no CRAS de Guaraciaba, a partir do
2601 início das obras de reativação da usina, por um período de 12 meses. Conforme
2602 relatório Final protocolado em 29/08/2013 constatou-se que a equipe composta
2603 por um assistente social (Luciana Maria Moreira Reis) e uma psicóloga (Girlene
2604 Antunes Vieira da Silva) foi contratada e atuou no Centro de Referência de
2605 Assistência Social, endereço sede na Praça Conego Simas, s/nº, centro de
2606 Guaraciaba. O empreendedor equipou o CRAS com material de escritório,
2607 mesas, computadores, impressora, telefone. Os presentes na reunião do dia
2608 23/10/2013 informaram que a equipe contratada pelo empreendedor participou
2609 de todas as ações, como apoio ao CRAS, conforme foi acordado quando da
2610 aprovação do PAS. Avaliaram como positiva a parceria, e ainda indicaram que
2611 após a Licença de Operação que a equipe continue trabalhando por mais três
2612 meses, para elaborar uma proposta de curso, não realizado durante a
2613 contratação da mão de obra. Com relação ao Programa de Ações junto a
2614 Comunidade e ao Poder Público Municipal, que contempla inclusive as ações de
2615 capacitação da mão de obra, na reunião realizada no município em 22 de
2616 setembro de 2010 com o CMAS, ficou acordado que o empreendedor realizaria
2617 o curso de capacitação antes do início da obra, e que faria capacitação para um
2618 número maior de pessoas do que o previsto para a contratação da mão-de-obra.
2619 Porém, na reunião do dia 23/10/2013, ficou claro que, embora as pessoas
2620 previstas para contratação no município tenham sido empregadas, a
2621 capacitação para um número maior de pessoas na área de construção civil,
2622 conforme consta da Resolução 317/2010, que dispõe de 20% a mais das
2623 pessoas a serem contratadas, também garantida no PAS e reafirmada na
2624 reunião do dia 22/09/2010, não ocorreu por ocasião desta avaliação do PAS.
2625 Assim, de acordo com os esclarecimentos feitos pela Secretária municipal de
2626 Assistência Social, a senhora Dalva Barbosa, na reunião ocorrida na visita de
2627 sindicância da conselheira Shirley Moreira, realizada no dia 26 de Dezembro de
2628 2013, as alternativas encontradas pelo município e pela empresa
2629 empreendedora para os pontos citados (falta da capacitação ampliada e
2630 acompanhamento da equipe contratada para este fim) passa pela realização de
2631 cursos de capacitação pelo SENAR, sendo os cursos já realizados em parceria
2632 desta instituição com a prefeitura em 2013: produtor de derivados do leite,
2633 artesão em bordados a mão, costureiro, artesão em cerâmica, operador de
2634 máquinas e implementos agrícolas, piscicultor, preparados de doces e
2635 conservas e pedreiro, todos com duração média de um mês de curso, com 14
2636 vagas por turma, cujas inscrições eram abertas após o encerramento de cada
2637 turma conforme a demanda. Para o ano de 2014, somam-se a estes os cursos
2638 de cabeleireiro (média de 06 meses de duração), manicure & pedicure e
2639 depilador, estes com duração média também de um mês, e disponibilizando 14
2640 vagas por turma. Já em parceria direta com a empresa empreendedora, e
2641 levando em conta os cursos já existentes e a demanda levantada, será oferecido
2642 a partir de fevereiro de 2014 o curso de eletricista, com duração média de 3 a 4
2643 meses, divididas entre teoria e prática, e 20 vagas por turma. Ainda segundo a
2644 secretária, para acompanhar todos estes cursos e auxiliar no alcance da meta
2645 de transformação social proposta pelo PAS BARRAGEM e prevista na resolução

2646 nº 317/2010, (artigo 4º, incisos 5º, 6º e 7º), que prevê: Este é citação tem que ler,
2647 falando das minorias, classes econômicas: a equipe contratada pela empresa
2648 empreendedora (assistente social e psicóloga), cujo contrato foi assinado em
2649 maio de 2013, deverá tê-lo prorrogado por três meses, conforme proposto
2650 anteriormente, realizando um acompanhamento dos cursos de capacitação e
2651 seu alcance até agosto de 2014. A nova visita á CGH Anjos, assim como aos
2652 representantes da área atingida não geraram informações relevantes para o
2653 processo citado acima, a não ser a confirmação da implantação da nova casa de
2654 força, câmara de carga e reconstrução do conduto forçado. Assim, considera-se
2655 que as ações pendentes apresentaram uma proposta de realização, levando à
2656 possibilidade da aprovação do Relatório Final do PAS BARRAGEM da CGH
2657 Anjos. IV – Parecer conclusivo: Aprovar o Relatório Final do PAS/BARRAGEM
2658 da CGH Anjos, com o devido estabelecimento de prazos para as ações
2659 pendentes a serem realizadas em 2014 e respectivo monitoramento, por meio de
2660 relatórios bimestrais apresentados pela empresa empreendedora e pelo CMAS,
2661 ou por diligências, se necessárias. Sugere-se a criação de uma comissão de
2662 monitoramento, que deverá construir a metodologia de trabalho para o
2663 cumprimento de sua função e avaliação periódica pelo CEAS no exercício do
2664 controle social. ROBERTA: Em discursão. Primeiro eu queria de começar pelo
2665 aquele parêntese que, eu pedi esclarecimento em relação aquilo de que por um
2666 momento, PAS esteve no conselho municipal para aprovação , eu acho que
2667 esta havendo um equivoco nesse processo, sim ele coloca bem claro no
2668 paragrafo que ele não aprovou em relação questão de benefícios , se tivesse
2669 dito assim não aprovamos porque não e competência do conselho municipal,
2670 OK segundo o que esta escrito ,gostaria por favor que voltasse lá para ver que
2671 esta escrito. O que esta escrita lá que mandou um parecer dizendo que não
2672 aprovou por causa de questão de benefícios, o conselho municipal em 04/10/
2673 encaminhou um parecer sobre o plano municipal da central Hidrelétrica.... E no
2674 referido parecer é constou que o conselho municipal não aprova o PAS por
2675 julgar, por não tratar de benefícios para cidade, quer dizer ele entrou no mérito
2676 da questão, então minha primeira discursão é essa , não é conselho Municipal
2677 que aprova o PAS e sim o PAS è Aprovado aqui. A segunda questão que eu
2678 quero colocar, é a questão do parecer, volta lá no parecer. Do parecer quero
2679 fazer um colocação em relação a essa questão da agente criar grupo de
2680 monitoramento, porque esse encaminhamento for, todo relatório final aqui nos
2681 vamos ter criar grupo de monitoramento ou nos criamos uma metodologia que
2682 vai monitorar todos os relatórios e todos os planos que aqui entra, agora não
2683 pode ser por um especifico, nesta situação que dizer, o relatório final veio para
2684 cá, foi para relatoria com assessoria com possibilidade de diligencia, agora eu
2685 compreendo, mas não podemos ficar criando grupos de monitoramento para
2686 ficar avaliando processo por processo, se nos vamos ter com grupos para
2687 avaliar, hoje mesmo no vamos relatar quatro processos, se todos quatros
2688 processos , imaginar de criar grupos de monitoramento , então nos vamos ter
2689 criar inclusive uma comissão de monitoramento especifica só pra “coisa” .Eu
2690 queria colocar essa duas questões antes da gente ir pra aprovação. ROSALICE
2691 TASSAR: Bom tarde, conselheiros, pra quem não me conhece só Rosa,
2692 assistente social, técnica que acompanha os processos de barragem, o que
2693 ocorreu na relatoria da conselheira que ela fez um resgate histórico deste 2010.
2694 Em 2010 relator foi Marcelo Armando , quando chegou esse parecer do
2695 conselho Municipal , foi encaminhado um ofício para eles, explicando que não
2696 era papel deles como você falou Roberta e que o processo de ambiental, do
2697 parecer dele deve ter falado que concordava com a licença ambiental,
2698 informamos que fizemos toda a explicação pro Conselho Municipal em 2010. E
2699 a conselheira foi colocando além do relatório final, ela foi colocando questões

2700 que era do PAS que foram discutidos na época da aprovação, não é
2701 conselheiro? Aprovação em 2010 do PAS, hoje para os conselheiros que são
2702 novatos, não esta discutindo o PAS esse PAS foi discutido em 2010, essas
2703 questões pra ter do Conselho Municipal que ele na época, que eu lembro muito
2704 bem ele apontava questão da área ambiental e o que município não teria lucro
2705 com esse empreendimento nos apontamos com ele o papel da área da
2706 assistência social e pedimos a ele já que já tinha visto que aquele PAS não
2707 contemplava e nos pedimos que ela apontasse as questões da assistência
2708 social e não houve resposta. Esse empreendimento gente ele é um
2709 empreendimento muito pequeno, eu até tirei algumas fotos de 2010 o que é a
2710 conselheira esteve lá também, o que é hoje eles construíram uma casa de força
2711 e mudaram a tubulação mais nada aconteceu em torno, não teve área atingida
2712 pelo contrario o único morador lá próximo falou que é até bom pra comunidade
2713 ter aquele empreendimento por que vai volta gerar energia numa usina que
2714 parou 1970 que não houve impacto mesmo em relação porque o impacto que
2715 deveria ter acontecido , aconteceu em 1960 quando foi construído essa
2716 barragem , hoje eles só alteram e construíram uma nova casa de força e
2717 mudaram a tubulação. ROBERTA: Então eu queria só da uma sugestão então
2718 Rosa se você pudesse ajudar inclusive os conselheiros novos que estão
2719 chegando ,é o seguinte dependendo da forma que nos trás a informação para
2720 o debate de plenária , agente vai suscitar essas as coisas ,uma vez que optou
2721 pela relatoria por entender que eles é explica de forma suscita o que esta
2722 acontecendo bem claro e a gente esta aberta as discursões , só todo mundo
2723 tem das duvidas agora se ele não trazer de forma muito objetiva e clara , a
2724 gente compreende veja bem com certeza eu devo ter participado da discursão
2725 dessa plenária só que a gente não lembra da forma como foi colocado ali a
2726 gente tá entendendo que era algo que estava sendo discutido também nesse
2727 momento então sim qual quer a minha sugestão , por exemplo quando agente
2728 tiver trabalhando com relatório final , é igual nos fizemos com candonga lista as
2729 ações do plano porque todo o plano tem ação e as ações aprovadas pelo
2730 plano foram essas a cumprida foram essas . Porque todo relatório tem que
2731 trazer para nos essa clareza, porque o relatório é assim é se cumpriu ou não
2732 cumpriu este exato momento desse empreendimento se nos aprovamos ou não
2733 aprovamos disso depende a sua licença de operação. Então se isto não tiver
2734 claro pra gente aqui, agente retarda essa decisão, entendeu? Porque o PAS
2735 esteve aqui, então, se o PAS já foi aprovado ele teve a licença lá, ele se estalou
2736 foi momento da execução o relatório final executou as ações ou não! Ficam
2737 claro as ações do plano foram essas, executaram essas. E o relatório ele tem
2738 que ser muito suscito, porque ele não pode resgata processo que já foram
2739 vencidos nesta plenária, porque se não a gente não compreende e disso corre
2740 risco da gente ter um tempo de debate e as vezes corre um risco inclusive da
2741 gente deliberar de forma equivocada porque isto já aconteceu aqui nesta
2742 plenária , a gente já tomou decisões de aprovar ou não aprovar por
2743 informações que a gente não estava tem a certeza , não estava o que era o
2744 que estava exposto ali para agente compreender . Então quando você chama ali
2745 para questão da metodologia, eu acho um trabalho sim que a gente deve que
2746 subsidiar, principalmente para os conselheiros novos, com instrumentais que a
2747 gente possa poder subsidiar todo mundo na hora da apresentação da relatoria
2748 de é relatório final . Essas são ações que foram proposta e nos aprovamos e
2749 quais formam cumpridas se é um relatório ou uma apresentação para aprovação
2750 do PAS, basta dizer apresentou um plano com essas ações com tempo x para
2751 executar , a gente precisa ser mais objetivo, inclusive na hora de colocar isto
2752 em esplanada. Eu queria pedir muita ajuda da equipe para poder subsidiar os
2753 conselheiros nesta apresentação porque se não nos vamos corre risco de tomar

2754 decisões erradas. VOLNEY: Eu queria sugerir Rosa pra você que trabalha com
2755 processo de usina é que na relatoria dos processos, por exemplo, que foram em
2756 números de parágrafos. Que os parágrafos fossem numerados como nas peças
2757 jurídicas, porque isto é uma facilidade muito grande quando você for fazer as
2758 citações e informações então eu queria deixar essa colaboração para os demais,
2759 então isto facilita pra gente, pois aqui há inúmeros parágrafos então pra gente
2760 voltar no parágrafo tal, acho que facilita pra gente. ROSA: Só explicar, Volney ,
2761 essa relatoria quem faz são os conselheiros, eu não tenho acesso, á não ser
2762 que os conselheiros, solicite, comigo, ali do lado vamos rever tudo, o conselheiro
2763 ao meu lado eu posso corta alguma coisa, sem o conselheiro eu não posso
2764 porque isto é um documento de vocês. ROBERTA: A sugestão aqui, não e nem
2765 corta, ela ali ponta, a questão que devera construir uma metodologia eu já
2766 propus uma ferramenta simplificada, entendeu e nesta ferramenta a gente
2767 conseguiu visualizar e muito natural, que a conselheira é o primeiro relatório, que
2768 esta relatando e vou te dizer, mesmo, a gente, em outros casos, também temos
2769 essa confusões, viu conselheira pode ficar bastante a vontade. Mas é só pra
2770 gente porque a preocupação da mesa é que a gente leva uma votação às vezes
2771 primeiro a gente pode ficar horas debatendo e segundo pode levar uma votação
2772 equivocada às vezes pela forma como se apresenta a informação, tá, mais ali
2773 você deixou claro que precisa de metodologia e a metodologia é isto mesmo
2774 inclusive como a gente precisa apresentar essas informações. Cumpriu o plano,
2775 não cumpriu, quais informações que estava no plano, eu pra mim tem que ser
2776 bastante objetivo. A gente não pode ficar relatando inclusive processo, eu digo
2777 assim processo que já foram vivenciados e vencido por a gente tem que cumprir.
2778 SHIRLEY: Na verdade foi colocado isto, como uma forma de in formação porque
2779 como experiência de correr o risco como o processo ser antigo, eu já fiquei com
2780 receio de colocar as ações corridas e faltar informações das ações. Então foi
2781 neste sentido, mas eu acho que com o tempo eu pego o jeito. ROBERTA: Não
2782 claro mais algum coisa? Em votação, e lembrando que a votação agora tem que
2783 ser pelo microfone. DENISE: favorável à relatoria. GEISIANE: Com relatora.
2784 SHIRLEY: Só pergunta uma coisa antes de votar, no caso você sugeriu que não
2785 seja criada a comissão, então quanto se diz que é favorável com a relatoria o
2786 que esta faltando aqui. ROBERTA: Vota pela aprovação do relatório, depois
2787 essa questão depois a gente enriquece depois. Porque a gente esta votando
2788 aqui e o relatório dele, se a gente aprova o relatório dele, pelo que você relatou.
2789 Gente só pra gente entendimento dos conselheiros aqui esta todo mundo
2790 entendendo pelo relatório dela que foram cumpridas as ações, é isso que nos
2791 estamos votando, OK. SHIRLEY: CMAS Sarzedo, aprovado. JÚLIO: Pela
2792 aprovação. VOLNEY: Pela aprovação. ROBERTA: com relatoria. ANÁLIA,
2793 COGEMAS: Com relatoria. SERGIO, Federação da APAE, com relatoria.
2794 ADRIANA: relatoria. RONALDO, CMAS J.F, com relatoria. MILA: SEPLAG com
2795 relatora. ROBERTA: A Tereza não vota, ela não tomou posse, nos vamos da
2796 uma paradinha para dar posse a Tereza. Para ela começar a votar em condições
2797 de titular, a Tereza entra como suplente da Luiza, como a Luiza se ausentou do
2798 primeiro dia de mandato e a suplente já assumiu. Tereza seja benvinda como
2799 conselheira neste momento como conselheira titular. Com direito a voto Ok.
2800 Agora você pode votar. Tereza Cristina: representando a SEDESE com relatoria.
2801 ROBERTA: segundo processo, chamar a Rosa para relatar o, processo da Edir,
2802 a conselheira, Edir esta passando mal, esteve conosco de manha, mas não
2803 estava se sentindo bem e teve de retorna. E a gente se comprometeu da Rosa
2804 relatar e a mesa apoiar na discursão aqui e pra que o empreendedor não ficasse
2805 prejudicado. ROSA: Fui eu que fiz a analise técnica, então eu vou ler
2806 exatamente o termo de relatoria da conselheira esta ok. Nome do
2807 Empreendimento: Central Geradora Hidrelétrica Posses. Nome do:

2808 Empreendedor: Grão Mogol Energia Ltda. O município envolvido Carvalhos,
2809 apreciação do PAS/ Barragem, não é apreciação, neste ponto eu posso alterar,
2810 aqui é comprovação de complementação do PAS barragem com vista de licença
2811 de operação, que é o relatório final. O Plano de Assistência Social da Central
2812 Geradora Hidrelétrica-CGH Posses foi encaminhado ao CEAS em 03/2012,
2813 sendo aprovado em 08/2012, por meio da, Res. 412/2012. A hidrelétrica foi
2814 implantada no Ribeirão Itapeva (ou das Posses) porque são dois nomes de rios,
2815 situado no município de Carvalhos, a 8 km da sede do município e próximo ao
2816 distrito de Posses. Na área diretamente afetada foram identificadas 3 (três)
2817 propriedades rurais, sendo 2(duas) delas à margem esquerda e 1(uma) à
2818 margem direita do Ribeirão Itapeva. A área atingida corresponde a 0,04ha, 3ha e
2819 18ha. Eu vou só da uma explicação as três propriedades teve uma área
2820 atingida, só pela área de preservação permanente, essa área de 18ha, e que
2821 uma senhora que mora em Aiuruoca e ela já estava com a propriedade pra
2822 vender mesmo ,para ser vendido entre os 08 filhos. Conversei com o filho dela
2823 ela vendeu mesmo, que área foi vendida totalmente, não porque o
2824 empreendedor atingiu a área , pois ela já estava a venda e como o
2825 empreendedor precisava área de preservação permanente ele comprou a área
2826 dela, já que área estava a venda mesmo, o impacto foi pequeno em relação ao
2827 empreendimento. A previsão era de gerar 95kw de potência, instalada com a
2828 duração de 7 meses e contratação de 55 pessoas trabalhando. O relatório final
2829 para comprovação da implantação do PAS foi protocolado no CEAS em
2830 21/10/2013 e sua complementação em 10/12/2013. O relatório final para
2831 comprovação da implantação do PAS foi protocolado no CEAS em 21/10/2013 e
2832 sua complementação em 10/12/2013. A técnica Rosalice, nos dias 27 e
2833 28/11/2013, realizou visitas aos proprietários das áreas negociadas. .Entrevistou
2834 2(dois) proprietários. Em relatório da técnica foi informado que a negociação
2835 ocorreu com tranquilidade, não tendo pendências no cumprimento do acordo
2836 firmado com o empreendedor: indenização, permuta de terra e documentação.
2837 Os entrevistados declararam satisfeitos, não havendo alteração na rotina familiar
2838 no que se refere à moradia e renda. Quanto à negociação foi constatado que
2839 todas as áreas negociadas foram pagas. Os conselheiros municipais de
2840 Carvalho confirmaram a divulgação ocorrida nas escolas. Na realidade os
2841 conselheiros constataram todas as ações que o empreendedor realizou lá. Só
2842 pra constar CGH Posses e a floresta que foi apresentada de manhã de pela
2843 conselheira Tanit , elas foram construídas no mesmo período então a equipe do
2844 posto que atendeu posses atendeu também floresta porque era no mesmo no
2845 município e no mesmo período e na mesma região e também teve a mesma
2846 situação 0,05ha de atingido área preservação permanente. Toda a mão de obra
2847 para trabalhar na CGH Posses foi contratada no município de Carvalhos,
2848 somando 30 pessoas. Eu acrescentei na relatoria dela porque não tinha essa
2849 informação que o posto de atendimento social foi instalado em Carvalhos eles
2850 desenvolveram programas comunicação que são os obrigatórios negociações e
2851 segurança alerta. E o parecer da conselheira de aprovação do relatório final das
2852 ações da Assistência Social. ROBERTA: Em discursões. ROSA: O que
2853 obrigatório é o plano de segurança na comunidade, ele envolve também
2854 segurança alerta durante a obras , são aquelas placas de sinalização, quando
2855 tem alguma explosão ele tem que avisar, isto também faz parte do plano
2856 obrigatório ,de algum projeto obrigatório , da nossa resolução. ROBERTA:
2857 Alguma duvida? Em votação. SERGIO: Com relatora. ADRIANA: Com relatoria.
2858 RONALDO: Com relatoria. MILA: Com relatora. TEREZA Cristina: Com relatora.
2859 DENISE: Com relatora. GISIANE: Com relatora. SHIRLEY: Com relatora. JULIO:
2860 Com relatora. VOLNEY PSIND: Com relatora. ROBERTA SEDESE: Com
2861 relatora. ROBERTA: Vamos para o último. ANÁLIA COGEMAS: Com relatora.

2862 ROBERTA: Vamos para o ultimo processo de PCH, Conselheira Adriana
2863 relatora. Conselheira só uma pergunta, se você não estiver se sentido bem, a
2864 gente pede outra pessoa para relatar, esta tranquila. ADRIANA: Não esta
2865 tranquila eu me cuidei, passei mal no meio da madrugada. ROBERTA: Porque
2866 de manhã nos ficamos sabendo que você estava passando mal. ADRIANA: Boa
2867 tarde a todos pede desculpa a todos de não ter participado de manhã, realmente
2868 foi um imprevisto na madrugada. Então eu vou apresenta a relatoria do PAS pra
2869 licença de implantação, do PAS que foi apresentado para apreciação pelo
2870 empreendedor CPR participações PCH Fumaça. Que fica, vamos lendo ,fica
2871 melhor. Então vamos entender. O que esta acontecendo, o plano de assistência
2872 social da PCH fumaça, foi elaborado pela empresa ambiente mais assessoria
2873 contratada coordenada pela, CPR Participações LTDA, que a empresa
2874 responsável pelo gerenciamento dos estudos ambientais e sócio econômicos
2875 para obtenção da licença previa de instalação do empreendimento, fala do
2876 projeto e tal, em abaixo eu aponto um pouco a identificação do local da PCH,
2877 que vai ser implantada no rio Suaçuí grande que fica na região de são
2878 Evangelista e Coluna. ROBERTA: No caso foi implantada, porque essa é licença
2879 de operação, ou vai ser. ADRIANA: Instalação. ROBERTA: Essa licença e
2880 aprovação de PAS. ADRIANA: Instalação do processo de PAS, ai que eis a
2881 questão. PCH Coluna, só chamando a atenção na leitura do documento eu vi o
2882 seguinte, houve um processo anterior parece, que haveria uma área de
2883 alagamento um pouco maior houve uma adaptação, isto eu acho que uma coisa
2884 que pra frente à gente vai e gerou alguns ruídos na comunidade , quando eu fui
2885 avaliar os questionários que foram utilizados pelo CEAS, pra avaliar o
2886 entendimento da comunidade do que esta acontecendo uma das coisas que me
2887 preocupou foi que fica muito evidente sim, o não o entendimento o que esta
2888 acontecendo a preocupação e que vai alagar um pouco mais, existe alguns
2889 ruídos que eu acho pode de vir disso que havia uma discursão anterior e essa
2890 discursão foi modificada com diminuição da área de alagamento, dai isto deixou
2891 algum resíduo no processo. ROBERTA: Adriana por isso que na proposta toda
2892 de instalação de uma hidrelétrica, uma das coisas que exigida é o plano de
2893 comunicação, porque o, plano de comunicação ele trabalha nesta perspectiva de
2894 levar informação pra comunidade daquilo que elas imaginam que acha que vai
2895 ser, e aquilo que realmente é. Quando se fala na instalação dentro do município
2896 da muita confusão mesmo, por isso quando ao criar a lei uma das coisas exigida
2897 e obrigatória é o plano de comunicação. ADRIANA: Extremamente importante,
2898 agora do papel pra execução de fato, estou falando às vezes é complicado, mais
2899 enfim. O PAS apresenta como uma área indiretamente afeta e outro ponto de
2900 preocupação minha aqui, o que foi o seguinte ele definiu como área
2901 indiretamente atingida pela PCH toda uma população do são Geraldo do
2902 Baguari, que é um distrito do município de São João do Evangelista onde vai
2903 ficar ,que esta na área da micro bacia. E ele cita nesta descrição, vocês vão ver
2904 abaixo, com indicativo claro destacado, de que na região a existência duas
2905 comunidades quilombolas, varjão Furtuoso e Suaçuí Pitangueiras que são
2906 devidamente reconhecidas pela fundação Palmares. Ele cita que estão distante
2907 de São Geraldo Baguari, cerca de 30Km e portanto sem influencia do reflexos
2908 causados pela implantação da PCH Fumaça , no entanto , este é o texto como
2909 esta no PAS. No entanto seguindo ali, no entanto o empreendedor optou por
2910 inclui- las nas áreas indiretamente atingidas, ainda de forma lhe as garantir uma
2911 melhoria de condições de vida. Eu chamo atenção do pessoal neste ponto
2912 também, porque e isto que pauta depois o ruído na minha conclusão final. Então
2913 ele que dizer cita existência diz que são comunidades reconhecidas pela
2914 Fundação Palmares, toma como parametro a classificação com a definição de
2915 que elas não são atingidas de distancia mais vale esclarecer para os

2916 conselheiros que essa comunidade não tem seu limite definido ainda, são
2917 processo que demora, agora sim, o que grita porque explicita ele verbaliza isto
2918 de uma forma indevida por exemplo, ele podia ter colocado que as comunidades
2919 o local de moradia dessas comunidades, ele precisava ter caracterizado mais
2920 entendeu que definiu essa distância, para não dar margem para problemas
2921 futuros, digo até na hora de verificação de implantação mesmo do PAS, como
2922 área diretamente afetadas ele foi considerada as áreas e vão ficar diretamente
2923 afetadas pela inundação, mais a PP são 5 (cinco) estabelecimento na
2924 influência direta, sendo 4 (Quatro) na margem direita e enfim quanto a área
2925 diretamente afeta, nada me chamou descrição não. O aspecto sócio econômico
2926 apresentado no diagnóstico na apresentação para composição do PAS. Ele
2927 colocou que área do distrito do município de São João do Baguari fica lotado a 3
2928 km onde esta prevista a implantação da barragem onde predomina agricultura
2929 de subsistência pecuária tradicional, sendo como comercialização da parte de
2930 produção e tal. Cita que a cachoeira da fumaça é um ponto turístico e de pesca
2931 importante que a população utiliza a jusante do rio, como fonte de renda, na
2932 exploração de areia e pesca, ele apresenta na hora de elaborar as proposta de
2933 ação de projeto, aquela lista de impactos sociais positivos indicados pelo PAS,
2934 outra coisa que me chama atenção capacitação de mão de obra, criação de
2935 emprego direto e indiretos desenvolvimento local através do consumo direto da
2936 oferta local a arrecadação de impostos devidos que isto vai ser favorável o
2937 desenvolvimento do município, ressalta que eu conheço o município e região
2938 ele apresenta dados do IBGE que é um município estagnado no lugar que
2939 você acha ficou parado no tempo, anos não tem crescimento e impressionante
2940 a escola técnica naquela região mas é um município mesmo que vive em
2941 situação muito precária, eu não sabia da PCH e da existência das comunidades
2942 quilombolas pra falar a verdade, a pesar de tratar muito com esse assunto,
2943 mais realmente é um lugar que demanda investimento. Desenvolvimento local e
2944 através do apoio institucional, aquisição de insumos pelo empreendimento
2945 possível valorização através do turismo gerada pela formação do reservatório
2946 e a estimulação pela geração de negócio, valorização imobiliário, e enfim.
2947 Exageros às vezes, de coisas que não são muito mensuráveis mais esta posto.
2948 Impactos sociais Negativo indicados: Possíveis sobrecarga na utilização dos
2949 serviços públicos de educação, saúde, segurança pública. Isto que eu estou
2950 falando são municípios muito pequenos e muito parados, vocês levam um
2951 mutante de pessoas e pensando numa chamada, pra turismo e tal, eles
2952 considera essa questão, e a questão do e indicativo de perda de área produtiva,
2953 considerando os territórios que vão ser diretamente afetadas, mais que eles
2954 fazem uma proposta bacana de realocação de enfim, compra desse problema.
2955 Projetos e programas que foram apresentados para composição do PAS, foram
2956 onde eu mais foquei a minha atenção. Compõe o PAS os seguintes projetos e
2957 programas: projeto de comunicação; com a Roberta já falou. Projeto de
2958 negociação de terras e benfeitorias que cabe às áreas diretamente afetadas.
2959 Instalação de posto de atendimento social; reativação econômica e/ou geração
2960 de renda; assistência técnica para atividades desenvolvidas no local –
2961 capacitação de mão de obra regional, também, achei muito solto, segurança
2962 alimentar; reestruturação viária e garantia de acessibilidade, e isto é fato é
2963 mensurável e fácil da a gente conferir. Criação do complexo de lazer Prainha;
2964 segurança da comunidade; programa de educação patrimonial, história e cultura
2965 afro-brasileira isto muito ligado fato das comunidades quilombolas que lá em
2966 cima ele coloca como não atingido mais que serão atendidos ele considera isto
2967 com muita seriedade em todo documento. E programa de fortalecimento
2968 territorial e cultural das comunidades quilombolas com implantação de um
2969 processo de apicultura. Então, assim é muito bacana, fica claro pra mim nos

2970 documentos que eu analisei que todas essas conversas foram feitas de forma
2971 participativa em reuniões e plenárias com a participação da comunidade, como
2972 um todo. E que houve na elaboração eu fiquei muito preocupada com a forma
2973 que eles se portavam e tratava as comunidades quilombolas. Eu fui até o
2974 INGRA, eu analisei os pedidos que o empreendedor enviou para o INGRA,
2975 pedindo informação das comunidades o parecer que o INCRA deu e retomei
2976 também os documentos que as comunidades enviaram para o INGRA para
2977 consolidação e discutir esse caso muito com diversos grupos, porque na
2978 verdade eu fiquei insatisfeita com a proposta, adianto o seguinte, então vem o
2979 meu parecer conclusivo, o que foi eu acho assim é um seriedade tremenda,
2980 mais em se tratando PAS eu fiz uma vez aqui o relato esse outro que era de
2981 aprovação das ações do PAS e foi aprovado, mais eu senti uma dificuldade
2982 grande, você avalia uma questão e que você não tem uma coisa muito
2983 mensuráveis pra você dizer o que foi feito ou não, e muito às vezes eu já vi aqui
2984 alguns debates nesse sentido, eu acho que o meu parecer apresenta o seguinte
2985 que foi um trabalho extremamente bem elaborado que demonstra um
2986 compromisso imenso do empreendedor e realmente aproveitar a situação para
2987 elaborar uma proposta um programa que ajuda a comunidade mais que ele tem
2988 algum aspecto que eu coloquei fragiliza o PAS, entendeu! Então eu não sei com
2989 a gente lida muito com isto então eu escrevi. O PAS elaborado pela CPR
2990 Participações visando em acordo com Resolução tal do CEAS nortear e regular
2991 a execução das ações de proteção sociais voltadas a garantir direitos e
2992 condições dignas para população direta ou indiretamente atingida e também
2993 determina a forma do seu monitoramento e avaliação ,isto que me preocupa ,
2994 indica projeto ação e objetivos relevantes importantes que foram construídas
2995 comunidades identificadas dentro da área diretamente afetadas pelo
2996 empreendimento, no entanto após sua análise e pesquisa junto a entidade
2997 relacionada com o contexto apresentado pelo empreendedor como técnica
2998 responsável pela relatoria eu apresento um parecer desfavorável a aprovação
2999 do que foi escrito ,desancando que na resolução do CEAS, visa que os projetos
3000 tem que ser a comunicação, visando a divulgação com foco nos atingido e
3001 todas as ações do empreendimento principalmente ações do posto de
3002 atendimento social incluindo informações sobre a segurança local e enfim, eles
3003 seguiu isto tudo eu descrevo quais são. Mais importante retoma que PAS
3004 descreve empenho para elaboração de proposta que esta em acordo com o
3005 previsto lá em cima, como obrigatório apresenta esse parecer como
3006 desfavorável em razão que a fragilidade e explicitadas identificadas no
3007 documento compromete o meu ver aspecto básico para ao meu alcance do
3008 objeto final. Um, compromete acompanhamento e avaliação final da execução
3009 do PAS por falta de monitoramento falta de coisa, de indicadores mensuráveis e
3010 claro monitoramento e compromete o que fica definido por ele com população
3011 relacionada com área indiretamente e diretamente atingida, essa constatação
3012 tem que invalidar o meu ver todo o esforço que foi apresentado pelo
3013 empreendedor para construção de proposta que esta sendo indevidamente
3014 elaborada de forma participativa pelo o empreendedor no sentido de contribuir
3015 com a população destes municípios identificando com seriedade a suas
3016 necessidades sociais e buscando meios adequados para superação, esse
3017 parecer considera a importância revalidar todo reforço suas etapas de forma
3018 preventiva, as fragilidade a meu ver são indicação dos parâmetros do
3019 monitoramento da avaliação das propostas e dos projetos, tem anexo do que eu
3020 faço que eu coloco alguns exemplos , eu mandei por e-mail também , mais eu
3021 tenho ele aqui posso ,ditar para vocês. ROBERTA: Adriana me deixa entender
3022 aqui, de modo geral os conselheiros está um pouco perdido nesta questão, eu
3023 vou falar inclusive por mim o seguinte. ADRIANA: Tá então vai. ROBERTA:

3024 Primeiro é o seguinte você esta apresentando o plano, nos estamos, aqui para
3025 provar a proposta de um planejamento que foi feito para instalação da usina
3026 daquele determinado município. ADRIANA: Sim. ROBERTA: Segunda, questão
3027 seria isto, ela apresenta um plano, o planejamento é isto, a situação essa, eu
3028 vou fazer isto. A segunda a questão e essa, se você como relatora viu
3029 fragilidade no planejamento, não entendeu o planejamento. Primeira pergunta
3030 qual foi a diligencia feita? Porque no processo de relatoria, tudo aquilo que você
3031 não entende não compreende, ou acha que esta frágil. A gente direciona uma
3032 comunicação para o empreendedor, inclusive chama o empreendedor por aqui à
3033 gente manda mandar documentos complementários. Porque essa análise agora
3034 ela tem como primícias, primeiro analise do documental, depois ainda sim, não
3035 satisfeitas ate uma visita do conselheiro pra compreender o que ele esta
3036 penejando e qual é a realidade, se esta distante do que ele planejou, e aquilo
3037 que a gente viu ai sim! Agente diz não ao plano, tendo em vista a distancia do
3038 que foi proposto e realidade esta lá. Agora, nos não podemos trabalhar, porque
3039 que eu estou colocando isto, porque ate pra a gente poder ser mais objetiva e
3040 compreender isto, porque ao mesmo tempo na sua fala, que você fala que toda
3041 discursão com a comunidade teve um esforço favorável e ele esta muito bem
3042 feito, ele não sei. Mais como eu falei, ele apresentou até um determinado
3043 momento nenhum processo de diligência nisto ai. Nomeio da coisa você
3044 apresenta um desfavorável técnico e não é técnico é conselheiro. Porque aqui
3045 ele pode, por exemplo, colocar conceitos equivocados ele pode, porque o
3046 empreendedor não especialista comunidade tradicional, ele pode! Cometer os
3047 seus equívocos, você mostrou claro que ele pediu ao INCRA algum
3048 correspondência, você mesmo colocou isto então sim o que a gente precisa
3049 compreender é isto, o que foi planejado, o que você não entendeu. Qual foi o
3050 passo que você e se foi feita a diligencia e não foi feita a diligencia nos vamos
3051 ter que fazer antes de aprovar aqui. E passo é se não for coisa nos vamos ter
3052 quem pedir vista ao processo para pedir diligencia e complementar este
3053 processo para depois, sim ele vim para votação. Numa questão onde teve ter
3054 toda diligencia porque sem diligencia nos nem podemos nem abrir discursão,
3055 porque o que vai sair de encaminhamento, então, nós vamos mandar uma
3056 correspondência para o empreendedor procurando saber disso, disso e disso.
3057 Ok. ADRIANA: Bom sim aparte que vem agora na minha escrita que eu pontuou
3058 exatamente eu trago para algum exemplos não trouxe para apresentar toda
3059 tabela e copia de toda do processo mais eu digo o seguinte ele apresenta, e eu
3060 não tive duvidas quanto ao empreendimento e duvidas que eu tive eu sentei e
3061 conversei com a Rosa eu liguei para o município conversei com os
3062 conselheiros, porque houve no primeiro momento um ímpeto meu sim, de pedir
3063 um diligencia ao município, mais depois que eu conversei com os conselheiras
3064 e analisei melhor os dados tem muita coisas tinha a ver provavelmente com
3065 equivoco mesmo tratativa dada parte do empreendedor eu achei que eu
3066 ponderei que aminha diligencia nesta situação município poderia gerar um ruído
3067 maior e que não seria favorável, isto, mais é isto que eu falando a questão é o
3068 seguinte as ações não foram dadas , então as duvidas foram diminuídas, sim eu
3069 cheguei a esse fato. Eu acho que interessante ter uma diligencia sim, chamando
3070 o empreendedor de repente para uma conversa e a gente termina por aqui este
3071 tratamento mais devido, com vista, qual seria o procedimento eu não sei dizer
3072 bem. Eu concordo com você plenamente, mais para esclarecer essa questão eu
3073 vou pontuar ali quais as questões esses fatos. Por exemplo, no quadro antes de
3074 ir para leitura, no quadro que ele apresenta, impacto, quais as ações previstas e
3075 quais são os critério de monitoramento, os critérios apresentados pra mim são
3076 muito vagos, eu trago exemplos, eu coloquei algum exemplo, mais eu não
3077 coloquei todos, mais eu coloquei exemplos, fragilidades. Por exemplo,

3078 fragilidade apresentada avaliação de ações e motivadoras. Ele coloca ponto
3079 negativo indicado desarticulação da capacidade de produção de algumas
3080 pessoas diretamente atingida. Ação prevista para amenizar ou radicar tal
3081 impacto social realização de custo de segurança alimentar, e orientação às
3082 famílias visita às propriedades contribuindo para uma vida mais saudável
3083 entendeu? Ai é que vai ,quando vira e fala qual que vai ser o monitoramento
3084 qual é o dado do monitoramento , você não tem indicação de quantas visitas de
3085 conteúdo ou qualquer forma eu me colocando na situação de mais tarde avaliar
3086 de o PAS for executado, não for executado já me vir numa situação de dizer e ai!
3087 Qual foi objetivo. ROBERTA: Sente Tranquila com o processo de monitoramento
3088 do CEAS em relação ao PAS, do CEAS! ADRIANA: como assim, como é feito,
3089 sim. ROBERTA: Como é feito. ADRIANA: Sinto. ROBERTA: Então é isto que vai
3090 te responder lá na frente, se for aprovado ou não. ADRIANA: Exatamente ele
3091 depende, ele é executado dentro do que esta e escrito do que é colocado,
3092 exatamente, facilita se você tiver um detalhamento quanta gestora também
3093 como apresenta uma ação dessa amplitude, eu me sinto forçada a apresentar.
3094 Se eu vou fazer um curso, uma capacitação uma melhoria eu sou obrigada há
3095 indicar quantas horas, qual o conteúdo ou enfim, coisas mínimas que me de
3096 parâmetro de eu efetivei ou não e às vezes, então é isto que eu estou falando às
3097 vezes por quanta informação técnica e vocês estragam um trabalho muito bem
3098 elaborado e muito bem discutido, a questão e essa que eu coloquei. Reativação
3099 econômica e ou geração de renda é programa que ele apresenta revitalização
3100 econômica e geração de renda esse é o programa. Objetivo que coloca criar
3101 novas oportunidade de geração de renda para população do São Geraldo do
3102 Baguari quais são serão criadas a parti da qualificação profissional das pessoas
3103 através de cursos profissionalizantes diversos para a população do distrito de
3104 São Geraldo do Baguari e quando eu vou permanecer em vital visando o
3105 desenvolvimento empreendedorismo da sustentabilidade e do desenvolvimento
3106 econômico então assim ,talvez a questão de uma diligência e pedir que
3107 essas coisas, se elas não tem indicadores de monitoramento mais mensuráveis
3108 , elas deixa margem para no momento seguinte na hora que for revalidar ação
3109 do PAS você não ter com dizer (Voz simultânea) ROBERTA: Adriana esse
3110 item que você traz , ele é mais que indicador do que você coloca, na verdade ele
3111 não apresenta qual é o programa, e dizer assim quais são as ações . lista quais
3112 são as ações do período. ADRIANA Eles listam as ações, ele só não lista
3113 Roberta exatamente como gestor a gente faz um projeto para pedir qualquer
3114 financiamento agente esta acostumada, coloca as ações e na coluna de
3115 monitoramento tal ele explicita de forma mais mensuráveis. (voz simultâneas)
3116 ROBERTA: Por isto que eu estou insistindo neste aspecto, nos viemos com ele
3117 pra plenária sem ele está pronto. ADRIANA: Entendi. ROBERTA Incluso com
3118 essa possibilidade de dizer que e desfavorável porque continuo insistindo
3119 diligência que não e enloco. ADRIANA: Entendi. ROBERTA: Tem uma
3120 correspondência para o empreendedor para dizer quais as ações foram
3121 elaboradas de da o prazo de 20 dias para responder e respondeu. Ai sim vem
3122 para plenária agente não tem nem condições. ADRIANA: Então eu não sei se eu
3123 encaminho a diligencia sem termina de apresentar porque têm os dois pontos.
3124 Os dois pontos final estando lá no parecer , eu só queria deixar claro quais são
3125 os dois pontos e dividir com vocês o que eu acho. ROBERTA: Que questão
3126 regimental agora é o seguinte nos estamos empacados aqui, porque você não
3127 adianta apresentar se nos não vamos para aprovação. ADRIANA: Entendi.
3128 ROBERTA: O que nos estamos processo não esta pronto para votação eu não
3129 posso nem abrir para discursão porque vai ser nos estamos com uma porção de
3130 duvidas no plano e precisa ser esclarecido pelo empreendedor, esclarecido de
3131 forma institucional não pode ser oral, entendeu! Pra depois sim, e essas duvidas

3132 sanadas ou não sanadas, pois ela vem para cá para deliberação, entendeu a
3133 minha sugestão que alguém peça vista a este processo, para poder trabalhar
3134 este processo com toda clareza e depois ele volta para cá. GESIANE: Eu queria
3135 interferir, Gesiane das Cáritas, eu acho que a descrição da área indiretamente
3136 afetada, não fica clara, então eu acho que sim que é um projeto que eu gostaria
3137 d pedir vista. Enfim nos temos que rever. (Voz Simultâneas) ROBERTA: Só um
3138 minutinho, porque questão regimental, o processo veio para cá. Não vou abrir
3139 para discursão ele esta faltando informações, ele esta faltando esclarecimento e
3140 documentos que tenha uma primeira análise, que a conselheira pontuou uma
3141 serias de duvidas e fragilidades ao pedir vista a discussão encera , porque , ai
3142 sim vocês duas pode sentar e conversa e daí você trás todo os procedimentos
3143 apresenta para secretaria Executiva e os encaminhamentos de ofícios que para
3144 ser mandado e se não for superado você chama convoca para uma reunião e
3145 quando ele estiver pronto ele vem pra plenária para ser debatido , não faz
3146 sentido debater este processo aqui porque agente esta com pouca informações
3147 OK. ADRIANA: OK. ROBERTA: Não temos mais nem um ponto de relatoria, nós
3148 vamos, passar agora para comissão de políticas, nos vamos, volta agora o relato
3149 agora das comissões de política. Shirley ou Gesiane. GESIANE caritas:
3150 Reunimo-nos ontem e comissão de políticas estava presentes a técnica de
3151 referencia CEAS que é Adelmira, Shirley do CMAS Sarzedo e eu Gesiane da
3152 Cáritas. Bom nos tinha 11(Onze) pontos pra se discutir, então uma demanda
3153 grande e reforça o apelo da Roberta já feito com relação da participação dos
3154 conselheiros nas comissões, dado ai a importância dos pontos de pautas e das
3155 denúncias que tinham para ser analisado, bom nos fizemos a leitura e as
3156 sínteses das discussões dos pontos decisões 11 (onze)ou 12 (doze) pontos
3157 que tinha para discutir e tenho vista que alguns a gente vai precisar de rever
3158 depois com mais tempo. Bom, o primeiro ponto lá na tela pra gente foi uma
3159 solicitação ao CEAS de orientação vindo do apoio a mulher, a criança e ao
3160 adolescente, instituição a ANCA ,em setembro de 2013, solicitando ao CEAS,
3161 setembro de 2013, solicitando a intervenção do CEAS, para solucionar o atraso
3162 com relação repasse do recurso a casa de passagem que possui convênio com
3163 o Governo de Minas e com a prefeitura de Teófilo Otoni, causando então
3164 problemas com relação execução do trabalho e pagamento de funcionários e
3165 em outros. A entidade informou que possui 6 (seis) serviços e um dele é a casa
3166 de passagem , que recebe recursos por meio de convênio com governo de
3167 Minas , repassados pela prefeitura ,e que ate setembro , data da solicitação,
3168 eles havia recebido somente 04 (quatro) parcelas sendo referencia a janeiro a
3169 abril ,essas quatro parcelas. Então foi deliberado por este conselho. Foi na
3170 comissão primeiro? Não foi na plenária do dia 20 dezembro deste conselho, que
3171 fosse encaminhado a SEDESE, um ofício solicitando informações, mais
3172 informações sobre este repasse. A SEDESE respondeu este ofício em 20 de
3173 dezembro de 2013 informando os valores do cofinanciamento repassado ao
3174 município de Teófilo Otoni e quantidades das parcelas pagas em 2013, pelo piso
3175 mineiro e enfim as parcelas, ele informaram então que as parcelas tinham sido
3176 executadas e repassadas 06 (seis) parcelas. Imigrante10 (Dez) parcelas, Casa
3177 de Passagem 10 (dez) parcelas, é isto mesmo? Isso, Serviço de Convivência 10
3178 (dez) parcelas. Sugestão técnica: Informar à entidade sobre o repasse que o
3179 Governo de Minas fez ao município, esse repasse de 6 (seis) ou (dez)de 10
3180 parcelas que foi repassado para o cofinanciamento do serviço de Casa de
3181 Passagem e solicitar informação sobre situação de recebimento da instituição
3182 pelo município. Ontem em discussão com da comissão de políticas, nos temos
3183 em vista toda essa demora setembro , nos fizemos ressaltamos também ,a
3184 questão que outubro foi mês de Conferencia e novembro não houve a
3185 plenária e nem reunião do Conselho . A gente fez com encaminhamento não

3186 para liberação dessa plenária, fazer então um ofício em resposta a entidade
3187 ANCA constando as informações recebidas pela SEDESE , porque então essa
3188 Entidade esta sem e resposta e solicitar a essa entidade informação atuais com
3189 relação a este recebimento dessas parcelas pendente. Outra deliberação é
3190 solicitar da SEDESE informações atualizadas com relação a esses repasses.
3191 Hoje falou incluindo, tendo em vista os atrasos de 2013 informações atualizadas
3192 de 2014, enfim. ROBERTA: Posso dar uma sugestão, acho que este tipo de
3193 correspondência, a gente vai ter que ficar mais atenta, porque Não da para
3194 seguir este fluxo de comissão não, porque isto vai ser bate e volta ser rapidinho
3195 porque se não ela perde efeito , por exemplo perguntou em setembro , nos
3196 estamos , agora março, para poder informa para ela, isto não vai ter efeito
3197 nenhum essa informação. GESIANE: A instituição esta sem resposta.
3198 ROBERTA: A minha sugestão é que a gente fica atenta ao seguinte , quando
3199 muito a hora que começou o questionamento pela entidade, o procedimento que
3200 na SEDESE, a gente faz assim. O procedimento que a gente toma é assim da
3201 resposta pra a entidade, poderia ter sido mandado um correspondência para a
3202 entidade pra SEDESE nos informa mandar para o conselho municipal, para o
3203 conselho municipal ficar atento para poder agilizar. Porque neste período de
3204 tempo, porque ela ficou sem resposta nenhuma nem que A e nem que B,
3205 porque nos levamos de cinco a seis meses para poder apurar a informação
3206 para mandar pra ela . Porque que efeito vai fazer, então a minha sugestão que
3207 agente, claro manda a ainda que resposta pra ela, ainda que tardia do que tem ,
3208 entendeu! Para com esse processo de pedir lá na SEDESE porque se não
3209 chega a maio, chega em junho nos estamos mando de novo, entendeu! E pedir
3210 é mandar para ela, a informação ainda que tardia e mandar para o conselho e
3211 ficar atenta ao conselho municipal. E uma vez informado para ela eu acho que
3212 encerra, pois ficar pedindo de 2014, pois a hora que nos informa para ela o de
3213 2014 é um ano depois, entendeu! E ficar atenta a toda demanda de informação
3214 o procedimento agente tem que informa o cara o que esta fazendo. GESIANE: A
3215 gente pensou nessas informações atualizadas como forma de compensar todo
3216 este atraso, pois a gente tinha que da este retorno para ele e para a instituição
3217 de setembro, então se ela não recebeu o 2013, agente não sabe como estar à
3218 situação, já que estamos. 2014. ROBERTA: 2014 nos não pagamos ninguém,
3219 então é manter informação de 2013. GESIANE: Então é manter informado de
3220 2013 para instituição, então esse encaminhamento que podemos deliberar.
3221 ROBERTA: É só lembra isto o plano de serviço foi aberto agora gente, então o
3222 de 2014 eles não receberão nada, e eles estão trabalhando com a parcela que
3223 receberam em dezembro. GESIANE: Então é isto o encaminhamento, OK.
3224 (Vozes Simultâneas) GESIANE: Sim ao CMAS. SHIELEY: o segundo ponto de
3225 pauta, foi a denuncia que os curso do PRONATEC em Santana de Pirapama
3226 são oferecidos a pessoas que não tem o perfil do beneficiário do CAD Único
3227 solicitando uma fiscalização no município, então , o recebimento do documento
3228 foi dia 17 de agosto de 2013 , a tratativa técnica e parecer , para apurar
3229 possíveis irregularidade na seleção do publico prioritário do PRONATEC do
3230 Santana do Pirapama. O CEAS enviou agosto de 2013 ofícios a SEDESE ao
3231 Conselho Municipal de Santana do Pirapama em 29 de outubro 2013, a
3232 SEDESE respondeu através do ofício nº 871 de 2013 que dos 123 alunos
3233 matriculados nos cursos do PRONATEC no município , 84 foram localizados no
3234 CAD Único e 39 alunos não estão em incluídos neste cadastro. Acrescenta que
3235 findado o prazo de matrícula estabelecida o prazo para o Ministério da
3236 Educação, as vaga existente são disponibilizadas para o publico interessado,
3237 mesmo que não tenha o perfil de baixa renda. Em resposta ao denunciante o
3238 CEAS enviou em 29 de novembro de 2013 o oficio nº 327/ CEAS/2013 com as
3239 informações apuradas pela SEDESE. Em 12/12/2013, foi recebido pelo CEAS

3240 ofícios N°001 do CMAS de Santana do Pirapama informando que os dados
3241 apurados com números de demandas existente no município e de acordo com
3242 as normas de funcionamento pelo órgão responsável pela demandas foram
3243 concluídas que as denúncias não procede a lei 12.513/2011 que institui o
3244 PRONATEC ,no ART.2º define o público prioritário do PRONATEC, além de
3245 beneficiar programas federais e transferência de renda, inclui deste do ensino
3246 médio da rede pública e da educação de jovens e adultos, trabalhadores inclui
3247 agricultores e familiares, apicultores, extrativista pescadores, estudantes que
3248 tenha cursado ensino médio nas escolas da rede públicas ou instituição privadas
3249 nas condições de bolsista integral nos termos do regulamento. A será
3250 estimulado a participação das pessoas com deficiência povos indígenas,
3251 comunidade quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas
3252 socioeducativas, a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar
3253 beneficiaria de programas federais de transferência de renda, nos cursos
3254 oferecidos por intermédio da bolsa – formação. Nas informações prestadas tanto
3255 pela SEDESE quanto pelo CMAS não foram identificadas irregularidades nas
3256 matriculas do público prioritário para os cursos do PRONATEC, e nas
3257 normativas do PRONATEC e nas normativas do PRONATEC constam que
3258 outras pessoas pode inscrever além dos beneficiários de programas federais
3259 transferência de renda, como trabalhadores e estudantes. Sugestão Técnica:
3260 Esclarecer essa questão ao denunciante por meio de um ofício, A discursão foi
3261 que realmente de acordo com as normativas do Pronatec , a gente sabe que
3262 primeiro o público prioritário e que tem o CADúnico , mais existe outra
3263 venerabilidades e que talvez não tenha fica muito claro , qual que é a
3264 vulnerabilidade para ser atendida neste caso , portanto a participação de outras
3265 pessoas nos cursos prioritário assim não a impedimento para que outras
3266 pessoas podem participa . E a maioria dos alunos matriculados dos cursos do
3267 Pronatec em Santana do Pirapama , estão escrito no CAD tanto a SEDESE
3268 quanto Conselho Municipal , responderam não houve irregularidade nas
3269 matriculas e a denunciante foi enviado um ofício 327/ CEAS/2013 em
3270 29/11/2013 então como resposta já foi dado a denunciante, a sugestão manda
3271 essa copia do e-mail enviado. ROBERTA: Esse e- mail é depois desta confusão
3272 toda. VOLNEY: Bom gente como os cursos do PRONATEC, eles destinam
3273 basicamente nos usuários da política da Assistência Social, eu acho que seria
3274 muito oportuno pra nós, que nos fizemos um convite a coordenação estadual do
3275 PRONATEC, pra vim falar um pouco, como esta sendo este produto programa
3276 no estado de Minas Gerais , porque eu tenho escutado muita coisas sobreo
3277 PRONATEC. Confesso que eu estou no ar, porque a mídia tem falado sobre,
3278 PRONATEC eu também dei aula, dei curso no PRONATEC, eu estou vendo
3279 outar realidade, completamente diferente. Eu queria saber coordenação estadual
3280 do PRONATEC, tem pra dizer pra nós , Conselheiros Estaduais , até para nós
3281 situar um pouco mais sobre andamento, deste PRONATEC no estado de Minas
3282 Gerais , porque eu só tem a mídia dizer, a minha experiência que eu tive do
3283 outros colegas que a coisa também não é esta essas maravilhas não.
3284 SHIRLEY: Eu tenho com informação a realidade do meu município, lá nos
3285 trabalhamos sim! , no CAD prioritariamente e depois avalia outra venerabilidade.
3286 VOLNEY: Nós temos que pegar a realidade do estado, que a gente deliberasse
3287 fazer um convite para coordenação estadual para que na próxima plenária,
3288 concedesse um tempo para que ele explicasse, pra gente ver com é o repasse
3289 dos recursos, pra gente entender um pouco melhor. ROBERTA: Então vamos lá,
3290 eu acho que a primeira coisa que precisa saber é que não existe
3291 institucionalmente uma coordenação do PRONATEC, não existe. O que existe
3292 vocês sabe, o que é, o PRONATEC. O PRONATEC, hoje ele esta com toda
3293 capacitação e qualificação aquilo que era feito a qualificação esta na politica do

3294 trabalho para emprego e renda, ela tinha um eixo com a secretaria de trabalho, a
3295 subsecretaria estadual de trabalho e tinha todo eixo de trabalhar na execução da
3296 qualificação de um profissional no antigo SINE. Em toda aquela discursão do
3297 sistema do trabalho de emprego e renda, agora o que foi feito do PRONATEC,
3298 igual como pro jovem urbano, outros programas nacional que estão sendo
3299 elaborado e pensado cuja ponte é direito no município. O estado normalmente
3300 inclusive essa discursão e esse debate foi feito lá no governo federal, que o
3301 estado ele chamado executar o pesquisar mais no ponto de vista da
3302 coordenação para execução da política, essa plenária não vai ter como
3303 deliberar e ter resposta mais concreta , porque todo PRONATEC esta sendo
3304 coordenado e executado pelo governo federal, ele contrata as instituições ele
3305 deu as diretrizes, claro que tenha a ver com CADÚnico , tem haver com tudo
3306 ,tem feito a articulação faz as articulações separadas no estado , ora articula
3307 com Assistência do CADÚnico, ora articula com secretaria do trabalho , mais
3308 enfim o ponto de vista da discursão, para dizer assim, a coordenação estadual
3309 tem como dizer o que esta acontecendo , não existe coordenação estadual ,
3310 existe que estou dizendo articulações que são feitas , mais coordenação do
3311 PRONATEC ela esta todo na mão do governo federal , ditas as regras ,
3312 contrata as empresas . O governo e estado tem muito pouco autonomia nesta
3313 articulação, então assim é fato que nos temos programa com o PRONATEC,
3314 técnico como esta sendo colocado , a minha sugestão , inclusive que mande
3315 para o Conselho Nacional de Assistência Social, dizer que existe varias
3316 questionamento e várias duvidas em relação , até que nos gostaríamos de uma
3317 discursão no âmbito geral para poder , inclusive dados de quantos do
3318 CADÚnico no âmbito de Minas Gerais estão dentro do PRONATEC . Eu acho
3319 que é caminho mais salutar a persegui. VOLNEY: Roberta, em relação a
3320 estadual que esta lotada dentro o da secretaria de estado da educação, o qual
3321 eu já falei com o coordenador, então você questiona pedagógicas , o posso te
3322 passar oi telefone , a coordenação estadual ou será que é a coordenação
3323 pedagógica ? Não é minha pergunta, então existe uma coordenação estadual do
3324 PRONATEC dentro da educação. ANÁLIA: Volney eu acho que faz sentido
3325 quando a Roberta quando a gente responder ao CNAS pelo seguinte o
3326 PRONATEC a gente sabe que a cofinanciamento de dezesseis ministério eles
3327 são muitos do trabalho da educação é assistência social sais recurso todo lado
3328 e que acontece , já teve uma audiência pública no estado de Minas Gerais o ano
3329 passado , no final do ano na assembleia , que foi pelo deputado André Quintão
3330 o estado não foi convidado para essa audiência , então aquela coisa da união
3331 de executa do estado presente . A ultima reunião do COGEMAS agora foi no dia
3332 07 foi com a presença de Margarida ,o pessoal do PRONATEC mesmo o que
3333 eles vem dizendo não aceite os custo que oferecendo pra vocês , aceite o que
3334 vocês tem em demanda .Agora eu quero falar do Conselho Nacional, pelo
3335 seguinte eles simplesmente jogaram o dinheiro nas nossas contas, eu recebe
3336 setenta mil reais, ele não falaram pra que não. Agora um encontro em São Paulo
3337 um encontro regional do COGEMAS , foi dito que não poderia comprar
3338 equipamentos , comprei! Equipei uma sala, ACESUAS dinheiro do ACESUAS
3339 para você executar o PRONATEC, eu recebi setenta mil, estou contratando
3340 pessoal, equipei sala. Eles agora depois de dois anos, vem dizer que não pode,
3341 então é assim, aquilo de colocar gente sabe de frente com fogo. Então eu acho
3342 que o Conselho Nacional eles tem realmente de saber os apuros que nos
3343 estamos para poder executa isto ai. E tem turma não fecha o mês, porque não
3344 todo mundo que esta lá querendo fazer curso, tem que ter outro público
3345 realmente. Tem o público prioritário e o quer fazer e os desejos de quem queira
3346 fazer. Inclusive quando chega para dar entrada no seguro desemprego, se tem
3347 um curso você tem que fazer o curso, mais eu não fazer o curso porque não é

3348 minha área, não é minha vocação. Então eu não quero isto, então você não
3349 pode entrar com o seus papeis do seguro desemprego, então é uns casamentos
3350 que não tem nem sentido é muita coisa. ROBERTA: então a sugestão se
3351 mantém para o encaminhamento para o conselho nacional, entendeu?
3352 Consolação, então seria uma correspondência para o Conselho Nacional
3353 questionando essa questão do PRONATEC, até que eu acho essa questão, que
3354 a Anália coloca do acesso do SUAS do PRONATEC e do repasse para os
3355 municípios. O que esta dita quer dizer quando ele fala que começou na
3356 educação e você tem PRONATEC na educação você tem no Brasil sem miséria
3357 e não sei quantos PRONATEC da vida , agora com certeza na frente eles vão
3358 entender que precisa chamar o estado , porque começa da confusão, o estado
3359 mais próximo para monitorar, eles começam a chamar o estado para arranjar,
3360 entendeu? DENISE - e muito nessa linha assim, ha tempos atrás a gente havia
3361 dito assim: a gente não dá conta dessa execução ai distribui esses recursos
3362 dessas formas sem uma finalidade, os programas e a lei que criou o
3363 PRONATEC disse que é para o publico prioritário, mais não é exclusivo , mais
3364 não terei uma denuncia , acabaria por sim só ele é aberto ele não tem
3365 exclusividade para publico prioritário, isto tudo vai ficando cada vez mais confuso
3366 e ai quando cai na conta da assistencial , que tem que executa ele tem sempre
3367 que usar com publico prioritário que é seu publico de atuação. ROBERTA: Então
3368 fica o encaminhamento para o conselho nacional. (vozes simultâneas)
3369 GESIANE: Ponto 03. ROBERTA: São quantos pontos? GESIANE: São dez.
3370 ponto três denuncia de trabalho infantil em pizzeria na cidade de Arceburgo, foi
3371 deliberado na plenária de 13/12/2013 apurar denuncia de trabalho infantil na
3372 cidade de Arceburgo, onde possivelmente , 05 (cinco) crianças ou adolescente
3373 trabalhariam diretamente nesta pizzeria chamada KUKA Fresca com venda de
3374 bebida e cigarros , inclusive a 'noite numa jornada de 18 horas , de trabalho que
3375 se estende até as 03:00h da manhã , para qual foi enviado o oficio ao conselho.
3376 O conselho estadual , manda o oficio para o CEDCA formalizando essa
3377 denuncia , solicitando apuração desta denuncia. O CEDCA já respondeu por
3378 meio do oficio 02/2014 que o caso foi encaminhado ao ministério publico para
3379 apurações e os resultados serão encaminhados a este conselho quando obtiver
3380 resposta. E ao CMAS de Arceburgo com, deliberação deste conselho foi enviado
3381 a denuncia para o Conselho municipal. Ainda estamos sem reposta do Conselho
3382 municipal. Na discursão agente tira com encaminhamento para gente repensar
3383 juntos na plenária. Até ondem não tinha nenhuma resposta, mais parece que
3384 hoje já tem. ROBERTA: Foi mandado oficio pra ele pra que? GESIANE: Para o
3385 CMAS? Para apurar a denúncia. ROBERTA: Mais não foi ele que mandou a
3386 denúncia? GESIANE: Mandou uma denúncia anônima, pra o conselho estadual,
3387 e deliberado na plenária de dezembro, que a gente enviasse essa denúncia pro
3388 CEDCA para ser apurada e também para o conselho municipal. Até então o
3389 conselho municipal não havia respondido, respondeu hoje. O CEDCA já fez a
3390 denúncia no ministério público. ROBERTA: Qual é a resposta? GESIANE:
3391 Vamos ver. Então o conselho municipal responde que a denuncia foi
3392 encaminhada para o conselho tutelar, para ser apurada, e agente deixa aqui
3393 como encaminhamento para podemos discutir juntos na plenária, e aguarda a
3394 resposta do CMAS, já temos, e apuração feita pelo conselho tutelar e também a
3395 resposta do ministério público, uma vez que o CEDCA já fez a denúncia para
3396 apuração. ROBERTA: Só uma questão aqui, a gente vai ter que, eu não sei
3397 estou muita incomodada, primeiro com essa coisa de encaminhar, encaminhar.
3398 E esse os pobrezinhos tiver trabalhando lá, se for um trabalho salubre já morreu
3399 ou esta doente até gente termina com os encaminhamentos nosso, a gente
3400 precisa fiar incomodada com isto pra sair do encaminhamento. Entendeu? Por
3401 exemplo, eu acho eu penso, a gente precisava urgentemente, a gestora

3402 municipal, por exemplo, nenhum momento, porque o conselho tutelar e
3403 atribuição legal dele, mais da gestora da assistencial social, também são!
3404 Entendeu! Nenhum momento a gente falou ai dona Maria o meninos estão
3405 trabalhando, tem trabalho infantil ai, entendeu! Assistência, nos não tem que da
3406 conta do trabalho infantil. O conselho tutelar, ir à delegacia regional do trabalho,
3407 a TRT, teria que sido eu acho que manda para todos os órgãos, isto é
3408 importante, agora alguém tem que fazer alguma coisa rápida e para de
3409 encaminhar, no meu entendimento é a gestora de assistência social. Igual Belo
3410 Horizonte, fica extremamente incomodado, vira e mexe faz campanha desses
3411 meninos que fazem o trabalho infantil, que fica nos bares. A secretaria municipal
3412 de assistência social, campanha de abordagem das pessoas na rua que dizer é
3413 preciso. ISABELA: foi detectada a situação de trabalho infantil. Eu acho que
3414 como primeiro passo nós podemos encaminhar para a gestora. Podemos
3415 desenvolver no lugar institucional. Agora o encaminhamento para o conselho
3416 municipal acionar o conselho tutelar é o primeiro, é o mais emergencial e é o que
3417 teria condições de dar uma resposta mais rápida. Nesse sentido. ROBERTA: Só
3418 Isabela, eu estou colocando aqui, presta atenção é aí que eu não queria colocar
3419 nem primeiro nem segundo. Eu estou só chamando a atenção que nós não
3420 podemos perder a capacidade de nos indignar com determinadas coisas.
3421 Porque o que nos parece, assim, a gente trata uma denúncia dessa, de trabalho
3422 infantil, igualzinho uma outra denúncia. Tomamos o fluxo normal, então, o
3423 primeiro passo, teremos que diferenciar, gente. E diferenciar significa que traduz
3424 em incomodar e nessa perspectiva termos que atirar para todo o lado, porque a
3425 primeira questão são as crianças. Então, não podemos nem de deixar de fazer
3426 as coisas por estarmos incomodados em cima do que nós achamos. É isso que
3427 estou colocando. ISABELA: mais não deixou de fazer não, sendo que na
3428 plenária de dezembro todo muito ficou extremamente incomodado e
3429 preocupado. Já teve um retorno. Ficou aguardando o recesso de fevereiro mais
3430 já foi feito o encaminhamento imediato. (vozes ao fundo) CONSOLAÇÃO: é só
3431 um entendimento para termos diretriz para agirmos aqui e até na secretaria
3432 executiva dá determinados encaminhamentos. Até então a gente não se dirigia
3433 diretamente aos gestores porque falava conselho vai dialogar com o conselho,
3434 cobrar dele o controle social e pedir que ele acione a gestão para que aí sim
3435 deem as respostas, para chamar a responsabilidade do conselho. Então até
3436 temos trabalhado dessa forma, como uma diretriz. Agora abrindo esse outro,
3437 porque várias denúncias chegam, então se a gente for acionar conselho e
3438 gestão... não sei, realmente, como a gente estabelece esse fluxo, se ele é
3439 legítimo, por exemplo, o Conselho Nacional não se dirige diretamente, a não ser
3440 se for um convite, mais ele não aciona a gestão estadual para fins de
3441 responsabilidade. Ele não faz isso. Ele faz via ministério. Então, tem que ver
3442 esse fluxo. DENISE: então, eu tenho essa preocupação também sabe
3443 Consolação. Agora no campo da violação de direitos talvez é que tenhamos de
3444 ter essa serenidade maior. Porque quem já foi gestor ou ainda é sabe disso.
3445 Violação de direitos quando vem para os direitos humanos de cara na mesa do
3446 gestor. Não tem outro fluxo que remenda no caminho não. Talvez o que a gente
3447 deva estabelecer é isso, no campo de violação de direitos quando vem denúncia
3448 dessa natureza de criança e adolescente, de mulher, talvez a gente deva ter
3449 pelo menos um encaminhamento, mesmo que seja simultâneo, só que mais
3450 sério. Com certeza mais rápido e mais breve, porque no campo da violação de
3451 direitos quando você dobra a esquina o direito continua sendo violado e o
3452 prejuízo pode ser ainda maior. Tenho a total concordância com a Roberta que
3453 quem já esteve no campo da gestão a gente sabe disso, recebemos uma carta
3454 dessa, por dia, do órgão de direitos humanos, do 0800, que chega e temos que
3455 tomar providência. E no campo administrativo, Isabela, o conselho tutelar está

3456 sim vinculado ao órgão gestor. O gestor da política de assistência é responsável
3457 por isso tudo e administrativamente, vamos dizer assim, porque, de repente, o
3458 conselho tutelar tomou conhecimento porque não tinha carro, não foi porque não
3459 tinha telefone, não foi porque isso mesmo era parente do prefeito, porque tem
3460 essas relações administrativas. Penso que a gente deva mudar esse fluxo
3461 quando a discussão envolver violação do direito humano. Nesse fluxo que tem
3462 haver com a política pública de uma maneira geral aí devemos seguir o fluxo de
3463 conselho para conselho, é a minha opinião. ISABELA: não me entenda mal. Não
3464 estou dizendo que não era para pressionar o gestor. Concordo que deveria ser
3465 pensado sim, no dia. O que eu quis dizer aqui é que o encaminhamento que foi
3466 feito, claro que caberia outros encaminhamentos, concordo, mais foi só no
3467 sentido de defender o encaminhamento feito que foi imediato. Concordo que o
3468 gestor deva estar envolvido. SÉRGIO: se eu entendi o que a Roberta quis dizer,
3469 talvez a gente devesse acionar era o gestor estadual, não tem uma secretaria de
3470 proteção? Então, a secretaria de proteção que deveria despencar para lá. Se a
3471 gente tem algum incomodo da gente acionar o gestor municipal que acione o
3472 gestor estadual. ROBERTA: Veja bem. Eu quis colocar, porque que essas coisas
3473 assim... o debate nosso aqui tem que limpar essa área. Não tem ninguém
3474 culpando ninguém aqui. Aqui a gente precisa é o seguinte determinadas
3475 questões nós não podemos colocar no protocolo, porque se colocar no protocolo
3476 nós vamos receber notícia de que morreu. A violação de direitos ela vai por aí,
3477 ela chega em um espaço que é como se diz quando vira a esquina morreu. Por
3478 exemplo, não sei se os senhores viram na televisão pouco tempo atrás, duas
3479 crianças que estavam sendo acompanhadas, no Rio de Janeiro, pelo Conselho
3480 Tutelar, esses meninos foram abrigados e desabrigados dentro de todos os
3481 protocolos e procedimentos. O último procedimento foi à certidão de óbito dos
3482 dois. Então, é isso que estou dizendo. Precisamos incomodar, incomodar quem
3483 tem que incomodar. Por exemplo, quando eu falei da SEDESE e estou
3484 assumindo como subsecretária, quer dizer é preciso sim. Diretoria de proteção
3485 porque isso é questão, por exemplo, a DRT, Delegacia Regional do Trabalho,
3486 um caso desse sendo acionado, inclusive, pelo Estado, ela baixa lá
3487 imediatamente e fecha aquela pizzaria, aquele estabelecimento por causa disso.
3488 A gente não precisa entrar nesse rol dos encaminhamentos, porque nisso as
3489 crianças estão trabalhando. Precisamos ficar atentos e separar o que é urgente
3490 do urgentíssimo. RONALDO: o debate foi bastante rico. Entendo que os
3491 encaminhamentos feitos pela comissão foram corretos. Eles não estão errados,
3492 podendo ser complementados e agregados alguns outros de acordo com o que
3493 a própria presidente coloca. A própria colocação da Consolação, pelo fluxo que
3494 se tinha enquanto padrão, ele foi seguido nada se impede de se mudar.
3495 Obviamente, que nós estejamos aqui tratando de criança e adolescente é sim
3496 prioridade absoluta. E se tratando de prioridade absoluta devemos acionar todos
3497 que tenham competência para agir de forma mais rápida. Para concluir, acredito
3498 que seria para a plenária, sugiro como proposta já tem o parecer da comissão,
3499 agregar o que for necessário que seja encaminhado também para a gestão e
3500 para os demais que a gente entender que deva ser envolvido no caso.
3501 ROBERTA: e aí Teresa, você como superintendente de política da assistência, a
3502 primeira coisa imediata é na próxima semana ter notícia dessa situação. Se
3503 permanece, se não permanece e se for o caso a gente aciona inclusive a DRT.
3504 RONALDO: inclusive a própria DRT tem um trabalho de erradicação do trabalho
3505 infantil. SHIRLEY: pode passar o ponto 4? Pode. Ponto 4 – Cartilha contendo
3506 dicas para subsidiar o atendimento aos deficientes em Eventos diversos.
3507 Recebimento do documento: 16/01/2014. A Tratativa técnica: Vera Lúcia
3508 Rodrigues, assistente social, funcionária do CEAS-MG elaborou uma cartilha
3509 para subsidiar o atendimento às pessoas deficientes em eventos públicos e

3510 privados; a cartilha foi apresentada à comissão de política para avaliação. A
3511 cartilha apresentada retrata as barreiras enfrentadas pelas pessoas com
3512 deficiência, em especial, pelo deficiente visual, e quais as atitudes que as
3513 pessoas sem deficiência devem ter para romper com esse distanciamento...
3514 ROBERTA: só um minutinho. Essa cartilha já está pronta? SHIRLEY: sim
3515 ROBERTA: é só publicizar. SHIRLEY: mais nós tivemos uma outra discussão
3516 aqui que está interessante. Só terminar aqui. (...) atitudes que as pessoas sem
3517 deficiência devem ter para romper com esse distanciamento e possibilitar às
3518 pessoas com deficiência a realização de seus direitos. Assim, com objetivo de
3519 possibilitar e dar condição às pessoas com deficiência ou com mobilidade
3520 reduzida de utilizar com segurança e autonomia os espaços, mobiliários e
3521 equipamentos abertos ao público de uso público, ou privado de uso coletivo;
3522 este instrumento contribui para minimizar a distância existente entre a pessoa
3523 com deficiência e a pessoa sem deficiência. E como o documento não esgota
3524 todas as orientações necessárias para superar barreiras e dificuldades
3525 vivenciadas pelas pessoas com deficiência, e abre a possibilidade de receber
3526 outras contribuições, sugere-se formar um grupo que tenha interesse em
3527 contribuir e aprimorar o documento. E visto que para conhecer o modo de vidas
3528 das pessoas com deficiência torna-se fundamental a participação destas
3529 pessoas, e como estamos numa Casa de Direitos Humanos, sugere-se convidar
3530 as pessoas com deficiências que trabalham nesta casa e inclusive o Conselho
3531 Estadual das Pessoas com Deficiência – CONPED. O intuito é que o grupo
3532 aprimore a proposta apresentada pela Vera Lúcia, como um documento
3533 educativo a ser utilizado em espaços públicos, como o da CASA de Direitos
3534 Humanos. A sugestão técnica: Montar um grupo com interesse em trabalhar com
3535 o tema, a fim de aprimorar a cartilha tornando-o um documento educativo sobre
3536 o tema, e que identifique meios de promoção e divulgação (onde, quando, e
3537 como). Aqui a discussão foi simples. Apresentar a proposta para o CONPED no
3538 intuito de estabelecer parceria e estratégias para trabalhar o tema. Porque
3539 durante a discussão da comissão nós entendemos que o CONPED tendo essa
3540 atribuição voltada para as questões da pessoa com deficiência poderia
3541 enriquecer esse documento antes da sua publicação. Então, por isso, nós
3542 entendemos que poderia ser feito esse encaminhamento. ROBERTA: e a minha
3543 sugestão também é para a coordenadoria da pessoa com deficiência da
3544 SEDESE. Encaminhar para os dois lugares para apreciação e sugestão. Na hora
3545 que houver as contribuições, a gente publiciza se for o caso. Ok? GEISIANE:
3546 Ponto 5 - Denúncia de irregularidades nos CRAS de Caeté – CRAS Rancho
3547 Novo, CRAS São Geraldo e CRAS Bonsucesso em relação às equipes técnicas
3548 (incompletas), ausência de oficinas e uso irregular de carro oficial. A denúncia é
3549 de 05/11/2013. Para dar início ao processo de apuração das denúncias relativas
3550 aos CRAS de Caeté o CEAS encaminhou em 29/11/2013 os ofícios nº 332 e 333
3551 ao CMAS de Caeté e a SUBAS/SEDESE. Em seguida nós temos um quadro que
3552 vai apresentar as respostas do conselho municipal de Caeté por meio do ofício
3553 nº 15/2013 e da SESESE através do ofício nº 932/2013 incluindo os documentos
3554 apresentados – relatório, Plano de providência, ata do CMAS, que constam no
3555 respectivo processo. Então, o quadro apresenta detalhamento dessas
3556 denúncias. CRAS de Rancho Novo - não possui assistente social ; possui só 01
3557 (uma) psicóloga e 01 (um) instrutor – falta 01 assistente social; Plano de
3558 Providência diz: não possui assistente social, não possui coordenador de nível
3559 superior; não possui banheiro com condições de acessibilidade às pessoas
3560 deficientes e idosas; não possui placa em modelo padrão; CRAS de Bonsucesso
3561 - Só tem 01 assistente social que está de licença médica; falta de oferta de
3562 oficinas à comunidade. Número de profissionais é insuficiente dada a
3563 demanda e área de abrangência, espaço físico é limitado, e não oferece

3564 privacidade - as atividades ocorrem em local de livre de movimentação;
3565 Dificuldade de acesso aos deficientes e idosos- causando dificuldades em
3566 adesão destas pessoas e de suas famílias às atividades desenvolvidas e pouca
3567 adesão aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos e
3568 atendimento precário por falta de qualificação dos profissionais. O CMAS enviou
3569 ata com justificativa do gestor: a assistente social que estava de licença já
3570 retornou e não houve prejuízo, dada a atuação dos demais integrantes. Sobre a
3571 falta de oficinas justificou que foi devido ao orçamento da gestão anterior,
3572 havendo para o próximo ano planejamento e previsão orçamentária; e que os
3573 demais serviços do PAIF foram mantidos. Apresentou proposta de Oficina de
3574 Fotografia para 2014. Não possui coordenador de nível superior; não possui
3575 banheiro com condições de acessibilidade às pessoas deficientes e idosas; Não
3576 possui rota acessível para pessoas idosas e com deficiência; não possui placa
3577 em modelo padrão; CRAS - São Geraldo: reclama sobre o atendimento e
3578 conduta ética da coordenadora-discussão de casos na recepção do
3579 equipamento. No relatório destaca a alta rotatividade da equipe técnica; e sobre
3580 o espaço físico - necessidade de edificação de paredes internas para garantir
3581 sigilo dos atendimentos. Na ata, a coordenadora afirmou que todos os CRAS
3582 possuem salas próprias para atendimento individualizado, embora no CRAS São
3583 Geraldo a sala destinada aos atendimentos não possui a acústica ideal, sendo
3584 próxima à recepção, porém o sigilo é preservado. Não possui coordenador de
3585 nível superior; não possui placa em modelo padrão; Coordenadora do CRAS faz
3586 uso de carro oficial para questões pessoais e serviços da APAE. Na Ata a
3587 coordenadora afirmou que nunca utilizou o veículo oficial para questões
3588 particulares, apresentando o Cronograma para uso dos veículos da Secretaria
3589 de Assistência Social/2013 pelos CRAS, CREAS e outros serviços ofertados
3590 pela Secretaria. A secretária municipal de assistência social de Caeté enviou
3591 uma relação com os nomes dos assistentes sociais convocados em concurso
3592 vigente 2010 na qual identifica que 04 (quatro) assistentes sociais tomaram
3593 posse no primeiro semestre de 2013 e 02 (dois) iriam tomar em dezembro de
3594 2013, conforme citado na ata de 03/12/2013, mas não registra em qual CRAS
3595 irão atuar ou já atuam. Em relação à equipe técnica dos CRAS, como
3596 demonstrado pelo Plano de Providência, verifica-se que os 03 (três) CRAS
3597 precisam providenciar 01 Coordenador de Nível Superior, estatutário ou
3598 comissionado em função exclusiva para compor a equipe do CRAS, e que o
3599 CRAS Rancho Novo deve providenciar 01 Assistente Social para compor a
3600 equipe de referência. O Plano de Providência da SEDESE exige o cumprimento
3601 até 31/12/2014. No site do MDS consta que destes 03 (três) CRAS de Caeté, só
3602 02 (dois) recebem cofinanciamento Federal. Sugestão técnica: Considerando
3603 que o Plano de Providências confirmou a falta de profissionais na equipe de
3604 referência nos três CRAS, e identificou a falta de acessibilidade no CRAS
3605 Bonsucesso e CRAS Rancho Novo, mas já estabeleceu o prazo para
3606 adequação, cabe ao CMAS e ao CEAS acompanhar o seu cumprimento
3607 observando o prazo estabelecido. E quanto à alta rotatividade dos profissionais
3608 no CRAS São Geraldo, citada no relatório, sugere-se solicitar documentos
3609 comprobatórios de que os profissionais concursados se destinam a ocupar as
3610 vagas das equipes de referência do CRAS, e orientar sobre as prioridades e
3611 metas pactuadas na 124ª reunião da CIT, para a gestão municipal do Sistema
3612 Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017 onde consta,
3613 entre as prioridades a desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes
3614 que atuam nos serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS com intuito de
3615 atingir percentual mínimo 60% de trabalhadores do SUAS de nível superior e
3616 médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado público. Bom nós
3617 discutimos e a síntese da discussão foi: o monitoramento do cumprimento das

3618 metas estabelecidas no Plano de Providência. Temos metas para serem
3619 cumpridas até agosto/2014 e janeiro/2015. Na verdade, essa proposta é para
3620 monitoramento. Os prazos julho/2014 e dezembro/2014. Proposta de
3621 encaminhamento: Enviar ofício à SEDESE solicitando informação com relação
3622 ao item da alta rotatividade dos profissionais no CRAS São Geraldo apontado na
3623 denúncia, considerando que esta questão não está prevista no Plano de
3624 Providência. E acompanhar o cumprimento do Plano de Providência em
3625 agosto/2014 e janeiro/2015. Também enviar ofício para a SEDESE e para o
3626 CMAS de Caeté solicitando informações sobre o cumprimento da meta pactuada
3627 na 124ª reunião da CIT, dentre as prioridades, prevê a desprecarização dos
3628 vínculos trabalhistas. Só reforçando os encaminhamentos para discutirmos na
3629 plenária. Um ponto que observamos e não consta no Plano de Providência é a
3630 questão da rotatividade que não foi citada no Plano de Providência do CRAS de
3631 São Geraldo. Um dos objetivos é cobrar essa orientação e acompanhar o plano
3632 de providência. ROBERTA: porque o Plano de Providência são as ações que ele
3633 tem de fazer. Em relação à rotatividade, qual é a ação? Vamos indicar concurso
3634 para ele? No Plano de Providência? GEISIANE: é porque na verdade nós
3635 ficamos pensando qual seria o indicativo do plano de providência em relação a
3636 essa ação. ROBERTA: é isso que estou dizendo. Aí para não ter rotatividade...
3637 GEISIANE: seria um indicativo. ROBERTA: pois é, agora só que tudo que você
3638 acorda no plano de providência há indicadores para mensurar o cumprimento ou
3639 não. E aí, por exemplo, quando você fala em concurso é o maior desafio nosso é
3640 colocar essa questão de RH em plano de providência. Ou se coloca a longo
3641 prazo e pactua o que se entende de longo prazo ou então não será factível de
3642 cumprir. Isso é a realidade. Colocar a gente pode até colocar, se é para cumprir
3643 alguma deliberação. Sabemos que é uma meta que é um problema estrutural do
3644 SUAS, então quando se coloca isso no plano de providência e diz para o
3645 município assim: "tem que fazer concurso público", ele fala: "ok. Posso fazer a
3646 longo prazo". E não faz, porque ele tem uma série de justificativas para dizer por
3647 que faz ou não faz o concurso público na área da assistência. Que é o que
3648 consequentemente evita e erradica a rotatividade de servidor no CRAS. Só para
3649 entendermos... (vozes ao fundo) É existe. A única coisa é que o plano de
3650 providência não atendeu a questão apontada de rotatividade. Nesse aspecto
3651 ainda persiste encaminhar para colocar no plano de providência? SHIRLEY: no
3652 caso, essa reunião da CIT ela não poderia ser utilizada como base para exigir do
3653 município que faça alguma coisa a respeito? ROBERTA: deixa eu te falar
3654 Shirley. É o seguinte: a CIT tem menos força do que o Ministério Público quando
3655 cobra do prefeito fazer concurso público. A resolução da CIT não tem impacto
3656 nenhum para um prefeito que o obrigue a fazer um concurso público. Não tem
3657 nada de força de lei. O Ministério Público ele consegue muito mais e ainda sim
3658 com dificuldades, porque não é tão simples. (vozes ao fundo) Para a questão de
3659 concurso e com dificuldade, porque ele ainda sim entra com várias negociações.
3660 Ele recorre, mostra as receitas dele e "cai em cima" juridicamente com o
3661 Ministério Público. Agora a CIT, o prefeito fala "Que bom! Eles estão
3662 recomendando.". A CIT não tem poder legal para interferir na esfera do poder.
3663 SHIRLEY: no caso aqui poderíamos entender ser interessante denunciar ao
3664 Ministério Público? ROBERTA: Normalmente, nós, SEDESE não fazemos isso.
3665 E acho que o conselho partir para essa instância, eu não sei o ponto de briga
3666 que a gente compra, se temos pernas para. E não é isso que vai resolver lá no
3667 município. O que precisamos é da solução desse problema. Aqui, normalmente,
3668 a gente não encaminha, nesse aspecto de recursos humanos. Imagina, você no
3669 seu município, recebesse uma manifestação colocada pelo conselho, porque o
3670 conselho estadual tem por obrigação também trabalhar toda a construção do
3671 sistema único nos municípios. Trabalhar a construção não perpassa em ficar

3672 acionando o ... Isso é o meu entendimento, não significa que essa o
3673 entendimento da plenária, porque é uma discussão da plenária. Eu,
3674 particularmente, acho que não é o caminho. Se quiser colocar isso em
3675 discussão, colocamos também. GEISIANE: então podemos fechar com o
3676 encaminhamento do monitoramento, que é o plano que já existe. (vozes ao
3677 fundo) Sem a inclusão da questão da rotatividade ou da denúncia. ROBERTA:
3678 Ok? SHIRLEY: é só um comentário, agora eu é que fiquei insatisfeita. Fiquei
3679 com a sensação de que a coisa não resolveu. Ela ficou em aberto e vai ficar
3680 assim infinitamente. ROBERTA: tem questões no SUAS que, realmente, nós não
3681 temos governabilidade para resolver. Aquilo que nós temos governabilidade nós
3682 temos que ir em cima mesmo. Agora tem questões que não temos
3683 governabilidade, pelo menos nesta conjuntura. Podemos ter em outras
3684 conjunturas, mais o que estou dizendo é que nesse momento, quanto a essa
3685 questão de acionar Ministério Público para que o município faça concurso
3686 público eu entendo que seria uma atitude que se tomássemos, por isso eu
3687 perguntei se gostariam de colocar em discussão, podemos colocar em votação.
3688 Agora a sensação é essa mesmo. Vamos deparar com situações no SUAS que
3689 não temos governabilidade para resolver não. GEISIANE: bom, então, passamos
3690 para o ponto 6? ROBERTA: pois é, alguém quer conversar? (vozes ao fundo)
3691 VOLNEY: eu acho que é interessante essa questão do concurso público.
3692 Fortalecer os municípios, fóruns de trabalhadores para que possam pressionar e
3693 cobrar do MP um concurso público. Que dizer, é organização dos trabalhadores.
3694 SHIRLEY: talvez esse fosse o encaminhamento. A resposta nesse sentido de
3695 que deveria ser resolvido dessa maneira dentro do município. VOLNEY: mais se
3696 você manda para o município, ele não tem interesse que os trabalhadores se
3697 organizem de forma alguma. Agora eu acho que pode mandar, por exemplo, tem
3698 o fórum estadual dos trabalhadores do SUAS. Encaminha para eles para que
3699 possam mobilizar os trabalhadores do município, mostrando a importância dessa
3700 organização. ROBERTA: agora é isso que precisamos colocar em discussão.
3701 Isso é uma posição do CEAS? Aqui é uma posição do CEAS. Vamos sair com
3702 um ofício para o fórum dizendo: o CEAS, em plenária, deliberou que a partir de
3703 agora...Não pode ser só com um município não. A partir de agora todos os
3704 municípios acionem os seus MP para que façam o concurso. Nós temos que ter
3705 uma posição. Aqui é um colegiado que não pode ter uma ação com um só? Não.
3706 Ou temos uma posição em relação a isso e aí é geral, porque se formos fazer
3707 para os trabalhadores tem de ser geral. SHIRLEY: Roberta, pessoalmente, eu
3708 entendo o seguinte: nós já temos a pactuação a respeito do mínimo de 60% de
3709 efetivo. O sistema está sendo todo construído e montado se nós chegamos a um
3710 ponto de exigir que se faça cumprir uma lei que já existe, eu não vejo por que
3711 não. Entendeu? Chegou a um ponto que ela tem de ser implementada.
3712 ROBERTA: pois é, e aí é que devemos compreender. O que pactuamos não é
3713 lei, é pacto. Nós temos que separar as coisas. O que está na lei é que para os
3714 equipamentos públicos tenha servidores públicos. Agora não fala percentual. O
3715 que está percentual é pacto que foi da CIT. Agora isso, Shirley, construção é
3716 construção e para construir precisamos compreender as fragilidades dos
3717 municípios antes de mandar o Ministério Público em cima deles, por quê?
3718 SHIRLEY: nesse caso não seria o Ministério Público, seria o fórum. Igual o
3719 Volney sugeriu. ROBERTA: mais é isso que estou querendo entender. O que
3720 nós vamos mandar para os Fóruns. Vamos mandar para o fórum o conselho vai
3721 dizer assim: Em debate na plenária, nós entendemos que todos os municípios
3722 têm que ter concurso público e solicitamos ao fórum que trabalhem com os
3723 trabalhadores nesse aspecto? SHIRLEY: sim. Que estabeleça mesa de
3724 negociação, que fortaleça a questão da discussão. Isso não acontece.
3725 ROBERTA: então eu vou falar uma outra questão para você, se eu fosse

3726 presidente do fórum eu iria responder assim: nesse conselho vocês tem
3727 representantes dos trabalhadores, portanto... é porque aqui temos
3728 representantes dos trabalhadores. SHIRLEY: mais isso não tira a
3729 responsabilidade do outro. (vozes ao fundo) ROBERTA: mais é isso que estou
3730 falando. Eu estou dizendo assim. Jogar a bola para cá, porque ele como fórum
3731 também vai acionar o MP. É isso que eu estou dizendo da fragilidade disso.
3732 RONALDO: só comungo com a Shirley. Realmente é desanimador. E das
3733 palavras da presidente quando fala que nós estamos em construção. Sabemos
3734 disso e não temos governabilidade, então, às vezes, exigimos o cumprimento da
3735 legislação vigente para algumas coisas e para outras não. E chega em um ponto
3736 que acabou. Comungo com ela essa interrogação. Até que ponto nós podemos
3737 exigir o cumprimento uma consolidação de um Sistema Único de Assistência
3738 Social se não podemos cobrar a equipe mínima estipulada em uma norma
3739 operacional básica. ROBERTA: vou conduzir e abrir para a discussão para todos
3740 debaterem. Só quero... RONALDO: só concluindo, mais eu concordo. Acredito
3741 que não seja papel deste colegiado agir de forma pontual e... ROBERTA: quero
3742 conduzir a discussão da seguinte forma: nós abrimos esse debate em relação a
3743 uma denúncia das irregularidades do recursos humanos que estava sendo
3744 executado no CRAS e cujo o encaminhamento da comissão que vez o debate lá,
3745 trouxe algumas propostas. De princípio, eu coloquei o meu parecer e ao mesmo
3746 tempo disse: se essa plenária quiser debater nós podemos e fazer o
3747 encaminhamento. Então, vou voltar com essa proposta. Vamos debater isso aqui
3748 e depois eu vou para votação, porque senão vamos ficar a tarde toda debatendo
3749 parecer. Não tem problema nenhum. A sugestão da comissão especificamente
3750 da Shirley é de que façamos o encaminhamento, seja para o MP ou para o
3751 fórum. Então, eu quero abrir as inscrições para debatermos em cima disso e
3752 com esse viés de que as pessoas que se manifestarem a minha sugestão é que
3753 depois a gente vote se vamos fazer esse encaminhamento ou não. Senão
3754 vamos ficar a tarde toda discutindo pareceres. Temos que encaminhar para
3755 deliberar. CONSOLAÇÃO: é o seguinte o SUAS nós demoramos muito tempo,
3756 inclusive, para ter todo esse arcabouço. Estamos tirando isso do papel
3757 paulatinamente. É um processo em construção. Se começarmos a entrar em
3758 uma relação de judicializar todo o processo que estamos construindo do sistema
3759 único, eu acho complicado. Não é falar que temos de cumprir. Isso temos, mas
3760 como vamos ganhar esse cumprimento. Até porque muitas normas são
3761 propostas por movimento, tomaram esse corpo mais não teve a adesão de
3762 todos. Então, nós temos de fazer esse processo também. É também educativo e
3763 de conquista, porque se eu judicializo e ele tem do outro lado todas as razões
3764 para não fazer naquele momento que outras leis estão sendo acionadas como
3765 de responsabilidade fiscal e outras coisas. Como que fica essa distribuição,
3766 inclusive, distribuição de recurso que está sendo questionado. Então, temos que
3767 ir com um pouco mais de calma. Estão todos discutindo, os fóruns estão se
3768 articulando e fazer esse movimento ganhar mais força e as mudanças que já
3769 estão postas, muitas delas em lei e normativas, tomem o corpo devido. Então,
3770 acho que deveríamos ... DENISE: só queria ser solidaria com a Shirley e dizer
3771 que essa não será a primeira e nem a última angustia. Nem dela e nem de
3772 nenhum de nós que estamos nesses espaços há muitos anos. Mais faz parte da
3773 luta. Faz parte desse processo de implementação. É uma política muito nova e
3774 para além dela tem a questão que está dado que o ingresso no serviço público é
3775 via concurso. Isso está dado para toda a política pública. Para ser servidor
3776 público tem de ser concursado. Então, você já pensou, porque minha questão
3777 Shirley não é estritamente esse caso não. Até penso que se vamos fazer essa
3778 discussão vamos fazer uma outra pauta, Roberta, que não é essa aqui hoje. Se
3779 vamos discutir, se vamos deliberar que todas as denúncias que deve ser muitos

3780 municípios nessa situação, de ter a figura do contratado inversamente
3781 proporcional maior que a de concursado, nós vamos judicializar, essa é uma
3782 decisão para uma baita plenária. Não será aqui hoje. Não temos como sustentar
3783 essa discussão porque ela é muito seria. No campo da judicialização, perdemos
3784 muito, porque se perde para frente. Cria a tal jurisprudência e outros vão
3785 tomando decisões na mesma linha. Então, temos de ter muita cautela para
3786 tomar essas decisões. Então, eu acho a atenção dos colegas conselheiros para
3787 que se atenham a esse caso especificamente. Com relação ao fórum, eu penso
3788 que é chover no molhado porque dizer que ele tem que articular com a turma de
3789 Caeté. É para isso que existe o fórum e o fórum está fazendo esse trabalho.
3790 Agora, não é fácil mobilização. Não é de usuário, não é de trabalhador, não é de
3791 gestor. Não é uma tarefa fácil essa de mobilizar. O fórum estadual está com
3792 sérios problemas de mobilização. E o trabalhador lá na ponta, ele é um dois,
3793 três. Nós só pensamos em psicólogo e assistente social. A política de
3794 assistência social não é de psicólogo e assistente social, ela é do trabalhador da
3795 assistência social. Então, é um grupo maior que envolve inclusive nível médio.
3796 Então, precisamos começar esse movimento de envolver esse trabalhador da
3797 assistência que está além da equipe de nível superior e está para além do
3798 psicólogo e assistente social. Penso que é um caminho árduo, Shirley, e que
3799 não precisa ficar no campo da angústia é da luta mesmo. ROBERTA: mais
3800 alguém? SHIRLEY: bom, pegando o gancho até no que falou a Denise, eu
3801 acredito que até uma coisa que uma primeira coisa que devemos refletir é se a
3802 judicialização é a questão, porque quando eu falo que precisamos fazer alguma
3803 coisa não falo necessariamente que seja judicializar. É colocar o assunto em
3804 pauta e discutir, refletir o que será feito a respeito para que ele não morra a partir
3805 desse momento. Chegou aqui resolveu a questão, aprovou uma comissão que
3806 decidiu um parecer e não se fala mais no assunto sabendo que ele está
3807 acontecendo. Então eu acredito que assim como foi sugerido que a gente
3808 coloque isso para uma próxima pauta. Que a gente amadureça como isso pode
3809 ser trabalhado. Que isso volte mais vezes. Isso é muito comum e vai voltar mais
3810 vezes. É um ponto inevitável da construção e implantação do SUAS. Não tem
3811 como não lidar com isso. Precisamos voltar nisso, precisamos lidar com isso.
3812 Não acredito na judicialização não. Acredito na reflexão, na discussão e na
3813 construção em grupo. Por isso me ocorreu que faria muito mais sentindo, se
3814 fosse o caso e agora entendo que não é, falar com o fórum invés do ministério.
3815 Acho que o ministério é o último caso. Mais não devemos deixar o assunto
3816 morrer, é isso que eu penso. ROBERTA: está acatada a sua colocação, Shirley.
3817 E só para clarear. Quando usamos a expressão judicializar, porque nós não
3818 conversamos e nem sugerimos para o ministério. Tudo que entra no ministério
3819 automaticamente se torna judicializado. Então, não se tem diálogo, de ofício,
3820 fora desse campo. Vira ação. Ele pode acatar ou não. Mais alí ele não conversa
3821 de outra forma que esse é o papel dele. Por isso falamos nessa forma de
3822 judicializar. Só para endenter, toda a proposta de capacitação da SEDESE,
3823 inclusive, tem uma grade chamada "Gestão do Trabalho" que trata de todas
3824 essas questões. Dentro do SUAS, Gestão do Trabalho, a gente inclui toda a
3825 discussão, inclusive, de contratação, servidor público, porque o trabalhador do
3826 SUAS é a ferramenta de materialização de transformação do sistema. Então,
3827 isso está no cerne da discussão, sem dúvida nenhuma. É só ficarmos atentos. E
3828 caso ainda sim você se sinta necessário trazer uma ponta mais específica disso,
3829 você pode colocar em pauta. Por isso, quando abrimos a plenária perguntamos
3830 se tem ponto de pauta. SÉRGIO: eu queria trazer uma outra reflexão de uma
3831 coisa que me incomoda. Essa denúncia é anônima (Sem gravação) pois é. É
3832 isso que eu acho que devemos ter mais responsabilidade quando discutimos
3833 isso, porque tem o outro lado. Que nem os Black Bloc, não sei. Você faz uma

3834 denúncia e não se identifica. Acho muito complicado essa questão que todos os
3835 órgãos, conselhos, ministério público, acatam denúncia anônima. Se você tem
3836 algo para dizer, dá sua cara para dizer. ROBERTA: a não. Nesse caso morre,
3837 principalmente o pequeno. SÉRGIO: uma coisa é pedir sigilo... (vozes cruzando)
3838 Roberta deixa eu te falar, denúncia anônima é muito fácil. Eu posso inclusive
3839 fazer denúncia anônima contra você. ROBERTA: só um parênteses, só para
3840 entendermos. Eu entendo Sérgio o que você está colocando e vou dizer o
3841 seguinte: quando você coloca da nossa responsabilidade, por isso a gente abre
3842 processo para apurar. Acho que devemos ficar muito cautelosos na denúncia.
3843 SÉRGIO: é isso que eu estou dizendo. ROBERTA: Quanto a questão dela ser
3844 anônima eu não tenho dúvidas que município pequeno ela não pode e inclusive
3845 a gente deve proteger sob pena das pessoas não abrirem a boca. Porque nos
3846 pequenos, você tem lá não é a conselheira Roberta mas sim Maria Albanita
3847 Roberta, filha da dona Judite, tem duas filhas, e mora em tal lugar. Dependendo
3848 da forma que se coloca a pessoas está morta do ponto de vista profissional do
3849 ponto de vista de qualquer coisa. É uma relação complicada. Agora quanto à
3850 questão da responsabilidade isso tem que ter. SÉRGIO: é isso que estou
3851 dizendo. É uma questão complicada até do ponto de vista que você coloca as
3852 coisas. As pessoas às vezes colocam as coisas muito levianas porque está no
3853 anonimato. É isso que estou dizendo. ROBERTA: é isso tem que ter cuidado.
3854 SÉRGIO: temos que ter muito cuidado, porque uma coisa é uma denúncia muito
3855 consistente, onde a pessoa se identifica. Outra coisa que é isso que está
3856 dizendo. Pode ser início de gestão, pode ser uma funcionária que saiu e está
3857 falando da rotatividade. ROBERTA: é por isso que abrimos processo para
3858 apurar. Agora se o processo não está dando essa garantia, vamos discutir isso.
3859 SÉRGIO: por isso devemos ter cuidado para não ser uma denúncia leviana.
3860 SHIRLEY: só que a denúncia sendo leviana ou não, não deixa de falar de uma
3861 situação que é real. Então, extrapola o fato, claro que devemos tomar os
3862 cuidados necessários para não ter envolvimento nem nenhuma precipitação na
3863 apuração. Mais sabemos que a realidade de muitos municípios é assim.
3864 ROBERTA: comissão de política continua? SHIRLEY: Ponto 6 – O CEAS/MG
3865 recebeu denúncias de possíveis irregularidades nos funcionamento do CRAS de
3866 Passa Quatro e ações do órgão gestor. O recebimento do documento foi em
3867 14/11/2013 por e-mail. A tratativa técnica: O CEAS- MG enviou os ofícios
3868 330/2013 e 331/2013 aos CMAS de Passa Quatro e à SEDESE informando
3869 sobre a denúncia e solicitando informações. O CMAS de Passa Quatro
3870 respondeu com o ofício nº054/2013 em 06/12/2013 e a SEDESE respondeu
3871 através do ofício 933/2013 e enviou em anexo à cópia do Plano de Providência
3872 de 19/12/2013. O quadro abaixo consta as informações contidas na denúncia e
3873 as respostas dadas nos ofícios enviados pelo CMAS de Passa Quatro e pela
3874 SEDESE. Denúncia: CMAS foi coagido pelo órgão gestor municipal e pelo
3875 CRAS para aprovar o relatório de evidências comprobatórias do funcionamento
3876 do CRAS, devido risco de perder subvenções. Resposta: O CMAS de Passa
3877 Quatro nega a coação e apresenta a resolução nº 005/2013, que aprova o
3878 relatório de demonstração do CRAS este relatório foi aprovado mediante o
3879 compromisso da Secretaria Municipal de Assistência Social de regularizar a
3880 situação até o final do mês de dezembro, (informações constam no ofício CMAS
3881 nº 054 e 055). A SEDESE informa através do Of nº 933/2013 que no processo
3882 de apuração das irregularidades a Sra. Walquíria Batista Carneiro Santos –
3883 Secretária Municipal de Assistência Social e Sra. Fernanda Aparecida Guedes –
3884 Coordenadora do CRAS atestaram a veracidade das informações declaradas no
3885 relatório. Denúncia: Uso de mesmo espaço físico – O CRAS sedia a SMAS e
3886 compartilha o banheiro, almoxarifado e cozinha; e os setores Junta Militar e de
3887 Identidade irão funcionar no mesmo espaço do CRAS; Resposta: O CMAS

3888 responde que a Junta Militar e Setor de Identidade funcionam no prédio da
3889 Secretaria de Assistência Social na Avenida Coronel Ribeiro Pereira, nº 910; A
3890 SEDESE apurou que o banheiro do CRAS não possui condições de
3891 acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência, sendo feito as
3892 recomendações e a aplicado o Plano de Providências, com prazo de 03 meses
3893 para sanar a irregularidade, a contar da data de 19/12/2013. Denúncia:
3894 Existência de serviço de alfabetização de alunos com déficit de aprendizagem
3895 no CRAS; Resposta: O CMAS informou que as escolas encaminham todas as
3896 crianças com déficit de aprendizagem à APAE, e ao CRAS compete o
3897 encaminhamento à rede socioassistencial. Denúncia: Uso indevido do
3898 cofinanciamento para pagamentos dos salários dos recursos humanos do
3899 CRAS, que a Secretaria utiliza mais de 60% das verbas federais para
3900 pagamento de funcionários, exceto os salários da Secretaria Municipal de
3901 Assistência social e da coordenadora, não sobrando recursos para execução
3902 dos trabalhos; Resposta: Gestor informa que somente alguns funcionários são
3903 pagos com as verbas do Cofinanciamento estando totalmente dentro dos
3904 critérios e da legislação vigente que autoriza a utilização de 60% das verbas do
3905 cofinanciamento, e que o município também realiza a sua contrapartida no
3906 pagamento de funcionários que são alocados na Secretaria de Assistência
3907 social. Denúncia: Que um veículo 0 km recebido em 30/11/2012 através do
3908 convênio 112 teve perda total num acidente dia 02/01/2013 quando era utilizado
3909 pela saúde, e que devido a isso a Assistência Social conta apenas com um
3910 veículo adquirido através de recursos do IGD-M; Resposta: Confirma o
3911 envolvimento do veículo recebido por meio de convênio em acidente
3912 ocasionando perda total, e o que o CMAS vem cobrado da Secretaria Municipal
3913 de Assistência social e da Prefeitura as providências que estão sendo tomadas
3914 para a compra de outro veículo. Denúncia: A remuneração dos Conselheiros
3915 Tutelares é feita com recursos do “Fundo da criança e do adolescente”, e não
3916 saem da folha de pagamento do município; Resposta: quanto a remuneração
3917 dos Conselheiros Tutelares informa que não tem conhecimento dos
3918 procedimentos, nem sobre os gastos com os recursos do FIA – Fundo da
3919 Infância e da Adolescência e acrescenta que o Conselho Tutelar são fiscalizados
3920 pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Sugestão técnica: 1.
3921 Sobre o relatório de demonstração do CRAS sugere-se solicitar ao CMAS de
3922 Passa Quatro identificar qual foi a exigência dada ao gestor e solicitar
3923 documentos comprobatórios do cumprimento da exigência - considerando que o
3924 CMAS informou que foi dada a condição do gestor regularizar a “situação” até o
3925 final de dezembro/2013. Sugere-se solicitar a ata da plenária onde deve constar
3926 a exigência. 2. Em relação ao espaço físico consta no CAD SUAS que o
3927 CRAS de Passa Quatro funciona na Av Coronel Ribeiro Pereira, nº 554,
3928 endereço que difere da Secretaria de Assistência Social na Avenida Coronel
3929 Ribeiro Pereira, nº 910, conforme informou o CMAS. Considerando que o Plano
3930 de providência aponta a falta de acessibilidade para pessoas idosas e com
3931 deficiência no banheiro do CRAS, sugere-se solicitar ao CMAS o
3932 acompanhamento do cumprimento do Plano de providência pelo gestor
3933 municipal e informar, no prazo estabelecido, seu cumprimento. 3. Sobre a
3934 existência de serviço de alfabetização no CRAS, orientar ao conselho que este
3935 serviço é da educação, e que o Conselho deve fazer visita ao CRAS a fim de
3936 verificar se há ou não a existência deste serviço no equipamento, enviando a
3937 informação de quais serviços e atividades são executadas no CRAS. 4. Sobre o
3938 uso dos recursos, solicitar ao CMAS: - verificar se os recursos destinados às
3939 ações socioassistenciais (serviços, programas, projetos) estão alocados no
3940 Fundo Municipal de Assistência Social, ou se estão alocados no orçamento do
3941 órgão gestor da assistência social, contrariando a LOAS. -Verificar se o

3942 município aplicou corretamente os recursos que compõem o Fundo Municipal de
3943 Assistência Social – se aplicou os recursos financeiros repassados ao FMAS, e
3944 caso não tenha aplicado no todo ou em parte, certificar se o órgão gestor da
3945 assistência social assegurou à população, durante o exercício em questão, e
3946 sem descontinuidade, os serviços socioassistenciais cofinanciados,
3947 correspondente a cada Piso de Proteção; -Verificar se parcela dos recursos do
3948 cofinanciamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de
3949 assistência social, foi utilizada pelo município para pagamento de profissionais
3950 que não integram as equipes de referência (especificando a quais servidores
3951 foram efetuados os pagamentos) . Nota: A resolução CNAS 32/2011 estabelece
3952 que os Estados, Distrito federal e municípios poderão utilizar até 60% dos
3953 recursos do FNAS, destinados à execução das ações continuadas de
3954 assistência social no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de
3955 referência do SUAS, conforme art 6º - E da Lei 8642/1993. 5. Solicitar ao CMAS
3956 que envie informação concreta das providências que a Prefeitura/Secretaria
3957 Municipal de Assistência Social está tomando para a compra de outro veículo a
3958 fim de substituir o que teve perda total. 6. Sobre a remuneração do Conselho
3959 Tutelar, e considerando que não é competência do CEAS a apuração desta
3960 denúncia, sugere-se orientar ao CMAS e ao denunciante que a lei Federal nº
3961 12.696/2012 e resolução CEDCA nº 49/2012 determinam que a previsão para
3962 remuneração dos Conselheiros Tutelares deve constar em Lei Orçamentária
3963 Municipal, e conforme o § 6º desta resolução é “vedado o uso dos recursos do
3964 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os fins previstos
3965 neste artigo, exceto, em caráter excepcional para a formação e a qualificação
3966 funcional dos Conselheiros Tutelares”. E o Estatuto da Criança e do Adolescente
3967 no art. 260º § 4º traz que o “Ministério Público determinará em cada comarca a
3968 forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança
3969 e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos neste artigo”. Síntese da
3970 discussão: Necessidade de verificar se o CMAS está funcionando mesmo,
3971 solicitar os seguintes documentos: nomeação dos conselheiros, solicitar ata com
3972 assinatura dos conselheiros presentes e lista de presença do dia. Solicitar da
3973 SEDESE uma confirmação dos endereços do CRAS e Secretaria Municipal de
3974 Assistência Social. Encaminhamento: Enviar ofício à SEDESE solicitando
3975 confirmação dos endereços dos equipamentos: CRAS e Secretaria Municipal e
3976 acompanhamento do cumprimento do Plano de Providência com resposta ao
3977 CEAS. E solicitar ao CMAS os documentos: nomeação dos conselheiros, ata
3978 referente à aprovação da resolução 05/2013 com assinatura dos conselheiros
3979 presentes e lista de presença deste dia. Nesse caso aqui, na discussão da
3980 comissão, nós entendemos que se a primeira denúncia atesta que o CMAS está
3981 sendo coagido então todos os outros encaminhamentos que poderiam ser feitos
3982 ao conselho para lidar com as questões seguintes poderiam estar corrompidos.
3983 Então, nós entendemos que a primeira coisa a fazer é definir se existe um
3984 conselho atuante no município através da solicitação desses documentos além
3985 dos encaminhamentos para a SEDESE. ROBERTA: eu acho que a discussão
3986 feita foi muito rica e eu queria que pensássemos assim: na hora que
3987 trabalhássemos com uma denúncia, a gente olhássemos qual é a essência. Alí a
3988 essência foi isso mesmo que vocês colocaram. Denunciou que o conselho está
3989 sendo coagido. Agora como o conselho consegue avaliar a atuação do conselho
3990 com as ferramentas que temos? Essa é uma pergunta. Porque qualquer
3991 discussão ficaria no se, no acho, eu penso e depois qualquer encaminhamento
3992 você está sendo coagido. Então, qualquer encaminhamento que vai fazer volta
3993 para o mesmo circulo da questão. A outra questão, que acho que devemos
3994 discutir na comissão de política e com certeza nós vamos melhorar a comissão,
3995 digo em termos de pessoas para ajudar, porque ficou só vocês duas dessa vez.

3996 Precisamos fazer um consolidado dessas denúncias que estão chegando e
3997 pensar como é, estrategicamente, a comissão propõe do ponto de vista da
3998 política de assistência como vamos trabalhar isso. Por exemplo, se está tendo
3999 incidência de muito fechamento de conselho, se temos incidência de não
4000 funcionamento dos conselhos, se temos incidência se é por região, se é por
4001 município de porte médio, porte 1, entendeu?! Até para selecionarmos e
4002 mapearmos esse perfil das semelhanças dos problemas para podermos atuar.
4003 Do ponto de vista dos encaminhamentos que estamos fazendo a priori o que
4004 estamos fazendo é isso, é o que estamos tendo pernas para fazer mais com
4005 certeza não vai sofrer muito efeito. Encaminhamos ofícios, não sabemos se
4006 notificamos, precisamos para, além disso. Agora o fato que fica para nós é o
4007 sistema não está funcionando em determinados eixos do seu tripé. Isso também
4008 não é novidade para nós. Não é novidade que os conselhos não estão
4009 funcionando, não é novidade essa questão financeira. Estou falando isso não é
4010 para desanimarmos é para pensarmos estrategicamente, senão vamos ficar
4011 numa posição de despachante. É preciso pensar assim que pegamos uma
4012 denúncia que é o que o Sérgio colocou, primeiro é saber quais ferramentas
4013 usamos para saber da veracidade e segundo, têm questões que não sabemos
4014 se vamos conseguir apurar. Suponhamos que receba uma denúncia de que eu
4015 estou coagindo o conselho estadual, entendeu?! São questões que também
4016 precisamos discutir, não que as outras questões não necessitem, mas
4017 precisamos indagar essas provocações. SHIRLEY: um dos viés que nos ocorreu
4018 durante essa discussão foi quanto a questão da responsabilização, se esse
4019 conselho está realmente com dificuldade de funcionar como seria um conselho
4020 que estaria funcionando? Ele estaria seguindo todos os trâmites, teria um
4021 decreto, teria nomeações, teria ata, resoluções, lista de presença, então, se
4022 começamos por aí... ROBERTA: mesmo assim ele poderia ser coagido, porque
4023 isso não se mede a coação. Tem ata, tem resolução, mas está sendo coagido. É
4024 isso que estou dizendo qual instrumento que mede a coação? SHIRLEY: o início
4025 seria nesse princípio, mais está aberto mesmo a discussão. SÉRGIO: o que me
4026 chama a atenção é que o conselho está sendo coagido, por que não é um
4027 conselheiro que está dizendo isso para nós? (Vozes ao fundo) Mais aí pode está
4028 sendo coagido. Do mesmo jeito que ela fez a denúncia, o conselheiro pode
4029 fazer. (Vozes ao fundo) ISABELA: eu acho que é uma discussão importante e
4030 bastante difícil, mas fico pensando se nesse caso não caberia acionar o
4031 SEDESE para que ela verificasse junto ao órgão gestor municipal alguma
4032 questão em relação ao funcionamento do conselho, como forme da alguma
4033 reposta. (Vozes ao fundo) Então... (Vozes misturadas) não Roberta num diálogo
4034 com o gestor de como está sendo o funcionamento do conselho já é uma forma
4035 de pressionar. (Vozes ao fundo) É complicado. Têm várias questões que são
4036 mais intangíveis. ROBERTA: ok, gente. Vamos inscrever. A Anália está inscrita.
4037 ANÁLIA: eu quero compartilhar com vocês uma preocupação muito grande, por
4038 ser da comissão de apoio aos conselhos, ontem, olhamos o Senso 2013 e mais
4039 de 347 conselhos, me parece, não responderam ao Senso. Eu estou
4040 preocupado com isso e mais com a nossa forma de trabalhar aqui no CEAS,
4041 porque essas denúncias podem intensificar e acho que teremos de ter uma
4042 semana de plenária para fazer uma tratativa para cada caso da forma do andar
4043 dessa carruagem nossa. Estou trazendo para pensarmos juntos uma tratativa
4044 que seja mais eficiente. (Vozes ao fundo) ROBERTA: gente, só um minuto.
4045 Vamos nos inscrever, inclusive a plenária, porque estamos gravando.
4046 CONSOLAÇÃO: eu vejo que o primeiro caminho é a análise documental, porque
4047 numa ata a forma que se coloca dados ali, alguma coisa dá uma pista. Até para
4048 finalização de aprovação. Então, eu vejo que a análise documental seja um
4049 indicativo. Até o MDS ele usa isso para ver o que o conselho está

4050 desenvolvendo ou não está. São instrumentos que utilizamos. E se não der tem
4051 a possibilidade da visita e conversar com os conselheiros, porque em uma
4052 conversa se percebe o tipo de encaminhamento. ROBERTA: eu só quero
4053 clarear, para termos muito cuidado com a estratégia. Acho que deva até ser
4054 ponto de pauta separado depois. A fala da Anália deu uma luz, por exemplo,
4055 quando for sobre conselho é necessário que as duas comissões sentem e vai
4056 para, além disso. Essa é uma questão que afeta a comissão de apoio ao CMAS.
4057 Segunda questão, eu acho que podemos tratar em algum momento como vamos
4058 tratar essas questões. O modelo que está posto estamos vendo que ele ou não
4059 está funcionando ou é aquilo que falamos, vamos ter que fazer dois dias de
4060 plenária. E outra questão é a tendência é aumentar, aí, por exemplo, eu não sei
4061 se vou ter pernas para fazer todas as visitas. Uma hora é conselho, estamos
4062 tratando desse aí. Aí vamos fazer visita, na hora que vier os trezentos, os
4063 quatrocentos que o Senso informa que não estão funcionando, nós vamos fazer
4064 visita? Quer dizer, a primeira pergunta que precisamos fazer e saber a essência
4065 da denúncia se é possível apurar ou não. Se a essência é coação, eu não vejo,
4066 sinceramente, como apurar. A não ser que esteja no dia a dia, no cotidiano do
4067 conselho. Caso contrário vamos partir de questões subjetivas. A leitura da ata
4068 um lê de um jeito, o outro de outro e todo mundo ainda fica no achismo, porque
4069 é algo muito subjetivo. Está dizendo o conselho foi coagido, é algo subjetivo, que
4070 não se consegue ver o que é mesmo. Agora é fato que tem muita coisa dentro
4071 dessa estrutura que não está funcionando. É. Como pegar o IDCRAS vai ver
4072 seiscentos municípios com esse indicador. Não é um (1). Esse mandou
4073 denúncia para nós. Então, nós estamos debruçados em um (1), agora, que tal,
4074 se vissemos o IDCRAS, IDCREAS, os dados do Senso para fazer essa tratativa
4075 em conjunto? Isso foi um (1) que manifestou, agora os que não manifestam é só
4076 irmos nos dados, nas informações que o SUAS hoje já possui. Acho que nós, da
4077 comissão de política, vamos ter de trabalhar para, além disso. Por isso, que
4078 estou entendendo a colocação da Anália. Volto a dizer que o modelo que
4079 estamos trabalhando de fazer essas tratativas não vai surgir efeito. Não está
4080 surgindo efeito. E haja visto, que estamos trabalhando isto, coisas de dezembro,
4081 novembro, outubro, mais para trás, e estamos esquecendo de pegar os dados
4082 do sistema como um todo. Por exemplo, precisamos saber da comissão de
4083 política como saímos dessa posição de ficar mandando ofício para a SEDESE
4084 para saber de indicador pontual. Nós precisamos saber dos indicadores do
4085 SUAS como um todo. Para tratarmos de forma estratégica. E volto a dizer, nós
4086 caso de denúncia, não é que não vamos fazer nada não, agora questões
4087 subjetivas, a minha sugestão, inclusive, é que a gente não gaste as nossas
4088 horas muito delongadas com isso, porque se são subjetivas vamos ficar aqui até
4089 4 horas cada um com uma base de olhar. Volto a dizer dentro do processo
4090 democrático essa relação é muito nova. Digo que por percepção de implantação
4091 do SUAS que 70%, mesmo percentual de municípios pequenos, eu diria que os
4092 conselho municipais têm pouca autonomia. Isso é fato, gente! Isso não pode ser
4093 assustador para nós, porque se for, volto a dizer a gente desconhece os dados
4094 dos indicadores que temos dos indicadores Sistema Único no patamar que
4095 estamos implantando esse sistema. Então, precisamos conhecer esses
4096 indicadores, senão a gente dica assustados. Não assusta não, porque as nossas
4097 bases de implantação do sistema temos de avançar muito, no processo
4098 democrático, de participação. Isso é algo muito novo e uma política que tem uma
4099 cultura perversa. SHIRLEY: pegando com base isso que você está dizendo. A
4100 questão da coação, ela é subjetiva e pode ter a médio e longo prazo resultados
4101 bem objetivos. Então, discutir formas de estabelecimentos ou indicadores que
4102 possibilitem medir como está sendo essa implantação do SUAS no município.
4103 ROBERTA: já tem, os indicadores. SHIRLEY: pois é, ou estabelecer formar de

4104 cobrar isso. ROBERTA: nós precisamos conhecer esses indicadores, por
4105 exemplo, quando eu falo que a discussão deve ser junto com a comissão de
4106 apoio ao CMAS, precisamos saber, qual URCMAS que pertence, se a URCMAS
4107 está funcionando, se é possível trabalhar com a URCMAS nesse aspecto. É
4108 trabalho de médio a longo prazo. Outra coisa que precisamos ter claro aqui, que
4109 não é o ato do ofício e da caneta que teremos resultado imediato não. A
4110 URCMAS, acho que é um caminho. SHIRLEY: então, o que tira de
4111 encaminhamento? Alguns desses propostos ou como você sugerir que seja feito
4112 um encaminhamento único à SEDESE com todas as solicitações juntas? Ou
4113 fazer acompanhamento com a comissão. (Vozes ao fundo) ISABELA: queria só
4114 pontuar. Acho que uma não invalida a outra. Temos que olhar o cenário macro.
4115 O conselho está com os dados do Senso SUAS 2013, os dados já foram
4116 repassados pela SEDESE, talvez trazes eles para a plenária para discussão.
4117 Volto a dizer uma coisa que discutimos muito. Tratar dessas questões relativas
4118 ao conselho com os gestores municipais para sensibilizar e para cobrar que o
4119 conselho seja estruturado e esteja em pleno funcionamento, isso é uma visão
4120 macro mais não invalida o fato de que tem de dar uma resposta para a
4121 denunciante. E um caso pontual vamos ter que tomar algum encaminhamento.
4122 Acho que a proposta de fazer a análise documental, sabemos não vai sanar a
4123 denúncia como um todo, com certeza mais acho que é alguma ação no sentido
4124 de estar olhando e de que não ficou a denúncia em vão. ROBERTA: mais
4125 alguém? JÚLIO: á vezes chega a denúncia conversamos e não... um caso como
4126 esse até para não desaminar os que denunciaram temos que tomar uma
4127 providência. (Vozes ao fundo) É o que estamos discutindo. Temos que fazer
4128 alguma coisa, ainda não sei o quê. SÉRGIO: volto a trazer minha reflexão. A
4129 única coisa que eu entendo que podemos fazer nesse caso é ... o conselho pode
4130 mandar a denúncia para o gestor e este pode acatar ou jogar fora. SHIRLEY: ou
4131 usa a coação pior ainda. SÉRGIO: exatamente. Então assim, é muito difícil de
4132 medir isso. Temos de saber se isso é sentido por todos os conselheiros. Por
4133 exemplo, aqui dentro do conselho pode ter em algum assunto que eu e Volney
4134 achamos termos sido coagidos e outro não ache. Esse é um grande problema,
4135 não é? É muito subjetivo. SHIRLEY: só tenho minhas dúvidas se acontece
4136 nesse grau nos pequenos municípios. Lá não é tão subjetivo assim não. (Vozes
4137 ao fundo) RONALDO: sugestão de encaminhamento é sim enviar para o gestor
4138 apurar e em relação ao que o Sérgio coloca quando limitamos somente dois
4139 denunciaram, acontece e muito nos municípios de pequeno porte, que uma boa
4140 parte fecha com a outra. Então, somente dois sofrem as consequências, porque
4141 os outros aceitam essa coação e o pior são coniventes com isso. ROBERTA:
4142 pois é, gente. E mais uma vez eu quero chamar a atenção da responsabilidade
4143 que temos com as pessoas que usam do conselho para expressar o seu
4144 sentimento. Então, temos que tomar muito cuidado quando falamos na resposta
4145 que temos de dar. Aí, eu volto a dizer, município pequeno, as pessoas sabem
4146 que não é uma relação tão simples. Então, devolver isso de uma forma muito
4147 clara. A minha sugestão é de qualquer que fosse o encaminhamento
4148 exatamente pela dificuldade de apurar por ser subjetivo é diferente do caso das
4149 crianças trabalhando na pizzaria. Só não ver quem não quer, porque está dando
4150 o nome, o endereço, só não ver quem não quer. É bem objetivo, é muito
4151 diferente. Agora, ele está trazendo a questão que é subjetiva, mais é o
4152 sentimento. São dois. Agora, dependendo da forma como respondemos as
4153 pessoas podem sofrer retaliações e pode piorar. Se eles estão sentindo coagido
4154 vai saber quem é a pessoa que está lá nessa relação de coronel. Isso não é
4155 novidade que os municípios pequenos possuem essa relação de coronel.
4156 Devemos resguardar as pessoas que entendem que este espaço aqui é de
4157 confiança. Caso contrário, às pessoas deixa de nós informar e perdemos essa

4158 forma de captação de informações. ISABELA: Concordo. Acho que o
4159 encaminhamento de solicitar informação sobre o funcionamento do conselho é
4160 uma forma de objetivar a questão. Da mesma forma, pode ser acionada a
4161 SEDESE para enviar ao gestor mais não nesse sentido de denúncia recebida
4162 mais de pegar os dados do Senso e apontar as deficiências do conselho.
4163 Objetiva a questão do funcionamento do conselho e ajuda o fortalecimento de
4164 alguma maneira. ROBERTA: ok. Nesse mesmo aspecto, Shirley, para o gestor
4165 estadual tudo que foi apurado de possíveis irregularidades vão mandar para lá
4166 que será apurado e nem menciona a denúncia. É só dizer para ele as
4167 irregularidades. E por parte do conselho pede algo do funcionamento. Mais acho
4168 que temos de ter cuidado nessa tratativa de não mencionar a denúncia.
4169 SHIRLEY: fazer de forma mais profissional, porque quando a questão de que
4170 houve denúncia, parte para o pessoal. Quando se coloca que é profissional que
4171 estamos nós atendo a construção da implementação do SUAS, então, estamos
4172 ficando na questão profissional, não tem nada de pessoal nisso. ROBERTA: eu
4173 acho mais do que isso, por exemplo, na denúncia tem um momento que você faz
4174 a acareação e ela também é profissional. O que estamos dizendo é que não
4175 vamos dar essa informação da denúncia porque é perigosa. Isso não significa
4176 que ao dar a informação da denúncia está deixando de ser profissional. Eu estou
4177 discordando é disso. Pode ser feito isso, mas é um mecanismo que pode criar
4178 outros problemas. Isso não significa ser ou não profissional, porque estamos
4179 tratando tudo no campo profissional. Até a priori não tem nada pessoal.
4180 SHIRLEY: essa isenção a gente entende aqui. Eu falo porque vejo no meu
4181 município e em outros parecidos, as questões não são vistas como profissionais
4182 sempre resvalam para outras coisas. Então, nesse sentido. ROBERTA: ok.
4183 Então aceita o encaminhamento? Vamos para o ponto 7? GEISIANE: Ponto 7...
4184 ROBERTA: só uma sugestão. É possível pular a tratativa? É possível fazer
4185 assim, mostrar o tema, não precisa passar a tratativa e passa para os
4186 encaminhamentos. GEISIANE: é possível. Bom, então, ponto 7 – o CEAS
4187 recebeu do Ministério Público um Relatório da Inspeção realizada na Rede
4188 Socioassistencial do Município de Luz, realizado pelo CAO – Infância e Juventude
4189 e da Central de Apoio Técnico – Setor de Proteção a Pessoa Institucionalizada –
4190 CEAT/PPI. Diante desse relatório com relação a essa inspeção foi apontada
4191 diversas irregularidades com relação ao CRAS, CREAS, CMAS e a Secretaria
4192 Municipal do Bem Estar Social e Habitação, que são os pontos, como garantir
4193 acessibilidade das pessoas com deficiência, que não vamos detalhar. O item 2 é
4194 até para provocar, o Ministério Público recomenda instituir o concurso público na
4195 seleção das equipes profissionais vinculadas. Então, na inspeção dele ele já fez
4196 essa ponderação. (Voz ao fundo) Ele recomendou. (Vozes no fundo) E aí dentre
4197 as outras questões que o MP aponta diante da inspeção, tiramos como
4198 encaminhamento para discussão na plenária enviar ofício ao CMAS de Luz
4199 solicitando a cópia do plano, porque deixa a entender no relatório que o
4200 município de Luz tem o plano de assistência social aprovado. Ele fala, no item 6
4201 - requisitar da Secretaria Municipal do Bem Estar Social e Habitação a
4202 implantação do Plano Municipal de Assistência Social; Então, a gente sugere no
4203 nosso encaminhamento solicitar ao conselho esse plano, porque, na verdade, o
4204 MP nos manda dizendo que existe um plano que ele não está sendo cumprido.
4205 Então, estou entendendo que está pedindo um socorro para o CEAS. Então, em
4206 nossa discussão fazemos essa ponderação. Talvez solicitar ao CMAS esse
4207 plano. E uma outra questão que coloca, o item 8 - considera fundamental a
4208 participação efetiva da Promotoria nas reuniões efetuadas pelo CMAS, uma das
4209 questões que foi verificada nesse relatório. Entendo eu, que colocam aqui como
4210 uma recomendação. Em nossas discussões ficamos pensando se podemos
4211 recomendar a participação da Promotoria, por ser uma reunião aberta. Informa a

4212 identificação dos pontos e pede ajuda para a implementação desses pontos que
4213 constam no plano de assistência social do município. Podíamos discutir agora
4214 como a gente encaminha. ROBERTA: tem que dar resposta ao Ministério
4215 Público? GEISIANE: ao Ministério. ROBERTA: a minha sugestão... pode falar.
4216 GEISIANE: também estou lembrando do plano de metas do conselho municipal.
4217 ROBERTA: a minha sugestão, porque essa já é a terceira ou quarta denúncia e
4218 tem muita coisa de gestão. Por exemplo, especificamente para o Ministério
4219 Público a minha sugestão é que a gente responda para o ministério e fica para
4220 esse conselho e também para a SEDESE, aí temos de ver como a gente faz
4221 essa informação, porque esse ano é ano de pactuação das metas dos
4222 municípios. Todos os municípios vão ter que entrar para fazer o pacto. E nós
4223 vamos ter de ficar atento a esses municípios, especificamente, esses com
4224 denúncia conosco aqui. É como se acendesse um farol vermelho desses
4225 municípios. Tem uma relação de municípios que estão com o farol vermelho. E
4226 no momento do pacto perseguir e monitorar junto com o conselho municipal o
4227 que os municípios colocaram nesse pacto, que melhora essas irregularidades
4228 que estamos vendo. (Vozes ao fundo) é o plano de metas do pacto? Não é isso?
4229 SHIRLEY: é um plano de metas previsto que o próprio conselho tem de ter de
4230 acompanhar a implementação do SUAS. ROBERTA: eu estou falando mais do
4231 que isso. Agora os municípios como o Estado vão ter de preencher o pacto
4232 nacional de aprimoramento do SUAS. Inclusive os recursos vão ser aumentados
4233 e diminuídos conforme esse pacto. Então, o município diz qual tipo de serviço
4234 terá. O Estado e a União vão complementar financeiramente. Igual o SUS fez.
4235 Então, para o Ministério Público nós vamos responder que esse ano está
4236 previsto o preenchimento do pacto onde vem o plano das ações e os municípios
4237 vão ter de pactuar com o SUAS do que ele vai fazer, qual o reporte de recurso
4238 vai receber e que esse conselho ficará atento a esse município que está
4239 acompanhando. A mesma coisa, vamos ter que informar e a SEDESE vai ter
4240 esse painel vermelho também. E o conselho municipal desse município tem que
4241 ficar atento na hora do preenchimento do pacto para achar a solução para os
4242 problemas. SÉRGIO: foi muito rica essa comissão de vocês e está me fazendo
4243 refletir muito. Mais já que Tanit não está aqui, acho que posso usar, olha a
4244 esquizofrenia que estamos. Pensamos em mandar para o Ministério Público
4245 para resolver e ele manda para nós resolvermos. Olha o país que estamos
4246 vivendo. Olha que loucura isso. (Vozes ao fundo) ROBERTA: pois é, mais eu
4247 acho... Veja bem, acho que dentro do que o Ministério Público está mandando
4248 para nós é nossa função. Só tenho dúvidas na proporção do que estamos
4249 mandando para ele, se estamos errando tanto assim. Por exemplo, temos feito
4250 muitas rodas de conversa com o Ministério Público, porque o papel do MP é de
4251 proteção. Ele não quer nem saber, se tiver risco nisso aí ele manda ver. (Voz
4252 ao fundo) Não, ok. Se é TAC, é isso que estou dizendo, até TAC os municípios não
4253 estão aguentando mais isso. (Vozes cruzadas) Não gente, é assim mesmo. Vou
4254 dizer com toda sinceridade porque eu vejo que não é esquizofrenia. Claro que é
4255 trabalhoso mais vejo com uma alegria pelo seguinte o pobre hoje, a pessoa que
4256 sofre violação já não é mais aquele coitado que não tem poder vigiando por ele
4257 não. Graças à Deus! Se nós ousamos um dia fazer políticas públicas, então
4258 temos que ter esses contrapontos. E o Ministério Público está dizendo que o
4259 pobre precisa disso, a família precisa. De carta forma para a implantação do
4260 processo democrático e para a inclusão e garantia de direito é isso que temos
4261 que viver. SÉRGIO: bom, Roberta, eu não discordo desse processo. Acho que
4262 isso demonstra a imaturidade de nossa democracia. Fica cada um sem saber qual
4263 é a sua função. (Voz no fundo) Ninguém que assumir determinada coisa. Quer
4264 dizer os TAC's estão esgotados, o MP não faz mais TAC's. Antes a solução era
4265 a solução que deviam. Agora não tem mais TAC, então manda para o CEAS. E

4266 nós vamos fazer o quê? Essa é a questão. É o processo mesmo. ADRIANA: eu
4267 estou com dificuldade de acompanhar a discussão aqui no básico. Precisa de
4268 alguma autorização especial para o Ministério Público participar das reuniões do
4269 CMAS? (Vozes cruzadas) GEISIANE: só para corrigir, ali a participação do
4270 Ministério Público nas reuniões do conselho e é da promotoria que o relatório
4271 indica. Eles reforçam a participação da promotoria. (Vozes cruzadas) DENISE:
4272 Desculpa, eu pensei na defensoria pública. Está certo. LISIANE – CAOIJ:
4273 primeiro, quero agradecer o acolhimento de vocês ao MP. E a partir de agora
4274 teremos uma participação. Acho que esse é um caminho para esse diálogo. Vou
4275 tentar esclarecer um pouco, não fui eu quem fez esse roteiro de inspeção de
4276 Luz, mas fiz outros semana passada e realmente a coisa é bem delicada, porque
4277 quando vamos fazer análise documental que em um primeiro momento é o que
4278 fazemos e quando chega na ponta a coisa está bem mais gritante. Bem
4279 diferente do papel que chega. E quando fala do plano municipal de assistência
4280 social parece que nunca foi feito por aquele conselho, por ninguém e ninguém
4281 sabe. Foi um “Ctroll C, Ctroll V” e ninguém sabe do que está falando. Com
4282 relação a essa questão de Luz, geralmente é feito o TAC mais nesse processo
4283 existe três toneladas de processo, por isso foi tão difícil de fazer. Aí, é TAC
4284 mesmo, TAC para CRAS, para CREAS, mas vai fazendo tanto TAC que você
4285 também não chama o conselho da assistência para esse diálogo à coisa fica
4286 difícil. É nesse sentido mesmo, do CAOIJ está acionando o conselho estadual
4287 muito na linha do que a Roberta colocou mesmo como papel do conselho,
4288 porque o TAC vai ser feito, mas chega num ponto que o prefeito esgota com
4289 aquele tanto de TAC em cima da mesa dele e isso vai ser um longo tempo para
4290 caminhar Até lá nossas crianças estão sem atendimento, nossas famílias estão
4291 sem atendimento e aí vai. Então é nesse sentido, porque todo mundo sabe o
4292 tempo que o TAC demora. ROBERTA: eu acho que sua fala traz para nós uma
4293 reflexão. Nós precisamos compreender quem são esses atores que do ponto de
4294 vista institucional tem a sua discricionariedade e de que forma em determinados
4295 momentos, por exemplo, tenho feito grandes avanços e tenho tido momentos
4296 tensos com o MP. Entendo que é perfeitamente normal. Tenho feito diversas
4297 rodadas de conversação e de ajuste para resolver problemas relacionados a
4298 isso. Esse mês nós tivemos três rodadas com quinze municípios, de 5 em 5
4299 municípios. Para discutir os casos com os nomes dos envolvidos, achando
4300 alternativas concretas e reais. Materializando a proteção não na forma do
4301 discurso teórico, mas sim concretamente. Achamos esse caminho para resolver
4302 o problema do usuário da política de assistência daquilo que compete à
4303 assistência. Agora do ponto de vista da prática, da implantação do SUAS, tem
4304 todos os momentos de conflito e tensão. De um lado, temos uma equipe do
4305 SUAS que faz inúmeras coisas e por outro lado, estão sentada demandando o
4306 usuário. Da mesma forma que estamos demandando aqui lá eles mandam o
4307 usuário. Não temos maturidade ainda para dar solução para os casos que
4308 chegam dentro do SUAS. Seja pela porta de entrada da básica, da especial, ou
4309 seja regional. Então isso é fato. Agora, estamos nesse colegiado é para saber
4310 como temos esses atores como parceiros, o que ele está querendo é parceria. É
4311 dizer como vamos atuar. Podemos soltar uma orientação de que é muito bom ter
4312 a promotoria, ter o MP, dentro do conselho e que inclusive ajuda a achar
4313 soluções e não ver como uma instância que pudesse estar em um esquema de
4314 guerra com o SUAS. LISIANE: só para finalizar, até para entender o papel do
4315 CAOIJ. O CAO não é um órgão de execução do Ministério Público. É um órgão
4316 de assessoria aos Promotores regionais, então, como um caso desses, é um
4317 promotor local que diante de toda complexidade da questão, ele aciona o CAO.
4318 Então, fazemos toda uma análise como é uma região que não possui uma CRIJ
4319 – que é uma regional do CAO, é acionada a equipe de Belo Horizonte. Nesse

4320 caso, é a equipe nossa, de assistentes sociais e psicólogas, que faz o roteiro de
4321 inspeção, que é o roteiro que chamamos de fortalecimento da Rede SUAS.
4322 Nesse caso de Luz o Promotor daquela comarca encaminha para nós. Tanto
4323 que entra Córrego Dantas que nem foi feito de tão mais complexo que é o
4324 relatório que depois vai chegar para vocês também. E outros municípios que os
4325 Promotores locais demandam ao CAO para essa assessoria, porque o CAO é
4326 exatamente um órgão de apoio. Não estamos lá na execução como uma
4327 Promotoria local de Belo Horizonte e das comarcas. Então, só para entender um
4328 pouco qual é o nosso papel. ROBERTA: eu acho que sua fala é muito
4329 importante para a gente entender como é esse fluxo, até para saber na
4330 comissão de política para pensarmos de forma mais estratégica. Acho que
4331 estamos assim nessa discussão se debruçando um pouco mais e às vezes fica
4332 pontual e aí temos de pensar estrategicamente. Por isso, minha solução de
4333 encaminhamento é estratégico também. (Vozes ao fundo) Pois é, agora nós
4334 temos. LISIANE: não tinha exatamente, porque não tinha assistente social no
4335 CAO daqui. Eu entrei recentemente e como sou assistente social fui designada
4336 para acompanhar o CEAS. É para tentarmos no diálogo fazermos uma
4337 construção mesmo. SHIRLEY: bom, eu gostaria de sugerir duas coisas. A
4338 primeira, uma tabulação de todas essas dificuldades que nós estamos
4339 percebendo e criar depois um consolidado para que possamos voltar depois, em
4340 uma próxima plenária, amadurecer isso e discutir possibilidades de lidar com
4341 essas questões que estão aparecendo aos montes e realmente não faz sentido
4342 tentar tratá-las apenas de um ponto de vista pontual. Com relação a a questão
4343 em si, sugerir para que nós fechássemos mesmo com esses encaminhamentos
4344 até por causa da necessidade de um retorno ao município. ROBERTA: retorno
4345 para o município, né? (Voz ao fundo) Então, minha sugestão é essa. De
4346 encaminharmos ao MP correspondência, encaminhar ao CMAS também. Nós
4347 temos que mandar o retorno é para o MP? (Vozes ao fundo) É para o MP e não
4348 para o conselho municipal. SHIRLEY: é porque teve a proposta de encaminhar
4349 para o município porque aqui o pedido do plano... é o pedido. Tá. (Voz ao fundo)
4350 Então tá. Falei errado. É porque no caso seria... (Voz ao fundo) Seria o
4351 encaminhamento para a questão ... é ... específica. ROBERTA: a proposta
4352 encaminhe para pedir plano de metas para o município? É isso? SHIRLEY: são
4353 duas. Seria tanto a solicitação do plano municipal e também solicitar ao conselho
4354 uma cópia do plano de metas que ele está propondo para acompanhar o plano.
4355 ROBERTA: deixa eu te falar. Do plano de metas do conselho minha sugestão é
4356 para ver na comissão de apoio ao conselho como isso é tratado aqui. Do plano
4357 municipal de assistência social a SEDESE deve ter cópia do plano municipal,
4358 porque quando ele aderiu ao SUAS ele apresentou o plano municipal. Eu
4359 particularmente acho que vocês vão receber um documento que não vai
4360 significar nada. (Vozes cruzadas). GEISIANE: é porque eu estou entendendo
4361 que a proposta da plenária foi de não fazermos esse acompanhamento, que
4362 talvez não teríamos pernas para isso. Aí, estou entendendo que o
4363 encaminhamento é acompanhar esse plano a partir da reunião do pacto.
4364 ROBERTA: esse plano basicamente é quase um plano morto, porque ele foi feito
4365 de quatro anos e então, ele está acabando, o que vai te levar uma leitura de um
4366 documento que está finalizando já que está no seu quadriênio. Temos agora do
4367 ponto de vista... ROBERTA: Podemos continuar? SHIRLEY: Não, a nossa
4368 dúvida esta em relação ao ponto, ao ponto oito que eles dizem que considera
4369 fundamental participação efetiva da promotoria nas reuniões efetuadas pelo do
4370 conselho. ROBERTA: A gente também pode sugerir para o conselho municipal
4371 de receber a MP lá que inclusive exemplificando que conselho estadual tem
4372 essa participação e que para nós é grandioso. SHIRLEY: Então junto com o
4373 essa solicitação do plano de metas fazer essa recomendação. ROBERTA: E

4374 para o MP também dizer que como já temos aqui, que gente entende de grande
4375 agrado dentro do SUAS que ele faça isso nos municípios, quiséramos nós se ele
4376 pudesse acompanhar todos os municípios, ok? Próximo? Gente eu pedi um
4377 esforço disso, que eu acho que é isso assim, pula a tratativa e se concentra na
4378 questão que aí a gente ganha inclusive mais tempo. SHIRLEY: Ponto Oito, a
4379 coordenadora da proteção social básica de Sarzedo que sou eu enviou e-mail
4380 solicitando orientações quanto ao critério de convênios que devem ser
4381 estabelecidos com as entidades de assistência social, os critérios de partilha de
4382 recursos para os serviços da proteção social básica e das entidades
4383 socioassistenciais. Então aqui está até bem fácil de resumir porque o que
4384 aconteceu foi o seguinte, lá no município de Sarzedo nós estamos no processo
4385 de adequação das entidades de acordo com a resolução 16 e a orientação
4386 conjunta do conselho nacional, e o próximo passo é estabelecer quais entidades
4387 que estão complementando a rede determinados convênios. Então nós
4388 esbarramos na dificuldade de definir como pagar essas entidades, baseado em
4389 que critério? Se desde as capacitações do ano passado ficou claro que ao
4390 contrário do que era feito até então que eram definidas subvenções de entidades
4391 não pode ser feita assim agora, tem que pago por serviços né? Mas nós não
4392 sabemos como definir o valor desses serviços ou como definir o valor desses
4393 convênios, então esses critérios ficaram no ar, é isso. ROBERTA: Shirley eu
4394 queria sugerir que no primeiro momento essa dúvida sua fosse encaminhada
4395 para SEDESE, porque é uma questão de gestão entendeu? E é uma experiência
4396 de políticas de conveniamento essas questões. Se ainda assim você não restar
4397 alguma dúvida ai sim, mas é uma dúvida eminentemente de gestão. Então a
4398 minha sugestão que seja encaminhada para SEDESE para SEDESE sentar com
4399 você tranquilamente te dar todas as orientações necessárias ok? Pode ser?
4400 Próximo? SHIRLEY: É o ponto? Esse aqui já não tem numero não? É o nove.
4401 ROBERTA: É o último? SHIRLEY: É o último. ROBERTA: Olha que gracinha
4402 elas até que foram rápidas. SHIRLEY: Então vamos lá, a Sra. Ana Cristina
4403 Mendes da prefeitura de São Thiago enviou ao Conselho Estadual um
4404 orientação técnica nº 9 de 2013 que trata de benefícios eventuais elaborado pela
4405 associação de mineira dos municípios da micro região dos campos das vertentes
4406 de São João Del Rei para análise. O documento chegou em 11 de fevereiro de
4407 2014. Em síntese ela está querendo confirmar o que são benefícios eventuais,
4408 porque ela propõe que nesse documento elaborado pela associação mineira,
4409 que um dos benefícios eventuais da assistência social seja uniformes escolares.
4410 Aí o que acontece, na discursão ficou claro que a orientação é verificar se há
4411 modelo de resolução que trate dos benefícios eventuais a ser encaminhada a
4412 solicitante, que me parece que tem uma resolução que fala a respeito além da
4413 LOAS e fazer esse encaminhamento explicando o que são os benefícios
4414 eventuais e que esse é ligado a educação, essa orientação. (Vozes ao fundo)
4415 VOLNEY: A plenária concorda com esse encaminhamento, ok? (Vozes ao
4416 fundo) SHIRLEY: Então nos encerramos as discursões. VOLNEY: Bom,
4417 comissão de política então? Então vamos lá. Gente como nós temos 11 pontos,
4418 eu quero ser bem objetivo tá? Então normas são 11 pontos, aliás, são 7 pontos
4419 tá? Mas são todos extensos então eu vou procurar ser bem objetivo tá? Porque
4420 apoio? Só dois pontos? Então vamos apoio primeiro então uai. (Vozes ao fundo)
4421 VOLNEY: Apoio é rápido? Então tá ok! (Vozes ao fundo) VOLNEY: Faça o favor
4422 Ronaldo. (Vozes ao fundo) RONALDO: Veja bem, são quatro pontos e na
4423 verdade eu percebo que o número dessas denúncias só nós traz enxergar ainda
4424 mais a necessidade do fortalecimento das URCMAS do nosso Estado. Nós
4425 temos alguns pontos aqui que foi passado até pela Paula que de 27 URCMAS 7
4426 estão em funcionamento, e 4 coordenadores saíram em 2014 e a gente não
4427 sabe como vai ficar. Nós depreciamos ontem e muito bem lembrado e foi trazido

4428 pedido da conselheira Anália o plano de acompanhamento da comissão de
4429 apoio que foi aprovado neste conselho em 2013. Então a gente pretende
4430 aprimorar e dar continuidade nesse plano de acompanhamento. Então dentro
4431 dos 4 pontos, 1 é denúncia tá? Denúncia anônima do município de Catas Altas e
4432 dentro das irregularidades ocorridas é que a secretaria de assistência social
4433 funciona dentro do CRAS utilizando o mesmo endereço, o não atendimento a
4434 equipe mínima de referência para o CRAS, não a coordenador, psicólogo e
4435 assistente social. Encaminhamento que já foi providenciado inclusive é de ofício
4436 ao conselho municipal para apuração dos fatos e retorno a este conselho
4437 estadual, e ofício a SEDESE solicitando informações referentes à situação do
4438 município ok? Esse é o primeiro ponto. O segundo, terceiro e o quarto eles são
4439 similares. O segundo ponto é com relação ao consórcio de desenvolvimento na
4440 região dos inconfidentes, ele solicita capacitação para os conselhos municipais
4441 de Ouro Preto, Mariana e Itabirito e óbvio que a gente não atenderia já por
4442 normativa deste conselho estadual de forma pontual. Então a nossa sugestão de
4443 encaminhamento é que seja feita uma capacitação na URCMAS de São João
4444 Del Rei que abrange esses municípios e os demais do campo das vertentes, tá?
4445 O terceiro ponto é solicitação do município de Governador Valadares, a Maria de
4446 Fatima se identifica aqui e solicita a esse conselho estadual a reativação da
4447 URCMAS de Valadares, e dentro da síntese aliais o encaminhamento da
4448 comissão é verificar também conselheiro, mas eu vou finalizar o quarto porque
4449 nos já temos aí eu e a conselheira Anália nos propusemos a fazer parte disso
4450 tá? Dessa capacitação. Então a outra reativação da URCMAS é solicitação do
4451 município de Poços de Caldas também solicitado pela diretora da SEDESE Sra.
4452 Eline solicitando a reativação também da URCMAS da região de Poços de
4453 Caldas, regional SEDESE aliais Poços de Caldas. Chegamos à conclusão que
4454 precisamos tirar um nome para essa capacitação de São João Del Rei, eu
4455 coloquei o meu nome a disposição de atender Poços de Caldas nessa
4456 reativação, a conselheira Anália aliais a conselheira Anália São João Del Rei
4457 não é isso? São João Del Rei, e tirar um nome aqui de um conselheiro que
4458 atenderia a reativação dando apoio à reativação de Governador Valadares. Aí é
4459 sugestão à plenária, caso a plenária aprove os nossos nomes e precisamos de
4460 outro nome para atender Governador Valadares. A conselheira Anália tem mais
4461 algo a complementar? ROBERTA: Pois é, só para eu poder entender. Então já
4462 tem um plano de metas para capacitação e reativação das URCMAS. Aí está
4463 começando agora com essas três regionais e pergunta que eu faço é essa, além
4464 da data a comissão de apoio já tem a pauta e as estratégias para fazer essa
4465 capacitação? Por exemplo, quem vai convidar, qual que é a pauta a ser tratada
4466 nisso aí, porque não basta marcar e ir para Valadares não basta marcar e ir para
4467 São João Del Rei, aí tem que ter essa pauta do que vai ser discutido e essa
4468 estratégia como é que vai fazer para levar esses conselheiros, se não vocês vão
4469 falar com quem lá nos municípios? RONALDO: Com certeza. O que a gente fez
4470 como encaminhamento inclusive já entrou em contato com esses municípios e já
4471 disponibilizando material para mobilização dos conselhos abrangidos por essas
4472 uniões de conselhos. ROBERTA: Eu sei Ronaldo. RONALDO: Além disso, nós
4473 temos um plano de acompanhamento. ROBERTA: Só na pratica que é assim,
4474 por exemplo, veja bem, se nos deliberarmos aqui que serão três capacitações
4475 para as três regionais, ok. Além disso, o que a gente precisa compreender
4476 porque, disponibilizar material, fazer contato por telefone, é estratégia. Então
4477 nos estamos entendendo que, por exemplo, delibera aqui que vai no dia 10 de
4478 abril sai os três, aí tem uma pauta que é comum dos três seja palestra, o que vai
4479 ser e que dinâmica vai ser feita porque não da para sair, claro que você tem que
4480 organizar pauta do dia para saber, porque se não nos vamos lá e não vamos
4481 conseguir fazer nada não. Claro porque se eu estou falando de reativar o que é

4482 a estratégia que nós vamos usar? Nós vamos contar com outros parceiros? Por
4483 exemplo, nós vamos contar com as câmaras municipais que nos ajude? Nós
4484 vamos mobilizar com o gestor? Nós precisamos ter isso organizado essa pauta
4485 para dizer a partir da aí inclusive replicar durante o ano, falar assim, nós
4486 estamos começando com três e aí vai porque o que a gente não pode é pontual.
4487 Nós estamos tratando de uma meta que está no plano de meta que é reativar as
4488 URCMAS, trabalhar com as URCMAS, então nós vamos partir para capacitação.
4489 Eu tenho a impressão que assim, a gente começa com essas três e o modelo é
4490 um só que nos vamos fazer entendeu? De tal feito é que a partir daí você tem
4491 até um cronograma anual para gente alcançar todas as URCMAS, aí sim a
4492 estratégia eu acho que compensa e vale, agora não dá para gente fazer pontual.
4493 RONALDO: Eu não sei, até gostaria de ouvir a Anália, mas nesse caso o
4494 encaminhamento eu entendo que poderia sim ser construído dentro da comissão
4495 propor para a nossa próxima plenária ordinária rediscutir até porque sendo único
4496 também presidente dois casos aqui são de reativação. Um caso ele é específico,
4497 ele pede uma capacitação específica né? Então a gente adotaria modelos
4498 diferenciados. ROBERTA: Eu acho que não é modelo diferenciado e vejo assim,
4499 a preocupação aqui do CEAS Ronaldo é o seguinte, é de ter uma fala única. Nós
4500 tivemos problema no ano passado muito com essa questão assim, de sair para
4501 representação e se você não tem uma coisa única porque vocês estão indo
4502 representar o colegiado, então o que é que o colegiado tem? Porque por
4503 exemplo, para vocês terem uma ideia até pauta e grade de capacitação eu como
4504 gestora sou obrigada a pactuar na CIB. Então eu entendo que a gente precisa
4505 ver essa grade aqui de capacitação, o que é que os conselheiros vão falar?
4506 Porque nós estamos escolhendo os conselheiros aqui sem saber inclusive do
4507 conteúdo. É fato que, por exemplo, os conselheiros que estão indo quer dizer,
4508 nos estamos olhando por questão de distancia mais eu estou dizendo assim a
4509 proposta que nos estamos saindo daqui para capacitar é de domínio dos
4510 conselheiros? Se for não tem problema dos conselheiros que estão indo, e as
4511 pautas eu entendo que não são diferentes porque da mesma forma que eu
4512 capacito eu monto toda uma estratégia para reativar, porque assim, eu fico
4513 imaginando é no dia, então você sai daqui para reativar URCMAS o que é a
4514 ação de reativar URCMAS? Eu saio daqui e vou para lá converso com quem?
4515 Eu faço o que? Eu faço uma reunião? Eu faço uma exposição da importância do
4516 conselho? Eu faço uma dinâmica para ouvir o que é? É isso que a gente precisa
4517 compreender. ANÁLIA: Anália COGEMAS e comissão de apoio. Nós
4518 entendemos o todo, mas queremos ir por parte. Na comissão ontem nós
4519 conversamos o seguinte, o início seria trazer para a plenária se ela aprovar que
4520 a gente recomeça o que está no plano de ação nós já temos um roteiro a seguir
4521 que foi construído em 28 de junho de 2013 em uma capacitação com as
4522 URCMAS né? Então aqui é construindo o plano de ação das URCMAS, dentro
4523 dele a gente fala sobre normativas do SUAS e as funções do conselho municipal
4524 de assistência social isso está tudo organizado. Na questão da mobilização nos
4525 pensamos em partir de onde veio o convite, primeiro que nós não oferecemos,
4526 chegaram três solicitações, essas solicitações através destas pessoas elas
4527 serão pivô na mobilização fora isso nós teremos outras estratégias, a MM, a
4528 Associação Regional dos municípios, os próprios gestores, o COGEMAS, então
4529 nos vamos definir o que vai ser feito a partir do momento que a plenária aprovar
4530 porque a gente precisa de no mínimo 40 dias para liberação de diária, se a
4531 plenária aprovar aí nos vamos tomar as providências, foi isso que a gente
4532 pensou. JÚLIO CÉSAR: Consolação. CONSOLAÇÃO: Inclusive Anália e
4533 Ronaldo a gente precisa na secretaria executiva né? É lógico que a Paula vai
4534 estar com isso anotado e a gente vai recuperar isso do ano passado que nem do
4535 planejamento desse ano a gente na hora que reuniu a comissão ela não

4536 incorporou isso no planejamento desse ano que foi tido no ano passado, então
4537 tem isso também. E aí a gente tem que elaborar todo o material e aí eu também
4538 não me sinto confortada porque eu acho que a gente for elaborar a gente tem
4539 que colocar aqui para todo mundo para saber essa é a fala do conselho? O
4540 conselho entende isso? Porque quando eu estou indo em uma capacitação se
4541 eu for falar que seja de controle, que seja de inscrição, que seja nessa primeira
4542 parte de reativação oque que é nos vimos aqui vários pontos e aí até colocações
4543 que se divergem em determinados momentos. Então se eu estou falando lá no
4544 município eu tenho que saber o conselho estadual entende é isso? Por exemplo,
4545 por controle é isso que ele está entendendo? É dessa forma que é? Como que
4546 ele vai fazer isso em cada peça? Então eu acho que a gente também tem que
4547 incluir nesse planejamento esse tempo até para que gente possa fechar todo
4548 esse conteúdo também, para que realmente tenha essa fala que seja única do
4549 conselho tá? Independente da experiência de cada um que eu sei que cada um
4550 tem, mas aí a gente tem que fechar como conselho estadual. ROBERTA: Veja
4551 bem! Deixa eu só completar aqui gente. Do ponto de vista de responder a
4552 demanda é isso que a gente precisa talvez da o salto aqui no CEAS, é o
4553 seguinte, nós não podemos trabalhar respondendo demanda, nos temos que
4554 inverter, por exemplo, nós já concesuamos e já deliberamos aqui o que é
4555 estratégia de URCMAS, pronto isso aí já é fato. Então assim, indiferente da
4556 apresentação dessas três demandas aí eu acho que precisa ficar claro aqui. Nós
4557 não temos que ter uma urgência de responder demanda, a gente precisa
4558 enquadrar e dizer assim qual que é a resposta que o conselho precisa dar
4559 dentro da política seja de capacitação, mobilização para funcionamento dos
4560 conselhos? A gente optou por URCMAS. O que eu volto a dizer, esse ano a
4561 proposta de trabalhar com as URCMAS é assim? Nós vamos lá “in loco”? Então
4562 nos vamos tirar tantos conselheiros aqui que vão “in loco”? Essa é uma pergunta
4563 que nós temos que responder. Segunda pergunta, do ponto de vista da
4564 capacitação é isso que a Consolação falou, precisamos ter um material único
4565 porque não dá para sair daqui e conversar para mobilizar não, temos que ter
4566 uma estratégia única e um material único para todo mundo sair daqui falando a
4567 mesma coisa correto? Do ponto de vista de quando ele pedi uma capacitação se
4568 isso está dentro da programação e estratégia nos vamos por exemplo, São João
4569 Del Rei pediu para gente falar sobre isso, ok, dentro do pacote nós vamos jogar
4570 mais peso nisso aqui que ele pediu mas o pacote tem que está pronto, e quando
4571 eu falo pacote ele vai de conteúdo a metodologia né? Que seja da dinâmica que
4572 vai ser dita, como é que a gente vai ouvir os conselheiros lá, como é que a gente
4573 vai fazer a estratégia porque, se for só para ir lá para reunir para passar alguma
4574 coisa eu tenho a impressão que a gente não vai ter um resultado bom de dizer
4575 que a partir dali a URCMAS vai continuar funcionando ou não, acredito eu que a
4576 gente vai ter que construir uma dinâmica até para ouvir um pouco as
4577 dificuldades, muito mais ouvir do que falar às vezes né? Porque às vezes a
4578 gente vai também com o pacote pronto e esquece de ouvir e a estratégia pode
4579 dar errado. JÚLIO CÉSAR: Eu me escrevi aqui e quando se tratando de
4580 URCMAS eu sei que alguém vai e crucificar aqui, mas tem hora que eu penso
4581 assim se essa estratégia realmente vai funcionar né? Já tem um pouquinho mais
4582 de dois anos que estou aqui e é a mesma conversa, nos vamos reativar né?
4583 Será que essa é uma estratégia que realmente vai ter resultado? Tendo em vista
4584 até os desafios que a gente tem próprios conselhos que a gente tá, quantas
4585 URCMAS tem hoje funcionando? Desde que eu cheguei tem esse desafio de
4586 pouquíssimas URCMAS e até hoje continua esse desafio. Será que é correta,
4587 será que essa estratégia que a gente está usando funciona mesmo? Porque se
4588 não a gente vai bater em coisa que às vezes não está tendo resultado mais né?
4589 ROBERTA: E essa pergunta ela é boa para gente responder assim é o modelo,

4590 é a metodologia que nós estamos usando, é a estratégia que estamos usando,
4591 agora se nós não conseguimos responder, isso nós vamos fazer a mesma coisa.
4592 Eu acho que o Júlio traz uma reflexão para gente importantíssima, quem está no
4593 conselho há mais tempo e pegar a degravação é a mesmíssima história,
4594 mesmíssima. Nós vamos marcar para ir nas URCMAS e aí a gente manda os
4595 conselheiros lá, vamos chamar as URCMAS aqui e aí a gente chama. Eu acho
4596 que é como ela está falando, isso é um caminho, agora precisamos saber
4597 quanto tempo nós estamos trilhando esse caminho e qual é o resultado que nós
4598 estamos tendo porque de repente a gente também discute e acha uma outra
4599 estratégia gente, entendeu? E também acha um outro caminho né? Agora é fato
4600 que a gente precisa fazer alguma coisa para poder mobilizar o funcionamento
4601 dos conselhos. Do ponto de vista da capacitação dos conselhos gente eu não
4602 me preocupo porque o plano estadual de capacitação do gestor estadual e do
4603 gestor federal contempla todos os assuntos que o conselheiro deve saber e
4604 quando a gente convida para capacitação, inclusive a SEDESE, grande parte é
4605 de conselheiro. Agora a gente faz algumas perguntas, porque não vão?
4606 Entendeu? O que que acontece? Eles não vão porque não ficam sabendo? Eles
4607 não vão porque não pagam para eles irem nas capacitações? O que que é que
4608 está acontecendo. O ano passado o MDS fez um volume de capacitação para
4609 conselheiros municipais de assistência social assustador, 2011 2012 foram anos
4610 em que o MDS investiu em capacitação de conselheiros. Claro que você tem
4611 mudanças de conselheiros, eu estou dizendo que no ponto de vista da
4612 capacitação não é um problema para gente, é um problema para gente mobilizar
4613 para o funcionamento de URCMAS, é igual fórum né? Fez a pergunta hoje de
4614 manhã quantos fóruns existem? Ninguém sabe, é igual cabeça de bacalhau
4615 sabe que existe, mas não vê, entendeu? Quando você vai lá saber, quando você
4616 vai em uma reunião tem duas três pessoas, agora mobilização é isso mesmo,
4617 precisamos ter preto no branco para gente não saber entendeu? JÚLIO CÉSAR:
4618 Ronaldo agora. ANÁLIA: Espera aí, eu quero fazer só um esclarecimento
4619 Ronaldo, olha aqui gente, da impressão assim que a gente está caminhando né?
4620 Aí de repente a gente tem que pegar outro caminho sendo que a gente tinha
4621 metas traçadas. Quando nós fizemos no ano passado o levantamento da
4622 situação das vinte sete URCMAS aí tem aqui atuantes, desativadas em fase de
4623 reestruturação veja só, em fase de reestruturação Governador Valadares, Patos de
4624 Minas, Poços de Caldas e São João Del Rei, quatro. Dessas quatros, três já
4625 estão solicitando isso aí desde o ano passado e a gente está devendo, então é
4626 assim, a gente não está atendendo uma demanda porque chegou demanda não,
4627 é porque é um planejamento entendeu? Então dá a impressão assim que de
4628 repente a gente tem que mudar o rumo, será que é isso mesmo? Eles vieram
4629 para capacitação, eles nos solicitaram e nos comprometemos nós temos
4630 material suficiente que assim, é da uma organizada no material não é
4631 Consolação? Tem material demais, tem material que a gente construiu para
4632 conferência falando sobre URCMAS, tem muito material que a gente pode em
4633 um tempo suficiente de até abril preparar sabe? Só queria colocar isso, da
4634 reestruturação das quatro tem três que está no caminho. RONALDO: Ronaldo
4635 CMAS Juiz de Fora veja bem, me chama atenção aqui à fala do Júlio sobre
4636 URCMAS, eu conduzi as URCMAS até eu adentrar, tomar assento nesse
4637 conselho estadual estive presidente e até ferindo inicialmente o regimento até
4638 porque ele não é institucionalizado, ele funciona como fórum e fiquei presidente
4639 durante cinco anos, ainda estou e preciso repassar a regional SEDESE a maior
4640 do Estado com 89 municípios e eu tenho em média a participação em Juiz de
4641 Fora na macrorregião em torno de 40 municípios. Pela situação geográfica da
4642 zona da mata ela é cumprida e da à diferença de ponta a ponta em torno de 350
4643 quilômetros, quem propunha uma pauta para a próxima reunião não participava,

4644 ele não saia de Matias Barbosa para ir para São Francisco do Glória, então eu
4645 subdividi em microrregiões, tiramos coordenações e essas coordenações
4646 funcionavam com a mesma fala presidente, era o mesmo material, o mesmo
4647 assunto de forma simultânea uma vez por mês em todos os municípios a maior
4648 micro Juiz de Fora com 33, mas eu tinha Viçosa, Ubá como cidades polos
4649 atingindo os 89 municípios. Tivemos a reunião para tirar delegados para a
4650 conferência estadual com participação inclusive quem esteve lá foi a Rosa e o
4651 ex-conselheiro Marcelo com 350 pessoas presentes. Então assim, houve
4652 mudanças e houve mobilizações sim, e me chama atenção quando a Anália traz,
4653 existe já um plano de acompanhamento aprovado por esse conselho em 2013 e
4654 a gente repensar agora se é essa linha se não é essa linha? E obviamente que a
4655 gente jamais iria propor aqui para esse colegiado sair daqui sem um material e
4656 sem a linguagem aprovada única por esse conselho né? A intenção é sim de
4657 fazer acontecer, eu por atuar tive oportunidade de contribuir com algumas
4658 URCMAS, inclusive a de Poços de Caldas, e é essa a intenção. Eu acho que foi
4659 muito bem colocado pela Anália quando ela trouxe o material e existe isso,
4660 existe o preto no branco, existe o material dentro do conselho para isso e eu
4661 entendo é que falta é a vontade de fazer acontecer porque dentro do calendário
4662 levantado ontem na comissão nos foi trazido pela técnica Paula que a previsão
4663 de trazer as URCMAS para cá são duas no ano, eu tenho esse calendário aqui,
4664 então será que é isso que é fortalecer o sistema único para esses municípios
4665 que estão pedindo socorro? ROBERTA: Não, inclusive a gente pode mudar essa
4666 previsão, a gente pode mudar conselheiro. RONALDO: A gente atacaria de
4667 forma macro então na verdade eu estou trabalhando com o que eu recebi ontem
4668 né? ROBERTA: Isso que eu estou falando. É deixar claro para os conselheiros o
4669 seguinte, tudo que a gente delibera aqui no decorrer do processo a gente
4670 entende que ele não é suficiente, por isso que existe o debate, isso não significa
4671 que a gente não possa mudar. Então essa informação da previsão de trazer dois
4672 isso foi um planejamento inclusive orçamentário, mas se for necessário à gente
4673 debate e muda isso não é engessado tá? Só para ficar tranquilo para não
4674 colocar que isso foi planejado assim e que isso não é uma forma de fortalecer, é
4675 só para gente ter um linguajar que é o seguinte, foi planejado e se essa plenária
4676 entender que é importante para a questão dos conselhos municipais aqui a
4677 gente vai debater exaustivamente até deliberar, sem nenhum problema.
4678 RONALDO: Eu entendo que é um caso sim urgente, eu acho necessário voltar
4679 então o debate com o máximo de urgência para que não fique sem ação porque
4680 isso a gente tentou priorizar inclusive não atendendo de forma pontual, mas
4681 dando início em um processo aprovado, um plano aprovado por esse conselho
4682 no ano passado. ROBERTA: Ok RONALDO: Foi deliberado e a gente por isso
4683 que trouxe para esse colegiado. ROBERTA: Só para gente sintetizar aqui, nos
4684 estamos entendendo que essa proposta das três capacitações, vamos chamar
4685 assim capacitação, reativação, o nome que se queira dar, mas de intervenção
4686 nas URCMAS ela faz parte de um pacote de intervenção maior que começou
4687 agora, isso é consenso? Isso posto o que pode ser encaminhado é que na
4688 próxima plenária você trariam a proposta pedagógica e metodológica inclusive
4689 com data dentro do planejamento para gente aprovar aqui sem nenhum
4690 problema ok? RONALDO: Ok, muito obrigado. (Vozes ao fundo) ROBERTA:
4691 Não, veja bem, quanto a isso não tem problema não. O que que a gente vai
4692 colocar no planejamento, que vai ter três saídas para os municípios, pode por
4693 nome de conselheiros se tiver mudança também você altera entendeu? Tem que
4694 estar no planejamento a ida da viagem, quanto ao nome do conselheiro você
4695 pode alterar sem nenhum problema no planejamento tá? Ok? Comissão de
4696 apoio acabou? SHIRLEY: Eu só gostaria de fazer uma pergunta, com relação ao
4697 ponto um de Catas Altas porque da forma como ele foi apresentado ficou

4698 parecendo muito com os pontos que nós apresentamos aqui pela comissão de
4699 política, aí seria confirmar se realmente o que foi deliberado para os pontos da
4700 comissão de política são idênticos a esses e também tirar a dúvida da razão dele
4701 estar na comissão de normas porque ficou um pouco duplo assim, eu não
4702 entendi bem. ROBERTA: Comissão de apoio. SHIRLEY: Comissão de apoio,
4703 desculpa. ROBERTA: Você colocou um ponto importante que eu acho que na
4704 mesa diretora a gente vai debruçar um pouco e olhar melhor isso, agora é fato
4705 que a comissão de política e a comissão de apoio de conselho muitas vezes têm
4706 que andar muito junto igual tem que andar às vezes com a comissão de normas
4707 entendeu? Nada impede dos dois inclusive fazer reunião juntas, por exemplo,
4708 quando as temáticas estão muito semelhantes, assim como vocês viram coisas
4709 de CRAS lá vocês poderiam ter sentado com a turma da comissão de política
4710 sem nenhum problema para fazer um encaminhamento só tá? Que às vezes a
4711 gente encaminha na mesa diretora e pode acontecer às vezes da gente
4712 encaminhar equivocado, é para um à gente manda para outro então o que não
4713 impede se sentir a necessidade de conversar junto sobre aquele assunto, não
4714 tem nenhum problema ok? Comissão de normas. VOLNEY: CMAS de
4715 Governador Valadares solicitando posicionamento do CEAS em relação a um
4716 cartório de registro de título e documentos e pessoas jurídicas do município que
4717 passou a cobrar taxa de registro de atas das entidades sem fins lucrativos, então
4718 nós pegamos a referência legal que é a Lei Estadual 19.414 de 30 de dezembro
4719 de 2010 que foi alterada pela Lei 15. 424 de 30 de dezembro 2004. (Vozes ao
4720 fundo) VOLNEY: Oi? Sim tá, então o tópico é esse, encaminhamento né? Então
4721 nós sugerimos indicar ao CMAS de Valadares que informe às entidades que a
4722 isenção é válida apenas para o ato constituído a entidade como também as atas
4723 de assembleias realizadas de eleição e de novos membros e de posse da sua
4724 diretoria, ainda a ata que registra o término da entidade que deve ser isentas no
4725 registro civil de pessoas jurídicas conforme consta na lei. A partir do exposto
4726 caso os cartórios estejam cobrando à taxa para registro dos casos especificados
4727 acima pode se considerar que a lei não está sendo cumprida pelo cartório
4728 municipal. ROBERTA: O encaminhamento é para onde? VOLNEY:
4729 Encaminhamento, sugerimos indicar ao CMAS de Valadares que informe às
4730 entidades que a isenção é válida apenas para o ato constitutivo para esses
4731 documentos, e caso confirmado que a cobrança está sendo indevida que a
4732 entidade busque o ministério público que é o órgão responsável pela defesa da
4733 ordem jurídica e dos interesses da sociedade pela fiel observância do
4734 cumprimento das leis para fazer cumprir o seu direito de isenção. ROBERTA: E
4735 a resposta para a entidade nós não vamos encaminhar nada? Que a entidade
4736 que fez a pergunta. ISABELA: Não, foi o conselho. VOLNEY: Foi o conselho
4737 municipal. ROBERTA: Foi o conselho? A tá. VOLNEY: Ok gente? DENISE: Foi o
4738 próprio conselho? VOLNEY: O próprio conselho. DENISE: E qual é o número da
4739 lei? VOLNEY: É a lei estadual 19.414. ROBERTA: Mas espera aí gente, a lei
4740 estadual regula inscrição em cartório? Deixa eu entender isso. VOLNEY: Ela não
4741 regula inscrição, ela regula a isenção de cobrança de emolumentos. DENISE:
4742 Mas em cartório? ROBERTA: Em cartório? Isso que eu estou com dúvida.
4743 VOLNEY: É em cartório sim. DENISE: Mais é a lei estadual ou federal?
4744 VOLNEY: Lei estadual. (Vozes ao fundo) VOLNEY: Isenta entidades sim de
4745 emolumentos, registro também para entidades sem fins. (Vozes ao fundo)
4746 VOLNEY: Alguém quer anotar a lei? É a 19.414 e ela foi alterada pela 15.424.
4747 ISABELA: Não, ela altera. VOLNEY: Aliás, que altera a 15.424 de 2004.
4748 ROBERTA: Ok. VOLNEY: Ok gente? Ponto dois, correspondência eletrônica
4749 solicitando posicionamento do CEAS sobre processos seletivos para assistentes
4750 sociais em um município. Então nós colocamos que teve a tratativa técnica do
4751 artigo... ROBERTA: Vai lá para os encaminhamentos. VOLNEY: Pode ir para os

4752 encaminhamentos? (Vozes ao fundo) ROBERTA: Mas ele falou gente, foi
4753 encaminhado aqui. ISABELA: É só para entender qual que é o assunto.
4754 ROBERTA: Ele falou que é processo seletivo. O assunto é certamente não está
4755 fazendo processo seletivo no município não é isso? VOLNEY: Protocolado no
4756 CEAS correspondência eletrônica sem indicativos do município e cujo a autora
4757 solicitou sigilo do seu nome informando que na sua cidade desde 2009 a
4758 contratos de assistentes sociais sem concurso, ainda que no dia que
4759 encaminhou correspondência houve um processo seletivo para 5 vagas para
4760 carga horária de 40 horas e que no local da prova havia funcionários da
4761 secretaria que ficaram trabalhando no mesmo local, ainda que as assistentes
4762 sociais do processo seletivo de 2009 trabalham 30 horas e as novas contratadas
4763 trabalharão 10 horas a mais, a denunciante solicita posicionamento sobre essa
4764 questão. Encaminhamento, nós sugerimos então um contato com a denunciante
4765 via e-mail para orienta-la e verificar se a prerrogativa da legislação do seu
4766 município, ainda encaminhar o assunto para apuração no CRESS com relação à
4767 jornada de 40 horas do assistente social, uma vez que já é garantido em lei 30
4768 horas. ISABELA: Só para dar um resumam, é que ela coloca duas questões,
4769 primeira é a situação das assistentes sociais contratadas sem ser por concurso
4770 público, mas por meio de processo seletivo simplificado. Para essa questão a
4771 gente orienta explicando que pela NOB/RH realmente tem que ser concurso
4772 público, mas que também há uma prerrogativa legal que permite a contratação
4773 por processo seletivo simplificado para políticas consideradas essenciais a gente
4774 está orientando que verifique no município dela se a legislação municipal
4775 permite a contratação por processo seletivo para política de assistência social,
4776 seria essa primeira questão se o município permitir entendendo que essa
4777 questão do concurso público ela está nesse quadro maior, estruturante do SUAS
4778 e que a gente já discutiu. Em relação à outra questão é que ela está trazendo
4779 que existem assistentes sociais trabalhando 30 horas e que tiveram algumas
4780 que foram contratadas agora para trabalhar 40 horas, em relação à questão da
4781 jornada orientar para ela procurar o CRESS para que o CRESS possa intervir
4782 junto ao município e tentar solucionar essa questão. VOLNEY: Ok gente?
4783 ROBERTA: Não, só uma questão. Se eu não entendi bem também ela levantou
4784 alguma questão em relação ao processo seletivo em si. ISABELA: A questão se
4785 o processo seletivo foi feito lisura ou se não foi feito. ROBERTA: Aí eu acho que
4786 também tem que sugerir a ela ler o edital e que dentro do edital ela pode
4787 inclusive impugnar ué. ISABELA: Joia. ROBERTA: O edital já traz todas as
4788 regras. ISABELA: Você acrescenta, por favor, Rosa? ROBERTA: Se ela
4789 entender que tem alguma coisa dentro do edital que foi descumprido ou que
4790 deveria estar no edital e foi cumprido ela pode tranquilamente acionar o
4791 ministério público e suspender o processo seletivo. ISABELA: Tá certo.
4792 VOLNEY: Ok? Ponto três, O empreendedor Guanhães Energia S/A solicita via
4793 ofício anuência para aquisição de área para realocação do beneficiário Sr.
4794 Novarino Dias dos Santos atingido pelo empreendimento PCH Senhora do Porto
4795 na cidade de Dores de Guanhães Minas Gerais. Encaminhamento. ISABELA: Lê
4796 só os dois primeiros parágrafos Volney. VOLNEY: Dá tratativa técnica?
4797 ISABELA: É que aí resumi qual que é a história. VOLNEY: A Guanhães Energia
4798 S/A solicita do CEAS autorização para aquisição de área para realocar o
4799 morador de cessão e meeiro, Sr. Novarino Dias dos Santos de uma propriedade
4800 atingida pela construção da PCH Senhora do Porto situada no município de
4801 Dores de Guanhães. A área em questão possui 1,21hectáres. Explica que área
4802 pretendida pelo beneficiário é localizada perto da zona urbana, em área
4803 privilegiada e valorizada. Atendida por transporte municipal, três linhas de
4804 transporte intermunicipal com destinos diários para as cidades de Belo
4805 Horizonte, Ipatinga e Guanhães, rede elétrica e água. No entanto, possui área

4806 inferior a três hectares, que corresponde a um módulo rural mínimo para o
4807 desmembramento. Encaminhamento é pela a não validação do CEAS o pedido
4808 do empreendedor, pois não está na legalidade e não resguarda os direitos do
4809 atingido. Sugere-se ainda a realização de uma visita na primeira quinzena de
4810 abril de 2014 ao atingido pela conselheira Adriana e a técnica Rosalice para
4811 saber o seu nível de conhecimento sobre as questões que envolvem o registro
4812 do imóvel, levantando maiores informações sobre a área de posse do Sr.
4813 Novarino e os motivos que o levaram a parar de plantar desde 2013. Durante a
4814 visita convidar o técnico da EMATER, conselheiros municipais e técnicos do
4815 CRAS, que realizam o acompanhamento da família. Ainda, encaminhar ofício ao
4816 empreendedor solicitando que identifique outras áreas passíveis de aquisição
4817 que atendam a legalidade e os interesses do atingido. Nesse ponto aqui eu
4818 queria ceder pelo menos 3 minutos para a técnica Rosalice explicar rapidamente
4819 a situação desse atingido. Por favor, Rosa. ROBERTA: Eu só queria fazer um
4820 adendo aqui, na questão de encaminhamento tá Rosa? Que é o seguinte, se a
4821 gente está colocando tantas perspectivas de diligência, porque que a gente está
4822 desaprovando está questão? Só com que agente está vendo. Ele fez uma
4823 solicitação, nos estamos dizendo não, né? Aí em contrapartida, pelo menos é o
4824 que está entendido ali, vocês estão pedindo visita. (vozes simultâneas)
4825 ISABELA: Não, mas a ideia não é de formalizar. ROBERTA: Eu estou falando o
4826 que está escrito ali. ADRIANA: Mas você tem que entender é isso. O que
4827 acontece é uma coisa. Não existe dúvida do que está pedido é ilegal. ISABELA:
4828 Deu para entender o que ele está pedindo? ROBERTA: Ilegal? ADRIANA: Ele
4829 está pedindo o que é ilegal. Ele está querendo... A indicação de território, a
4830 indicação de um local de moradia que o Sr. Novarino faz, para aquisição, ela
4831 não tem uma área, caracterizada no INCRA como passiva de você ter posse.
4832 Porque é inferior a um módulo de terra da região. Então o Sr. Novarino quer que
4833 o empreendedor adquira uma terra que tem menos área, do que um mínimo de
4834 área que o INCRA ali permite registro. E aí, o que o empreendedor pede para a
4835 gente, perguntando sim ou não? É o seguinte: vocês me dão autorização para
4836 comprar está área, que eu não posso legitimar para o Sr. Novarino, para eu
4837 deixar ele na área que ele quer? Então assim, quanto a isso eu não tenho
4838 dúvida, é não. O que a gente solicita, entendeu? Então a resposta é não e
4839 pronto! Quanto a essa pergunta. ROBERTA: Não, espera aí Adriana, eu
4840 continuo com dúvida. ADRIANA: Agora, quanto à ida ao município; é porque
4841 existem outros documentos, que agora nesse resumão não consta, que dizem,
4842 por exemplo, que o cidadão não esta plantando, não esta fazendo, não esta
4843 acontecendo; que não existem indicativos de outras áreas de posse. Então é
4844 assim, essas coisas causam estranhamento e é só, a gente acredita que é só
4845 com a ida ao local que a gente pode dizer. Além de pedir ofício ao
4846 empreendedor, porque a gente entende o seguinte, em uma situação dessas
4847 cabe ao empreendedor à indicação desses locais. ROBERTA: Continuo ainda
4848 com a dúvida. Por que é assim... Qual que é o meu medo quando a gente já
4849 taxa a coisa assim, porque vocês estão se despondo a ir lá. Ao despor ir lá, o
4850 que é a minha colocação, não vamos responder: não, antes de absorver uma
4851 série de informações que, a princípio a gente leu com a questão documental, e
4852 com toda a legislação que está posta. Mas, nós podemos deparar com
4853 situações... com situações, por ponto de vista do usuário; que possa requerer
4854 outro arranjo; que a gente negocia naquele momento. Agora, acho que, se a
4855 gente fala um não de cara... Porque se a gente está preparando para fazer essa
4856 diligência, é desnecessário responder não de cara! É importante dizer assim: Vai
4857 lá, tenta todos os arranjos, tenta todas as questões que forem melhores e, ao
4858 retornar, responde ofício: Quanto á sua pergunta, é não! Para essas coisas nós
4859 vamos mandar. (Vozes Simultâneas) ISABELA: Isso Roberta. ROBERTA: Gente,

4860 só um minutinho. ISABELA: Pode terminar. ROBERTA: Mas, como estivemos lá
4861 foi negociado isso, a gente fecha. Porque tudo que a gente tem vivido de conflito
4862 com estas questões de empreendimento gente, é muito encima de daquilo que a
4863 gente não viu. Nós vivemos a situação de Candonga aqui, e muita situação de
4864 que a gente não viu, em situação de correspondência de lá e correspondência
4865 de que cá. Eu estou achando muito interessante quando vocês estão colocando:
4866 a gente vai lá. A princípio, do ponto de vista legal, está parecendo obvio que não
4867 pode responder. ISABELA: Eu só quero explicar o que a gente discutiu.
4868 ROBERTA: Agora, se vocês vão lá, para que a gente vai mandar resposta
4869 agora? ISABELA: Então, vou explicar o por que a gente pensou dessa forma. O
4870 que acontece, a gente tá entendendo que a situação do Sr. Novarino pelos
4871 relatos, pelos documentos anexos, tem essa situação de que ele não está
4872 podendo plantar, ele está muito angustiado e tem uma questão já existente,
4873 urgente, que é de um direito dele que está sendo violado, né? E aí essa é a
4874 preocupação. Qual que foi a discussão que a gente fez: a questão do CEAS
4875 concordar com o empreendedor passar para ele uma terra que não tem como
4876 registrar no nome do Sr Novarino, a gente não pode a princípio concordar com
4877 isso. A nossa intenção é, realmente ir lá para investigar, buscar maiores
4878 informações e ver quais as possibilidades. Porém a intenção seria de mandar
4879 ofício dizendo olha, a princípio a gente não concorda com isso e a gente quer
4880 que vocês identifiquem outras áreas que resguardem o direito de três hectares.
4881 E aí a gente vai fazer a visita, e lá na visita a gente vai colher informações que a
4882 gente precisa saber, por exemplo, qual que é realmente o tamanho da posse, da
4883 terra, que o Sr. Novarino morava e juntar uma série de questões para ter mais
4884 informações no momento que a gente fizer a visita conseguir partir para a
4885 negociação. ADRIANA: Posso complementar? (Vozes ao fundo) ADRIANA:
4886 Posso complementar? ISABELA: É porque a gente discutiu de mandar antes
4887 mesmo o ofício para que quando a gente fosse fazer a visita ele já ter levantado
4888 outros terrenos possíveis. ADRIANA: Não, mas a questão é essa, isso que eu
4889 estou te falando. Se a gente não envia o ofício antes a gente não provoca o
4890 empreendedor pra um trabalho. Porque uma coisa que eu coloquei para a Rosa
4891 quando ela estava falando, nós vamos mapear nos vamos fazer essa visita para
4892 março ou abril eu falei: dá tempo! Porque precisa ter um tempo. Quer dizer, a
4893 gente está com a intenção de que a visita seja na intenção de resolver e
4894 argumentar, mais a gente precisa dar um tempo para o empreendedor, para que
4895 ele faça esse mapeamento, para que ele se mobilize na região. Porque se não a
4896 gente vai lá para uma conversa para dizer essas coisas, para depois ver se foi
4897 feito ou não, se fugiu alguma coisa ou não. Porque são informações que ele tem
4898 que preparar, tem que organizar previamente. Eu acho que não há a
4899 necessidade de enfatizar o não, a forma de apresentar! Mas eu acho que tem
4900 que deixar claro, antes da nossa visita, para que ele possa se organizar.
4901 ROBERTA: E aí que são os mecanismos, e as estratégias que nós vamos
4902 amadurecendo nesse processo e que a gente vai ver. Por quê? O que é que a
4903 gente vai entrar? A gente vai entrar em um processo de negociação, de parte
4904 que nós conhecemos documental. O que está lá de relações de conflito nós não
4905 conhecemos. Então, por exemplo, uma outra sugestão: porque nos não
4906 chamamos o empreendedor aqui? Notifica ele e chama ele aqui! Para uma
4907 conversa de dizer assim: recebemos esse ofício agora nós estamos entendendo
4908 que dessa forma é impossível, e nós vamos marcar uma viagem até lá e para
4909 isso estamos te dando indicativos de que você vai fazer isso e isso, sem
4910 oficializar. Para que a gente entrar no processo. Porque nós vamos entrar em
4911 um processo de conversação. ISABELA: Ahhh tá! A gente pode fazer isso, por
4912 meio de uma reunião! A intenção é que o empreendedor tome conhecimento
4913 disso antes. ROBERTA: Exatamente! Nós estamos com a pureza do lado de cá,

4914 de achar que ele manda para cá pedindo que ele só quer saber a resposta, se
4915 ela é positiva se ela é negativa. Agora, o que que ele vai usar para isso? A gente
4916 não sabe, gente. ISABELA: É, mas foi isso que a gente discutiu da necessidade
4917 de fazer visita. ROBERTA: Então, por isso que estou dizendo, de não mandar, a
4918 princípio Isabela. A princípio Isabela, não mandar essa resposta; e notificá-lo de
4919 vir ao conselho. Dizer assim: o que você está pedindo inclusive é ilegal. Nós
4920 precisamos escutar isso de você? Aonde você quer chegar rapazinho? Isso nós
4921 podemos dizer! Em uma conversa com ele nós podemos fazer até mais pressão
4922 do que um simples ofício nosso. Entendeu? ISABELA: Pode ser. ROBERTA:
4923 Porque o que a gente tem que tomar cuidado é porque o empreendedor do lado
4924 de lá gente, ele é “macaco velho”. O cara do lado de lá quando ele usa a
4925 estratégia de pedir uma coisa aqui ele já tem uma resposta do lado de lá, lá na
4926 frente. ISABELA: Não Roberta, eu sei. A gente só tá explicando o raciocínio e a
4927 ideia de trazer para a plenária justamente para aperfeiçoar a proposta. A ideia
4928 justamente é essa de trazer para a discussão aqui. Então se vocês entendem
4929 que a melhor forma é essa conversa primeiro, tanto melhor! O que a gente está
4930 querendo dizer, é que precisa reunir maiores informações, que a gente discutiu
4931 sobre o medo de enviar um ofício dizendo que não eles vão pegar esse ofício do
4932 CEAS e mostrar para o Sr. Novarino falando que a gente não vai te dá terra
4933 porque o CEAS não deixou, E não é isso que a gente quer que aconteça.
4934 ROBERTA: Isabela, essa discussão toda aqui está todo mundo consensuando,
4935 o que a gente está melhorando é a estratégia entendeu? É só pela experiência
4936 que a gente vivenciou de negociação com o empreendedor, então a gente
4937 percebe claramente que de um ingênuo eles não tem nada. Porque, o cara que
4938 pede para oficializar uma coisa que é ilegal, você acha que tem alguma
4939 ingenuidade nisso aí? É obvio, é obvio! Agora, exato! Isto posto é preciso olhar
4940 para ele de olho para olho e dizer assim: meu amigo, você esta pedindo uma
4941 coisa que é ilegal, posso saber qual é a sua intenção? Aonde você quer chegar
4942 meu querido? Aí nós precisamos colocar para ele que nos não nascemos a onde
4943 ele achou que a gente nasceu. ADRIANA: Agora, Roberta, nesse
4944 encaminhamento, concordo. Quer dizer, a resposta é oficializada agora como
4945 negativa, na forma presencial. Agora, tem outra questão que surgiu na dúvida...
4946 e eu não sei se a gente tem um jurídico que devia participar ou não, que acho
4947 que vocês vão concordar que foi outra coisa que a gente colocou que foi o
4948 seguinte: Sr. Novarino ele é indicado, até onde a gente viu, em todos os
4949 documentos como cidadão que há 70 anos tem cessão e uso de posse na área
4950 que foi indicada como diretamente atingida de propriedade do outro. Tratar essa
4951 negociação dele toda, mas assim, em momento nenhum você vira e fala a área
4952 dele é de tanto pautado em que? Então, eu não sei se haveria a necessidade de
4953 um esclarecimento maior a esse respeito também né? Que é aquela história
4954 assim, ele é diretamente atingido, a casa dele vai ser atingida então vamos dá a
4955 ele uma que ele escolher, mas assim, como ele não tem documentação de
4956 posse dizendo de uma quantitativa de área. Não, existe essa referência para a
4957 gente fazer essa negociação também. Mas enfim. A princípio eu acho que o
4958 encaminhamento é esse e aí, na notificação a gente tem que lembrar isso.
4959 ROBERTA: Outra coisa Adriana, nós não temos como propor aqui consultorias
4960 jurídicas para essas especificidades. Porque assim, o que nós temos que ver, no
4961 ponto de vista do plano de PCH se ele foi colocado na condição de atingido nós
4962 temos que tratar ele na condição de atingido. A questão da terra, se ele é dono,
4963 se ele pode ou pode não ser? Não a de ser o CEAS que vai da esta solução
4964 porque nos não temos. Se não, nós vamos ter que ter especialistas em todas as
4965 áreas para dar essa solução. A minha indicação é, para isto que existe
4966 promotoria, que inclusive a promotoria gratuita é para esses casos também.
4967 VOLNEY: Defensoria. ROBERTA: Defensoria desculpe, defensoria para isso.

4968 Então é assim, o que a gente tem que se ater aqui é o plano que entrou aqui,
4969 que está tratando ele como atingido e o que ele está propondo fora disso, agora
4970 se ele tem direito a terra ou não, essa questão lá de usucapião. ADRIANA: Não,
4971 só da quantidade só. ROBERTA: Pois é, mesmo a quantidade, é aquilo que foi
4972 colocado no PAS gente tá? É aquilo que foi colocado no PAS, porque se não
4973 daqui para frente nós vamos ter que ter um especialista para nos dizer inclusive
4974 esta questão. Isso aí é o que foi colocado no PAS, na época do PAS se foi
4975 aprovado o empreendedor está cumprindo é isso. Eu sinto muito em dizer.
4976 ADRIANA: É isso mesmo, concordo. ROBERTA: Ok? (Vozes ao fundo)
4977 ROBERTA: Agora, gente, vamos lá, então o encaminhamento é para a gente
4978 notificar o empreendedor para uma conversa. Aí pode ser com a equipe de
4979 comissão de normas mesmo. Pode ser até no dia da reunião da comissão,
4980 notifica ele com a presença e no dia conversa e tira todas as dúvidas com ele
4981 entendeu? E organiza para ir lá para fechar essa questão ok? VOLNEY: Ponto
4982 quatro, planejamento da comissão de normas para 2014. Encaminhamento,
4983 agendar uma reunião extraordinária da comissão de normas no dia 12/03 às 14
4984 horas para revisão do cronograma do planejamento das ações da comissão e
4985 elaborar uma capacitação para os conselheiros sobre relatoria dos processos de
4986 PAS Barragem. Realizar capacitação para todos os conselheiros sobre o
4987 processo de PAS Barragem no dia 19/03 às 13 horas, vai ser no dia das
4988 comissões. ISABELA: Só explicar uma questão, é porque foi trazida uma
4989 discussão inclusive pela secretaria executiva, acho que para a mesa diretora
4990 passou também da necessidade de urgência da gente fazer uma capacitação
4991 para todos os conselheiros sobre PAS Barragem né? E aí a intenção seria a
4992 gente fazer essa capacitação no dia 19 que é um dia antes da reunião de
4993 comissões pelo tempo mesmo que daria, a gente pensou no período de uma
4994 tarde para poder esclarecer e orientar melhor os conselheiros. Aí essa reunião
4995 extraordinária que a gente está convocando é para a gente ter o tempo para
4996 preparar e organizar essa capacitação. Até colocar para a plenária para ver se
4997 todo mundo concorda e se propõem a vir né? Se comprometem a vir.
4998 ROBERTA: Gente olha o que nós estamos deliberando aqui. Gente por favor, só
4999 um minutinho. O que a comissão de normas está propondo. A comissão vai se
5000 reunir, está propondo se reunir extraordinariamente para preparar uma
5001 capacitação no quesito barragens para todos os conselheiros, e é bom que
5002 inclusive tem conselheiros novos entrando. A proposta é um dia de capacitação,
5003 uma tarde de capacitação, eu estou falando um dia porque o conselheiro de fora
5004 ele acaba tendo um dia né? Então o que a gente está propondo é que na
5005 próxima plenária seriam três dias que estariam aqui à disposição do conselho. É
5006 meio dia para capacitação de usina, outro dia para reunião quem está na mesa
5007 diretora de manhã e comissão à tarde e outro dia plenária, são três dias isso no
5008 mês de março. ISABELA: Isso! A gente entende que é um período grande mais
5009 só porque foi pensado até a possibilidade de juntar nos dias das comissões, só
5010 que a gente acha que vai comprometer a pauta das comissões porque se a
5011 gente fizer uma capacitação muito curta não vai da para trazer todos os pontos
5012 que são importantes. ROBERTA: Pois é! Agora o que eu sinto, a gente precisa
5013 parar porque muita coisa que a gente delonga aqui no meu entendimento
5014 inclusive é pela falta da capacitação. Ou a gente para e privilegia o dia da
5015 comissão com a capacitação ou então a gente vai ficar nessa assim, de achar
5016 que parar para capacitação é um desgaste. A minha sugestão que é no dia da
5017 comissão, embora a gente para porque nos também não temos a essas alturas
5018 do campeonato o mundo não vai parar com algo que foi encaminhado para as
5019 comissões de hoje para março, e aquilo que for urgente é claro que a mesa
5020 diretora vai da à sequência, o conselho não vai parar. Então a minha sugestão
5021 até por causa de agenda dos conselheiros que é complicado é que a gente

5022 mantenha o nosso cronograma e nessa parte da tarde da comissão a gente
5023 trabalhe essa capacitação, sem nenhum prejuízo para o andamento do conselho
5024 porque é isso que eu estou dizendo, as questões que são urgentes que devem
5025 ter fluxo na mesa diretora a gente da vazão a ela, as demais a gente privilegia
5026 isso. VOLNEY: ADRIANA! ISABELA! Nós precisamos de rever a data do dia 12
5027 porque nos vamos para Brasília dia 12. ISABELA: Mas a gente vai dia 12 à noite
5028 né? Assim, é porque a reunião lá é dia 13. VOLNEY: É né? Então tá! ISABELA:
5029 É então a gente vai viajar no dia 12 à noite aí não vejo problema não.
5030 ROBERTA: Inclusive se você for trabalhar na reunião você tem que vim para cá,
5031 daqui você já vai para Brasília. VOLNEY: Pois é, ok. Ponto cinco. ROBERTA:
5032 Fechado gente? VOLNEY: Fechado? ROBERTA: Não entendi! (Vozes ao fundo)
5033 ADRIANA: Não, espera aí gente! Retomando Volney. Eu acho que teve um ruído
5034 aí que eu perdi. Na nossa discussão, Rosa ajuda aí, eu também fiquei intrigada
5035 porque eu estava achando que o dia 20 essa data era já para realizar a
5036 capacitação, mas depois a gente não tinha combinado que era para fazer o
5037 planejamento da capacitação? GEISIANE: O planejamento já passou. ADRIANA:
5038 A já passou? É porque eu sai, fui no banheiro, desculpa então! Desculpa, comi
5039 mosca! Desconsidera. ROBERTA: Vou falar de novo, a comissão de normas vai
5040 reunir dia 12 para fazer o planejamento da capacitação para os conselheiros,
5041 Essa é a proposta que a gente está consensuando votando aqui, cuja
5042 capacitação será no dia 20 ok conselheiros? VOLNEY: Ponto cinco, ofício do
5043 gabinete da SEMAD 1345 datado de 17 de dezembro de 2013 encaminhando ao
5044 CEAS pelo secretário de estado de meio ambiente e desenvolvimento
5045 sustentável Sr. Adriano Magalhães Chaves. Tratativa né? Bom eles estão
5046 respondendo ofício do CEAS de 15 de maio de 2012, a resposta se deu agora
5047 tá? Nós tínhamos solicitado o agendamento de uma reunião com os membros
5048 da diretoria do COPAM para tratar dos processos de licenciamento de
5049 empreendimentos destinado ao aproveitamento econômico de recursos hídricos
5050 em Minas Gerais. O referido secretário informa que já tem realizado tratativa
5051 junto a SEDESE visando alinhamento de assuntos que tangenciam as duas
5052 subsecretarias e que são imprescindíveis para regularização ambiental do
5053 empreendimento de geração de energia elétrica, ainda se coloca a disposição
5054 para agendamento da reunião que foi solicitada em 2012. Então nós sugerimos
5055 e encaminhamos a mesa diretora para indicar uma data para realização da
5056 reunião da COPAM e a SEMAD. ISABELA: Considerando que sempre houve o
5057 interesse do CEAS de sentar com o COPAM para alinhar essas questões
5058 referentes às barragens. ROBERTA: Eu acho que a gente continua achando que
5059 a gente está usando as estratégias erradas né? Às vezes dependendo da
5060 articulação não se faz por ofício. Nós mandamos um ofício falando que é aquilo
5061 que você falou, o cara deu tanta importância que um ano depois ele está
5062 respondendo então eu acho assim, se ainda permanece essa necessidade
5063 penso eu que o presidente do CEAS com o presidente do COPAM às vezes
5064 articulando uma agenda é muito mais fácil do que às vezes a gente está
5065 deliberando por ofício e aí a gente manda um ofício eles vão abrir a agenda do
5066 jeito que a gente manda. ISABELA: Pois é! Mas a minha sugestão era
5067 encaminhar para a mesa diretora mesmo, para a mesa diretora definir.
5068 ADRIANA: Só esclarecendo um seguinte, reforçando esse fato que a Roberta
5069 falou, nosso entendimento na deliberação é de que se mantém essa
5070 necessidade sim, e que seria interessante mesmo o cara tenha respondido dois
5071 anos depois seria interessante aproveitar a abertura né? Aí que a minha ação
5072 era o encaminhamento na mesa diretora. ROBERTA: Eu volto a insistir o
5073 seguinte, para que possamos fazer uma articulação aí eu acho bom a gente
5074 elencar qual é o objetivo dessa reunião e elencar pauta entendeu? Porque se a
5075 gente não tiver isso também nos vamos fazer uma articulação e vai chegar o

5076 CEAS lá para? E a pergunta é essa, já tem essa pauta? ISABELA: A Rosa está
5077 montando, a gente conversou sobre isso na comissão e a Rosa está definindo
5078 os pontos da pauta. ROBERTA: Então, a minha sugestão é que a mesa não dê
5079 um passo antes de ver essa pauta. Porque se a gente não sentir sustância na
5080 pauta gente, eu não consigo articular. Que é a mesma coisa se manda abrir
5081 agenda para o CEAS e você vê que, gente me ajuda aí, eu não consigo né?
5082 Então é assim, é ver a sustância da pauta que a gente interessa discutir com o
5083 COPAM e aí sim, a gente faz uma boa pauta tenta fazer uma articulação lá
5084 porque com a SUPRAM que são das regionais a gente não tem dificuldade, pelo
5085 contrário, são parceiros, agora para sentar no COPAM a gente precisa está
5086 muito seguro do que nos estamos indo porque lá é casa dos outros né? Então a
5087 gente precisa ter clareza do que nós queremos, nós não podemos achar, nós
5088 não podemos pensar entendeu? Então tem que ter a pauta do que nós
5089 queremos aí, por favor, traga essa pauta para cá, por favor. JÚLIO CÉSAR:
5090 Ronaldo. RONALDO: Ronaldo CMAS de Juiz de Fora. Me chama atenção e
5091 causa estranheza presidente, eu acho que é necessário sim a gente está
5092 trabalhando em um meio de necessidade de articulação né? Política e de
5093 articulação sim, mas eu acho que houve aí uma falta de respeito institucional
5094 independente de hierarquia mas na parte institucional, qualquer órgão que seja
5095 ele não acatar em ofício uma solicitação de um órgão como esse conselho
5096 estadual, qual quer que seja ele. ROBERTA: Lembrando que ele não disse não.
5097 RONALDO: Mais é uma solicitação de 2012, a meu ver é uma grande falta de
5098 respeito e é muita coragem em responder depois de tanto tempo, é melhor que
5099 não estivesse respondido. Mas assim a necessidade de articular a presidente
5100 desse colegiado com outro para poder sentar eu entendo que a inversão de
5101 papéis sim e é uma falta de respeito com esse órgão conselho estadual de
5102 assistência social. ROBERTA: Eu acredito o seguinte, até não coloco e não me
5103 sinto desrespeitada absolutamente. Eu queria colocar o seguinte, eu queria
5104 pergunta, por exemplo, para esse colegiado depois do ofício quantas que foram
5105 as pautas que voltaram da importância dessa agenda? ADRIANA: Posso falar?
5106 ROBERTA: Pode. ADRIANA: Na discussão ontem que foi repassado para a
5107 Rosa foi justamente o que tínhamos na memória, mas precisa resgatar, elencar,
5108 que dentro da comissão de normas por algumas vezes na minha memória desde
5109 que sou conselheira e eu sou conselheira há pouco tempo a gente tratou de
5110 situações que se relacionavam a isso. ROBERTA: Não, eu não estou dizendo de
5111 questões, veja bem a minha pergunta, é para trazer para pauta desse colegiado
5112 veja bem a importância, porque se caso, vamos inverter a pergunta, caso ele
5113 não respondesse nós aqui nos lembramos dessa pauta? Caso ele não
5114 respondesse. ADRIANA: Isso que eu estou te dizendo. Eu estou dizendo o que
5115 aconteceu na discussão da comissão de normas questões similares e que a
5116 Rosa reportou a isso, já foi a não sei quanto tempo até no sentido de
5117 encaminhamento não vai ser esse porque nós já fizemos isso, nós já tentamos e
5118 não obtivemos respostas. E aí eu concordo que existe um respeito à entidade
5119 que tem que ser tratada, mas eu queria lembrar também que eu entendo que
5120 existe uma rotatividade de cadeiras e de pessoas e que de repente não estou
5121 dizendo que é, mas assim, a que se considerar também questão de
5122 oportunidade, a figura falou que eu sou positiva sou mesmo! Meio copo é cheio,
5123 não é meio copo vazio né? Então claro que sem se sentir menosprezada acho
5124 que tem que ter uma pauta pensada que a Rosa está fazendo, mas também ter
5125 essa clareza de que é uma questão de uma parceria importante acredito para o
5126 conselho. ROBERTA: Eu só vou insistir com esse aspecto Ronaldo até para
5127 gente não levar para esses lados de desrespeito, porque se a gente está
5128 trabalhando com parceiros, porque da mesma forma que a gente mandou ofício
5129 eu estou dizendo assim quando eu coloco pauta é da plenária. Quantas vezes

5130 depois que mandou ofício e veio para plenária para dizer também que era pauta
5131 para gente? Era pauta para gente? Para gente poder insistentemente dizer
5132 mandamos outro ofício, ligamos, reiteramos quer dizer nós corremos, nós
5133 mandamos ofício ok, o cara também não respondeu e nós também, aí ele se deu
5134 um ano depois aí nos também estamos nos sentindo desrespeitados?
5135 Determinadas articulações se faz é com insistência gente, não é só com um
5136 ofício não, porque também nós não podemos achar que daqui nós somos uma
5137 instituição um órgão que a gente manda um ofício e que nós temos que receber
5138 de pronto de imediato essas questões, eu acho que são caminhos e tratativas
5139 que é a mesma coisa nossa aqui, aqui nós não acabamos na comissão de
5140 política de responder coisas de setembro? Então nós também desrespeitamos?
5141 É isso? Nós podemos considerar isso? Porque nós acabamos de discutir aqui
5142 setembro de 2013 de agosto de 2013, e se for bobear quantas discussões nós
5143 fizemos aqui com correspondências anteriores porque também fomos nessas
5144 tratativas aí nós também podemos considerar que nós também estamos
5145 desrespeitando. Eu acho que toda essa discussão e volto a dizer, se é
5146 importante para que esse colegiado sentar com o colegiado do meio ambiente
5147 para discutir assuntos comuns se essa pauta ela é muito importante não poderia
5148 ser só um ofício, nós tínhamos que ter feito outras estratégias de articulação
5149 para gente poder garantir essa agenda para que ela acontecesse e efetivamente
5150 a gente trabalhar essas questões que nos afligem em relação ao COPAM.
5151 DENISE: Presidente eu vou pedir licença porque eu preciso me retirar antes das
5152 18. ROBERTA: Ok. DENISE: Obrigada e boa noite. ROBERTA: Boa noite.
5153 RONALDO: Só para complementar presidente eu não digo pronto atendimento à
5154 solicitação né? Ninguém tem que atender aquela solicitação mesmo que seja
5155 através de ofício, mas pelo menos a resposta do ofício. Eu aprendi que o ofício
5156 que você envia que ele é expedido você deve receber a resposta daquele ofício.
5157 ROBERTA: E que esse aprendizado seja feito aqui também. RONALDO: Mesmo
5158 que seja negativo ou que ele proponha uma reunião posterior. ROBERTA: Ok!
5159 Então o que nós vamos manter é que a mesa diretora vai encaminhar essa
5160 articulação. Agora antes de encaminhar essa articulação é preciso a gente
5161 deliberar sobre essa pauta dessa reunião com o COPAM, porque caso ao
5162 contrário não tem como a gente ficar marcando com o COPAM e lembrando que
5163 são colegiados bastantes diferentes bastantes tensos e que a gente precisa ter
5164 uma pauta que justifique tamanha articulação. ISABELA: Não! Mas é só para eu
5165 entender, você deliberar pauta aqui em plenária ou passar isso para mesa
5166 diretora? ROBERTA: É! Nós temos que deliberar aqui em plenária para saber da
5167 importância. (Vozes ao fundo) ISABELA: Tranquilo! ROBERTA: Entendeu? É
5168 para gente ter consistência de chegar nessa reunião com a COPAM e dizer o
5169 CEAS está com esse problema, vamos achar uma solução para isso. ISABELA:
5170 É porque a reunião foi ontem então realmente não dava tempo de preparar
5171 pauta para hoje.

5172 ROBERTA: Não, é isso que eu estou dizendo. ISABELA: Mas muito tranquilo.
5173 ADRIANA: É o sétimo já, não é não? VOLVEY: Sexto. ISABELA: Sexto. Na
5174 verdade fechou só em seis, o sétimo era só interno nossa. VOLNEY:
5175 Correspondência eletrônica sobre a representação dos trabalhadores da área do
5176 CMAS de Itabira. A conselheira municipal de Itabira Sra. Karla Deysiane por
5177 meio de correspondência eletrônica informa ao CEAS e solicita manifestação
5178 sobre sua representação como trabalhadora na área do CMAS de Itabira. A
5179 referida conselheira informa que trabalha em uma entidade e também é
5180 servidora pública municipal, conselheiros governamentais alegaram que ela não
5181 poderia representar a categoria de trabalhadores da sociedade civil, mesmo não
5182 tendo cargo comissionário. Para manter a sua representação no CMAS

5183 argumentou aos demais conselheiros que a representação dos trabalhadores do
5184 SUAS seriam de trabalhadores de entidades e também de técnicos de
5185 assistência social com cargos efetivos exceto cargos em comissão ou de
5186 confiança, com isso conseguiu manter-se no conselho. A partir deste transtorno
5187 e aproveitando que o CMAS está reformulando seu regimento interno quer
5188 definir nesse documento o trabalhador da área com os seguintes dizeres: um
5189 representante de trabalhadores da área sendo trabalhador do setor técnico de
5190 entidade filantrópica e/ou privada ou servidor público efetivo lotado na
5191 assistência social, que não esteja em cargo de confiança ou comissão, ainda
5192 ressalta a importância em deixar claro no regimento interno porque a indicação
5193 do representante dos servidores seria organizada pelos servidores e não por
5194 indicação governamental. ROBERTA: Encaminhamento? VOLNEY:
5195 Encaminhamento, encaminhar resposta à conselheira municipal de Itabira
5196 orientando-a que consulte a lei de criação do CMAS para confirmar a legalidade
5197 de sua representação e indicando que a alteração que ela propôs para o
5198 regimento interno seja amparada na lei de criação do CMAS, e que siga as
5199 orientações do CNAS sobre os trabalhadores do SUAS. ISABELA: Só para da
5200 um resumam assim, que ela traz várias questões no questionamento dela né? Aí
5201 ao longo da tratativa a gente pontua a resposta para cada uma das questões
5202 dela. Então assim, primeira questão, se ela sendo servidora pública ela poderia
5203 representar e também trabalhadora de entidades ela poderia representar
5204 entidade no conselho. De acordo com as normativas do CNAS ela poderia
5205 desde que ela não ocupasse cargo em comissão, então esse ponto está correto
5206 ou cargo de confiança. A outra questão é que ela propõe para mudar a forma
5207 que está descrita a questão de representação dos trabalhadores da área.
5208 ROBERTA: Pois é! Só um ponto aí tá? Porque é bom ela ver a legislação dela
5209 porque ela fazendo parte de conselho e ela deliberar sobre recursos para
5210 entidade, ela fazendo parte de conselho da qual ela tem entidade eu não sei de
5211 tem algum componente nisso. ISABELA: Então a outra questão é que ela tem
5212 que consultar é porque essa questão da representação ela é definida na lei de
5213 criação do conselho no regimento interno, então eles teriam que ver no caso
5214 discutir a lei de criação do conselho e não o regimento interno como ela está
5215 propondo aqui, o regimento interno ele fala que de como vai ser a eleição, a
5216 ocupação dos cargos, quais que são as representações possíveis de forma o
5217 conselho isto está previsto na lei de criação. (Vozes ao fundo) ROBERTA: Eu só
5218 acho que ela tem que tomar cuidado é com isso, para ela saber a representação
5219 dela, em que lugar ela está e o que é ela está deliberando para não caracterizar
5220 tráfico de influência. Entendeu? Esse é o grande perigo. RONALDO: É só tirar
5221 uma dúvida. quando ela fala lá em cima técnica filantrópica, se puder subir, por
5222 favor, ou privada, na verdade a gente tem por analogia a LDB, ela trás as
5223 entidades públicas e privadas e as privadas subdividem entre filantrópicas e
5224 confessionais aliais eu misturei aqui, ela trás públicas e privadas e das privadas
5225 particulares e filantrópicas. Então na verdade eu acho que está vendo uma
5226 confusão ali porque ela não pode ser particular representando trabalhador do
5227 SUAS não sendo filantrópica. É esse o meu entendimento em relação à
5228 legislação particular limitada, é isso o que eu estou dizendo, filantrópica não
5229 sendo trabalhador do SUAS no sistema único de assistência social. Com relação
5230 à legislação municipal ela precisa tomar cuidado de não ferir a federal, então ela
5231 não pode só se prender a municipal, tomar cuidado com a municipal porque se
5232 ela vier a ferir existe uma hierarquização de acordo com as leis né? Ela não
5233 pode simplesmente criar a municipal, alterar o seu regimento interno de acordo
5234 com a municipal, tem que saber se está de acordo com a lei federal. ISABELA: É
5235 mais tá citando para ela seguir as orientações do conselho nacional em relação
5236 a essa questão para pensar na lei de criação. CONSOLAÇÃO: É só

5237 esclarecendo que a gente quando fala de categoria do trabalhador é diferente,
5238 necessariamente ele nem precisa está trabalhando diretamente no sistema tá?
5239 Essa discussão que está posta inclusive no conselho nacional da gente identifica
5240 as representações dos trabalhadores. Então se você fala ela está em uma
5241 entidade mais se ela está dentro das categorias de trabalho ela é considerada
5242 aquela pessoa um trabalhador, então isso não impede dela está lá nesse
5243 conselho e nessa representação, tá? ROBERTA: O que não impede também
5244 Ronaldo ter divergência quanto às colocações e as discussões do CNAS porque
5245 eu fico imaginando particularmente assim, por exemplo, uma assistente social
5246 que trabalha na MANNESMANN eu considero ela trabalhadora do SUAS?
5247 Entendeu? Então assim, eu acho que o CNAS pode estar devaneando do jeito
5248 que ela achar que devaneia, agora eu acho que a gente também tem que ter um
5249 pouquinho de discernimento. (Vozes ao fundo) ROBERTA: É considera, porque
5250 ela é assistente social. (Vozes ao fundo) ROBERTA: É gente. RONALDO:
5251 Desculpa presidente, mas veja bem, eu trabalho com vários cargos. ROBERTA:
5252 Gente presta atenção gente! Pelo amor de Deus, não é eu quem está dizendo.
5253 Gente deixa eu voltar aqui, não é eu quem estou dizendo que está certo não, eu
5254 estou dizendo ao contrário exatamente, eu estou concordando com os senhores.
5255 Estou dizendo que o CNAS trás esta discussão que basta ser formador da área
5256 e aí é que vem a incongruência. Eu estou chamando atenção porque a gente
5257 tem mania de seguir as discussões do CNAS, estou chamando essa atenção
5258 porque nesse aspecto eu posso dizer também que um agente administrativo
5259 também é da área do trabalhador, porque que eu vou fazer essa discriminação?
5260 Eu posso dizer também que um administrador público é também trabalhador da
5261 área da assistência, posso dizer que um administrador formado em
5262 administração também é da assistência, eu posso dizer que um advogado que
5263 está lá com o seu escritório é trabalhador do SUAS, segundo o CNAS pelo amor
5264 de Deus. E aí eu quero chamar os conselheiros e graças a Deus pela fisionomia
5265 de vocês, vocês também discordam do CNAS. Eu só estou chamando a atenção
5266 é para a gente não comungar e ficar bebendo também das aberrações que a
5267 gente não concorda, porque para nós é uma aberração isso, é muito claro o que
5268 é trabalhador do SUAS, é quem trabalha no SUAS, pelo amor de Deus! Fora
5269 disso como diz a minha amiga Tanit é esquizofrenia entendeu? Porque o que eu
5270 ouvi no MDS esse mês foi inclusive de que o bolsa família não é para pobre, eu
5271 falei eles agora deram outro nome para pessoas que tem uma renda percapta
5272 em um corte de critério do bolsa família que não chamam de pobre, deve
5273 chamar de vulnerável mas não chama de pobre mais não entendeu? Eu falei
5274 agora eu nasci para ouvir isso. Então a gente tem que tomar muito cuidado para
5275 a gente não achar que isso é bíblia, porque o CNAS pensa isso não significa que
5276 esse colegiado graças a Deus pela fisionomia de vocês também pensam. Então
5277 ao dizer o que é trabalhador do SUAS nós entendemos que trabalhador do
5278 SUAS é quem trabalha no sistema único, se ela trabalha em uma entidade
5279 pública ou privada não interessa, se ela é da rede socioassistencial ela é
5280 trabalhadora do SUAS, porque aí facilita inclusive as orientações que a gente vai
5281 dar porque se não nos vamos começar a dar orientação até para os advogados
5282 que tem escritório e que é trabalhador do SUAS. Pronto falei, não queria falar
5283 não, mas falei. Terminou meu amigo? (Vozes ao fundo) ROBERTA: Ok?
5284 SHIRLEY: Eu só queria pergunta uma coisa, em relação ao dia 20 eu entendi
5285 que ficou acordado que vai ter a capacitação é isso? ROBERTA: É! SHIRLEY:
5286 Não vai ter então comissão? Trabalho de comissão. ROBERTA: Não, a proposta
5287 é veja bem gente, vou só refazer a proposta aqui. Dia 20 na parte da tarde que é
5288 o horário da comissão vai ter a capacitação sobre a questão de PCH, caso tenha
5289 questões que são importantes a serem deliberado nos vamos discutir na mesa
5290 diretora e trazer para a plenária deliberar sem nenhum problema, não passaria

5291 nesse momento pela comissão, a gente já viria direto para a plenária. Estou
5292 dizendo no dia 20 gente para não prejudicar nenhum trabalho do conselho.
5293 SHIRLEY: E não poderia ter nenhuma comissão de manhã? ROBERTA: Pode, a
5294 grande discussão que a gente faz Shirley é porque você mora aqui pertinho e os
5295 conselheiros que moram longe eles tem dificuldade, porque para ele vim de
5296 manhã ele teria que vir um dia antes para pode participar de manhã e nos temos
5297 uma deliberação que a gente acordou e uma orientação nos também estamos
5298 com contingente de diárias, então não da para fazer essa questão de está
5299 programando porque seria vim um dia antes ok? (Vozes ao fundo) ROBERTA:
5300 Exatamente. Bom então agora só dois avisos bem rapidinho para gente encerrar
5301 a nossa plenária. VOLNEY: Tem mais um ponto. ROBERTA: Ah tem? Então tá!
5302 VOLNEY: Têm os informes. ROBERTA: Uai mais é isso que eu vou falar aqui
5303 gente, tá difícil hoje! Tem dois pontos ainda gente. Dois pontos, por favor! Então
5304 vamos lá, o primeiro é que chegou para gente ainda não tinha passado na mesa
5305 diretora chegou ontem de manhã, mas somente hoje que chegou para gente. A
5306 Assembleia Legislativa está fazendo audiência pública da comissão de
5307 prevenção de combate ao uso da droga que vai ser dia 26 quarta feria às 10
5308 horas e está convidando o CEAS a participar, portanto se algum conselheiro se
5309 candidatar a ir nessa audiência pública representando o CEAS que manifeste
5310 para que a gente ligue para lá e confirme a presença. SHIRLEY: Repete, por
5311 favor, o nome, qual que é o evento? ROBERTA: É uma audiência pública da
5312 comissão de prevenção e combate ao uso de crack e outras drogas. Vai ser
5313 quarta feira às 10 horas no plenarinho lá da Assembleia Legislativa, tem algum
5314 conselheiro que se manifesta? (Vozes ao fundo) ROBERTA: Ok? Pode? Então
5315 depois você pega as orientações com ela e ela liga para lá avisando que você
5316 vai representando o conselho. Em março, que dia que vai ser? Tem a data aqui?
5317 CONSOLAÇÃO: Tem, vai ser no dia 15 de março às 8 horas. ROBERTA: 15 de
5318 março o dia inteiro a segunda conferência municipal de proteção da defesa civil
5319 tá? Aqui de Belo Horizonte, acredito eu, não é isso? CONSOLAÇÃO: Isso.
5320 ROBERTA: A defesa municipal de Belo Horizonte vai realizar sua segunda
5321 conferência e está convidando o CEAS a participar, caso algum conselheiro
5322 deseje, por favor, manifeste para gente organizar a participação. 15 de março,
5323 exatamente. Ninguém se interessa? VOLNEY: Consolação eu tenho interesse.
5324 ROBERTA: Então Volney. VOLNEY: 15 de março? (Vozes ao fundo) ROBERTA:
5325 15 de março, sábado gente ok? VOLNEY: Ok. ROBERTA: 15 de março sábado
5326 Volney então na conferência. Gente 15 de março, agora se for possível vai se
5327 não for, entendeu? Ok? Encerrada a nossa plenária foi um prazer estar com
5328 vocês e até o mês que vem se Deus quiser. Nada mais havendo, encerrou-se a
5329 presente ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos
5330 presentes.